



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

JULIANNE ROSY DO VALLE SATIL

**AS CIDADES DO CAFÉ E SUAS NARRATIVAS:  
UM PERCURSO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA  
NOMEAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ**

---

Londrina  
2021

JULIANNE ROSY DO VALLE SATIL

**AS CIDADES DO CAFÉ E SUAS NARRATIVAS:  
UM PERCURSO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA  
NOMEAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem. Área de Concentração: Linguagem e Significação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariângela Peccioli  
Galli Joanilho

Londrina  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Satil, Julianne Rosy do Valle Satil.

As cidades do café e suas narrativas : um percurso semântico-enunciativo da nomeação no norte do Paraná / Julianne Rosy do Valle Satil. – Londrina, 2021. 295 f. : il.

Orientadora: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Semântica – Tese. 2. Enunciação – Tese. 3. – Nomeação de cidades – Tese. 4. História do Paraná – Tese. I. Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

JULIANNE ROSY DO VALLE SATIL

**AS CIDADES DO CAFÉ E SUAS NARRATIVAS:  
UM PERCURSO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DA  
NOMEAÇÃO NO NORTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Estudos da Linguagem. Área de Concentração: Linguagem e Significação.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariângela Peccioli Galli  
Joanilho  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheila Elias de Oliveira  
Universidade Estadual de Campinas –  
UNICAMP

---

Prof. Dr. Adilson dos Santos  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edina Regina Pugas Panichi  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiane Cristina Altino  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliza Adriana Sheuer Nantes  
Universidade Norte do Paraná – UNOPAR

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Elaine de Almeida Baronas  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 04 de fevereiro de 2021.

Os braços da mãe  
Envolvendo o corpo miúdo  
Do filho que se ajeita seguro.

A raiz e o chão.  
O rio em seu leito.  
O instrumento e a canção.

Viviane Mosé, *Colo*, 2017.

Eu nasci  
Em casa  
Na cambuquinha de missô  
De céu  
De matarel  
Demais  
(mãe demais, que demais, mãe demais)

Mãe, oh mãe  
Há tanta verdade em mim  
Que mal posso me manter de pé  
Se nunca lembrar de ti

Mãe oh mãe  
Há tanta vontade em mim  
Que mal posso me manter de pé  
Se nunca lembrar de ti

A minha mãe  
A minha manha  
Maíinha

(Castello Branco, *As minhas mães*, 2013)

**Para Sirley:  
mamãe-coragem,  
mãe demais,  
meu eterno colo.**

## AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas  
E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
E é tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

(Gonzaguinha, *Caminhos do Coração*, 1982)

Semanticista, mas, antes de tudo, sujeito de linguagem: histórico. Esta tese é fruto de várias vozes, vários outros. Encontros. Enlaces. Eu não seria coerente à perspectiva intelectual em que esta pesquisa se sustenta, nem mesmo à qualidade de ser humano, se descartasse todo esse processo. Afinal, ninguém se constrói sozinho, seja na esfera acadêmica ou em toda a vida que emana fora dela. Sou resultado de afinidades, de contrastes.

Em áreas diferentes, mas todas importantes e necessárias para mim, há muitos nomes como interdiscurso na minha prática de escrita e pesquisa, nomes que se fizeram presentes, que estiveram junto comigo. Nesta tese, este é o único momento em que me reservo a escrever em primeira pessoa do singular. Sou um “eu” que enuncia e que agradece um “nós”, pelo(s) “nós”. Pelas razões já explicitadas, não me vejo adotando outra forma de redigir um texto acadêmico a não ser em primeira pessoa do plural, em que falo do lugar de pesquisadora.

No entanto, aqui, de forma mais próxima, individual – mais expressiva, talvez – gostaria de agradecer a todos relacionados a seguir:

Sirley de Souza Valle, mãe, amor incondicional, força e refúgio.

Simone Andréa do Valle Satil, irmã, carinho e encorajamento.

Flávio Augusto do Valle Pereira, sobrinho, tranquilidade e inspiração.

Enrique Garrido Hernández, *mi pareja, afecto y protección*.

Flávio José Assagra Pereira, cunhado, espirtuosidade.

Ana Maria de Souza Valle Teixeira, tia, companheirismo.

Débora Cristina Sampaio do Valle, prima, impulso.

Todos os membros da família Valle, ancestralidade.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mariângela Peccioli Galli Joanilho, orientadora, confiança.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Daiany Bonácio, debatedora no SEDATA, cooperação.

Docentes, titulares e suplentes, que compuseram as bancas de qualificação e defesa – Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sheila Elias de Oliveira, Prof. Dr. Adilson dos Santos, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edina Regina Pugas Panichi, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabiane Cristina Altino, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eliza Adriana Sheuer Nantes, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joyce Elaine de Almeida Baronas – atenção e generosidade.

Docentes do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL/UEL, conhecimento.

Fernanda Miranda Amorim da Silva, Franciele Gomes dos Santos, Gleisse Cristiane Serra Martins, Helena Cristina Lübke, Lina Mara Pereira da Silva, Lucileine Avellaneda Chaves, Maria de Fátima Feitosa, Marcel José Maroubo Querubini, Renata Evelyn Nagy Scheffer e Tatiana Omoto – amigos – solidariedade.

Luiz Antonio Xavier Dias – parceiro de pesquisa e de trabalho, revisor desta tese – altruísmo.

Amigos que fiz durante as disciplinas do PPGEL/UEL e PPGL/IEL/Unicamp, aprendizagem e troca de experiências.

Companheiros de trabalho do Colégio Estadual Marcelino Champagnat e Centro Estadual de Educação para Jovens e Adultos – CEE Herbert de Souza, ambos em Londrina, compreensão.

Funcionários da Secretaria de Pós-Graduação *stricto sensu* Centro de Letras e Ciências Humanas, prestatividade.

Artistas, das mais diversas manifestações, alento e sanidade mental em tempos de pandemia de Covid-19.

Autores e pesquisadores citados, suporte e interlocução.

Agradeço, também, às instituições – bem como seus funcionários – nas quais pude realizar pesquisa e coletar informações necessárias para a realização deste estudo. Relaciono, aqui, o CDPH – Centro de Documentação e Pesquisa Histórica, órgão vinculado ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas da UEL; o IPPUL – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina, órgão da Prefeitura Municipal; o Departamento de Protocolo, Documentação e Informação da Câmara de Vereadores de Londrina; a Biblioteca Pública Municipal de Londrina; as Bibliotecas Central (BC) e Setorial de Ciências Humanas (BS/CH), órgãos de apoio da UEL e o Museu Histórico Padre Carlos Weiss, órgão suplementar da UEL.

Enfim, sou grata a todos que estiveram comigo na minha trajetória como pessoa humana e, especialmente, neste momento, como pesquisadora. Sou grata pelos (des)encontros, (des)caminhos e (des)construções. Retomando a célebre frase de Simone de Beauvoir – “Não se nasce mulher: torna-se” – afirmo: “Não se nasce pesquisadora: torna-se”. Tornei-me, mas é um processo constante, contínuo.

O resultado encontra-se nas próximas páginas.

**Conheces o nome que te deram,  
não conheces o nome que tens.**

(José Saramago, *Todos os Nomes*, 1997)

SATIL, Julianne Rosy do Valle. **As cidades do café e suas narrativas**: um percurso semântico-enunciativo da nomeação no norte do Paraná. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMO

Nossa pesquisa debruça-se sobre o ato de nomeação de cidades do Norte do Paraná, para tanto, consideramos narrativas assumidas como discurso oficial por órgãos governamentais. O recorte operado envolve os territórios nomeados durante o Ciclo do Café, período em que houve grande desenvolvimento econômico, o qual foi impulsionado pela atuação de empresas privadas, companhias estrangeiras que lotearam e comercializaram terras em toda a região. Partindo dos nomes próprios, buscamos observar e compreender os sentidos instaurados e movimentados pela designação, processo enunciativo tomado na história, que se define como construção do sentido de um nome. Como suporte, utilizamos o arcabouço teórico-metodológico proposto pela Semântica do Acontecimento, perspectiva intelectual de base materialista, que reconhece a enunciação como prática política e que dialoga com a Análise de Discurso de filiação francesa, Filosofia da Linguagem e Semântica Argumentativa. Pensando os nomes de cidade como enunciados e o mapa como texto, defendemos que as contribuições da semântica enunciativa proposta por Eduardo Guimarães nos conduzem à percepção de que os nomes próprios não classificam, mas identificam os espaços nomeados (Rancière, 1994), conferindo-lhes existência histórica. Nessa direção, o mapa ultrapassa sua função óbvia, a de ferramenta de localização e de representação territorial, e torna-se elemento que significa, recortando memórias e inscrevendo-se na história (Guimarães, [2002]2005a). Por meio do estudo que desenvolvemos, constatamos que os nomes se constituem por tensões de sentido, repercutindo enfrentamentos e desigualdades de várias ordens. Os nomes consistem em pontos de convergência entre historicidade e processos ideológicos, materializando, dessa maneira, a condição simbólica da linguagem.

**Palavras-chave:** ciclo do café; enunciação; designação; nomes de cidades; norte do Paraná.

SATIL, Julianne Rosy do Valle. **Coffee cities and their narratives**: a semantic-enunciative route of naming in northern Paraná. 2021. 295 p. Thesis (Doctor's degree in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2021.

## **ABSTRACT**

Our research focuses on the act of naming cities in the Northern Paraná; therefore, we examine narratives assumed as official discourse by government agencies. The selected names identify places named during the Coffee Cycle, a period that promoted great economic development, which was driven by the performance of private companies that traded land plots across the region. Through proper names, we aim to observe and understand the movement of the meanings by an enunciative process - the designation - which is built by history and can be defined as the construction of name meaning. For that, we use the theoretical-methodological framework proposed by the Semantics of the Event, an intellectual perspective on a materialist basis, which recognizes the enunciation as a political practice and dialogues with the French Discourse Analysis, Philosophy of Language and Argumentative Semantics. Considering cities names as statements and map as text, we understand that the contributions of the Semantics developed by Eduardo Guimarães lead us to the perception that proper names do not classify, but identify named spaces (Rancière, 1994), giving them historical existence. In this sense, map surpasses obvious functions, location tool and territorial representation, and becomes an element that means, enunciating memories and inscribing itself in history (Guimarães, [2002] 2005a). We found out tensions of meaning constitute these names, reflecting various types of confrontations and inequalities. Thus, names are points of convergence between historicity and ideological processes, materializing the symbolic condition of language.

**Key words:** coffee cycle; enunciation; designation; cities names; northern Paraná.

SATIL, Julianne Rosy do Valle. **Las ciudades del café y sus narrativas**: un trayecto semántico-enunciativo del nombramiento en el norte de Paraná. 2021. 295 f. Tesis (Doctorado en Estudios del Lenguaje) – Universidad Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

## RESUMEN

Nuestra pesquisa está focada en el proceso de nombramiento de las ciudades del norte de Paraná, para eso utilizamos textos producidos por organismos gubernamentales, narrativas que representan el discurso oficial. Los nombres escogidos engloban los territorios que fueron bautizados durante la época del café - periodo que trajo un gran desarrollo económico, impulsado por la inversión de empresas privadas, compañías extranjeras que dividieron las tierras y las vendieron. Basándonos en los nombres propios, procuramos observar y entender los sentidos establecidos por la designación, proceso enunciativo que se constituye al ser tomado de la historia y que puede ser comprendido, también, como la construcción del sentido de un nombre. Por tanto, usamos como marco de referencia teórica-metodológica propuesta por la Semántica del Evento, perspectiva intelectual que adquiere la enunciación como práctica política y que conversa con el Análisis de Discurso de afiliación francesa, Filosofía del lenguaje y Semántica Argumentativa. Pensando en los nombres de ciudades como enunciados y el mapa como texto, comprendemos que las contribuciones de la semántica desarrollada por Eduardo Guimarães nos conduce a la percepción de que los nombres propios no clasifican, sino que identifican el espacio nombrado (Ranciére, 1994), asignándole existencia histórica. En este sentido, el mapa supera su utilidad obvia – la de herramienta de localización y de representación territorial – y se convierte en un elemento significativo, recortando la memoria e inscribiéndose en la historia (Guimarães, [2002]2005a). Por medio de este estudio que desarrollamos, descubrimos que los nombres se forman por conflictos de sentidos, repercutiendo en enfrentamientos y desigualdades de vários tipos. Los nombres unen dos conceptos, el histórico y el ideológico, materializando así, la condición simbólica del lenguaje.

**Palabras-clave:** época del café; enunciación; designación; nombres de ciudades; norte de Paraná.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	– Anúncio publicitário da CTNP (abril /1948) .....	109
<b>Figura 2</b>	– Recorte do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> (26/06/1934) .....	111
<b>Figura 3</b>	– Manchete do jornal <i>Diário do Paraná</i> (20/07/1975).....	121
<b>Figura 4</b>	– Patrimônio Três Bocas (início da década de 1930).....	128
<b>Figura 5</b>	– Vista panorâmica de Londrina (1934) .....	130
<b>Figura 6</b>	– Vista panorâmica de Londrina (1937) .....	131
<b>Figura 7</b>	– Brasão de armas de Londrina .....	135
<b>Figura 8</b>	– Bandeira de Londrina .....	135
<b>Figura 9</b>	– Bandeira de Cruzmaltina .....	165
<b>Figura 10</b>	– Brasão de armas de Cruzmaltina .....	165
<b>Figura 11</b>	– Símbolos oficiais do município de Sabáudia .....	185
<b>Figura 12</b>	– Símbolos oficiais do município de Sabáudia .....	185
<b>Figura 13</b>	– Placa com a renomeação Yá Mukumby .....	197
<b>Figura 14</b>	– Símbolos oficiais do município de Francisco Alves .....	210
<b>Figura 15</b>	– Símbolos oficiais do município de Francisco Alves .....	210
<b>Figura 16</b>	– Símbolos oficiais do município de Lobato .....	210
<b>Figura 17</b>	– Símbolos oficiais do município de Lobato .....	210
<b>Figura 18</b>	– Bandeira do município de Califórnia.....	217

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Nomeação de cidades do norte paranaense: perspectivas.....	259
---	-----

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	–	Divisão do norte do Paraná .....	88
<b>Mapa 2</b>	–	Estado do Paraná (1923) .....	268
<b>Mapa 3</b>	–	Estado do Paraná (1938) .....	270
<b>Mapa 4</b>	–	Estado do Paraná (1948) .....	272
<b>Mapa 5</b>	–	Grandes regiões formadas pelas frentes pioneiras .....	274
<b>Mapa 6</b>	–	Zoneamento da cultura do café (2020) .....	275

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD	Análise de Discurso
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IAT	Instituto Água e Terra
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

	<b>NOTAS PRELIMINARES: SITUANDO A PESQUISA</b> .....	19
<b>1</b>	<b>TERRITÓRIO TEÓRICO: PERÍMETROS</b> .....	36
1.1	FILOSOFIA DA LINGUAGEM: CAMINHOS PIONEIROS NO TRATAMENTO DO NOME PRÓPRIO.....	39
1.1.1	John Stuart Mill: Orientação Logicista .....	40
1.1.2	Friedrich Ludwig Gottlob Frege: Trilha Descritivista .....	45
1.1.3	Bertrand Arthur William Russell: Refinamento da Posição Descritivista .....	48
1.1.4	John Rogers Searle: Neodescritivismo e os Atos de Fala.....	52
1.1.5	Ludwig Joseph Johann Wittgenstein: Neodescritivismo e Jogos de Linguagem.....	53
1.1.6	A Investigação Enunciativa de Eduardo Guimarães: Foco no Sentido .....	56
1.2	ANÁLISE DE DISCURSO: VIZINHANÇAS.....	59
1.3	SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: ITINERÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO .....	66
1.3.1	Infraestrutura Analítica: Conceitos-chave.....	72
1.3.2	Referência, Nomeação e Designação: Fronteiras Terminológicas.....	77
1.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO TEÓRICO .....	81
<b>2</b>	<b>PAISAGEM HISTÓRICA: CENÁRIOS E TEMPORALIDADES</b> .....	84
2.1	O CICLO DO CAFÉ E A REOCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ.....	85
2.2	A REGIÃO NORTE DO PARANÁ: O ELDORADO BRASILEIRO .....	92
2.3	O NASCIMENTO DA CIDADE DE LONDRINA .....	106
2.4	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO HISTÓRICO .....	122
<b>3</b>	<b>FATOS DE LINGUAGEM EM ANÁLISE I: LONDRINA E SEU MOVIMENTO DE RENOMEAÇÃO</b> .....	124
3.1	PATRIMÔNIO TRÊS BOCAS.....	126

3.2	LONDRINA .....	130
3.3	PEQUENA LONDRES / FILHA DE LONDRES .....	140
3.4	CAPITAL MUNDIAL DO CAFÉ.....	148
3.5	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO ANALÍTICO I .....	150
<b>4</b>	<b>FATOS DE LINGUAGEM EM ANÁLISE II: ENUNCIADOS QUE NOMEIAM CIDADES FUNDADAS DURANTE O CICLO DO CAFÉ .....</b>	<b>152</b>
4.1	CORPUS: COMPLEXO DE MATERIALIDADES PARA INVESTIGAÇÃO.....	155
4.1.1	Delimitação do Corpus .....	157
4.1.2	Distribuição do Corpus .....	158
4.2	RELIGIOSA .....	159
4.3	DA REFUNDAÇÃO E DO DIFERENCIAL .....	173
4.4	DO RELIGAMENTO.....	177
4.5	DAS HOMENAGENS .....	187
4.6	DESCRITIVA/GEOGRÁFICA .....	211
4.7	DO FUNDAMENTO EMPRESARIAL.....	225
4.8	INDÍGENA .....	230
4.9	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO ANALÍTICO II .....	258
<b>5</b>	<b>FATOS DE LINGUAGEM EM ANÁLISE III: O MAPA COMO VETOR DE SIGNIFICAÇÃO .....</b>	<b>265</b>
5.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO ANALÍTICO III .....	276
	<b>PONDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO TRILHADO: A SUSPENSÃO DA CERTEZA SOBRE O FIM .....</b>	<b>278</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>282</b>

## NOTAS PRELIMINARES: SITUANDO A PESQUISA

Bem, eu tive que procurar profundamente dentro do meu coração e espírito e quis fazer uma mudança para alcançar um novo estágio na minha vida. Uma das maneiras que encontrei foi mudar meu nome. Isso meio que me divorciou do passado e de todos os problemas que o acompanhavam.<sup>1</sup>

No ano de 1999, em uma entrevista concedida ao apresentador Larry King, Prince Rogers Nelson – cantor, compositor e multi-instrumentista, mundialmente conhecido por *Prince* – explicou os motivos que o levaram a mudar seu nome artístico e assumir, por vários anos, um símbolo impronunciável como seu identificador. A indústria fonográfica, os fãs e toda a mídia passaram, então, a chamá-lo de “O artista”.

O caso ficou marcado no mundo da música pela grande polêmica gerada na época, o ano era 1993, e, ainda, causa repercussão nos dias de hoje. Esse episódio ilustra a dimensão do nome próprio como elemento significante, como condensador e fomentador de sentidos, não sendo fruto de casualidade, mas um elemento de linguagem que compõe um campo fecundo de pesquisa.

O nome próprio não se trata de uma etiqueta colada à palavra, pois o processo de (re)nomeação pode ter motivações diversas:

O nome não é um selo para um objeto, mas é, de algum modo, a construção de um objeto pelo que o nome designa. A construção de um objeto deve ser aqui entendida como uma divisão do real pela linguagem que a ele está exposta e que assim o identifica simbolicamente. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 63).

O movimento de renomeação instaura o “divórcio com o passado”, reflete a possibilidade de novas narrativas, diferentes das mobilizadas pelo antigo nome, permitindo atualizar sentidos que significam a história de Prince como artista e sujeito. A alteração que se deu na relação com sua própria identidade é

---

<sup>1</sup> Tradução nossa. No original: “Well, I had to search deep within my heart and spirit and I wanted to make a change and move to a new plateau in my life. One of the ways I did that was to change my name. It sort of divorced me from the past and all the hang-ups that go along with it”. Vídeo intitulado *Prince explains his name change* (1999 CNN interview), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=d4NOBr9Kdf4>.

corporificada na nova representação. Nesse acontecimento de renomeação, o portador do nome se autodenomina diferentemente, o que provoca o redirecionamento da história, da significação. Com a renomeação, há a produção da diferença e, logo, a reinvenção do sentido.

Nomear é uma ação inerente ao humano, própria de nossa formação como seres históricos. É algo necessário, que, frequentemente, se manifesta, em nossa relação com nós mesmos e com o mundo, fazendo parte de nossa constituição como sujeitos<sup>2</sup> de linguagem. Desse modo, trabalhamos pela perspectiva de que “nomear é uma prática enunciativa e o sujeito está exposto cotidianamente a esta prática.” (JOANILHO, 2005, p. 81).

Nascido em Aleppo, na Síria, batizado como Ezra Benveniste, um dos mais importantes linguistas do século XX – Émile Benveniste – muda seu primeiro nome, depois que se naturaliza francês. Em sua visão, “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem.” (2005, p. 285). Ainda, segundo o autor, “a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou (2005, p. 287)”. Sendo assim, compreendemos que nomear é uma prática enunciativa e que o nome é um fato de linguagem.

Dentro dessa perspectiva, não há possibilidade de pensar o homem – ou qualquer atividade humana – sem a presença da linguagem, haja vista que “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito.” (BENVENISTE, 2005, p. 286). Para nomear, a língua é condição necessária, funcionando sempre em um processo contínuo que visa à significação, por isso ocupa posição privilegiada frente a outros tipos de linguagem. A língua é, portanto, sistema “interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos.” (BENVENISTE, 2006, p. 61).

Como objeto de estudo, o nome próprio tem sido alvo dos mais diversos campos do conhecimento, como a Filosofia, a Psicologia e, também, a multifacetada Linguística, que, por diferentes perspectivas e nuances, proporciona

---

<sup>2</sup> Nesta pesquisa, fazemos uso do termo “sujeito”, em uma perspectiva discursiva. Assim como em Guimarães ([2002]2005a), que recorre à posição da Análise de Discurso: “[...] o sujeito que enuncia é sujeito porque fala de uma região do interdiscurso, entendendo este como uma memória de sentidos” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 14).

múltiplos olhares sobre o tema. Afinal, “os confrontos e divergências teóricas são constitutivos dos estudos linguísticos, e, nos estudos da significação, eles se potencializam.” (DIAS; LACERDA, 2013, p. 358). Interesse de distintas vertentes, o nome próprio significa, movimenta sentidos e promove inquietações.

Ainda refletindo sobre o âmbito das Artes, em suas várias expressões, colocamos em destaque, novamente, as (re)nomeações que escritores, atores, cantores, pintores recebem quando adentram ao mundo artístico, ou mesmo quando já se encontram nele, como foi o caso de Prince. Muitos renegam o nome de batismo ou seu nome jurídico (CASTRO, 2013), para assumirem uma nova identidade, mais condizente à profissão. Durante o processo de nomeação, há uma busca pelo o que possam, da melhor forma, individualizá-los, identificá-los.

No universo das produções televisivas, podemos pensar sobre as personagens da série espanhola, de grande sucesso na atualidade, *La Casa de Papel*. O enredo gira em torno de um grupo de assaltantes – liderado pela personagem Professor – em que cada um deles assume um codinome: um nome de cidade. Por meio dessas nomeações, em suas temporadas, somos levados a uma viagem ao redor do mundo: Berlim, Tóquio, Rio, Nairóbi, Helsinque, Denver, Moscou, Lisboa, Marselha, Palermo, Bogotá, Oslo, Estocolmo.

Aliás, sobre Estocolmo, gostaríamos de pontuar algumas questões. O enunciado que designa a capital da Suécia – o que, dentro do enredo da série, está coerente, pois o grupo de anti-heróis é composto por membros identificados por nomes de cidades – também remete à síndrome de mesmo nome, desordem que consiste no estado psicológico em que uma pessoa intimidada por um longo período, submetida à tensão e medo, passa a desenvolver afeto pelo seu agressor. Na trama de *La Casa de Papel*, mais especificamente, na primeira temporada, Denver, assaltante, e Mónica (posteriormente, Estocolmo), funcionária da Casa da Moeda da Espanha, apaixonam-se durante o assalto à instituição. Dezenas de pessoas tornam-se reféns, inclusive Mónica. Envolvida emocionalmente por Denver, ela passa a integrar o grupo de assaltantes.

Compreendemos que a enunciação que renomeia *Mónica* por *Estocolmo* legitima seu pertencimento ao bando, ao mesmo tempo que retoma a gênese da relação desenvolvida com Denver, inicialmente, seu sequestrador. A nomeação *Estocolmo* é materialidade que rememora o nome da cidade sueca e que,

também, rememora o nome da condição psicológica proveniente de um trauma, constituindo e significando a personagem como sujeito. Mônica torna-se, assim, a personificação da própria síndrome. Compreendemos que o processo de renomeação funda-se em um movimento metonímico<sup>3</sup>, em que uma parte do sujeito, seu estado psicológico, é transformado no próprio sujeito, o que pode ser observado na paráfrase a seguir: Mônica foi acometida pela Síndrome de Estocolmo. Por essa razão, seu nome é Estocolmo.

O percurso apresentado até este momento, apesar de tratar dos nomes próprios, baseia-se na nomeação de pessoa, processo que possui um funcionamento específico, designando do âmbito do particular, do pessoal. Compreendemos que mencioná-lo é relevante, pois expõe as múltiplas nuances que constituem o nomear.

Contudo, o foco de nossa pesquisa está na nomeação de lugar, que instaura relações de sentidos diferentes da nomeação de pessoa, repercutindo de maneira distinta na história, pois não afeta um sujeito apenas, mas toda uma coletividade. Em *Terra de Vera Cruz, Brasil* ([1992], 2016), o semanticista Eduardo Guimarães aponta a importância do nome para a construção da relação de origem, de pertencimento, afirmando:

O nome de um País parece sempre ser um modo de referir-se a ele no momento em que se enuncia algo que lhe diga respeito. Parece que a história que levou ao nome nada mais é no presente. É como se o nome fosse um rótulo. Mas o nome de um país não é um rótulo. Basta, no mínimo, considerar que o nome de um país funciona também como evocador de uma relação de origem para os que ali nasceram. (GUIMARÃES, [1992] 2016, p. 51-52).

A nomeação de pessoa e de lugar ocorrem em acontecimentos enunciativos que se caracterizam diferentemente. Para ilustrar esse raciocínio, propomos a reflexão sobre um fato recente sobre a nomeação de um país: a *Macedônia*. Em 2018, o governo macedônio realizou um referendo e o nome proposto foi *Macedônia do Norte*. À primeira vista, uma mudança pouco expressiva, mas extremamente significativa para a história dos povos grego e macedônio. A

---

<sup>3</sup> Aprofundaremos a análise sobre o funcionamento enunciativo da metonímia nos capítulos 3 – *Fatos de Linguagem em Análise I: Londrina e Seu Movimento de (Re)nomeação* e 4 – *Fatos de Linguagem em Análise II: Enunciados que Nomeiam Cidades Fundadas Durante o Ciclo do Café*.

renomeação marcou o fim de um conflito com a Grécia, nação que reivindicava o nome *Macedônia*, afirmando que já possuía em seu território uma região homônima, nomeada muito antes do país. Os gregos sempre defenderam, insistentemente, que eram os verdadeiros detentores da nomeação, verificando suas justificativas em aspectos históricos e culturais, que reforçavam o vínculo entre o nome e a tradição helênica.

Esse embate consolidou-se em 1991, depois que a Macedônia separou-se da Iugoslávia, tornando-se independente. A Grécia ficou receosa de perder seu território, suspeitando que movimentos sociais pudessem exigir a incorporação da região homônima ao novo país. Com o intuito de inibir possíveis reivindicações sobre a área, o governo grego colocou impedimentos ao acesso macedônico à Organização das Nações Unidas – ONU. Vemos, nesse conflito, que a disputa pelo nome repercute uma disputa por terras, por cultura e por história. Está em jogo a filiação ao legado deixado por Alexandre Magno, o maior líder militar da Antiguidade.

Em 1993, o impasse foi resolvido temporariamente com o seguinte acordo: a Macedônia entraria para a ONU desde que daquele momento em diante fosse identificada pelo acrônimo em língua inglesa *FYROM - Former Yugoslav Republic of Macedonia*, que em português significa “Antiga República Iugoslava da Macedônia” (ARIM). A partir de então, a sigla figuraria sempre que se tratasse do país, de competições esportivas até em mapas políticos. Isso perdurou por quase 30 anos.

O fim do litígio só ocorreu em 2018, quando os governos grego e macedônio chegaram a um consenso: o acréscimo de “do norte” ao nome oficial do país, que passou, então, a se chamar *República da Macedônia do Norte*. Após a renomeação, aprovada pelo parlamento do país e sem os impedimentos colocados pela Grécia anteriormente, a Macedônia do Norte entrou para a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN em 2019 e, desde então, engajou-se em uma campanha para conseguir ser membro da União Europeia, processo que se encontra em andamento na atualidade.

Dando continuidade à discussão sobre o nome de lugares, colocamos em debate o enunciado *América*. Nome que identifica o grande continente ocidental, subdividido em *América do Norte*, *América Central* e *América*

*do Sul*. Formado por 36 países, sua extensão territorial abriga uma grande variedade de culturas, costumes, raças, etnias e línguas. No entanto, tem sido comum, ao longo da história, vermos esse nome ser utilizado para se referir ao país *Estados Unidos da América*. Vários episódios podem ser elencados para comprovar essa afirmação.

Em 1823, James Monroe, o presidente do país, proferiu no Congresso um discurso em que se opunha ao colonialismo europeu. Esse texto ficou conhecido como “Doutrina Monroe” e tinha como lema: “A América para os americanos”. O que, inicialmente, parecia uma manifesto contra os interesses europeus em todo o continente, foi se mostrando, na verdade, uma forma de auto-defesa e preservação dos interesses estadunidenses. *América*, nesse caso, referia-se, estritamente, ao país Estados Unidos da América.

O slogan “Make America Great Again” – “Torne a América grande novamente” – utilizado por Donald Trump, então candidato à presidência na campanha de 2016, recupera essa ideia de sinonímia entre *Estados Unidos da América* e *América*, reforçando o apagamento dos outros países. Vale ressaltar que bordão parecido foi utilizado por Ronald Reagan, em campanha presidencial, no ano de 1980, “Let’s Make America Great Again” (“Vamos tornar a América grande novamente”). São enunciações que se relacionam, que significam o nome *América*, o povo estadunidense, ajudando, também, a compor as representações sobre os outros países do continente e seus povos.

É muito frequente o povo estadunidense referir-se ao seu país como *América*, identificando-se com o nome. Um de seus super-heróis mais famosos é o Capitão América. No âmbito musical, James Brown celebrou o país com “Living in America” (1985), Prince criticou as desigualdades em “America” (1985), Childish Gambino, em tom de denúncia contra o racismo, interpretou “This is America” (2018). A população, desde 1975, acostumou-se a assistir ao programa televisivo “Good Morning, America”, que ainda conserva grande audiência e tem alcance em todo o território do país.

O meio cinematográfico, hollywoodiano, produziu títulos<sup>4</sup>, como: *Once Upon a Time in America* (1984), *Coming to America* (1988), *Air America* (1990), *Wild America* (1997), *Team America: world police* (2005), entre tantos outros. Todos esses exemplos atestam como o nome *América* foi sendo construído, ao longo da história e dentro de espaços variados, como representação do país *Estados Unidos da América*, o que, na atualidade, é visto como evidente. Movimento, aliás, que tem influenciado outros países em todo o mundo.

Em meados de 2005, a telenovela *América* foi exibida em horário nobre pela Rede Globo de Televisão. O enredo apresentou, no papel de protagonista, a brasileira Sol, que imigra ilegalmente para os Estados Unidos em busca de uma vida melhor, reproduzindo o discurso que significa esse país como a “terra das oportunidades”. O enunciado que dá nome à produção televisiva repercute a ideia de sinonímia entre *América* e *Estados Unidos da América*. Percebemos, então, que além do povo estadunidense se chamar de *América*, outros países, dentro do mesmo continente, também fazem o mesmo.

Eduardo Galeano, escritor e jornalista uruguaio, em *As veias abertas da América Latina*, examina a complexa trajetória dessa região do continente americano, de seus primeiros registros na história até a contemporaneidade, abordando questões políticas e econômicas. Em um momento da obra, sobre o nome *América*, o autor registra:

Pelo caminho perdemos até o direito de nos chamarmos americanos, embora os haitianos e os cubanos já estivessem inscritos na História, como novos povos, um século antes que os peregrinos do Mayflower se estabelecessem nas costas de Plymouth. Agora, para o mundo, América é tão só os Estados Unidos, e nós quando muito habitamos uma subAmérica, uma América de segunda classe, de nebulosa identidade. (GALEANO, 2010, p. 18).

---

<sup>4</sup> No Brasil, esses filmes ficaram conhecidos por: *Era uma vez na América* (1984), *Um príncipe em Nova York* (1988), *Air America: loucos pelo perigo* (1990), *Uma aventura na América selvagem* (1997), *Team America: detonando o mundo* (2005).

A nosso ver, é algo que cabe reflexão, pois o processo de nomeação que simula uma naturalidade, em verdade, é constituído ideologicamente<sup>5</sup>. Há, portanto, hierarquia e disputa cujas marcas imprimem-se na/pela linguagem. Identificar o país nomeado por *Estados Unidos da América* apenas como *América* é mais do que a redução de seu nome oficial, constitui a apropriação do nome de um extenso território que designa tantos outros países e silenciamento dessas nações soberanas.

*América*, em substituição a *Estados Unidos da América*, constitui-se por deslocamento metonímico. A metonímia é um fenômeno em que a parte torna-se o todo (ou vice-versa). Na renomeação *América*, o todo restringe-se a uma parte, a um país, ignorando toda a diversidade do continente. Por isso, os ideais imperialistas que constituem a história estadunidense encontram-se presentes, também, quando tratamos do nome do país.

Outros países do continente americano adotaram formas de governo apoiadas no exemplo estadunidense, o que levou a construções nominais parecidas, por exemplo, *Estados Unidos do Brasil* (nome oficial de nosso país durante o regime republicano entre 1889 e 1968) e *Estados Unidos Mexicanos*, nome oficial e atual do México. A expressão *Estados Unidos* designa, nessa conjuntura, países que em sua forma administrativa adotam um modelo de governo que preza pelos aspectos republicano e federativo.

No entanto, apesar de nos referirmos ao país *Estados Unidos da América* apenas como *Estados Unidos*, não ousaríamos a fazer isso com o México, por exemplo, que ainda conserva a expressão em seu nome oficial. Percebemos, assim, que há um monopólio tanto de *Estados Unidos* quanto de *América*, por parte dos Estados Unidos da América. Manifestando, também, pela língua, pelo nome, seu domínio perante os outros países do continente.

Em contraste ao nome *América* há o nome *África*. Este último costuma ser utilizado com efeito generalizante, como se o continente todo correspondesse a um único país, habitado por um povo específico. Prática distorcida

---

<sup>5</sup> Sobre a concepção de “ideologia”, esclarecemos que, ao longo desta tese, assumimos um posicionamento discursivo e apresentaremos abordagem detalhada do conceito no *Capítulo 1 – Território Teórico: Perímetros*, subseção 1.2 *Análise de Discurso: Vizinhanças*.

que homogeneíza a grande diversidade linguística e cultural decorrente de seus 54 países.

Se anteriormente, em *América*, vimos que há uma relação de poder, de domínio econômico que se estende a uma tentativa de monopólio do nome pelos *Estados Unidos da América*, em *África*, não temos um país do continente que reivindica o nome, pelo contrário, essa uniformização descontenta os diferentes países que compõem o continente. Situação que pode ser resultado do desconhecimento, em vários níveis, transformando-se em fio condutor do preconceito. Segundo Coelho e Silva (2015, p. 688):

O preconceito parte do desconhecimento, do estranhamento e da hostilidade. É uma crença prévia sobre algo ou alguém, especialmente vinculado a uma ideia de inferioridade. O preconceito é um conceito apressado, cultivado da opinião, antes de compreender o outro na sua alteridade. Existem alguns latentes na nossa sociedade, merecedores de ressalva: preconceito contra mulheres, homossexuais, idosos, jovens, crianças, obesos, deficientes, linguístico, de classe e de cor/racial.

Vensam lala, que nasceu na Guiné-Bissau e vive no Brasil desde 2010, sua história retratada em alguns meios de comunicação, depois que resolveu usar camisetas como ferramenta de conscientização. Da reportagem “Imigrante estampa ‘África não é um país’ em camisa após ser alvo de racismo”, veiculada pelo *Portal iG*, trazemos o recorte<sup>6</sup> a seguir:

O desconhecimento de que a **África** é um continente é algo comum até na universidade, segundo ele. "Até em espaços acadêmicos em que, em tese, as pessoas têm acesso a informação, há quem reproduz a ideia de uma África uniforme". lala diz, ainda, que há quem acredite que pessoas dormem em cabanas e têm contato diário com animais selvagens. "Também me perguntam se falo 'africano' ou se tenho HIV. E sempre dizem: 'Nossa, lá é muito difícil, né? Tenho vontade de ir pra lá ajudar as crianças pobres e doentes'".<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Orlandi (1984, p. 14) define o conceito de “recorte” como, “unidade discursiva. Por unidade discursiva, entende-se fragmentos relacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva”. Guimarães lança mão do conceito desde *Texto e Argumentação* (1987) e reformula-o sob o viés da enunciação, para o semanticista “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação” (2010, p. 23).

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2020-03-04/imigrante-estampa-frase-africano-e-pais-apos-perguntas-racistas-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 10 ago. 2020.

No jornal *Folha de S. Paulo*, em “Cansado de ouvir perguntas absurdas, imigrante cria camiseta ‘África não é um país’”, mais algumas observações são apresentadas:

“África não é um país”. Cansado de ouvir informações distorcidas sobre seu continente de origem, Vensam lala, 30, achou melhor exibir a frase óbvia no peito – em três idiomas diferentes. [...] Segundo ele, em alguns casos o desconhecimento de que a África é um continente é literal. Mas mesmo pessoas que sabem que não se trata de um único país retratam a região como um lugar homogêneo.<sup>8</sup>

Essa postura desacertada com relação ao continente africano não é exclusividade do povo brasileiro, tanto que o recado de lala está em outras duas línguas. O jornal britânico *The Guardian*, em sua página digital, abordou a problemática na matéria “Africa is not a country”<sup>9</sup>, servindo-se de uma publicação, na rede social *Twitter*, feita por Bill Clinton. Em 2013, o ex-presidente dos Estados Unidos da América afirmou: “Acabei de pousar na África com @ChelseaClinton. Animado em viajar pelos próximos 10 dias pela África para tratar dos projetos da @ClintonFdn. #Africa2013”. O artigo vai ao encontro do que Vensam lala ressaltou anteriormente: o efeito de homogeneização. A seguir, recuperamos um recorte apresentado no texto britânico:

Você não assiste a um filme chamado *Out of Asia*<sup>10</sup> e raramente falaria que vai à *Oceânia* nos feriados (em vez disso, você falaria de férias na Austrália, Nova Zelândia ou outra ilha). No entanto, para se referir a um continente de um bilhão de pessoas três vezes o tamanho dos Estados Unidos, não há problema em chamá-lo por um único nome - “África”! Isso é extremamente prejudicial para muitos países. Quando uma guerra civil começa na República Centro-Africana (África!), ela acaba por afetar negativamente países distantes, como Senegal (África!) e Lesoto (África!). Isso tem que mudar.<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/cansado-de-ouvir-perguntas-absurdas-imigrante-cria-camiseta-africa-nao-e-um-pais.shtml+&cd=1&hl=en&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 10 ago. 2020

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2014/jan/24/africa-clinton#comments>. Acesso em: 14 ago. 2020.

<sup>10</sup> Em referência a *Out of Africa*, de 1985, filme protagonizado por Meryl Streep e Robert Redford, com direção de Sydney Pollack. No Brasil, a obra cinematográfica recebeu o nome de *Entre Dois Amores*.

<sup>11</sup> No original: “You don't have a film called *Out of Asia* and you rarely go to *Oceania* on holidays (instead you talk of vacations in Australia, New Zealand or another island). Yet for a continent of one

“África não é um país”. A frase que a *Folha de S. Paulo* rotula como “óbvia” não o é, haja vista a indispensabilidade de se colocá-la em foco, refletir sobre ela e fazê-la circular na sociedade. A necessidade de se (re)afirmar “África não é um país”, seja nas camisetas vendidas por Vensam lala ou no título do artigo do *The Guardian*, manifesta, mais uma vez, a condição opaca da linguagem.

Os exemplos que apresentamos, tanto os nomes de pessoa quanto os nomes de lugar, demonstram que o universo que envolve o processo de nomeação é complexo, não funciona de modo aleatório. Mais especificamente, sobre os nomes de países, estados e cidades, entendemos que eles produzem cidadãos, ou seja, sujeitos com direitos e deveres, além disso, marcam a origem e a identidade de pessoas, estabelecem laços culturais, instaurando uma relação de pertencimento de uma coletividade com o espaço nomeado.

Ao entrarmos em contato com as pesquisas advindas da Semântica do Acontecimento, descortinamos um universo novo de tratamento dos nomes comuns e próprios, o qual nos conduziu às pesquisas sobre a significação desses nomes. Compreendemos a relevância de investigar esse fenômeno nos espaços urbanos e, desse modo, tomando como base as relações sociais, buscamos ler e interpretar essas nomeações inseridas no transcurso histórico e social de urbanização, partindo dos lugares reservados à linguagem, à semântica, à enunciação e, não, do lugar da historiografia.

Nossa tese de doutorado dá continuidade à pesquisa que desenvolvemos no mestrado, neste mesmo programa de pós-graduação, cujo resultado foi a dissertação *Os nomes de rua e o Ciclo do Café: um estudo enunciativo da designação em Londrina* (2015). Essa dissertação focalizou os nomes de ruas oficializados durante o ciclo cafeeiro na cidade, notadamente, os trazidos pela Lei nº 216/1953, primeiro documento oficial a fixar o limite e a nomear todos os logradouros do espaço urbano londrinense. Por meio desse estudo

---

billion people three times the size of the US, it's no problem to call it by one single name – "Africa"! This is hugely detrimental to many countries. When a civil war starts in the Central African Republic (Africa!), it negatively impacts countries as far away as Senegal (Africa!) and Lesotho (Africa!). This has to change”.

científico, compreendemos melhor a história londrinense e o funcionamento dos gestos de interpretação sobre o ato de nomear logradouros.

Agora, no doutorado, nossa proposta consiste no aprofundamento do estudo sobre o legado de nomes de cidades deixado pelo Ciclo do Café, enunciados, que revelam uma atividade complexa, desprovida de ingenuidade, marcada por conflitos, contradições, memórias e interesses político-econômicos. Além dos nomes de cidades, incorporamos na análise suas narrativas de nomeação, as quais circulam em domínios oficiais/institucionais. Algumas dessas nomeações chegam, inclusive, a retomar explicitamente o período histórico-econômico do café, como pode ser observado nos exemplos: *Cafeara*, *Cafelândia*, *Cafezal do Sul* e *Ourizona*.

Por termos passado grande parte da vida em Londrina, que já foi prestigiada como a *Capital Mundial do Café*, e conhecermos as contribuições culturais, históricas e econômicas deixadas pelo plantio do “ouro verde” para toda a região norte do estado, percebemos que seria relevante desenvolver uma pesquisa que unisse o estudo dos nomes de cidades ao Ciclo do Café, fase ainda presente na memória do cidadão norte-paranaense, devido à grande prosperidade econômica e ao intenso crescimento urbano proporcionados à região. Tal conjuntura impulsionou comentários extremamente positivos, incentivando o investimento na região, sensibilizando sonhadores e ambiciosos: “a região é realmente milagrosa, verdadeiramente bíblica. Eldorado, Terra da Promissão, Canaan, onde o maná é o café” (COSTA, 1965, p. 10). Por isso, consultamos os veículos midiáticos da época, tais como: jornais, revistas e anúncios publicitários que circularam pelo Brasil.

Sendo assim, o *corpus* desta tese compõe-se dos nomes de cidades do norte do Paraná que foram fundadas durante o Ciclo do Café, muitas delas foram renomeadas durante seu reconhecimento como município pelo Governo do Estado. Desse modo, nossa proposta engloba, em alguns momentos, a análise do percurso de renomeação, no intuito de compreender as relações hierárquicas presentes, as quais regulam o surgimento desse novo nome. Refletir sobre a renomeação é, portanto, analisar o porquê de se estabelecer determinado enunciado, que muitas vezes, apaga o sentido do primeiro nome.

Em levantamento realizado, contabilizamos 185 municípios, divididos, inicialmente, em 3 mesorregiões<sup>12</sup>: Norte Velho ou Pioneiro (46 nomes), Norte Novo (78 nomes) e Norte Novíssimo (61 nomes). Em um segundo momento, com o intuito de organizar a análise, redividimos o *corpus* em grupos temáticos, os quais comungam de regularidades, que nos permitiram fazer associações. Os nomes desses municípios são heranças linguísticas deixadas pela história cafeeira, pelas quais podemos verificar como esse distinto momento influenciou o processo de nomeação dos municípios da região.

É importante ressaltar que o cultivo do café no Paraná alcançou grande importância devido às superproduções do fruto e à alta concentração de lavouras do norte do estado, conseqüentemente, o recorte operado pelo presente estudo compreenderá apenas a essa região paranaense.

Ancorados na Semântica do Acontecimento, conforme já apresentamos, propomos, então, uma análise dos nomes de cidades do norte do Paraná. Como *corpus*, elegemos o conjunto de enunciados que nomeiam municípios originados no Ciclo do Café, com os quais investigamos os mapas que enunciam e significam essas cidades no território do estado. Com base nesses materiais, construímos uma pesquisa enunciativa da significação dos nomes próprios.

Entre as atividades para o desenvolvimento da tese, encontram-se as pesquisas bibliográfica e documental em centros que são referências sobre a temática do café no norte do Paraná, são eles: Centro de Documentação e Pesquisa Histórica - CDPH/UEL, Bibliotecas Central e Setorial de Ciências Humanas da UEL, Biblioteca Municipal de Londrina, Museu Histórico Padre Carlos Weiss e Museu do Café de Londrina. Além disso, consultamos instituições, como prefeituras, câmara de vereadores e secretarias de cultura dos municípios, as quais disponibilizam informações por meio digital.

O universo virtual, também, viabilizou-nos acesso aos mapas e documentos históricos. Devemos destacar os *sites* do Instituto Água e Terra – IAT, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social – IPARDES, Arquivo Público do Paraná e Secretaria de Cultura do Paraná.

---

<sup>12</sup> Subdivisões dos estados brasileiros que congregam diversos municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Essa designação foi criada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Sobre a Semântica do Acontecimento, nosso embasamento teórico, devemos ressaltar que ela é resultado de formulações pensadas por Eduardo Guimarães, linguista que analisa a enunciação sob um prisma histórico-político, apresentando contribuições muito significativas para os estudos semânticos, entre elas: os conceitos de *espaço de enunciação*, de *político na linguagem* e do *mapa como texto*.

“Toda análise tem seus pressupostos.” (ORLANDI, 2004a, p. 34). Do lugar teórico que ocupamos, partimos do pressuposto de que a língua funciona inscrita em uma memória do dizer, conferindo historicidade ao acontecimento enunciativo. Por esse ângulo, a nomeação de cidades recapitula a história, presentificando enunciações anteriores, as quais permitem sua significação.

A história, dentro de nossa linha teórico-metodológica, não deve ser compreendida sob o olhar da cronologia:

Este espaço procura se apresentar a partir da consideração de que a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é essa historicidade. A construção desta concepção de significação se faz para nós na medida em que consideramos que o sentido deve ser tratado como discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 1995a, p. 66)

Dessa forma, a Semântica do Acontecimento nos oferece subsídios para o entendimento do processo designativo como instrumento produtor de sentidos e revelador de uma história, que procuramos ler e compreender. Nossa análise constrói-se, assim, avaliando não só a história dos nomes, mas o que esses nomes podem dizer sobre a história dessas cidades norte-paranaenses.

A leitura e compreensão acontecem a partir da construção do próprio *corpus* (enunciados que nomeiam cidades fundadas durante o Ciclo do Café no norte do Paraná) e que traz, em sua constituição, princípios significativos, dentre eles, o fator histórico que, sendo memória, forma os sujeitos e as línguas no acontecimento de linguagem. Por isso, “num acontecimento em que um certo nome funciona, a nomeação é recortada como memorável por temporalidades específicas.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 27).

Há, também, o político que se efetiva como sinalização temporal onde os nomes se revelam partes integrantes de (alg)uma(s) narrativa(s). Nomear é

um ato político, de confronto, exercido em uma realidade dividida desigualmente, em vista disso, a construção do espaço de enunciação (que, nesta pesquisa, é a língua portuguesa) se dá pelo enfrentamento de sujeitos, não se tratando de uma simples ligação entre um nome e um objeto no mundo, mas de um processo identitário que ocorre pela construção do sentido que acompanha o ato de nomear.

Nosso objetivo geral é desenvolver, por meio de narrativas oficiais, um estudo dos nomes de cidades fundadas durante o Ciclo do Café no norte do Paraná, investigando o acontecimento de nomeação desses lugares e, em casos que julgarmos mais pertinentes, o processo de renomeação e as designações produzidas por todos esses nomes. Esse percurso de análise viabilizará a compreensão do funcionamento da língua em sua historicidade, uma vez que, segundo Orlandi (2015, p. 40), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas”.

Partindo, então, do pressuposto que o nome significa, designa, nossa tese debruça-se sobre dois pontos primordiais: 1) o funcionamento semântico-enunciativo, pensando o ato de nomear interligado ao espaço de enunciação e às questões políticas, históricas e sociais que determinaram essas nomeações e 2) a relação do memorável com o interdiscurso e o futuro de interpretação.

Por objetivos específicos, buscamos:

- Refletir sobre o funcionamento da nomeação e sobre os sentidos de urbanização no norte do Paraná por meio dos nomes das cidades e das narrativas sobre esses nomes.
- Pensar os nomes de cidades, reconhecendo-os como enunciados carregados de sentidos e de memória.
- Identificar as determinações ideológicas que incidem sobre o processo de nomeação.
- Valorizar e compreender a história regional, desenvolvendo uma pesquisa que focaliza a região norte-paranaense.
- Contribuir para ampliação das pesquisas e discussões que envolvam os estudos enunciativos da significação para compreensão da história social, sobretudo, utilizando o processo de nomeação como objeto.

Visando a atender os objetivos delineados nesta tese, estruturamos sua organização conforme se segue:

No capítulo I – *Território Teórico: Perímetros* – apresentamos a perspectiva teórico-metodológica que embasa nossa análise, a Semântica do Acontecimento. Procuramos examinar, por meio das narrativas de nomeação, como o sentido é construído nos enunciados – nomes de cidades – pela inclusão da história nos estudos enunciativos e pela elaboração de um conceito essencial: o espaço de enunciação. Apresentamos, também, um percurso de tratamento dos nomes ao longo da história, abordando questionamentos desenvolvidos por autores da Filosofia da Linguagem e da Análise de Discurso Francesa.

No capítulo II – *Paisagem Histórica: Cenários e Temporalidades* – discorreremos brevemente sobre as origens do Estado do Paraná, enfatizando a (re)ocupação e o desenvolvimento da região norte-paranaense. Nosso foco recai sobre Ciclo do Café, período histórico-econômico que orientou o surgimento da cidade de Londrina e a expansão demográfica e urbana de toda a região norte, constituindo, dessa maneira, a temporalidade do repertório de nomes e textos que perscrutamos.

No capítulo III – *Fatos de Linguagem em Análise I: Londrina e seu movimento de (re)nomeação* – apresentamos o percurso analítico dos nomes que se referem a Londrina, trabalhando o funcionamento semântico-enunciativo dessas designações. Dedicamos um capítulo específico a Londrina, pois a cidade foi um grande expoente do ciclo cafeeiro nos âmbitos regional, nacional e internacional. E, por isso, tratamos, também, de seu processo de renomeação.

No capítulo IV – *Fatos de Linguagem em Análise II: Enunciados que Nomeiam Cidades Fundadas Durante o Ciclo do Café* – delineamos a composição do *corpus* e prestamos esclarecimentos sobre o recorte operado para o desenvolvimento da pesquisa. Organizamos os nomes de cidades em grupos temáticos e contemplamos suas narrativas de nomeação. Ao longo desse processo investigativo, buscamos identificar como se deu o processo de nomeação desses espaços urbanos e como essas nomeações se semantizaram no decorrer da história. Nessa direção, identificando os memoráveis recortados no acontecimento de nomeação, dividimos os enunciados de acordo com as perspectivas: *religiosa, da*

*refundação e do diferencial, do religamento, das homenagens, descritiva/geográfica, do fundamento empresarial e indígena.*

No capítulo V – *Fatos de Linguagem em Análise III: O Mapa Como Vetor de Significação* – para além do olhar técnico, em que o mapa é apreciado como fonte informativa, configurando uma representação da organização espaço-geográfica, assumimos esse elemento como corpo significativo, como texto. Para isso, propomos a observação de mapas que se constituem pelo/no entrelaçamento de enunciados que dizem e dispersam sentidos sobre a região norte do Paraná.

No capítulo conclusivo, *Ponderações Sobre o Percorso Trilhado: A Suspensão da Certeza Sobre o Fim*, resgatamos os resultados das análises: conhecimento decorrente da discussão que nos esforçamos em construir. Finalizamos o debate proposto ao longo da pesquisa, o qual buscou colocar em suspenso as certezas no âmbito da história e sobre a obviedade da língua(gem), trazendo questões ainda não pensadas, não debatidas, ao colocar o processo de nomeação de cidades do norte do Paraná no centro da investigação.

## 1 TERRITÓRIO TEÓRICO: PERÍMETROS

“[...] a linguagem interessa, antes de tudo, porque ela significa”.

(Eduardo Guimarães)<sup>13</sup>

Defendemos que o ato de dar nomes “é um campo fecundo para a reflexão linguística na medida em que aponta questões no que diz respeito a uma tomada de posição frente à relação entre a língua(gem) e sua exterioridade.” (FEDATTO, 2009, p. 18). A nomeação, portanto, está relacionada diretamente à produção de sentido, sustentada nas relações enunciativas e discursivas.

Apesar de já termos demarcado nossa posição teórica, de onde partiremos para a realização das análises, concordamos que a trajetória de tratamento do nome próprio dentro da Linguística é formada por uma multiplicidade de olhares, por contrastes, por confrontos, suscitando os mais variados questionamentos, especialmente, quando pensamos o lugar do nome próprio dentro da língua.

A tradição gramatical – conforme Evanildo Bechara (2001), Celso Pedro Luft (2002), Celso Cunha e Luís Lindley Cintra (2013) – registra a diferenciação entre nomes comuns e nomes próprios, inserindo-os no grupo dos substantivos. O nome comum (substantivo comum) funciona como um nome genérico, podendo designar um ser, um objeto, um lugar, um fenômeno, etc. As palavras “cidade”, “mulher”, “carro” são exemplos de substantivos comuns. Por sua vez, o nome próprio (substantivo próprio) designa especificamente um (ou alguns) indivíduo(s) ou objeto(s) dentro de uma coletividade, particularizando-os, identificando-os perante ao grupo, como em “Jaguapitã”, “Tatiana”, “Fusca”.

Em diversas línguas, os substantivos próprios são grafados em letra maiúscula e os substantivos comuns, em letra minúscula. É o que acontece, por exemplo, nas línguas neolatinas ou românicas (português, espanhol, francês,

---

<sup>13</sup> GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes, 2018, p. 7.

italiano e romeno). Por outro lado, na língua alemã todos os substantivos, próprios ou não, são grafados em letra maiúscula.

Pela ótica dos estudos gramaticais de viés normativo, o nome próprio é, reconhecidamente, uma categoria da língua. Posição que tem sido discutida, também, pelos estudos semânticos, uma vez que a condição principal para a distinção entre nome próprio e nome comum se fundamenta na projeção do referente único, que é um fator semântico. Juntamente ao aspecto semântico, surgem questionamentos sobre o funcionamento morfossintático dos nomes próprios. O comportamento desses nomes frente a processos de composição, derivação e flexão, assim, entram em pauta, fenômenos que, tradicionalmente, eram analisados apenas no âmbito dos nomes comuns.

Marie-Noëlle Gary-Prieur, pesquisadora francesa, desenvolve vários estudos abordando a questão, entre eles, os artigos “Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique?” e “La modalisation du nom propre”, apresentados no número 92 da revista *Langue Française* (1991), edição dedicada à sintaxe e à semântica dos nomes próprios. Alguns anos mais tarde, a autora sistematiza a *Gramática do nome próprio* (1994), obra em que trabalha as diferentes matizes desse objeto, trazendo à tona questões fonológicas, morfológicas, sintáticas e semânticas.

Relacionando o fator semântico (a projeção de referente único) e o aspecto fonético-fonológico da língua, temos a problemática da tradução dos nomes próprios. Michel Bréal – na obra *Ensaio de Semântica: ciência das significações* ([1897]2008), no capítulo XVIII, intitulado “Como os nomes são dados às coisas” – apresenta que os nomes próprios não costumam passar por tradução, afirmando que “se participam um pouco menos das transformações fonéticas, isso deve-se ao cuidado especial com que se conservam.” (BRÉAL, [1897]2008, p. 126). Por sua vez, Virgílio Moya, tradutólogo espanhol, defende que a tradução pode e deve ser realizada, o que pode ser observado nos trabalhos *Nombres propios: su traducción* (1993) e *La traducción de los nombres propios* (2000).

Como questão semântica, a projeção de referente único não deixaria de se debruçar sobre os sentidos do nome próprio. Nessa conjuntura, destacam-se as produções de Mill ([1843] 1984) e Russell ([1905] 2005), para os quais existe correspondência direta entre o nome próprio e um objeto no mundo. Por isso, o

nome, simplesmente, denotaria esse objeto, condição que já indicaria que ele não tem sentido. Por outro lado, outros teóricos como Frege (1892 [1978]) e Searle (1958), já admitem que os nomes próprios possuem a propriedade de denotar (referir) e conotar (significar).

Enfim, estudar o nome próprio é adentrar a um campo fecundo, constituído por ideias contrastantes, díspares, que substancializam a complexidade de tratamento do tema. Esses pensamentos são contribuições que mostram o quão heterogêneo é o universo de pesquisa sobre o tema.

Neste capítulo, apresentaremos um percurso teórico, expondo conceitos essenciais à nossa análise, concepções que foram desenvolvidas, revisitadas e ressignificadas ao longo da história. O arcabouço teórico ao qual nos filiamos – a Semântica do Acontecimento – é uma construção intelectual de origem heterogênea, com influências contundentes de áreas provindas das Ciências Humanas e que se ocupam da linguagem, entre as quais, destacamos a Filosofia da Linguagem e a Análise de Discurso Francesa (doravante, AD).

Consideramos que a história das ideias que constitui uma disciplina vai além da mera exposição de acontecimentos, envolve a compreensão de modelos que delinearam nossos pensamentos e concepções. Implica em reexaminar as razões de se desenvolver determinada ciência, o que foi investigado, os roteiros do raciocínio e a configuração com que, agora, a teoria se apresenta. Desse modo, a trajetória que apresentaremos é necessária para que compreendamos como chegamos até as informações e métodos com os quais trabalhamos atualmente.

Nessa perspectiva, concernente à questão do nome próprio, incluir as contribuições procedentes da Filosofia da Linguagem – que promove discussão importante no âmbito da referência e dos sentidos – e da AD – que aborda a exterioridade da língua, desenvolvendo a concepção de *interdiscurso* – exige traçar um cenário que esclarece a relevância e o trabalho da Semântica do Acontecimento como disciplina, compreendendo sua genealogia e os conhecimentos que a constituíram.

Por isso, assim como as categorias de análise mobilizadas para o desenvolvimento de nossa pesquisa, são esses diálogos e rupturas, necessários à constituição da Semântica do Acontecimento como teoria da linguagem, que apresentamos ao longo deste capítulo.

## 1.1 FILOSOFIA DA LINGUAGEM: CAMINHOS PIONEIROS NO TRATAMENTO DO NOME PRÓPRIO

Uma das bases da Semântica do Acontecimento encontra-se na Filosofia da Linguagem. A Antiguidade Clássica é origem comum a diversas áreas do conhecimento, contemplando, também, a Linguística.

O interesse pelos nomes inicia-se na Grécia Antiga. Platão foi o primeiro pensador a se dedicar à linguagem na cultura ocidental, definindo e distinguindo alguns conceitos importantes ao campo gramatical, como os *nomes* e os *verbos*. Em *Crátilo*, um de seus famosos diálogos, Sócrates, Hermógenes e Crátilo discutem sobre a “correção dos nomes” pelo contraste de posicionamentos de diferentes.

Devemos, de antemão, entender qual significado é atribuído por Platão a esses dois termos: “correção” e “nome”. Quanto ao primeiro, “ὀρθότητος”, não devemos pensá-lo no sentido de que algo estaria errado e devesse ser apresentado de maneira correta ou corrigida, mas sim em seu sentido de retidão, de caráter probo, verdadeiro. O que se investiga no diálogo é essa “correção dos nomes”, essa verdade dos nomes cuja unicidade temática – a descoberta de sua verdade – se manifesta na multiplicidade oriunda dessa mesma unicidade, ou seja, a infinitude dos nomes existentes, o que nos leva a entender esses dois termos como análogos, ou seja, todas as vezes em que o termo “correção” é empregado por Sócrates, devemos entender que ele fala da “verdade” dos nomes [...]. (SOUZA, 2010, p. 11).

Na busca pela verdade, nesse tratado, Platão escreve sobre como os nomes significam e sobre como a linguagem funciona. No fragmento a seguir, Hermógenes e Sócrates apresentam a reflexão:

Hermógenes: Nome. De onde lhe veio chamar-se nome?

Sócrates: Não designas por *maiesthai* alguma coisa?

Hermógenes: Sim, procurar.

Sócrates: Quer parecer-me que o vocábulo *ónoma* (nome) é uma proposição concentrada, que afirma a existência do ser *ón* que investimentos. Compreenderás mais facilmente isso mesmo naquilo que chamamos *onomastón* (a ser denominado) pois diz claramente que se trata do ser sobre que investigamos (*on hou másma estin*). (PLATÃO, 1980, p. 231)

Sobre os nomes próprios, na obra *Os enigmas do nome* – em que várias posições filosóficas são contrastadas – afirma o teórico Jorge Campos:

O nome próprio é a categoria semântica básica da relação lógico-lingüística. Não há lógica puramente arbitrária, mera combinação sintática de símbolos vazios. Não há lógica sem um suporte semântico que a interprete, isto é, não há lógica sem ontologia, mesmo que formal. (CAMPOS, 2004, p.191)

A Filosofia da Linguagem explora a essência e a natureza dos fenômenos linguísticos. Nosso intuito com essa interlocução é promover uma trajetória de estudo dos nomes, dentro da própria Filosofia da Linguagem, para que possamos refletir sobre sua complexidade e buscar compreender os raciocínios anteriores ao que apresentaremos em nossa pesquisa.

Apresentaremos, a partir de agora, perspectivas mais contemporâneas, pelas vozes de cinco pensadores: *John Stuart Mill*, *Friedrich Ludwig Gottlob Frege*, *Bertrand Arthur William Russell*, *John Rogers Searle* e *Ludwig Joseph Johann Wittgenstein*. Ao relacionarmos as abordagens desses filósofos, ilustraremos cada teoria, na medida do possível, com exemplos do *corpus* da pesquisa, possibilitando, assim, compreender os estudos filosóficos apresentados e sua importância no percurso de análise dos nomes.

### 1.1.1 John Stuart Mill: Orientação Logicista

Consagrado como um dos precursores da discussão sobre as questões referentes aos nomes próprios, John Stuart Mill (1806-1873), influenciado por sua formação lógico-matemática, analisa a linguagem por meio do raciocínio, na tentativa de idealizar uma linguagem logicamente perfeita. Para ele, a polissemia e ambiguidade são reconhecidas como instabilidades, falhas semânticas, as quais não deveriam existir.

Em *Sistema de Lógica*, cuja primeira publicação ocorre em 1843, o filósofo afirma:

A lógica é uma parte da arte de pensar: a linguagem é, evidentemente, e pelo consenso de todos os filósofos um dos principais instrumentos ou auxiliares do pensamento; e qualquer imperfeição no instrumento ou modo de empregá-lo está, evidentemente, sujeita, mais ainda do que em qualquer outra arte, a confundir e enterrar a operação, e destruir a confiança nos resultados. (MILL, 1984, p. 91).

Todavia, o autor depara-se, também, com limitações no âmbito da matemática, sendo o fator dedutivo sua maior dificuldade. O estudioso projeta, então, um sistema lógico e indutivo, objetivando propiciar uma sustentação de

caráter empirista tanto à lógica quanto à matemática cujos fundamentos baseiam-se em proposições. Mill, por isso, dedica-se a investigá-las.

Com esse propósito, o pensador britânico desenvolve sua *Teoria Clássica dos Nomes*, na qual, “toda proposição consiste, então, de pelo menos dois nomes; ela une dois nomes de maneira especial.” (1984, p. 92). Nomes que, na visão milliana, correspondem ao sujeito e ao predicado: “O predicado é o nome que denota o que é afirmado ou negado. O sujeito é o nome que denota a pessoa ou coisa de que algo é afirmado ou negado.” (1984, p. 92).

Nessa teoria, Mill preocupa-se em determinar como a categoria de nomes será vista na obra: “os nomes, portanto, deverão sempre ser mencionados nesta obra como os nomes das próprias coisas e não meramente de nossas idéias das coisas.” (1984, p. 95). Tendo feito isso, passa a classificar o que é nome e o que não é. Em sua concepção, o que não são nomes são definidas como partes de um nome e essas partes consistem em “partículas, como *de, para, verdadeiramente, freqüentemente*; as inflexões de nomes substantivados (pronomes indiretos), como *me, lhe*; e mesmo adjetivos, como *grande, pesado*.” (1984, p. 95).

Após fazer esses esclarecimentos, o teórico elabora um inventário de nomes. Para ele, tais classificações são “distinções que têm sido estabelecidas entre os nomes, não quanto às palavras de que são compostos, mas quanto à sua significação.” (1984, p. 96). Mill, então, apresenta uma longa categorização dos nomes de acordo com sua atuação semântica. Buscaremos apresentar, neste momento, concisamente, as ideias presentes no postulado milliano que, a nosso ver, são relevantes para o pensar sobre o sentido e a referência no fenômeno da nomeação de cidades.

A primeira categorização proposta diferencia *nome geral* e *nome individual*, também chamado de *singular*. Para Mill, o nome geral é capaz de ser verdadeiramente afirmado para cada um dos componentes de um número indeterminado de elementos. A palavra *cidade*, por exemplo, é um nome geral, pois pode denotar *Abatiá, Jardim Alegre, Santa Isabel do Ivaí* e um número indefinido de outros lugares e o faz porque todos eles compartilham algum(ns) atributo(s), ou seja, possuem habitantes, ruas, avenidas, residências, prefeitos. Por sua vez, o nome individual/singular pode ser afirmado para um objeto/ser somente, seu efeito é de particularização.

Continuando na temática urbana, para ilustrar essa categoria, podemos citar os nomes próprios *Floraí, Uniflor e Tomazina*, enunciados que também nomeiam cidades do norte do Paraná. Com relação a esses dois conceitos propostos por Mill, se buscarmos correspondências dentro dos domínios da gramática normativa, poderíamos, em um primeiro momento, relacioná-los às subcategorias do substantivo comum (nome geral) e do substantivo próprio (nome individual/singular). No entanto, na visão milliana, as expressões *este município* e *o primeiro governador do Paraná* também são nomes singulares, mesmo não sendo nomes próprios, pois denotam e individualizam o ser/objeto.

O segundo agrupamento distingue os *nomes concretos* dos *nomes abstratos*, nas palavras do filósofo: “O nome concreto é o que representa uma coisa; nome abstrato é o que representa o atributo de uma coisa.” (1984, p. 98). *Nova Fátima, a cidade, este bairro* são nomes de lugares, portanto, concretos. *Beleza, organização e segurança* são nomes de atributos, sendo assim, abstratos.

A terceira categoria refere-se aos *nomes conotativos* e os *não-conotativos*. Segundo o teórico, “termo não-conotativo é aquele que denota um sujeito somente, ou um atributo apenas. Conotativo é o termo que denota um sujeito e implica um atributo. Por sujeito é preciso entender qualquer coisa que possua atributos.” (1984, p. 100). Por exemplos de nomes não-conotativos, podemos citar os nomes próprios *Cornélio Procópio, Ivaté e Leopólis*, pois denotam sujeitos. Outros exemplos de nomes não-conotativos, os quais denotam somente atributos, são *limpeza, felicidade e dinamismo*. Por sua vez, como nomes conotativos, ou seja, nomes que detêm carga semântica, podemos recorrer aos exemplos: *limpa, feliz e dinâmica*, os quais, morfologicamente, são considerados adjetivos.

No entanto, apesar de o adjetivo ser uma categoria gramatical privilegiada, por sua função semântica, essa não é a única a conotar. Nessa perspectiva, o nome *homem*, substantivo comum, pode denotar *Flávio, Ricardo, Mateus, Simone, Débora* e vários outros sujeitos, visto que corresponde ao nome de uma classe reconhecida por determinados atributos, entre eles: a racionalidade, a convivência social, a mortalidade e a linguagem articulada. Todos esses atributos configuram o que é a *humanidade*.

A significação, para este teórico, se dá por uma relação que implica um atributo, apresentando informação sobre os sujeitos denotados. É importante

ênfatizar que é a pesquisa de Mill que estabelece parâmetros para debates teóricos posteriores, principalmente em Frege, quando este distingue “sentido” e “referência”. Sobre esta categoria milliana, especificamente, Campos (2004, p. 20) ressalta que “representa, sem dúvida, a mais destacada contribuição da sua teoria dos nomes à Semântica e à Filosofia da Linguagem”.

A quarta segmentação trabalha a diferença entre *nomes positivos* (urbano) e *negativos* (não-urbano). Existem alguns nomes que se encontram em forma positiva, mas que, na realidade, são negativos, pois expressam a negação de atributos, como é o caso de *vazio* e *ocioso*.

A quinta classe proposta por Mill trata dos *nomes relativos* e *nomes absolutos* (também, chamados de *não-relativos*). Cabe, aqui, como exemplo de nome relativo, o termo *mãe*, cujo correlativo é *filha*. Assim, os nomes relativos o são, pois expressam um relacionamento, supondo não apenas um, mas dois objetos/seres.

Por fim, o sexto conjunto diferencia *nomes unívocos* de *nomes equívocos*. Essa última categoria não consiste em uma fragmentação entre duas classes de nomes, mas entre formas distintas de empregá-los. Quando tomamos o nome *cidade* para designar uma divisão administrativa, uma área geográfica com habitantes e delimitar um território que possui atividades sociais, as quais englobam as interações nos mais diversos níveis, temos um nome que sustenta sempre o mesmo sentido, pois ele é identificador de uma área que conserva as características apresentadas. Esse é o funcionamento do nome equívoco.

Por sua vez, o nome de *modo equívoco* refere-se a seres/objetos que predicam em diferentes sentidos, podendo instaurar relações de ambiguidade/polissemia. Para ilustrar esse pensamento, utilizamos o enunciado *Com a proximidade do Natal, a cidade estava feliz*, o qual pode instaurar sentidos diferentes. Sobre o referido exemplo, verificamos no *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, em sua versão on-line, que *cidade*<sup>14</sup> pode designar:

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2020.

- 1 Grande aglomeração de pessoas em um área geográfica circunscrita, com inúmeras edificações, que desenvolve atividades sociais, econômicas, industriais, comerciais, culturais, administrativas etc.; urbe.
- 2 O conjunto de habitantes dessa área geográfica.
- 3 O centro comercial.
- 4 O local mais antigo ou mais central de um complexo urbano.
- 5 Sede municipal, onde se concentram as atividades administrativas.
- 6 A vida urbana ou agitada.
- 7 ANT Local urbano em que se concentravam as pessoas cultas.
- 8 ZOOL, COLOQ Grande formigueiro formado por inúmeras painelas.

A maneira como Mill categoriza e descreve o *nome equívoco* permite com que façamos uma relação com a noção de *equívoco*, conforme aporte teórico da Análise de Discurso: “o equívoco é a falha da língua, na história.” (ORLANDI, 1999b, s/p). Esse conceito, basilar para a AD – que consiste na possibilidade de sentidos outros – também é utilizado na Semântica do Acontecimento. Para esses dois campos teóricos, a significação é assumida como um processo histórico, ambas defendem que a polissemia é mecanismo substancial no funcionamento da língua: “Compreender que a língua funciona no equívoco, que o sentido sempre pode ser outro (embora não qualquer um) é tomar a polissemia como fundamento de linguagem.” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2006, p. 29).

Por tudo que vimos até o momento, podemos dizer que a teoria milliana trata a relação entre nome próprio e entidade no mundo pelo viés referencialista, presumindo que o elemento nomeado é a significação do nome. Essa visão, posteriormente, passa a ser questionada por outras vertentes filosóficas. Muitas críticas foram dirigidas à pesquisa de Mill, conforme podemos observar a seguir:

Quando ele [Mill] define o nome, atribui a ele a propriedade de denotar coisas reais ou imaginárias. Nesse sentido, ele parece não considerar a hipótese de qualquer comprometimento ontológico com objetos sem existência, mas, apenas, a de que constata mais uma das intrigantes propriedades da linguagem. Mill pressupõe, então, uma aceitação simplista de que os nomes funcionam assim e basta. De maneira análoga, talvez, a falta de importância que ele atribui à ausência de denotação pressupõe uma compreensão similar de que os nomes não só podem denotar coisas imaginárias como, inclusive, não denotar. De qualquer forma, o que é certo,

mais uma vez, e finalmente, é que se Mill reduz toda a semântica do nome próprio à denotação, sua teoria não tem o que dizer para casos de vacuidade referencial, a não ser que não há nada semanticamente considerável. E isso não é, absolutamente, incompatível com a sua concepção de linguagem enquanto instrumento imperfeito de mediação do pensamento para a realidade. Apenas chama a atenção que ele não a tenha denunciado enfaticamente por isso. (CAMPOS, 2004, p. 25).

Apesar do estudo inacabado, que foi (e continua sendo) alvo de muitos questionamentos, a colaboração de Mill aos estudos dos nomes próprios é indiscutível, haja vista que sua teoria, consoante ao que já apresentamos anteriormente, foi a responsável por encaminhar os primeiros debates sobre a temática, ressoando em pesquisas posteriores, que tiveram grande repercussão, como as de Friedrich Ludwig Gottlob Frege e as de Bertrand Arthur William Russell, como veremos a seguir.

#### 1.1.2 Friedrich Ludwig Gottlob Frege: Trilha Descritivista

Frege (1848-1925), pensador alemão, manteve laços com a lógica e com a matemática, sendo mais um filósofo da linguagem a contribuir para as pesquisas do universo da Semântica. Autor de análises centradas na relação entre referência, nome próprio e sentido, Frege deixou um legado teórico àqueles que se ocupam dessa relação. Ao diferenciar *signal*, *sentido* e *referência*, o autor organiza um espaço importante para a reflexão sobre as relações de igualdade/identidade, que são necessárias aos estudos que analisam o nome próprio.

Na perspectiva fregeana, os sinais podem se apresentar: 1) como nomes comuns, reportando às categorias de objetos; 2) como nomes próprios, relacionando-se a uma única referência ou 3) como nomes que não apresentam nenhuma referência, para os quais o filósofo indica como referência a classe zero ou nula.

Sobre a ausência do referente, o autor faz a seguinte reflexão: “ao ouvir um poema épico, por exemplo, além da euforia da linguagem, estamos interessados apenas no sentido das sentenças e nas representações e sentimentos que este sentido evoca.” (FREGE, [1892]1978, p. 68), sem embargo, se considerássemos a “questão de verdade nos faria abandonar o encanto estético por uma atitude de investigação científica. Logo, é totalmente irrelevante para nós se o

nome 'Ulisses', por exemplo, tem referência, contanto que aceitemos o poema como uma obra de arte." (FREGE, [1892]1978, p. 68).

Em "Sobre o sentido e a referência", artigo publicado pela primeira vez no ano de 1892, Frege debate o princípio da igualdade (identidade), confessando o quanto esse tipo de reflexão lhe é desafiador e interroga: "É ela [a igualdade] uma relação? Uma relação entre objetos ou entre nomes ou sinais de objetos?" (FREGE, [1892]1978, p. 61).

A perspectiva fregeana centra-se na relação sinal-sentido-referência para contrastar e distinguir cada um desses elementos. Assim, o filósofo estabelece: 1) o sinal tem um sentido determinado; 2) o sentido tem uma referência determinada, referência que pode ter diversos sinais; 3) ao sinal, vinculam-se um sentido e uma referência possíveis. Ou seja, compreendemos que a relação sinal-referente sofre intermediação do sentido, haja vista que a referência pode deter apenas um sinal ou vários outros que a expressem e, também, um sentido, que estabelece elo entre esses sinais e a referência.

Desse modo, para o filósofo:

Neste contexto, fica claro que por "sinal" e por "nome" entendi qualquer designação que represente um nome próprio cuja referência seja um objeto determinado (esta palavra tomada na acepção mais ampla), mas não um conceito ou uma relação. A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. (FREGE, [1892]1978, p. 62).

Ao demonstrar seu raciocínio, Frege utiliza os exemplos *a estrela da manhã* e *a estrela da tarde*, nomes próprios que compartilham a mesma referência – o planeta Vênus, condição que promove a produção de sentido. A significação está diretamente afetada pelas possibilidades disponibilizadas pela língua, possibilidades que são utilizadas para designar o referente, de forma a representar o objeto. Nessa perspectiva:

É pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Conseqüentemente, segundo nosso exemplo, a referência das expressões "o ponto de interseção de *a* e *b*" e "o ponto de interseção de *b* e *c*" seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de "Estrela da Tarde" e "Estrela da Manhã" seria a mesma, mas não o sentido. (FREGE, [1892] 1978, p. 62).

Aplicando o pensamento fregeano à conjuntura da nossa tese, percebemos que tal relação ocorre, por exemplo, quando observamos as expressões nominais *A Capital Mundial do Café e Pequena Londres*, as quais têm um mesmo referente: *Londrina*. Assim como nos exemplos trazidos pelo filósofo, temos um referente como ponto de convergência de outros enunciados que o designam, enunciados que movimentam sentidos diferentes. Para Guimarães ([2002]2005a, p. 69), esse fenômeno é chamado de reescrituração<sup>15</sup> e “funciona no acontecimento com um modo de predicar o nome, ou os nomes reescriturados. [...] a reescrituração, ao mostrar-se como dizendo o mesmo, diz outra coisa, e esta outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado”.

De acordo com Frege, tal condição é complexa e problemática, pois definido o paradoxo de identidade, haverá, também, um paradoxo do valor informativo. Frege, então, explana que esse paradoxo informativo só é elucidado no momento em que a referência seja construída por uma descrição. Para isso, o valor de verdade dos enunciados depende da existência no mundo (ou não) daquilo sobre o qual se está predicando.

A polissemia, em sua visão, é um defeito, um equívoco lógico. Essas imperfeições constitutivas da linguagem, para o pensador, não teriam espaço dentro dos domínios da Lógica:

Numa linguagem logicamente perfeita (uma ideografia), deve-se exigir que toda expressão construída como um nome próprio, a partir de sinais previamente introduzidos, e de maneira gramaticalmente correta, designe de fato, um objeto, e que nenhum sinal seja introduzido como nome próprio sem que lhe seja assegurada uma referência. (FREGE, [1892]1978, p. 76).

Frege, ao pensar a relação sentido-referência, também, aponta que essas instâncias, ligadas a um sinal, devem ser diferentes da representação associada a esse sinal, haja vista que a representação é subjetiva, sendo distinta do sentido de um sinal. O pensamento fregeano, concebe o sentido, assim, considerando a forma de apresentação do objeto.

Todavia, o sentido não atesta uma referência e Frege afirma que uma sentença sem referência não resguarda valor de verdade. Depreendemos,

---

<sup>15</sup> Trataremos da questão no *Capítulo 4 – Fatos de Linguagem em Análise II: Enunciados que Nomeiam Cidades Fundadas Durante o Ciclo do Café, subseção 4.3 – Da Refundação e do Diferencial*.

desse modo, que tal afirmação é central para discutirmos o valor das sentenças e para pensarmos a busca da verdade, pois são esses princípios os norteadores dos estudos do autor. O filósofo defende, assim, que a designação de um objeto demanda palavras e sinais variados, e são esses elementos que Frege identifica como nome próprio:

Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência. (FREGE, [1892]1978, p. 66).

Em vista disso, compreendemos que o teórico assevera que o nome próprio se refere a um único objeto, concebendo o conceito de unicidade, o qual destoa da referência e da representação.

A respeito das formulações de Frege, podemos afirmar que seus estudos fixam-se no valor veritativo, que, por meio da língua – do nome – é visto como lugar de estabilidade entre a significação da referência e o referente. Assim, mesmo o referente se apresentando de modos distintos – movimentando sentidos diversos – o filósofo insiste em conceber a língua como representação do mundo.

### 1.1.3 Bertrand Arthur William Russell: Refinamento da Posição Descritivista

O filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1960) foi um dos grandes pensadores do século XX. Como pesquisador, sua contribuição foi plural, contemplando diferentes áreas, como a filosofia, a lógica e a matemática, domínios do conhecimento que alicerçaram suas pesquisas sobre a linguagem e, especialmente, sobre o nome próprio. O pensamento russelliano concebe o nome como um símbolo simples, por meio do qual um particular (objeto) é determinado. Para isso, apoia-se em dois posicionamentos:

- 1) As expressões denotativas resguardam características, as quais estão vinculadas aos nomes próprios.
- 2) Os nomes próprios têm um funcionamento parecido ao dos dêiticos, referindo-se a particulares.

Russell propõe, assim, algumas mudanças. Uma delas desfaz a relação entre sentido e referência e acrescenta o conceito da existência, o qual, para

o autor, é fator imprescindível para se chegar ao sentido. Russell modifica, também, a noção de valor de verdade, com a finalidade de colocá-la em termos de verdade e falsidade das sentenças, o que alude à existência do referente no mundo.

Para ilustrar, analisaremos a seguinte proposição: *O atual imperador do município de Santa Cecília do Pavão é alto*. Tal proposição deve ser equivalente ao homem denotado por *o atual imperador do município de Santa Cecília do Pavão*. De fato, esse homem não existe, o referido município nunca foi governado por um imperador, como divisão administrativa, seu sistema de governo nunca foi monárquico. Russell defronta-se com um impasse, pois seu raciocínio baseia-se em uma visão realista, que o faz pressupor a existência dos seres/objetos no mundo.

Retomando os postulados de Frege, verificamos que o teórico, também oferece análises das descrições definidas em posição ao sujeito, que são insatisfatórias, no ponto de vista russelliano. Em “Sobre o sentido e a referência”, Frege trabalha, por meio do conceito de pressuposição semântica, o funcionamento referencial das descrições definidas. Para o filósofo alemão, uma proposição como *o atual imperador do município de Santa Cecília do Pavão é alto* envolve dois pontos principais: o primeiro é o da afirmação da proposição e o segundo é o da pressuposição semântica pela afirmação que se equipara a *existe um e somente um imperador do município de Santa Cecília do Pavão*.

Nessa perspectiva, pela afirmação da primeira, já seria possível pressupor semanticamente a segunda. A lógica entre as proposições apresentadas atuam da seguinte maneira: se a proposição pressuposta for verdadeira, a descrição definida detém sentido e significado e, portanto, a proposição afirmada preserva sentido e valor de verdade; entretanto, se a proposição pressuposta for falsa, a descrição definida tem sentido, mas não possui significado e, por isso, a proposição afirmada dispõe de sentido, mas não encerra valor de verdade.

No exemplo que estamos perquirindo, como a proposição pressuposta *existe um e somente um imperador do município de Santa Cecília do Pavão* é falsa, a descrição definida *o atual imperador do município de Santa Cecília do Pavão* não apresenta significado. Por esse motivo, essa proposição não é verdadeira e nem falsa, isto é, não é portadora de valor de verdade. Para o raciocínio fregeano, tais acontecimentos são inconsistências, incompletudes intrínsecas à linguagem natural.

Para que isso não ocorra na linguagem da ciência, o filósofo orienta que as descrições definidas do tipo *o imperador do município de Santa Cecília do Pavão* tenham como significado o conjunto vazio. Frege busca na lógica soluções para questionamentos da metafísica, investigando expressões, assim como Russell. A resposta fregeana, entretanto, não agrada a Russell, fundamentalmente, por dois motivos:

- 1) Na linguagem natural, essa solução admite situações em que o fracasso referencial não reconheça a bivalência (*o atual imperador do município de Santa Cecília do Pavão é alto* não é nem verdadeira e nem falsa).
- 2) Na linguagem científica, ela apresenta uma explicação muito artificial a essas ocorrências, determinando que o significado das descrições vácuas deva estar vinculado ao conjunto vazio.

No artigo “Da denotação” (“On denoting”, 1905), Russell avalia a diferenciação fregeana entre os conceitos *sentido* e *significado*, objetivando encontrar incoerências. Ao longo desse processo, o teórico institui novas noções e relações, diferentes das defendidas por Frege, que confronta *sinn* (sentido) e *bedeutung* (significado), enquanto Russell compara *meaning* (significado) e *denotation* (denotação). Mesmo utilizando uma terminologia própria, Russell reconhece que *meaning* compreende a *sinn* e *denotation*, a *bedeutung*.

O apontamento notável em “Da denotação” está em apresentar que os termos descritivos não são legitimamente referenciais. Afastando-se das conclusões fregeanas, Russell defende que a maneira como os termos descritivos têm sentido é divergente da dos termos legitimamente referenciais. Na sua visão, não é possível que esses termos façam parte de um mesmo complexo.

O estudioso, então, segmenta uma classe de termos, supostamente uniforme, admitindo que as descrições definidas não são nomes, uma vez que um nome é, dentro desse princípio, um símbolo simples usado para designar um particular determinado. Em consequência disso, Russell considera que o significado de um nome consiste em conhecer a quem ele se aplica.

Nessa linha de pensamento, não há como os nomes próprios da língua natural serem admitidos como nomes autênticos, pois há nomes próprios que simulam designar. Em *Princípios da Matemática* (*The Principles of Mathematics* 1903), Russell postula que toda proposição significativa faz remissão a um fato no

mundo e a estrutura desse fato reflete a estrutura interna da proposição. Nessa linha de pensamento, cada uma das expressões que constituem a proposição remete a algo no mundo e a relação entre as expressões corresponde a uma relação entre os objetos significados por elas. A existência dos elementos no mundo é a segurança da significação das proposições.

A proposição equivale a um símbolo. No caso do nome, ele somente pode se referir a um particular e se não o nomear, não é plenamente um nome, mas um ruído. A disparidade entre nome e proposição se insere nesse momento, pois o nome deve expressar rigorosamente a relação particular de nomear algo, entretanto, uma proposição continua a ser uma proposição se for falsa. Russell entende, a partir disso, que os atributos lógico-formais das proposições divergem dos atributos dos nomes, pois as proposições demarcam relações diferenciadas com os fatos. Elas não configuram nomes para eles.

A noção de sentido em Frege é posta como forma de apresentação da referência. Já, para Russell, é sinônimo de significado. Nesse ponto de vista, a tese russelliana congrega os conceitos de sentido e referência, que haviam sido separados nas análises fregeanas. Apesar de suas diferenças, Russell e Frege compartilham a busca por um padrão de linguagem logicamente idealizado e foi esse pensamento que fundamentou *Princípios da Matemática*, estudo que propõe uma forma singular de se ver a linguagem. Nesse estudo, Russell propõe uma linguagem em que não exista vocabulário, dispondo somente de sintaxe. Essa temática é, também, resgatada em outro texto do teórico – *A filosofia do atomismo lógico*, de 1918:

Proponho agora considerar que espécie de linguagem seria uma linguagem logicamente perfeita. Numa linguagem logicamente perfeita existirá uma palavra e mais nenhuma para cada objeto simples, e todas as coisas que não são simples serão expressas por uma combinação de palavras, por uma combinação derivada, obviamente, das palavras para as coisas simples que entram nela, uma palavra para cada componente simples. Uma linguagem desta espécie será completamente analítica, e mostrará num relance a estrutura lógica dos fatos afirmados ou negados. Pretende-se que a linguagem formulada no Principia Mathematica seja uma linguagem daquela espécie. Trata-se de uma linguagem que possui unicamente sintaxe e não possui nenhum vocabulário. (RUSSELL, [1918]1985, p. 69).

Dessa forma, Russell, assim como Frege, confirma que as linguagens reais são logicamente falhas, imperfeitas, sendo necessário substituí-las por uma linguagem em que tais defeitos não se efetivem.

#### 1.1.4 John Rogers Searle: Neodescritivismo e os Atos de Fala

A Teoria dos Atos de Fala nasce das formulações do filósofo britânico John Langshaw Austin (1911–1960), apoiada na pragmática de Wittgenstein, ao argumentar que o sentido das palavras é determinado pelo uso que fazemos delas em situação de comunicação e não, por uma definição, por um conceito.

John Searle (1932–atualidade), teórico norte-americano, dá continuidade à teoria de Austin, defendendo que a linguagem está vinculada ao mundo, pois os falantes a relacionam na execução de atos linguísticos. Desse modo, a linguagem não está centrada somente no código linguístico, mas em convenções sociais de diferentes ordens, na interação social.

Nessa visão teórica, a finalidade da filosofia da linguagem é explicar a conexão entre linguagem e o mundo. Searle postula, então, que falar uma língua é executar atos de fala. Os atos de fala correspondem à emissão de uma ocorrência de frase sob determinadas condições e são, dentro dessa perspectiva teórica, as unidades estruturantes da comunicação linguística.

Em *Os atos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem*, publicado pela primeira vez em 1969, Searle promove uma configuração discursiva original, que promove inquietações em várias áreas que se ocupam da língua(gem). Nessa sistematização inédita, a Filosofia Linguística apresentaria-se, simplesmente, como um método, a Filosofia da Linguagem, por sua vez, consistiria em um objeto de estudo.

Searle esforça-se em mostrar que a Teoria dos Atos de Fala destoa da teoria tradicional da linguagem, defendida pelos formalistas, e que concebe a linguagem como representação do mundo. A linguagem, na concepção do filósofo, passa a ser compreendida como um meio de atuação sobre o real, afastando-se da simples representação da realidade.

O estudioso defende, então, que o propósito da Filosofia da Linguagem recai sobre o desenvolvimento de estudos que buscam esclarecer o funcionamento da relação linguagem-mundo. Opondo-se a Frege, Searle advoga que não é uma fragilidade da linguagem que faz com que não possamos substituir uma descrição particular por um nome, pois o que relacionamos a um nome é o conjunto de descrições definidas. Sendo assim, o referente de um nome é determinado não pela descrição singular, mas pelos muitos agrupamentos descritivos.

Searle, portanto, assume uma linha de raciocínio voltada às teses descritivas. Assim, se o objetivo de qualquer teoria semântica é explicar a relação entre a linguagem e o mundo, Searle esclarece que a linguagem se relaciona com o mundo porque os falantes a relacionam na execução de atos linguísticos.

Em 1958, o estudioso publica o artigo “Proper Names”. Nesse texto, apresenta uma posição a respeito da natureza dos nomes próprios convergente com os estudos já desenvolvidos por Frege e Russell, postulando que todo nome próprio mantém ligação com um distinto conjunto de descrições, as quais instituem que o objeto é designado por determinado nome. Para ilustrar esse pensamento, citamos os seguintes exemplos: *Maringá* pode substituir a descrição definida (que, usualmente, começa com um artigo definido) *a Cidade Canção*; *Arapongas*, por *a Cidade dos Passarinhos* e *Apucarana*, por *a Capital do Boné*.

Na concepção de Searle, um nome é um designador indireto, ou seja, resguarda o estatuto do sentido, pois está logicamente associado a um conjunto de descrições definidas, indispensáveis à descrição de um objeto particular.

#### 1.1.5 Ludwig Joseph Johann Wittgenstein: Neodescritivismo e Jogos de Linguagem

Segundo o filósofo Ludwig Wittgenstein (1889-1951), nascido na Áustria e naturalizado britânico, o conceito *nome* pode caracterizar diferentes relações de uso de uma palavra, aparentadas umas com as outras de muitas maneiras diferentes.

Como contribuição para a pesquisa dos nomes próprios, colocamos em destaque sua obra *Investigações Filosóficas*, publicada pela primeira vez em 1953, após sua morte. Esse estudo marca a fase mais madura do autor e seus

apontamentos se alternam entre crítica e advertência sobre a repercussão das correntes lógico-filosóficas que abordaram a problemática do significado.

Para Wittgenstein ([1953]2005), a questão dos nomes próprios é vista como uma ilusão gramatical, que será desfeita pelo uso desses nomes na linguagem ordinária, isto é, na prática. A linguagem ordinária é o lugar detentor de funções que independem de fórmulas lógicas ou de teorias do conhecimento. Assim, o pensador recusa a tese de que a linguagem ordinária possa ser corrigida por uma metalinguagem ou por cálculos lógicos. Em substituição a isso, propõe as noções de *jogos de linguagem* e de *semelhanças de família*.

Segundo o estudioso, não há similaridades entre todas as manifestações apelidadas de linguagem, mas todas elas são aparentadas entre si de inúmeras formas, o que permite que todas sejam aceitas como linguagens. O filósofo constrói uma análise dos jogos em geral, em vários contextos diferentes, mencionando os jogos de tabuleiro, os de cartas, de bola, etc. Ele defende que a condição que os leva a ser definidos como *jogos* não recai no fato de compartilharem um ponto em comum, mas de partilharem semelhanças. No entanto, alerta o autor, se formos observar essas semelhanças, descobriremos que elas são passíveis de mudança, mesmo assim não deixam de ser uma família.

O que consolidaria esse fio de parentesco seria uma mesma denominação. Quando chamamos um lugar de *município* é porque essa área apresenta uma relação de parentesco com algum outro espaço que até o momento se chamou de *município* e, devido a disso, a partir de agora, apresenta um parentesco com outro lugar que também chamamos assim. Qualquer argumento favorável ou contrário a essa hipótese seria, na visão de Wittgenstein, apenas mais um jogo de palavras, um jogo de linguagem.

Ao longo da obra, o teórico não fornece ao leitor uma formulação precisa sobre o que seria o *jogo de linguagem*, o que pode ser compreensível, já que seu intuito é superar perspectivas filosóficas defensoras de que cada palavra diz respeito a um objeto. Em sua visão, os nomes próprios têm as funções mais variadas e ambíguas na linguagem e a própria singularidade do nome próprio não pode ser compreendida sem o domínio das suas diversas funções. Wittgenstein empenha-se em interromper o dogmatismo da compreensão da gramática da

linguagem, discorrendo sobre como o modelo objeto-designação proporcionou, em sua perspectiva, enganos sobre o funcionamento da linguagem.

Nas *Investigações Filosóficas*, o estudioso focaliza as ilusões gramaticais que se fundamentam no tratamento unilateral da linguagem ordinária, comum. Nesse momento, estabelece um diálogo com Russell, retomando o período do atomismo lógico. Wittgenstein organizou todas as sentenças em duas categorias: *atômicas* e *complexas*. As atômicas consistem naquelas que empregam nomes e predicados elementares — primitivos da linguagem — para descrever os fatos atômicos. As sentenças complexas são aquelas que empregam sentenças atômicas para descrever os fatos complexos do mundo. Para ilustrar tal pensamento, apresentamos o exemplo *o novo prefeito de Diamante do Norte é ruivo*, uma sentença complexa formada por três sentenças atômicas, as quais são:

- 1) Existe um prefeito de Diamante do Norte.
- 2) O prefeito de Diamante do Norte é ruivo.
- 3) Existe somente um prefeito de Diamante do Norte.

No entanto, ao fim da década de 1930, Wittgenstein rechaça a relação nome-objeto e introduz um intermediário, que assume a forma de uma regra para governar a aplicação de um nome a seus objetos. O filósofo afasta-se, então, da filosofia lógico-linguística de Frege e Russell, assim como da sua própria, já apresentada na obra *Tractatus Logico-Philosophicus*, publicada em 1921.

Assumindo uma posição crítica, Wittgenstein interroga se na aplicação da regra há a intervenção de algum tipo de representação simbólica da própria regra. Ele chega à conclusão de que, para entender a diferença entre seguir uma regra e agir conforme uma regra, é necessário conhecer todas as suas aplicações e saber escolher entre elas. Assim, refuta a possibilidade de uma intermediação e descobre que é somente por meio do comportamento humano que se pode entender o que quer dizer “seguir uma regra”. Para o estudioso, é o jogo linguístico como um todo que constitui a relação entre nome e objeto, não uma regra.

Nas *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein analisa a afirmação “Moisés não existiu”. Para que se afirme algo, é necessário que haja um falante e

uma linguagem – um sistema de signos que, numa determinada relação, produza um sentido – e um ouvinte, pois, caso contrário, não seria uma elocução. Com base nesse raciocínio, posso dizer “Zizizizi nunca existiu”, ainda que *Zizizizi* não seja um nome e que essa sentença, mesmo aliada a um sentido, não tenha um valor de verdade. Nessa linha de raciocínio, apenas é necessário que eu exista e que disponha de uma linguagem que me permita formular uma sentença – pela qual eu possa criar uma relação entre os signos e produzir sentido – além de alguém que esteja me ouvindo.

Para que a afirmação feita por Wittgenstein – *Moisés não existiu* – tenha um valor de verdade – que seja determinada como verdadeira ou falsa – é preciso que tenha existido alguém em algum dos mundos possíveis a quem se possa atribuir o nome Moisés, caso contrário, mesmo tendo sentido, ela não seria nem verdadeira nem falsa.

Mas, mesmo que nunca tenha existido alguém a quem se possa atribuir o nome *Zizizizi*, isso não impede que a afirmação seja formulada. E o fato de que seja possível formulá-la – mesmo admitindo o ser/objeto nomeado nas ausências temporal (esse alguém existiu, mas não existe mais), espacial (existe, mas não está aqui) ou em ambas – constitui uma pista de que o nome não está, necessariamente, ligado ao ser/objeto nomeado.

#### 1.1.6 A Investigação Enunciativa de Eduardo Guimarães: Foco no Sentido

Com relação ao nome próprio, constatamos que as pesquisas da Filosofia da Linguagem, por estarem vinculadas à Lógica e à Matemática, traçam uma abordagem diferente da Linguística sobre as questões de linguagem que nos interessa.

Com exceção de Wittgenstein, em sua segunda fase, os pensadores anteriormente relacionados procuram se aproximar de uma linguagem perfeita, na qual não haveria contradições ou ambiguidade. Nossa filiação teórica diverge em muitos aspectos do que foi apresentado pelos referidos teóricos, mas reconhece que suas produções foram notáveis, tanto que continuam a influenciar pesquisas ainda na atualidade.

Uma análise semântica em perspectiva enunciativa admite, vigorosamente, a incompletude da linguagem, sua opacidade, rejeitando qualquer indício de obviedade ou literalidade. Tais condições são aceitas como constitutivas da linguagem e necessárias para a produção de sentido. De uma forma geral, constatamos, nos estudos filosóficos apresentados, que conteúdos que interessam à Linguística – principalmente, à Semântica – foram tratados com superficialidade. Como linguistas, nosso compromisso:

[...] é justamente pôr luz sobre os fatos resistentes, tornando visível o seu mecanismo de produção. É, enfim, construir, como diz Pêcheux, procedimentos que exponham a opacidade do texto ao olhar do leitor. (FERREIRA, 2000, p. 31).

No âmbito da linguística brasileira, Eduardo Guimarães tem recebido notoriedade pelos seus trabalhos investigativos em que toma o nome próprio como objeto, debatendo, assim, essa questão nos domínios da Linguística pela perspectiva semântico-enunciativa. Em sua teoria, a Semântica do Acontecimento, o autor debruça-se sobre assuntos já estudados pela Filosofia Política e Filosofia da Linguagem.

A abertura para tratar o nome próprio no espaço de uma Semântica Histórica da Enunciação, de uma Semântica do Acontecimento, marca uma virada diferencial em relação às propostas referenciais, lógicas e classificatórias. (LEITE, 2006, p. 299).

Retomamos, agora, o raciocínio de Guimarães quando escreve sobre a contribuição dos filósofos da linguagem ao estudo dos nomes. Esquadrinhando a produção de cada pensador, o semanticista reflete sobre a produção de sentido e indaga: *o nome próprio tem ou não tem sentido?*

[...] a filosofia da linguagem carrega dentro de suas discussões uma questão cujos limites são também difíceis de estabelecer: o nome próprio tem ou não tem sentido? De um lado está, por exemplo, a posição de S. Mill (1843), para quem o nome próprio não significa (ele diz não conota), o nome próprio só refere (ele diz denota). De outro lado está a posição de Frege (1892) para quem tanto os nomes comuns como os nomes próprios têm sentido e referência. E na medida em que um nome próprio tem sentido, descreve algo, ele refere a este algo. (GUIMARÃES, 2012, p. 1).

Guimarães, ainda, afirma:

Numa posição até certo ponto intermediária, se coloca, por exemplo, Searle (1958, 1969, p. 214-229), que vai dizer que toda vez que um nome próprio é usado ele se liga a um conjunto de enunciados a que está relacionado, e assim ele significa na situação de seu uso, em virtude desta relação. Assim, para Searle, em certa medida, os nomes próprios têm sentido por estarem associados a enunciados descritivos, mas seu sentido é impreciso. Por outro lado, os nomes próprios referem independentemente deste sentido. O meu interesse nessa questão aqui, a partir de uma posição não referencialista e assim distinta das que acima enumerei, não é entrar na discussão filosófica envolvida na reflexão sobre nomes e coisas [...] O meu interesse será tratar [...] a questão do sentido do nome próprio. (GUIMARÃES, 2012, p. 1).

É esta a abordagem adotada por Guimarães quando analisa os nomes próprios: a materialista. Premissa que se distancia, portanto, de perspectivas referencialistas.

Em *Semântica do Acontecimento* ([2002]2005a), o autor perscruta a nomeação a partir da enunciação. Uma de suas notáveis contribuições institui que a nomeação é um processo ligado à memória da língua. Nas palavras do próprio semanticista:

Se, do ponto de vista da filosofia e da lógica, a consideração da linguagem diz respeito ao que é preciso saber como uma expressão linguística se relaciona inequivocamente com aquilo que ela significa (refere), para a linguística, e especificamente para a semântica linguística, a questão não é necessariamente essa. Para a semântica linguística o que interessa é saber, no que diz respeito à relação da linguagem com as coisas, como ao dizer algo fala-se das coisas. Ou seja, a questão não é ontológica, mas simbólica. (GUIMARÃES, p. 9, [2002]2005a).

Focalizando a condição simbólica da linguagem, Guimarães formaliza, então, as categorias *nomeação*, *designação* e *referência*<sup>16</sup>. Por meio da enunciação, o autor desenvolve suas investigações sobre fatos de linguagem, o que orienta toda a sua teoria. Ao direcionar sua atenção para o acontecimento enunciativo, dando importância a esse evento como promotor de sentidos, Guimarães ressalta que o processo de significação é determinado por relações históricas.

Desse modo, o sentido:

É efeito produzido pelas relações linguísticas, simbólicas, diferente, por exemplo, das posições referencialistas e da lógicas, nas quais o sentido se

---

<sup>16</sup> Um olhar mais detalhado sobre os três processos é apresentado na subseção 1.3.2 – *Referência, Nomeação e Designação: Fronteiras Terminológicas*.

dá numa relação linguagem/mundo, que acontece porque as coisas existem de modo acabado no mundo para serem significadas/referidas pela linguagem. (PEREIRA, 2016, p. 182).

Ao buscarmos na Semântica do Acontecimento as bases para a análise de nossa pesquisa, o que nos permite mobilizar conceitos, como *Locutor*, *enunciador*, *espaço de enunciação*, *cena enunciativa*, *designação e nomeação*, poderemos investigar a língua em funcionamento, assim como o processo de constituição de sentido dos enunciados que nomeiam as cidades que surgiram durante o Ciclo do Café no Estado do Paraná.

## 1.2 ANÁLISE DE DISCURSO: VIZINHANÇAS

Abordar o encontro teórico entre Semântica do Acontecimento e a escola francesa da Análise de Discurso é imprescindível. Visto que, mesmo a Semântica do Acontecimento fornecendo contribuições próprias e necessárias aos estudos da linguagem, as influências recebidas da AD são inquestionáveis.

Quando declaramos escola francesa de Análise de Discurso, referimo-nos ao campo teórico-metodológico que tem na figura de Michel Pêcheux, filósofo francês, seu fundador. A AD é uma área investigativa da linguagem que apresenta uma origem mestiça, nascendo nos anos 1960, no cruzamento entre distintas áreas do saber e constituindo-se no entremeio de questões pensadas na “relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise.” (ORLANDI, 2015, p. 117).

Sobre a AD, a pesquisadora Bethania Mariani, no artigo “Silêncio e metáfora, algo para se pensar”, enfatiza:

A análise do discurso é uma disciplina de interpretação. E por ser uma disciplina de interpretação trabalha com o não estabilizado na língua. Língua, aqui, como possibilidade do simbólico, base ao mesmo tempo estruturada e furada. Ou seja, possibilidade do simbólico como inscrição de processos de significação nos quais se materializam a tensão entre o estabilizado e o não-estabilizado, o mesmo e o diferente, o mesmo no diferente e o diferente no mesmo. (MARIANI, 2005, p. 13).

Nosso intuito, então, é apresentar e compreender o enlace de algumas categorias e conceitos do universo discursivo – provenientes da AD – com uma perspectiva semântica de viés enunciativo – a Semântica do Acontecimento.

Essa relação próxima entre as teorias e seus pesquisadores, em alguns momentos, ainda provoca certas dúvidas, principalmente nos estudiosos que estão no início da apropriação dos conhecimentos produzidos por esses arcabouços teóricos. Tal situação é abordada no artigo científico “Fronteiras entre Análise de Discurso e Semântica Histórica da Enunciação: abordagens teóricas”, publicado em 2011, no qual os autores afirmam:

O que dificulta sobremaneira a distinção entre ambas é o quadro científico de que não só as teorias mas os seus praticantes estão em constante diálogo. Portanto, na prática, o efeito de semelhança passa a ser constante, a visitação de noções entre elas, frequente, e a distinção entre ambas, reservada para lentes mais aguçadas. Contrariando o raciocínio amador, asseveramos que semelhança não justifica unificação. A superficialidade da semelhança não se sustenta diante da cientificidade específica. (STEIGENBERGER; MACHADO; SCHREIBER DA SILVA, 2011, p. 54).

Primeiramente, é necessário esclarecer que os dois pressupostos teóricos, apesar de estabelecerem uma grande sintonia e diálogos constantes, dedicam-se a objetos de pesquisa distintos. O da Análise de Discurso é o *discurso*<sup>17</sup>, que é assumido como lugar da movência dos sentidos, da provisoriade da significação:

Movimento dos sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios: isto é discurso, isto é o ritual da palavra. (ORLANDI, 2015, p. 8).

O foco da Semântica do Acontecimento – também chamada de Semântica Histórica da Enunciação ou SHE – é a *enunciação*. Como pode ser constatado na citação a seguir:

A SHE mantém relações estreitas com a AD pela partilha de alguns conceitos. Embora alguns dos procedimentos de ambas, à primeira vista,

---

<sup>17</sup> Vale ressaltar que a AD de escola francesa possui uma forma muito particular de compreensão sobre o que é o discurso, distanciando-se de teorias da linguagem que assumem um caminho analítico centrado na perspectiva pragmática.

atestem um certo efeito de sinonímia, essa suposta sinonímia é logo desfeita quando da consideração crucial de seus objetos de trabalho: o objeto da AD é o discurso e o objeto da SHE [Semântica do Acontecimento] é a enunciação. (STEIGENBERGER; MACHADO; SCHREIBER DA SILVA, 2011, p. 58).

Mais especificamente sobre a *enunciação*, é preciso ressaltar que:

SHE e AD abordam as noções de enunciação e discursividade, uma vez que seria por demais imaturo pensar a linguagem disposta a exclusões radicais. Contudo, ao fazê-la, não se deve cair na ingenuidade de pensá-las igualmente, uma vez que a AD pensa a enunciação determinada pela contingência discursiva. Seria uma possibilidade de enunciação determinada pela discursividade (foca-se mais o discurso que a própria enunciação), enquanto que a SHE, quando fala em discursividade, o faz relacionando-a ao acontecimento enunciativo. Seria a possibilidade da discursividade determinada pela enunciação (foca-se mais o funcionamento e suas feições que a virtualidade de um discurso). As determinações constitutivas dos dois saberes baseiam-se fundamentalmente na organização de que a AD é do campo da disposição da língua que vislumbra sujeito e história; e a SHE é do campo da execução da língua que instaura os mesmos sujeito e história. E é claro que um pode e fala do outro. A distintividade é uma perspectiva situacional, que não condena o diálogo. (STEIGENBERGER; MACHADO; SCHREIBER DA SILVA, 2011, p. 61).

É pela diversidade, pelo pensamento eclético que a Linguística se constitui como ciência, em sua pluralidade de teorias, a análise do objeto *língua*, por exemplo, possibilita percursos distintos de raciocínio: a língua é discurso para a AD (PÊCHEUX, [1975] 2009) e, para a Semântica do Acontecimento, é possibilidade de enunciação (GUIMARÃES, [2002]2005a).

O princípio de que a enunciação é a língua colocada em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento, mostra-se como uma das bases constituintes da Semântica do Acontecimento. Desse modo, o *acontecimento* – relação do interdiscurso com as regularidades da língua – é constitutivo de sentido.

Compreendemos o conceito de *interdiscurso* tal como apresentado por Orlandi (2015, p. 29):

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada.

A autora reproduz a tese construída por Michel Pêcheux na obra *Les Verités de la Palice: Linguistique, Sémantique, Philosophie*, de 1975, traduzida em língua portuguesa pela própria Orlandi et al. A versão brasileira recebeu o título *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* e foi publicada pela Editora da Unicamp.

Guimarães constrói, mais uma vez, um diálogo com a AD ao definir que a Semântica do Acontecimento “se constitui no lugar em que trata a questão da significação ao mesmo tempo como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia” (1995a, p. 85). Sendo assim, o autor concebe que a linguagem opera na relação entre língua e interdiscurso.

Retomando a definição de *língua* para Semântica do Acontecimento, gostaríamos de ressaltar que essa noção consiste em um:

[...] fenômeno histórico que funciona segundo um conjunto de regularidades, socialmente construídas, que se cruzam e podem ir permitindo mudanças nos fatos sem que isso possa ser visto como desvio ou quebra de uma regra. Quanto a uma língua diríamos que ela é uma dispersão de regularidades linguísticas que a caracteriza, necessariamente, como fenômeno constituído sócio-historicamente. (GUIMARÃES, 1987, p.17).

Para a AD, o discurso é o lugar de contato entre língua e ideologia, caracterizando-se pelo fato de que os sentidos se constituem na opacidade das diferentes posições ideológicas possíveis. Abordar a noção de ideologia sob perspectiva discursiva exige pensar:

O fato mesmo da interpretação, ou melhor, o fato de que não há sentido sem interpretação, atesta a presença da ideologia. Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. (ORLANDI, 2015, p. 43-44).

A materialidade linguística, portanto, deve ser analisada em sua constituição discursiva, uma vez que o processo discursivo é determinado pelas

condições de produção de sua enunciação, pelo entrelaçamento de discursos e pelas posições-sujeito. Ou seja, a AD:

[...] leva em conta a materialidade da linguagem, em outras palavras, sua não transparência, e coloca a necessidade de um 'instrumento teórico' para se ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica – linguística e histórica – em uma palavra, a discursividade. A Análise de Discurso é a disciplina que vem ocupar o lugar dessa necessidade teórica trabalhando a opacidade do dizer e vendo nessa opacidade a intervenção do político, do ideológico, ou seja, o fato mesmo do funcionamento da linguagem: a inscrição da língua na história para que ela signifique. (ORLANDI, 2004a, p. 20).

Orlandi (2008) defende que é justamente o trabalhar n/o cruzamento entre discursos que confere particularidade à AD como ciência, pois as condições que produzem os sentidos são compostas pelas formações discursivas que estão presentes no interdiscurso e que repercutem as formações ideológicas. Além disso, as formações discursivas refletem, também, como as posições-sujeito – posições ideológicas assumidas de diferentes lugares sociais – constituem sentidos distintos. Dessa forma, são todos esses aspectos que cooperam para o sentido da enunciação.

Entendemos que apresentar as afinidades, as fronteiras e os contrastes entre a Semântica do Acontecimento e a AD auxiliam na compreensão da importância das contribuições científicas de caráter discursivo para estudos que focam na enunciação.

Agora, abordaremos a noção de *acontecimento*. Para a AD, o acontecimento sempre tem seu início antes, algo precedente em algum lugar que desencadeia um efeito anterior. O acontecimento discursivo é constituído por um passado que se atualiza ao se tornar presente, o *interdiscurso*<sup>18</sup>, sendo constituído de historicidade.

---

<sup>18</sup> À concepção de interdiscurso, Orlandi (2015) contrasta a de *intradiscurso*. A pesquisadora associa o interdiscurso ao eixo da *constituição*, “um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos que representam o dizível (p. 30-31). Ao eixo horizontal – o *intradiscurso* –, a teórica relaciona o conceito de *formulação*, “isto é, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas” (p. 31). Dessa maneira, a enunciação ocorre no entrecruzamento de duas bases: a da memória (*constituição*) e a da atualização do já-dito (*formulação*). A paráfrase (a repetição do mesmo) é condição prévia e imprescindível para que a polissemia (a ruptura, a instalação de um sentido outro) possa se realizar.

Em *Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: Uma análise da Marcha das Vadias*, de 2012, Amanda Pontes Rassi investiga como a declaração do policial Michael Sanguinetti sobre os estupros ocorridos na Universidade de Toronto, em janeiro de 2011, deu início a um processo de ressignificação do termo “vadia”.

Na ocasião, Sanguinetti afirmou que “as mulheres deveriam evitar se vestir como vadias para não serem vítimas”, imputando a culpa pelo crime às próprias mulheres violentadas. Após isso, a palavra “vadia” foi apropriada pelo movimento feminista e empregado em protestos, tendo como marco a “Marcha das Vadias”, que teve sua primeira edição no dia 03 de abril de 2011, em Toronto.

Segundo Pêcheux (2015, p. 43), o acontecimento histórico é “um elemento histórico descontínuo e exterior”, é um evento que causa nova leitura, ou seja, é um fato histórico como resultado de uma interpretação. Rassi identifica na “Marcha das Vadias” um acontecimento histórico, um evento que enseja repetição, que provoca descontinuidade, ressaltando-no, também, como acontecimento discursivo: o nome “vadias” foi posto em cheque para conquistar um novo significado, transformando-se, assim, numa palavra de ordem do movimento feminista.

Depois do acontecimento histórico das manifestações promovidas pelo movimento, o termo “vadia” entrou em choque com o interdiscurso e se rebelou, possibilitando novos significados. A “vadia”, em locais específicos e sob um discurso específico, passou a ser a mulher dona de seu corpo, livre viver em sociedade e que rechaça assumir a culpa pela violência masculina.

Nessa perspectiva, o acontecimento histórico é constituinte do acontecimento discursivo. O acontecimento discursivo, desse modo, só se efetiva pelo suporte material da realidade. Para compreendermos os deslizos discursivos e as rupturas na memória, o conceito de acontecimento discursivo funciona como norte para a identificação de derivas possíveis de sentido.

Para a Semântica do Acontecimento, um acontecimento sempre marca o começo de outro, a significação é latente e repercute na futuridade. Os sentidos nunca se fecham, nunca terminam. O passado, para esta semântica enunciativa, é determinado por um *memorável* (GUIMARÃES, [2002]2005a) que é

recortado no presente do dizer, na enunciação. A seguir, vejamos como a noção de temporalidade é definida:

E o que é esta temporalidade? De um lado, ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro. Por outro lado, este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, reminiscências de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, [2002] 2005a, p. 12).

A temporalidade, desse modo, desvencilha-se do caráter cronológico. Sua configuração é heterogênea, sendo constituída na interface entre passado, presente e futuro. Nesse raciocínio, quando algo é enunciado no presente, no acontecimento do dizer, sempre reatualizará enunciações passadas, as quais constituem e significam esse dizer. O que está sendo dito não produz sentido somente no agora, projetando, também, um futuro de significação.

Dando continuidade à explanação sobre o conceito de *acontecimento*, o autor diz:

[...] o acontecimento de linguagem não se dá no tempo, nem no tempo do locutor, mas é antes, um acontecimento que temporaliza: uma temporalidade em que o passado não é um antes, mas um memorável, recortado pelo próprio acontecimento que tem também um futuro como uma latência de futuro. O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturado pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nessa memória, portanto, não é estar no tempo (dimensão empírica). O acontecimento em que se fala é, do meu ponto de vista, espaço de temporalização. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 14-15).

Desse modo, para finalizarmos essa reflexão:

Entre tantos movimentos de passado, podemos dizer que há uma diferença sutil: para a AD o interdiscurso é a noção que propicia uma atualização

(trazer um passado para o presente, produzindo o sentido); para a SHE, o memorável é a noção que propicia um recorte (encontrar um passado no interior de um presente, conduzindo o dizer a uma orientatividade futura, cerne argumentativo). Logo, a noção de passado, cara para a constituição do sentido, tanto para a SHE quanto para a AD, é procedimentalmente distinta em ambas as teorias [...] (STEIGENBERGER; MACHADO; SCHREIBER DA SILVA, 2011, p. 63-64).

Mesmo revisitando conceitos da AD, a semântica enunciativa de Guimarães organiza-se em um campo distinto de investigação, por isso, “deslocar o modo de raciocínio de um outro campo teórico acarreta certas reescrituras e requer algumas considerações.” (STEIGENBERGER; MACHADO; SCHREIBER DA SILVA, 2011, p. 58).

Possibilitar alguns esclarecimentos, com vistas a entender os distanciamentos e aproximações entre a AD e a Semântica do Acontecimento foi o que buscamos nesta parte de nossa tese. Apesar do diálogo profícuo, cada uma das teorias tem seu território de análise, com concepções e metodologias próprias.

### 1.3 SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO: ITINERÁRIO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A Semântica do Acontecimento – área de estudos da significação – vem sendo desenvolvida pelo linguista Eduardo Guimarães desde os anos 1980. É uma teoria enunciativa, de viés materialista, que propõe um modo diferenciado de estudo dos nomes, próprios e comuns. Nesse pressuposto teórico-metodológico, seu autor apresenta definições singulares, revisitando os conceitos de *semântica* e de *acontecimento*:

É no espaço conformado por estas duas necessidades que procurarei configurar o que é para mim uma semântica do acontecimento. Ou seja, uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 7).

Ao explicar a Semântica do Acontecimento, Guimarães a caracteriza como parte das Ciências Humanas, estando relacionada, mais intimamente, à Linguística, Psicologia, História e Filosofia. É nessa intersecção que a teoria nasce e tem se desenvolvido ao longo dos anos.

A pesquisadora e docente da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Sheila Elias de Oliveira, no artigo científico “*Ants*: um gesto de nomeação”

(2015), explica em que consiste uma semântica afetada pelas abordagens enunciativa e materialista. Segundo a estudiosa:

Para toda semântica enunciativa, a relação entre língua e sujeito falante está no centro da descrição do fato de linguagem considerado. Esta posição está presente já na apresentação de Todorov ao número 17 da Revista Langages, um marco na institucionalização dos estudos enunciativos como domínio da Linguística (TODOROV, 1970). Por sua vez, para uma semântica materialista, como a que propõe Guimarães, o sujeito falante não é uma categoria empírica, tal como o concebe Ducrot (1987), mas uma categoria enunciativa e, como tal, política. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 214).

Sobre conceber a semântica como ciência, Guimarães expõe que é uma “disciplina científica que se ocupa da significação como uma disciplina geral e não como um componente da gramática.” (2018, p. 7), ou seja, “uma semântica que analisa enunciados e expressões no acontecimento da enunciação.” (GUIMARÃES, 2018, p. 9). Assim, o pesquisador esclarece seu lugar de semanticista, explicando o ponto de partida de suas análises.

Neste momento, expomos as palavras de Benveniste, com as quais Guimarães estabelece um expressivo encontro teórico, salientando a importância da língua para o homem na relação construída consigo mesmo e com a sociedade em que vive.

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e ação; vemos dessa vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo, em resumo, organizando toda a vida dos homens. É a língua como instrumento da descrição e do raciocínio. Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e, por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento do raciocínio. (BENVENISTE, 2005, p. 229).

A respeito da enunciação, o semanticista brasileiro afirma que o conceito pode ser definido como “acontecimento de linguagem”, pois “se constitui pelo funcionamento da língua” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 11), efetivando-se, sempre, em um espaço de enunciação.

O autor destaca que a “significação é o que se apresenta por aquilo que se diz.” (GUIMARÃES, 2018, p. 13-14), o que corresponde caracterizar a significação do dizer como algo ocorrido, de um modo tal que a “significação é produzida pela enunciação, por alguém, de algum material de linguagem específico.”

(GUIMARÃES, 2018, p. 8), em outras palavras, a significação se produz pela enunciação. Nessa perspectiva, não se trata de pensar as palavras em si mesmas, de forma hermética, mas de analisar o que se diz, “ou seja, algo que se caracteriza por ter ocorrido e ocorrido porque alguém disse (falou, escreveu, etc.).” (GUIMARÃES, 2018, p. 14).

Guimarães tece, também, esclarecimentos necessários à compreensão de sua forma de pensar as relações entre sujeito, sentido, enunciação e linguagem, como pode ser observado na citação a seguir:

Tratar da enunciação coloca de saída a questão do sujeito que enuncia e, assim a questão do sujeito na linguagem. E para os meus propósitos isto deve levar a uma recolocação do lugar dos estudos da enunciação num espaço distinto do que eles ou têm ainda em certas de suas formulações. Para mim, o tratamento da enunciação deve se dar num espaço em que seja possível considerar a constituição histórica do sentido, de modo que a semântica se formule, claramente, como uma disciplina do campo das ciências humanas, fora de suas relações com a lógica ou a gramática pensadas ou como o matematizável, ou como uma estrutura biologicamente determinada. (GUIMARÃES, 1995a, p. 8).

Sendo assim, a Semântica do Acontecimento preconiza um estudo do sentido entrelaçado ao acontecimento do dizer, entendendo a significação a partir da exterioridade da língua, privilegiando elementos, como: o sujeito, o mundo e a história. Orlandi, dentro dos preceitos pecheutianos, indica que tais princípios favorecem o *interdiscurso* que “é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido.” (ORLANDI, 2007, p. 87). Desse modo, é necessário que algo já tenha sido dito por um sujeito determinado e este possua conhecimento de mundo, retomando-o como memória do dizer – essa memória é o *interdiscurso*.

O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isso é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, separe na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentidos “minhas” palavras. (ORLANDI, 2015, p.31)

O recorte do passado, para a Semântica do Acontecimento, é denominado de *memorável* e a projeção de enunciações futuras, de *futuridade*. Ao enunciarmos algo, a temporalidade do acontecimento é significativa, de modo que “enunciar num acontecimento é dizer algo com sentido, que se produz pela temporalidade própria de cada acontecimento.” (GUIMARÃES, 2018, p. 41).

Entre temporalidades distintas, memorável e futuridade, buscamos na literatura uma reflexão sobre a noção de memória. Nesse sentido, apresentamos um trecho da obra *O caderno*, do escritor português José Saramago, que discorre sobre a questão. Na análise de nosso *corpus* de pesquisa, a memória é instância importante, pois constitui e significa as cidades, assim como seus nomes. Ao significar as cidades, os seus habitantes/cidadãos também são significados.

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidivo como o próprio tempo. [...] O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar. (SARAMAGO, 2009, p.15).

A Semântica do Acontecimento é constituída de vozes que enunciam outras teorias pertencentes ao universo da linguagem. Em seções anteriores, elencamos a Filosofia da Linguagem e a AD. Mas, além desses dois campos de conhecimento, ressaltamos a conexão com os postulados de estudiosos advindos da Semântica, como Michel Bréal e da Enunciação, como Émile Benveniste e Oswald Ducrot.

Logo, as contribuições desse arcabouço teórico aos estudos enunciativos da significação são inúmeras, pois fornecem aos pesquisadores da área uma série de ferramentas para o estudo dos nomes próprios/comuns, não analisando a língua por si só, mas abrangendo, também, sua exterioridade.

Nesse caminho, devemos enfatizar que, ao definir o que é a *língua*, Eduardo Guimarães apresenta um posicionamento diferente, se comparado ao de Ferdinand de Saussure: “A língua de Saussure não inclui a referência, já que, como sistema fechado, não tem relação com o que lhe é externo.” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2006, p. 25).

A perspectiva adotada pelo linguista brasileiro confere um caráter particular aos estudos da enunciação, advertindo que o que se diz é constituído na linguagem e pela linguagem. Assim, ao conceber a Semântica do Acontecimento

como instrumento de investigação, o autor ressalta a necessidade de se atrelar o estudo do sentido ao processo da enunciação, ou seja, ao acontecimento do dizer.

Observamos, então, que Guimarães debruça-se sobre o que Saussure chegou a relacionar em *Curso de Linguística Geral* (1916), mas não desenvolveu estudos mais aprofundados, deixando tal condição em segundo plano. Em *Curso de Linguística Geral*, o mestre genebrino define a *língua* como objeto de estudo da Linguística. Para ele, a língua se constitui como estrutura, como sistema compartilhado socialmente, reservando à *fala* o aspecto individual, a subjetividade. Ao definir a dicotomia língua-fala, Saussure ([1916]2012, p. 45) informa que esta última “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor.”, desligando-a do histórico-social.

Para Guimarães, a significação está justamente centrada no que Saussure deixou de tratar como parte integrante do conceito de língua, ou seja, o mundo, o sujeito, o referente, a história. O semanticista busca, então, focar no que Saussure excluiu, levando em consideração não apenas o sistema linguístico, mas também a discursividade, a historicidade da língua, afirmando que a exterioridade discursiva não exclui a particularidade do sistema linguístico. Nas palavras do próprio Guimarães:

Procuramos agora construir o espaço próprio para nossa definição de sentido. [...] a reintrodução da exterioridade saussureana se dá como questão lingüística em abordagens como as de Benveniste e Ducrot [...] Mas estas posições mantêm a exclusão da história. Para nós interessa, exatamente, a inclusão da história. Ou seja, tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente. [...] a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. (GUIMARÃES, 1995a, p. 66).

Atentando-se às correntes teóricas que relevam o processo de enunciação, Guimarães elege dessas teorias algumas categorias de análise, as quais foram revisitadas e redefinidas durante o processo de elaboração de sua semântica enunciativa.

Em Ducrot, por exemplo, a história é abordada de forma cronológica. Guimarães (1993, p. 27) critica essa abordagem, sustentando que “a enunciação é histórica pelo fato de não se reduzir a um evento em uma situação, e tampouco a um ato do sujeito, ou de falar com alguém, ou de apropriar-se da língua”. Assim

sendo, a Semântica do Acontecimento busca concatenar a enunciação, que é um acontecimento histórico-social, com a língua.

Nessa linha de pensamento, o enunciado é um efeito da prática social, em que os sentidos são constituídos pelos lugares ocupados pelo sujeito, sendo caracterizados pela história e pelo social no acontecimento enunciativo. Dessa maneira, “a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência.” (GUIMARÃES, 1995a, p. 66); a significação é histórica, pois a história é constituída no presente da enunciação. Por isso, a Semântica do Acontecimento não concebe a história no sentido cronológico.

Guimarães (1995a) trabalha a problemática do sentido pelo caráter enunciativo em que o processo de enunciação é tomado historicamente. O que significa dizer que o sentido é consequência da memória, dos lugares sociais assumidos pelo sujeito, do entrelaçamento de discursos, no presente do acontecimento. Ao inserir a historicidade nos estudos semânticos, Guimarães (1995b) aborda a enunciação estabelecendo uma relação entre o *acontecimento* e a *língua*.

Mônica Graciela Zoppi-Fontana, no artigo “A arte do detalhe”, assinala as contribuições da Semântica do Acontecimento para as Ciências da Linguagem, afirmando:

A novidade da abordagem enunciativa proposta por Guimarães se encontra alicerçada em sua concepção de enunciação como acontecimento e de sua definição do espaço de enunciação. Como consequência destes dois conceitos teóricos, tanto a noção de sujeito (na sua dimensão de falante e de locutor) quanto a noção de temporalidade, pilares da tradição de estudos enunciativos aberta por Benveniste (1966), são afetadas no seu cerne e deslocadas para um quadro teórico que as redefine e relaciona com uma reflexão semântico-enunciativa sobre a textualidade. (ZOPPI-FONTANA, 2012, p. 6).

Ao apresentar uma semântica alicerçada na historicidade da língua, o semanticista brasileiro assume que o sujeito é inscrito em um processo histórico construído na linguagem e por meio da linguagem.

### 1.3.1 Infraestrutura Analítica: Conceitos-chave

Para realização desta pesquisa, faz-se necessária a retomada de alguns conceitos essenciais que serão úteis para a construção da análise e é por isso que iremos revisitá-los. Primeiramente, é importante ponderarmos a noção de *acontecimento*, uma vez que os nomes das cidades – enunciados – surgem no acontecimento enunciativo.

Para Guimarães ([2002]2005a, p. 7), o enunciado é “lugar de observação do sentido” e o acontecimento é compreendido como discurso em uma prática descontínua, articulando temporalidades diferentes, sua materialidade significa e precisa ser interpretada no jogo de sua instância, na pontualidade em que se mostra e em sua dispersão temporal.

Por esse ângulo, podemos dizer que o acontecimento de nomeação de uma cidade é um processo multifacetado, que não é realizado de forma aleatória, sendo composto por fatores ideológicos e um memorável de enunciações já-ditas. O semanticista, assim, explora a concepção de acontecimento, sustentando:

O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ou seja, ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. Ele instala uma temporalidade: essa a sua diferença. De um lado o acontecimento constitui um presente e abre uma latência de futuro, sem a qual ele não é um acontecimento de linguagem, sem a qual ele não significa, pois sem ela nada há aí de projeção de sentido. O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um memorável que os faz significar. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 59).

Orientados pela perspectiva apresentada, trabalharemos com conceitos necessários à atual investigação, são eles: *enunciação*, *espaço de enunciação*, *cena enunciativa*, *Locutor*, *enunciador*.

A *enunciação*, conforme já apresentamos, é vista como língua colocada em funcionamento pelo interdiscurso no acontecimento, uma vez que o acontecimento – relação do interdiscurso com as regularidades da língua – torna-se constituído de sentido. O ato de enunciar é histórico, sendo assim, nomear um lugar também é um ato histórico.

Sobre essa noção, em sua tese de doutorado intitulada *As metáforas da língua nacional*, a linguista Mariângela Peccioli Galli Joanilho afirma:

E. Guimarães vem realizando um esforço teórico de construir um conceito de enunciação, em que se considere o acontecimento enunciativo como espaço da divisão do sensível em que se regula o dizível: o homem está necessariamente afetado por um conflito de relações sociais que lhe negam as relações do dizer e que lhe impõem outras. Isso quer dizer que enunciar é (re)significar, é (re)dividir o sensível. (JOANILHO, 2005, p. 82).

Para se compreender o acontecimento por meio da enunciação, é necessário reconhecer seu caráter discursivo e contemplar sua natureza histórica, conforme já ressaltamos. Ao incluir a historicidade no domínio dos estudos semânticos, Guimarães (1995b) examina o processo de enunciação dentro da relação acontecimento-língua. A enunciação, desse modo, passa a ser “um acontecimento de linguagem, perpassado pelo interdiscurso que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona ao ser afetada pelo interdiscurso”. (GUIMARÃES, 1995b, p. 67). Logo, a enunciação não é algo sistematizado intelectualmente pelo sujeito e nem é restrita ao contexto em que se fala.

O *espaço da enunciação* é constituído pela relação língua-falante – uma relação de interdependência – posto que só existe língua porque existem falantes e só existem falantes porque existe língua. No tocante à pesquisa em desenvolvimento, o espaço de enunciação é configurado pela língua portuguesa. É por meio dela que os nomes de cidades, integrantes do *corpus* de análise, são enunciados e constituem sentidos.

O espaço de enunciação é o espaço de relações linguísticas no qual elas funcionam na sua relação com falantes. Assim, não há línguas sem outras línguas, e não há línguas sem falantes e vice-versa. Um aspecto importante na configuração do espaço de enunciação é que as línguas do espaço de enunciação são distribuídas de modo desigual, não se é falante das línguas deste espaço da mesma maneira. O espaço de enunciação é, então, um espaço político do funcionamento das línguas. (GUIMARÃES, 2018, p. 23-24).

Os *falantes* não são figuras empíricas, mas políticas, determinadas pela língua que falam e constituídas pelo espaço de enunciação: “são sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de língua e falantes.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 18). Essa categoria, desse modo, é trabalhada como elementar nos debates propostos pela Semântica do Acontecimento.

Apresentamos, agora, uma definição detalhada sobre o conceito, elaborada pelo próprio Guimarães:

O falante é um lugar de enunciação determinado pela relação com a língua, no espaço de enunciação. Ou seja, as línguas do espaço da enunciação se relacionam umas com as outras na medida em que constituem seus falantes. E esta constituição dos falantes se faz pelo modo como as línguas determinam os falantes, agenciam os falantes como algum de seus modos. O falante não é, portanto, uma pessoa física. É uma figura linguística constituída por essa relação de línguas, que tomam os falantes, que se distribuem desigualmente para os falantes constituí-los. Em outras palavras, o falante não é uma pessoa, enquanto tal, um ser físico, biológico, psíquico. O falante é um 'ser' de linguagem constituído por uma relação de línguas. (GUIMARÃES, 2018, p. 24-25).

Os papéis sociais, diferentemente tomados pelos falantes na relação com a língua, identificam valores hierárquicos que podem ser atribuídos à divisão social da língua, marcada por uma disputa política, nessa percepção, "o espaço de enunciação é assim político." (GUIMARÃES, 2003c, p. 48). Guimarães ([2002]2005a, p. 21) afirma que enunciar "*é estar na língua em funcionamento*", falar é, portanto, assumir um papel ativo em uma zona de confronto, é estar em uma relação de poder, desigual e hierárquica.

A *cena enunciativa* é formada por lugares constituídos pelos dizeres sinalizados por uma temporalização própria de acontecimento, e não por donos de seu dizer. Esses lugares são determinados pelo processo enunciativo, caracterizados por embates ideológicos e relações impulsionadas pela moral e ética, que fixam a distribuição de papéis sociais no acontecimento. É na cena enunciativa que se regulam formas de acesso à palavra, viabilizando a relação entre os lugares de enunciação e as formas linguísticas. Segundo Guimarães ([2002]2005a, p. 23) "assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia.", e ao configurar a cena enunciativa como zona de articulação desses lugares de enunciação, o teórico conceitua, também, o que é o *Locutor* e o que é o *enunciador*.

Dentro do quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, "os falantes são tomados por agenciamentos enunciativos." (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 22). A distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento enunciativo interliga-se ao *político* na enunciação, o agenciamento é "afetado politicamente por se dar segundo os espaços de enunciação." (GUIMARÃES, [2002]2005, p. 23). E, nesse cenário de desdobramento enunciativo, heterogêneo, que surgem as representações de *Locutor*, *locutor-x* e *enunciador*.

Para Guimarães ([2002]2005a), o *Locutor* (com L maiúsculo) é o que se representa como fonte do dizer, não é uma figura do mundo físico, haja vista que é estruturada pelo sentido e fundamentada pela enunciação:

L é então o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer. E desta maneira representa o tempo de dizer como contemporâneo deste mesmo L, e assim representa o dizer como o que está no presente constituído por este L. Mas esta representação de origem do dizer, na sua própria representação de unidade e de parâmetro do tempo se divide porque para se estar no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, e de que modo, e em que língua (enquanto falantes). (GUIMARÃES, [2002]2005, p. 24).

É a figura do Locutor, no caso de nossa pesquisa, que toma a palavra, enuncia e nomeia as cidades:

O falante é agenciado em Locutor pelo funcionamento da língua no acontecimento de enunciação. [...] Ou seja, o falante ao ser agenciado em Locutor é agenciado como aquela que fala para alguém (seu Locutário), enquanto tomado no mesmo espaço de enunciação, constituindo uma relação específica de acontecimento. (GUIMARÃES, 2018, p. 55).

Na enunciação, há o desdobramento de *L* em *locutor-x*, lugar social que o autoriza a falar de um modo específico (locutor-vereador, locutor-colonizador, locutor-administrador, por exemplo). É importante ressaltar que o Locutor só se constitui como tal, pois ocupa sempre um lugar social definido. Dessa forma, “a figura do Locutor é díspar entre si.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 24).

O *enunciador* é apresentado como perspectiva do dizer, ou seja, lugar de dizer do Locutor. Como enunciador, o Locutor, afetado pelo esquecimento de que fala de um lugar específico, divide-se como se dissesse de algum lugar meramente do dizer: “O enunciador é um lugar X que se relaciona com o que se diz no acontecimento. Tem-se assim na cena enunciativa um lugar de dizer cuja relação centra-se no modo como se diz o que se diz, e nesta medida uma relação com o que se diz.” (GUIMARÃES, 2018, p. 65). Assim, esses lugares de dizer, é o que Guimarães denomina de enunciadores e “se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 26). Os enunciadores podem ser de quatro tipos:

1) *Individual*: em que Locutor se apresenta como um indivíduo específico, produzindo um efeito de origem, como pode ser observado na citação a

seguir, proferida por um pioneiro de Londrina, Antônio Menolli, carroceiro aposentado e ex-sitiente, que na época da entrevista tinha 83 anos:

**Eu nasci** em Jaú...e depois **vim** para Pederneira e **fiquei** mais trinta e dois anos aí, não é, em Pederneira. Depois **vim** para cá (...) E, sabe, lá a terra ficou meio velha e a família era grande. **Meu** pai tinha sete filhos e não dava para todo mundo. **Eu via** que aquilo, ao invés de melhorar ia piorar. Precisa trabalhar que nem louco. Na roça não tinha futuro era terra velha e cansada, não é? Aí **eu arrisquei** a vida, **não tinha** dinheiro não! Aí aquela fama, vinha corretor, ia daqui pra lá, não é? E que lá é bom e tudo (...) (MENOLLI, 1995, p. 72, grifos nossos).<sup>19</sup>

2) *Coletivo*: que se relaciona a um lugar corporativo, apresentado como um todo específico pelo lugar de dizer. Nesta perspectiva, é o lugar de dizer em que a voz do grupo é uma única voz, é a voz de uma comunidade. Para exemplificar este tipo de enunciador, apresentamos um trecho do discurso de posse do primeiro presidente da Câmara de Vereadores de Londrina, Senhor João Wanderley.

Não convém, pois, **a nós**, doutrinas de opressão, senão aquelas que, sem essa calamidade, estejam de conformidade com o **nosso liberalismo** milenar. E para que essas convicções republicanas não desfaleçam, é preciso que se respeitem as aspirações populares e que **sejamos** aqui os verdadeiros e fiéis depositários da confiança pública. Disso pode o povo estar certo, que o futuro desta terra exuberante estará em **nossas mãos** durante quatro anos, menos certo não é o **nosso patriotismo** e o **nosso imenso amor** pelo progresso de Londrina. (WANDERLEY, 1936, s/p, grifos nossos).

3) *Universal*: o Locutor diz, ao falar sobre o mundo, de um lugar que promove sentidos de universalidade, apresentando-se como um dizer para todos, acima da história, como se fosse a expressão de uma verdade. Está muito presente no discurso da ciência, mas não é exclusivo dele. Para exemplificar, trazemos a definição de “município” encontrada no website do IBGE:

---

<sup>19</sup> Transcrição original da entrevista concedida ao historiador José Miguel Arias Neto, publicada em “Pioneirismo: discurso político e identidade regional”, artigo veiculado pela *Revista História e Ensino*, em 1995. O pesquisador ressalta que para compor seu trabalho, “Ao todo, foram coletados dezessete depoimentos de pessoas de diferentes classes sociais, cuja faixa etária varia de 68 a 87 anos e que se fixaram em Londrina entre 1933 e 1950. Esse conjunto totaliza vinte horas de gravações e mais de quinhentas páginas datilografadas de transcrição, além de fichas de depoimentos, termos de doação e caderno de campo”. (ARIAS NETO, 1995, p. 71)

Os municípios constituem as unidades autônomas de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. Sua criação, incorporação, fusão ou desmembramento dependem de leis estaduais, que devem observar o período determinado por lei complementar federal e a necessidade de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações envolvidas, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da lei. Os municípios são regidos por leis orgânicas, observados os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na constituição do estado onde se situam, e podem criar, organizar e suprimir distritos.<sup>20</sup>

4) *Genérico*: é a voz do senso comum, lugar de dizer característico dos provérbios e ditos populares, definindo-se pelo apagamento do lugar social, como nos exemplos: *Quem tudo quer, nada tem*; *Pimenta nos olhos dos outros é refresco*; *Para bom entendedor, meia palavra basta*. O enunciado *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, slogan da campanha eleitoral de Jair Messias Bolsonaro, dada a sua insistente enunciação nos diversos veículos midiáticos, conquistou um funcionamento semelhante ao de um provérbio. Existem, inclusive, alguns desdobramentos que circularam nas redes sociais, como: “Verdade acima de tudo, fazer a coisa certa acima de todos”; “Deus acima de tudo, meu ego acima de todos”; “Brasil abaixo de tudo, Deus nem existe”. Formas subversivas que recuperam a memória do funcionamento de enunciações de cunho popular.

Pensar as representações de *Locutor* e *enunciador* no acontecimento de nomeação de cidades contribui para que reflitamos sobre de que lugar são produzidas essas nomeações e quem são os sujeitos autorizados a nomear. Dessa maneira, possibilitando-nos reconhecer as condições ideológicas e hierárquicas inerentes ao ato de nomear.

### 1.3.2 Referência, Nomeação e Designação: Fronteiras Terminológicas

Com relação ao estudos dos nomes, são princípios elementares para a Semântica do Acontecimento: *a referência, a nomeação e a designação*. Noções sobre as quais Guimarães ([2002]2005a) pontua diferenças e tece algumas considerações.

---

<sup>20</sup> Disponível em: <[https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas\\_metodologicas.html?loc=0](https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

Para o semanticista, a *referência* é um procedimento linguístico pelo qual se indica algo na enunciação e pela enunciação, particularizando-o em situação concreta de comunicação, apontando-o no mundo.

A referência se realiza exatamente em virtude do que o nome significa, designa. Nesta medida consideramos que a linguagem é o que dá condições para se falar das coisas, falar de algo, falar de alguém. Não porque a significação seja uma relação referencial, mas porque sua significação constitui as coisas enquanto coisas significadas. A referência não é o fundamento do sentido, é algo que resulta, necessariamente, do sentido. (GUIMARÃES, 2018, p. 154).

Na sentença *Jataizinho é um pacato município do interior* temos a construção linguística *pacato município do interior* constituindo a identidade do referente *Jataizinho*.

O termo referente, por sua vez, designa as entidades que são identificadas, localizadas, percebidas, constituídas pela referência. Aqui, o termo “entidade” é compreendido em sentido amplo, e abarca, por exemplo, cidades, como Belo Horizonte; pessoas e animais, como Pedro, elefante; objetos, como lápis; eventos naturais, como chuva; fatos, como Segunda Guerra Mundial; conceitos, como machismo ou raiz quadrada de 36. (DIAS, 2020, s/p).

A respeito da *nomeação* e da *designação*, podemos afirmar que são conceitos que se constituem em uma relação de interdependência. Conforme a Semântica do Acontecimento, após o acontecimento de nomeação de uma cidade, o nome que o lugar recebe continuará funcionando, repercutindo na história. Esse processo de produção de sentido é a *designação*. O detalhamento sobre a aliança nomeação-designação será nosso foco a partir de agora.

Jacques Rancière, na obra *Os nomes da história: ensaio de poética do saber*, analisa as possibilidades designativas das palavras. A perspectiva investigativa assumida pelo filósofo francês empreende uma nova forma de se abordar a questão dos nomes: “A confusão anacrônica e homonímica diz respeito ao fato de que as palavras da história são nomes. Um nome identifica, ele não classifica” (RANCIÈRE, 1994, p. 43). Guimarães, em acordo com o que postula Rancière, também afirma: “Por isso um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos.” (GUIMARÃES, 2003b, p. 54).

Assim, as palavras e/ou expressões que nomeiam uma cidade são nomes que identificam e se instituem sob o viés da historicidade, não permitindo que

sejam compreendidos pelos prismas da estabilidade, transparência e univocidade.

Desse modo:

O nome, ao ser colocado em funcionamento passa a significar a sua própria identidade histórica construída na enunciação do dizer, são suas possibilidades designativas o construindo enquanto nome, esse funcionamento revela o caráter polissêmico do nome, sua não univocidade. (CRUZ; KARIM, 2016, p. 134).

Ponderando sobre as citações anteriores de Rancière (1994), de Guimarães (2003b) e de Cruz e Karim (2016) – desviando nosso foco, por um breve momento, dos nomes de cidades, mas ainda no campo dos nomes próprios – vamos refletir sobre outro enunciado: *Me chame pelo seu nome e eu te chamo pelo meu*.

A frase marcante presente na obra *Me chame pelo seu nome (Call me by your name)*, de André Aciman, também figura na produção cinematográfica homônima, dirigida por Luca Guadagnino, lançada em 2017. O enredo aborda o envolvimento amoroso entre as personagens Oliver e Elio, no verão de 1983, com as belas paisagens da Toscana, região italiana, como cenografia.

Essa frase leva-nos ao (re)pensar, mais uma vez, sobre o quão importante o nome próprio é e como o processo de designação acontece, como os sentidos se movimentam. Na cena de renomeação contida no filme, referir-me à pessoa amada pelo nome que me identifica, que me particulariza, é corroborar um sentimento de pertença, como se ela fosse eu. Nessa cena enunciativa de renomeação, enunciar o meu nome é confessar que o outro é parte fundante de mim mesmo, elemento que se constitui como uma extensão de minha existência, uma projeção, um espelho. A reciprocidade da história confere delicadeza a toda essa construção: são dois sujeitos que veem seu amor materializado nessa troca enunciativa, em que, ao enunciar o próprio nome, dizem o outro e a si mesmos. (Re)Significam o outro e a si próprios em uma relação de interdependência.

As nomeações constituem recortes do mundo, construindo sentido daquele que é nomeado. No exemplo que acabamos de mencionar, circulante na literatura e no cinema, percebemos que a cultura e a arte são lugares que detêm um modo diferente de identificar e recortar a realidade. Por tudo isso, um nome vai além de uma simples denominação, constitui um enunciado carregado de significação e historicidade.

Sobre o conceito de *nomeação*, admitimos que é um procedimento enunciativo de conferir, escolher um nome, tal como apresenta Guimarães ([2002]2005a, p. 9), “é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome”. A semanticista Fabiana Claudia Viana Costa, em *Designação e referência: uma análise enunciativa no censo demográfico 2000* (2004), sua dissertação de mestrado, retoma essa definição e acrescenta algumas observações:

[...] a nomeação seria a enunciação fundadora, aquilo que só ocorre, num certo sentido, uma única vez; a partir daí o que há são referências e a reconstituição incessante das designações numa forma de consequência dessa enunciação fundadora. Nomear é um processo de identificação social, é recortar o real e dar-lhe uma identidade, como uma forma de construir o sentido do visível, em que se toma a significação a partir do nome. (COSTA, 2004, p. 33).

A *designação*, por sua vez, corresponde ao processo de produção de sentido. Apesar desse conceito figurar nas discussões filiadas à Semântica Formal, com destaque aos trabalhos de Frege, ao inseri-lo no quadro teórico-metodológico da Semântica do Acontecimento, Guimarães faz uma reconfiguração do termo, estabelecendo relações entre ele e as outras noções que compõem essa área de estudos da significação. Desse modo, deslocando-se da Semântica Formal, a designação passa a ser compreendida como construção simbólica, constituída como "um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. [...] Se se mudam os lugares enunciativos em confronto recorta-se um outro memorável, um outro campo de 'objetos' relativos a um dizer." (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 40).

Dentro da proposta de Guimarães para estudo dos nomes próprios, a designação é um dos conceitos-chave. Formulação que, nas palavras do próprio autor, corresponde à:

[...] significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 9).

O semanticista, ainda, complementa:

As designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de

servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte. (GUIMARÃES, 2003b, p. 54).

O processo de designação é definido como “uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável é ao contrário, exposto à diferença.” (GUIMARÃES, 1995a, p. 74). Nessa conjuntura, compreendemos a designação como acontecimento enunciativo, como exterioridade produzida pela linguagem, constituída pelo confronto de discursos. O objeto, assim, é constituído por uma relação de discursos e a sua materialidade é, precisamente, esse enfrentamento de discursos.

#### 1.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO TEÓRICO

Nesse capítulo, apresentamos os conceitos e categorias de análise que serão mobilizados nesta pesquisa, conforme o arcabouço teórico-metodológico ao qual nos filiamos: a Semântica do Acontecimento. Realizamos a apresentação dessa teoria enunciativa, na qual pudemos traçar suas particularidades frente a outras teorias da linguagem.

Organizamos, também, um percurso sobre duas perspectivas intelectuais cujas contribuições foram estruturantes da Semântica do Acontecimento: a Filosofia da Linguagem e a Análise de Discurso de linha francesa. No tocante ao nome próprio – ponto que nos interessa – compreendemos que esses dois lugares teóricos trilharam caminhos próprios, mas que ajudaram na promoção de debates relevantes dentro do que se propõe a Semântica do Acontecimento, cujo foco é o estudo da significação.

Verificamos que a Filosofia da Linguagem – revisitada nesta tese pelas pesquisas de Mill, Frege, Russell, Wittgenstein e Searle – almeja a resolução de “problemas” de linguagem, como a polissemia, focalizando a questão do valor de verdade, ou seja, se uma sentença é verdadeira ou falsa.

Recuperando, brevemente, pontos compartilhados pelas teorias abordadas, podemos afirmar que para Mill ([1843] 1984) e Russell ([1905] 2005), há relação clara entre um nome próprio e um determinado objeto no mundo, ou seja, o nome apenas denota esse objeto, o que já é suficiente para caracterizá-lo como um elemento desprovido de sentido. Já para Frege ([1892]1978) e Searle (1958), os

nomes próprios denotam e conotam, isto é, referem e significam. Wittgenstein ([1953]2005), por sua vez, rejeita a tese logicista, admitindo que há diversos sentidos, considerando o uso da linguagem em interações comunicativas do cotidiano.

Com relação aos estudos desses filósofos, ressaltamos que faltam estudos mais detalhados, pesquisas que abordem os nomes próprios em diferentes conjunturas e espaços de nossa sociedade. Algo que Campos (2004, p. 111) também identificou, escrevendo:

Nenhum dos modelos [...] aborda satisfatoriamente duas instâncias importantes do nome próprio da nossa linguagem, a saber, variedades de grande uso como nome de ruas, cidades, produtos de consumo, etc., e nomes de identidades fictícias como personagens literárias, lendas, mito, etc.

Campos (2004) aponta, assim, para a necessidade de se ampliar a reflexão sobre o nome próprio e seus domínios, pois constituem um campo vasto de investigação, entre eles, os nomes de cidades, objetos de análise desta pesquisa. Nessa perspectiva, compreendemos que nossa tese mostra-se relevante, pois proporciona a reflexão e produção de conhecimento sobre uma categoria que ainda instiga exploração nos âmbitos da Filosofia e, também, da Linguística.

A Linguística, como ciência, constitui-se por campos variados, cada qual vai se interessar por um aspecto da língua. Diferentemente da Filosofia da Linguagem, ela não se ocupa em indagar a verdade ou falsidade das sentenças, privilegiando o funcionamento do sistema linguístico, processo que na AD é investigado pelo discurso e na Semântica do Acontecimento, pela enunciação. Desse modo, o que a Filosofia da Linguagem coloca como problema ou inconsistência, algo que deve ser corrigido e evitado, teorias materialistas que se ocupam do sentido, por sua vez, já enxergam como um fenômeno a ser estudado e compreendido.

Na abordagem enunciativa proposta por Eduardo Guimarães, o estudo do nome próprio ganha protagonismo. Ao construir o conceito de designação, o linguista analisa também o funcionamento morfossintático do nome próprio, enfatizando como a estrutura linguística do nome produz significação.

Ao discorrer sobre o funcionamento semântico-enunciativo, o semanticista defende que o uso da linguagem se dá em um agenciamento

enunciativo, em que nos apresenta as categorias de *falante*, *Locutor*, *locutor-x* e *enunciadores*. Assumindo, portanto, a nomeação como um processo enunciativo (distinguindo-o da *designação* e da *referência*), o linguista destaca o caráter simbólico do nome próprio, como fato de linguagem e sua predisposição ao significar.

O estudo minucioso de Guimarães, trata do nome próprio em diferentes espaços de circulação, das especificidades do nome de pessoa até as singularidades do nome de lugares. Pelos nomes de lugares, associados à discussão do espaço urbano, é possível verificar como o nome próprio produz a identificação de segmentações urbanas que significam os sujeitos pelo nascimento ou residência.

E nossa pesquisa insere-se nesse lugar, nesse embate.

## 2 PAISAGEM HISTÓRICA: CENÁRIOS E TEMPORALIDADES

[...] a história é uma cidade que se visita pelo puro prazer de ver assuntos humanos na sua diversidade. (Paul Veyne<sup>21</sup>).

No Estado do Paraná, a ocupação territorial, juntamente com o desenvolvimento de atividades econômicas, ocorreu por períodos, entre eles: o do ouro, da erva-mate, da madeira e o do café. Esse último estendeu-se de 1860 até meados da década de 1970.

Interessa-nos, especificamente, o Ciclo do Café, por ser o momento histórico que localiza temporalmente o *corpus* de nossa pesquisa, haja vista que “não há como falar da história de um nome sem que se fale da história em que o nome se dá como nome.” (GUIMARÃES, [1992] 2016, p. 52).

Nesse sentido, o presente capítulo, em que resgatamos as narrativas que compõem as histórias que constituem e significam a região norte do Paraná, faz-se necessário para que compreendamos o funcionamento semântico-enunciativo dos nomes de cidades que integram esse espaço.

Assim,

[...] pensando o alcance dessa reflexão, que embora seja a cidade o lugar de nossa observação, esta não se reduz só à cidade, e tem sentidos que vão muito além, tocando a sociedade, a história, a cultura. São esses os domínios em que nos servimos da linguagem para navegar, sempre atando materialmente o sujeito à história (à sociedade), e a língua. O que nos leva à compreensão da construção significativa da cidade enquanto lugar não vazio mas em que sujeitos vivem, em quantidade e em concentração e divergência. (ORLANDI, 2004a, p.14).

É à apresentação desse cenário, em que o urbano também é parte da significação, que nosso estudo se dedica de agora em diante.

---

<sup>21</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora da UnB, 1998, p. 23.

## 2.1 O CICLO DO CAFÉ E A REOCUPAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ

A expansão demográfica e o desenvolvimento urbano do estado do Paraná aconteceu pela articulação de três frentes diferentes, que foram chamadas de *Tradicional, Norte e Sudoeste*.

O processo de ocupação completa do território paranaense é resultado do deslocamento de três frentes pioneiras: a do Paraná tradicional, a mais antiga, que avançou do litoral para o planalto de Curitiba e depois para a zona dos campos gerais; a da região Norte, que começa a se deslocar na segunda metade do século XIX, sob o impulso da onda cafeeira paulista; a da região Sudoeste, a mais recente, que avançou a partir de meados do século XX impulsionada pela corrente migratória originada do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. (SERRA, 1991, p. 19).

A frente responsável pelo norte do estado – a que interessa à nossa tese – começa a se desenvolver com o loteamento de terras, o que promoveu a fundação de dezenas de cidades e a expansão demográfica da região. A terra produtiva viabilizou a produção do café, fazendo do norte paranaense um grande polo econômico no cenário nacional. O historiador Dennison de Oliveira apresenta, de forma panorâmica, como foi instaurado o curso cafeeiro no estado:

O cultivo do café se iniciou em escala apreciável no Paraná por volta de 1860. Nessa ocasião, fazendeiros paulistas e mineiros começaram a ocupar a região Nordeste do Estado, que se conhecia como Norte Pioneiro, como parte da expansão da área plantada que vinha de São Paulo. Como decorrência desses fatos, eram escassos os vínculos dessa região com o restante do Estado. Tanto o escoamento dessa produção quanto o abastecimento da região com os gêneros nos quais ela não era auto-suficiente se faziam pelo Estado de São Paulo. Seria somente a partir de 1924 que essa região começaria a se integrar de forma mais consistente à economia paranaense. (OLIVEIRA, 2001, p.33).

Quando tratamos da história do café no Paraná, devemos canalizar a atenção à parte norte do estado, pois foi nesse território em que a cultura se desenvolveu. Como é possível observar no texto trazido pela revista *Ilustração Brasileira*, uma das publicações correntes da época:

Com a disseminação da cultura cafeeira pelo Norte do Estado, o Paraná entrou, também, no "ciclo do café", pois a erva-mate e a madeira, seus principais artigos de exportação até o advento do café, entregaram seus postos ao produto que já fez a prosperidade de outros Estados, como faz agora a do nosso. (ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA, 1953, p. 102).

Com a descoberta da “terra roxa”, o norte paranaense passou por um processo muito rápido de expansão demográfica no século XX. Devido ao crescimento da cafeicultura, essas terras tornaram-se famosas por sua altíssima qualidade, que muito bem viabilizava a produção agrícola, em especial, a do café. Nessa conjuntura, é necessário pontuar que, desde o século XIX, esse território já despertava o interesse de investidores de outros estados brasileiros, entre eles, São Paulo e Minas Gerais.

Vicente Barroso, na obra *O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro*, publicada em 1956, retrata o entusiasmo e todo o imaginário que se espalhou sobre a região. Ao responder o questionamento “O que é o famoso Norte do Paraná?”, ele, cuidadosamente, detalha:

Geograficamente, é toda a região norte deste Estado, compreendida entre os rios Paranapanema, Itararé, Paraná e os baixos: Cinzas, Laranjinha, Tibagi, Ivaí, Piquiri. Historicamente, é toda a vasta região conhecida pelos Jesuítas, pelos espanhóis e pelos Bandeirantes, sob o célebre nome de Guaira, nos tempos dos chefes índios Guairaçá e Taiobá. Geologicamente, o Norte do Paraná é a continuação das magníficas terras roxas do Estado de São Paulo, prolongando-se pelo sul do Mato Grosso, indo terminar além da foz do Iguassu, em Santa Rosa, Rio Grande do Sul. Etnologicamente falando, é ele a mais viva demonstração do quanto pode o braço nacional, auxiliado, de quando em vez, pelo braço estrangeiro, e orientado por entidades, competentes. Socialmente, o Norte do Paraná é o “tira-teima” de muita doutrina fazendeira antiquada; o feliz consórcio de muitas e muitas raças, a prova dos nozes fora de um complexo social com o que os governos terão muito que fazer, e cuja solução põe em jogo os mais espertos sociólogos; visto que, semelhante movimento demográfico em nossa Pátria, nunca se deu e talvez nunca mais se dará. (BARROSO, 1956, p. 7).

Ao longo de sua argumentação, o autor serve-se de aspectos geográficos, históricos, geológicos, antropológicos, sociais e prossegue:

Qualquer teoria, qualquer sistema, qualquer tabela tendente a resolver o problema econômico-social no Norte paranaense, esbarra logo com mil e uma dificuldades desconhecidas noutras regiões. Só mesmo quem vive lá é que poderá ter alguma vaga idéia do que seja esta “Nova Babilônia”. Por fim, o famoso Norte do Paraná é a Nova Terra Prometida, a nova Canaan, onde todo o mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde, em verdade, se pisa sobre o dinheiro...É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. É uma chama do Inferno para aqueles que só visam a exploração indébita, anti-humana, anti-nacional, tomando a vida impossível lá onde ela deveria ser a mais fácil em todo o território nacional. (BARROSO, 1956, p. 7).

As palavras de Barroso revigoram, ainda mais, o posicionamento fabuloso, que, rapidamente, foi se construindo sobre essa parte do estado. O que pode ser confirmado pelas expressões designativas *Nova Terra Prometida* e *Nova Canaan*, as quais retomam e redizem o enunciado *terra onde se anda sobre dinheiro*, uma interpretação capitalista do discurso bíblico “terra boa e ampla, terra que mana leite e mel” (Livro do Êxodo, capítulo 3; versículo 8)<sup>22</sup>.

De fato, a região era significada de forma especial, povoando o imaginário de brasileiros e estrangeiros. O norte do Paraná transformou-se em sinônimo de enriquecimento, de prosperidade financeira, de desenvolvimento urbano, de inúmeras possibilidades que se revertiam em mudança de vida. Espaço que ficou marcado na história e que foi tema de produções culturais, como a canção *Paraná do Norte*<sup>23</sup>, que apresentamos a seguir:

Sou filho do norte do meu Paraná  
Nascido e criado lá em Cambará  
Lugar de riqueza, miséria não há  
Quem quiser dinheiro é só trabalhar  
O paranaense do sul ou do norte  
É bem sacudido, é rígido e é forte  
Enfrenta o perigo, zombando da morte  
Cortando madeira ou fazendo transporte

Em Apucarana, chegam os boiadeiros  
Com gado de corte e gado leiteiro  
Fazendo negócio que é muito rendeiro  
Trazendo a boiada, cheia de dinheiro  
Esta Zona é boa, não é por falar  
Só não acredita quem não foi por lá  
Aqui distante, garro a recordar  
Das noites de Lua lá de Maringá

Cornélio Procópio também tem fartura  
Sua terra vermelha tem agricultura  
Seu povo educado tem muita cultura  
Tem cada morena que é uma doçura  
Nesta mesma Zona, não muito distante  
Tem outra cidade, futuro gigante  
Sua terra se vende a peso de diamante  
Seu nome na história chama Bandeirantes

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/ex/3>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/palmeira-e-luizinho/parana-do-norte/>>. Acesso em: 20 out. 2020.

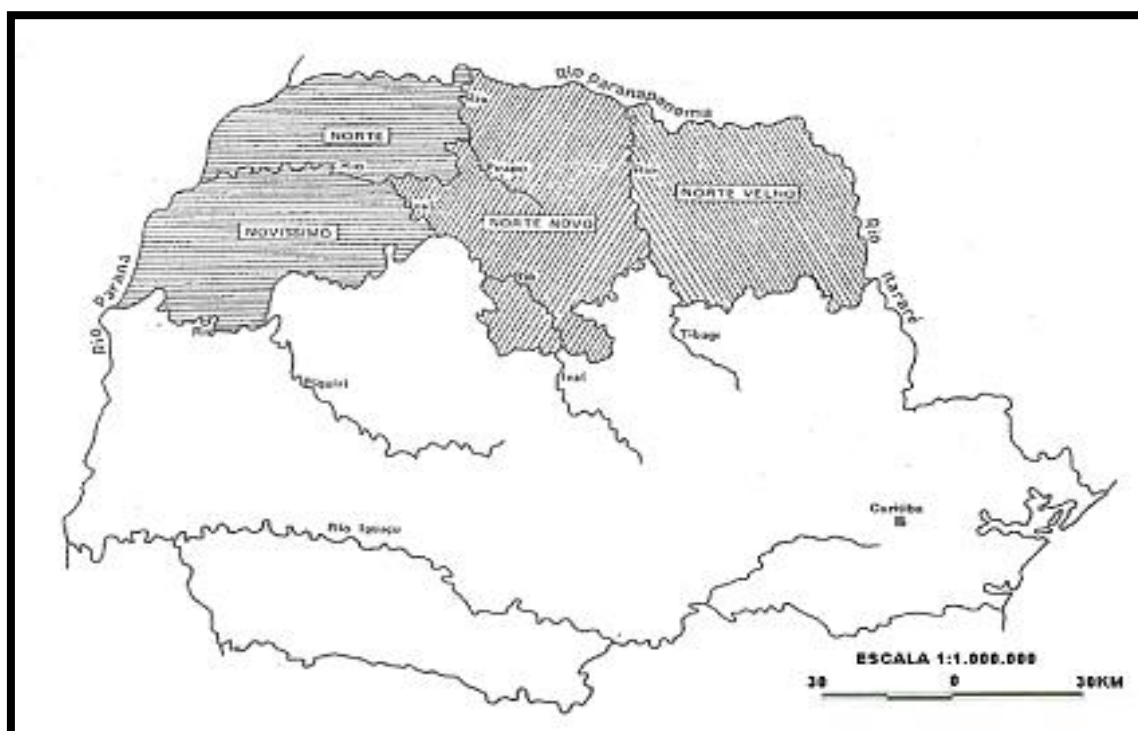
Capital do norte dizem que é Londrina  
E tem Santo Antonio que é da Platina  
Em Jacarézinho tem cada menina  
E tem o valor, é da libra esterlina  
Cantei em Cambé e em Mandaguari  
Lá em Arapongas, eu me diverti  
Paraná do Norte, terra em que nasci  
Fiz minha homenagem, vou me despedir

(Palmeira e Luizinho<sup>24</sup>, *Paraná do Norte*, 1950)

Voltando ao processo de ocupação do norte paranaense, para visualizarmos o quão ampla e dinâmica foi a atuação da frente colonizadora do norte, é importante observarmos as delimitações da região dentro do estado do Paraná e acompanhar como ocorreu o avanço sobre o território. Tomada que se efetivou em três momentos distintos.

Verifiquemos o mapa a seguir:

**MAPA 1 – Divisão do norte do Paraná**



Fonte: DIAS; GONÇALVES, 1999, p. 383.

<sup>24</sup> Foram considerados grandes intérpretes da moda campeira: “Tipo de canção muito comum no sul e sudeste do país, semelhante à moda-de-viola. Seu ritmo lembra a guarânia ou o rasqueado, mas com um andamento mais lento. É tocada em compasso 3/4. O compositor Anacleto Rosas Jr. seria, segundo o pesquisador Ayrton Mugnmaini Jr., o pioneiro desse gênero”. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/moda-campeira/dados-artisticos>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Os recursos hídricos configuram importantes ferramentas para estabelecer os limites de cada mesorregião dentro do estado. De forma geral, o território do norte paranaense é delimitado pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri. Sua superfície perfaz, aproximadamente, cem mil quilômetros quadrados. A tomada desse espaço ocorreu em três etapas, sendo que cada uma delas recebeu um nome distinto:

- *Norte Velho ou Norte Pioneiro* (de 1860 a 1920) – faixa territorial que se inicia no rio Itararé e se estende até a margem direita do rio Tibagi. Na atualidade, o IBGE o denomina como Mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense.
- *Norte Novo* (de 1920 a 1950) – do rio Tibagi, estende-se até o rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa. Atualmente, é chamado pelo IBGE de Mesorregião do Norte Central Paranaense.
- *Norte Novíssimo* (de 1950 a 1960) – seu traçado inicial instituiu-se entre Terra Rica e Terra Boa e termina com o curso do Rio Paraná, ultrapassando, assim, o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do rio Piquiri. O IBGE o especifica como Mesorregião do Noroeste Paranaense.

O loteamento do norte do Paraná e expansão da cultura do café na região, apesar de toda publicidade exaltando o enriquecimento fácil e a fertilidade das terras, encontrou dificuldades pela infraestrutura deficiente. A seguir, observemos as adversidades enfrentadas pelos investidores cafeeiros:

No século XX, começa a expansão do norte velho entre o Paranapanema e o Tibagi. Em princípios do século, o major Antonio Barbosa Ferraz Junior, agricultor de Ribeirão Preto, sentindo os efeitos da exaustão de suas terras, resolveu transferir-se para o Paraná, experimentando a fertilidade do solo norte-paranaense. Comprando uma grande gleba entre Ourinhos e Cambará, ele desbravou uma extensa área e plantou um milhão de cafeeiros. Conhecido o êxito dessa iniciativa, outros lavradores adquiriram terras da miraculosa região. Sua euforia, porém, foi logo turbada pelo difícil escoamento de safras abundantes, deterioradas pela falta de comunicações, só corrigida com a formação de redes viárias. Os pioneiros Barbosa Ferraz, Willie da Fonseca Brabazon Davids, e Antônio Ribeiro dos Santos, apoiados por proprietários locais, formaram logo a Companhia Ferroviária São Paulo-Paraná e entregaram a execução do projeto e da construção do trecho Ourinhos-Cambará ao Eng. Gastão de Mesquita Filho, que teria, durante meio século, uma atuação destacada na região. Concluídos os trabalhos, a partir de 1925, sempre houve um tráfego normal entre as duas cidades. Infelizmente, a construção ficou retida em Cambará até 1929, quando se decidiu o futuro da ferrovia. (C.M.N.P., 2013, p. 209).

Pozzobon (2006) acrescenta que no final do século XIX, devido ao isolamento da região e a desocupação do território<sup>25</sup>, as plantações de café se expandiram de modo lento para o norte velho do Paraná, atingindo, primeiramente, os municípios de Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Siqueira Campos, Cambará, Tomazina, Wenceslau Braz, dentre outras do norte pioneiro. Posteriormente, o Norte Novo de Londrina, Cambé, Apucarana, Rolândia, Ivaiporã, Primeiro de Maio, Sertanópolis, Maringá, dentre outras, e, por fim, o Norte Novíssimo de Paranaíba e Umuarama.

Esse processo ocorreu, diretamente, em função da ação de algumas companhias colonizadoras, entre elas, a mais ilustre foi a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP, cuja atuação foi estimulada pelos governos estadual e federal. Como não possuía recursos financeiros para subsidiar uma política de imigração estrangeira que pudesse ampliar a produção cafeeira e eliminar a ocupação ilegal do solo e das matas, o Estado dividiu as terras em lotes e vendeu-os a preços baixos, por meio de concessões, a companhias particulares. (PADIS, 1981).

Tomazi (1997a) informa que, em função da Lei n.º 1642 de 1916<sup>26</sup>, as empresas estavam autorizadas a receber concessões de até 50 mil alqueires, essas terras deveriam ser comercializadas em pequenos lotes (5 a 25 alqueires), em um prazo de oito anos. Ao fim desse prazo, caso as demarcações não fossem realizadas, as áreas voltariam ao Estado. As grandes concessões feitas a empresas particulares na década de 1920, mostravam-se bem rentáveis ao Estado, sendo uma de suas principais fontes de recursos. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a produção agrícola. (CANCIAN, 1981).

A CTNP foi a empresa com atuação mais representativa dentro do estado do Paraná, configurando-se, na época, como a mais importante concessão

---

<sup>25</sup> Ao afirmar que o território se encontrava inabitado, o autor desconsidera a presença dos indígenas, caboclos e posseiros, reproduzindo o discurso oficial elitista da época que omitia a presença dessas figuras na história da região,

<sup>26</sup> Sancionada em 5 de abril de 1916, a Lei Estadual nº 1642 foi responsável por impulsionar a concessão de terras públicas para loteamento e reocupação. Seu principal objetivo era o de facilitar a demarcação de lotes, para assentar trabalhadores nacionais e estrangeiros, àqueles que os pleiteassem diretamente ao Estado.

realizada pelo governo paranaense (PRIORI, 2012). O vínculo entre essa corporação e o norte do Paraná tem início na década de 1920:

Em 1924, veio ao Brasil uma missão inglesa chefiada por Lord Montagu e tendo como assessor Lord Lovat, que estava incumbido pelos acionistas da Sudan Plantations, de estudar a possibilidade dessa empresa aplicar recursos no Brasil, no sentido de produzir o algodão, que importava em larga escala, para suprir a florescente indústria têxtil inglesa. (FERREIRA, 1996, p. 86-87).

Em 1924, Lord Lovat, técnico em agricultura e reflorestamento, acompanhado de outros investidores, fundaram, em Londres, a *Brazil Plantations Syndicate Ltda.* e mais uma empresa suplementar, organizada por Arthur Thomas, a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária brasileira instituída em 18 de setembro de 1925.

Interessada, inicialmente, na cultura do algodão, ao comprovar a ótima qualidade do solo, a CTNP passou a concretizar um projeto imobiliário centrado na venda de lotes de terras para o plantio do café.

A fertilidade da terra roxa já havia sido constatada nas manchas do Norte Velho e, se sabia que, ultrapassando o Tibagi, este tipo de solo se espalhava em grandes áreas contínuas. Combinado a isso, a prévia ocupação de parte do Norte e do lado paulista do Paranapanema com o café prometia o afluxo de capitais e mão-de-obra, acenando aos concessionários valorização crescente daqueles terrenos. (LOPES, 1982, p. 68-69).

A partir da década de 1930, a publicidade da companhia começa a ser difundida em vários jornais e revistas do Brasil, exaltando sempre a alta qualidade da “terra roxa” – solo de cor avermelhada, extremamente fértil – e a infraestrutura urbana que propiciava aos proprietários facilidade de comunicação com outras cidades e, dessa maneira, favorecendo as relações comerciais.

Toda a área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais em comunicação fácil com os centros urbanizados e facilitando o escoamento da produção. Foram desde logo criados muitos patrimônios, como pontos de apoio às propriedades rurais. Estas, via de regra, não distavam mais de 15 quilômetros de um patrimônio ou de uma cidade. Fora, assim, prevista e garantida a integração entre o meio rural e urbano. Intensa propaganda, acerca do Norte do Paraná e das condições de colonização, foi realizada pela Companhia, sobretudo através de folhetos e de jornais de grande circulação. (WESTPHALEN, 1968, p 18).

Em um artigo para a *Revista do Globo*, no final da década de 1940, José Amádio escreve sobre sua visita ao norte do Paraná. O jornalista enfatiza a lucratividade decorrente do comércio dos terrenos, ou melhor, das “datas”.

[...] saibam os leitores que até 1930 o Norte do Paraná era um vasto sertão desabitado - ideal para a caçada de onça, espécie de rainha, de Dorothy Lamour das nossas selvas. De toda aquela extensa região conhecia-se apenas uma estreita faixa perto da fronteira com o Estado de São Paulo. Foi então que surgiu, como caído do céu, como uma dádiva excepcional, certo inglês vetusto, dinâmico, quase visionário. Ele veio da África, onde estivera envolvido em aventuras de colonização. Chamava-se Mister Arthur Thomas e era em tudo um personagem de Somerset Maugham [...] **No Norte do Paraná não se diz terreno - diz-se data. Vende-se esta data; compra-se aquela data. Todos vivem em função das datas. Não falem em belas mulheres, não falem em ciência, não falem em literatura ou música - falem em datas e verão fisionomias risonhas, olhares interessados, gente puxando talão de cheques.** (AMÁDIO, 1948, p. 39-41, grifos nossos).

Assim, o “discurso da prosperidade” foi ressoado e o plano colonizador, que objetivava a produção de café, foi estruturado, pois os ganhos financeiros eram vultosos. Dentre os elementos que proporcionaram o sucesso da cultura do café e a expansão demográfica da região, podemos relacionar: a excelência do solo, a política econômica dos governos estadual e federal, o transporte da produção pelas ferrovias presentes na região e a compra parcelada dos lotes, o que facilitou a aquisição das terras

## 2.2 A REGIÃO NORTE DO PARANÁ: O ELDORADO BRASILEIRO

Com a atuação das companhias de terras no território, os registros históricos sobre o norte do Paraná intensificaram-se a partir da década de 1920. Até então, a historiografia oficial, praticamente, não reconhecia a região como um espaço dotado de singularidade e historicidade próprias, sendo qualificada como “vazio demográfico”.

É nesse cenário, identificado como baldio, despovoado e desamparado, que a CTNP alcança notoriedade em todo o Brasil. As ações da referida empresa no norte do Paraná são divulgadas sempre como sinônimos de progresso, urbanização e vanguarda.

Sob a égide de valorosa empresa, povoou-se rapidamente o Norte do Paraná, alvorecendo cidades ao compasso simultâneo dos tratores que derrubaram as matas e construíram as estradas, através das quais correria um novo sangue de brasilidade. (MARINGÁ ILUSTRADA, 1972, p. 196).

Reforçando esse mito e fazendo apologia ao trabalho da CTNP, o depoimento de Arthur Thomas, um dos diretores da companhia, deixa bem claro o raciocínio do colonizador frente às terras norte-paranaenses:

Para o homem imaginativo, há qualquer coisa irresistível na contemplação de mapas onde aparecem **grandes áreas de terras desabitadas**, mas com grandes potencialidades. Seu pensamento voa ao encontro de meios e maneiras de acesso, colonização e desenvolvimento, e seus sonhos logo descortinam um futuro no qual o deserto se cobre de flores e da terra brotam imensas riquezas. (C.M.N.P., 2013, p. 9, grifo nosso)

A partir de agora, pretendemos observar como tal conceito direcionou o discurso oficial sobre o espaço paranaense. Discurso que perdura até hoje e foi legitimado pela historiografia ou, ao menos, por uma parte significativa dela.

Ao longo do processo de domínio do norte do Paraná pela CTNP, povos originários<sup>27</sup> foram expulsos e/ou mortos. É o que nos apresenta a pesquisadora Ana Yara Dania Paulino Lopes em *Pioneiros do capital: a colonização do norte do Paraná*, sua dissertação de mestrado:

A violência acompanhara todas as fases de apropriação privada das terras do Norte do Paraná. Os que primeiro para ali se dirigiram, ao Norte Velho, conquistaram a terra dos índios, matando-os, destruindo as aldeias, expulsando para mais longe os remanescentes. (LOPES, 1982. p. 175).

Já existiam habitantes na região, os quais reproduziam sua cultura, seus costumes, mas que eram qualificados como “selvagens” pelo olhar não indígena. O europeu, por sua vez, foi promovido a exemplo ideal de civilização e progresso. Dessa maneira, de acordo com o historiador Nelson Dacio Tomazi, em

---

<sup>27</sup> Neste trabalho, adotamos esta nomenclatura para identificar os nativos que já estavam o território norte-paranaense. Atualmente, existe o debate, fortalecido por representantes de diversas etnias indígenas, em torno do termo mais adequado para se designar essas populações. “Povos originários”, de acordo com várias lideranças indígenas no Brasil, seria o nome mais apropriado, pelo qual instaura-se uma relação de pertencimento. Voltaremos ao assunto, de forma mais detalhada, no *Capítulo 4 – Fatos de Linguagem em Análise II: Enunciados que Nomeiam Cidades Fundadas Durante o Ciclo do Café, subseção 4.8 – Indígena*.

pesquisa de doutorado intitulada *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*, defendida em 1997, não podemos falar de ocupação do território, mas em reocupação, visto que, antes dos colonizadores chegarem, as terras já eram habitadas:

Desde que os portugueses iniciaram a conquista do território brasileiro a imagem dos povos que habitavam este espaço vem sendo denegrida, silenciada e deturpada para justificar as atrocidades cometidas durante quase 500 anos. Ao caracterizá-los como "selvagens", "sujos", "indolentes", "preguiçosos", "obstáculos ao progresso" e "antítese da civilização" buscava-se somente uma justificativa para escravizá-los, exterminá-los, bem como tomar as suas terras. (TOMAZI, 1997a, p. 64).

Notícias sobre a presença dessas populações originárias na região poderiam afugentar os compradores de terras. No intuito de evitar tal situação, as ações adotadas pela CTNP buscavam assegurar que os possíveis interessados não desistissem do negócio, salvaguardando, assim, os lucros da empresa.

Os empreendedores britânicos propalaram o discurso de que foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e progresso do norte paranaense. A atuação da CTNP foi, durante os anos de atuação da companhia, sendo aclamada pela sociedade. Seu projeto era "pioneiro" e "desbravador", os meios de comunicação da época divulgavam fotos, anúncios, notas e reportagens.

No artigo "Pioneirismo e colonização", publicado na revista *Maringá Ilustrada* (1972), o plano imobiliário organizado pela CTNP é exaustivamente elogiado, por meio de uma narrativa que retoma o discurso bíblico – o livro de Gênesis – como se todo o processo que se desdobrou na reocupação, urbanização e venda de terras no norte do Paraná também estivesse inscrito em um plano maior, divino. A seguir, apresentamos um recorte do artigo mencionado:

A princípio tudo representava um panorama selvático, mas esse aspecto já era uma gloriosa metamorfose do predestinado planeta que, há muitos milênios, não passava de uma estranha incógnita, da nebulosa geratriz que daria nascimento a este nosso mundo. Ao progresso incessante dos seres escolhidos para povoamento desta partícula do espaço sideral, chamou-se de civilização. E cada fração agreste do mundo em formação deve de ser desbravada e civilizada a golpes de audácia e de persistência. Germinou, então, o pioneirismo, logo seguido da colonização. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimáveis de fecundação e fertilidade prontos para fornecerem colheitas dadivosas de frutos à destinados à alimentação e preservação da espécie humana. (MARINGÁ ILUSTRADA, 1972, p. 194).

A neutralidade não é estatuto da língua, mas, no imaginário social, ela permanece como fundamento de alguns lugares sociais cuja fala é significada como imparcial, inspirando confiança e credibilidade. Em nossa sociedade, o discurso do jornalista, por exemplo, costuma ser aceito como discurso da verdade. Sobre o tema, Orlandi (2015, p. 8) declara:

[...] há especialistas, há um corpo social a quem se delegam poderes de interpretar (logo de 'atribuir sentidos'), tais como o juiz, o professor, o advogado, o padre, etc. Os sentidos estão sempre 'administrados', não estão soltos.

A autora, ainda, ressalta:

[...] podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz [...] Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses lugares, que fazem valer na 'comunicação'. (ORLANDI, 2015, p. 37).

Por meio de todos esses recursos, de todas essas vozes autorizadas, legitimadas, efetivou-se a construção da ideia de que o norte paranaense seria uma selva que deveria ser explorada, dominada, com o propósito maior de implantar a "civilização".

Assim, os primeiros norte-paranaenses se viam numa situação fascinante como desbravadores de uma região e ao mesmo tempo como produtores de um "conjunto de representações", cuja função seria a de legitimar o processo. Logo tratava-se não apenas de enaltecer a obra econômica pelos lucros individuais e particulares que gerava, mas também de ressaltar o significado de uma fronteira que avançava, povoando o Paraná e integrando pessoas de origens diferentes do Brasil e do exterior. (CESÁRIO, 1991, p. 49).

É necessário ressaltar, na citação anterior, que "os primeiros norte-paranaenses" não se refere aos povos originários que já habitavam a região. Mais uma vez, vemos que essas personagens são apagadas da história, não sendo significadas como parte do povo ou parte da história paranaense. A CTNP impulsionava e fortalecia o mito do vazio demográfico, em que os lugares habitados por esses povos são projetados como zonas geográficas desprovidas de seres humanos e infecundas economicamente.

Tomazi (1999), em tom de condenação, declara que todo o “discurso de prosperidade” construído em torno do norte do Paraná, durante o Ciclo do Café, foi firmado no mito do vazio demográfico:

[...] ao criarem o ‘norte-paranaense’ ou ‘o cidadão norte-paranaense’, como um personagem diferente e especial e que é um dos elementos essenciais do discurso ‘Norte do Paraná’, o fizeram afirmando que a terra está vazia (vazio demográfico) e a mata está virgem (intocada), **silenciando e excluindo a presença de indígenas e caboclos** como povos e pessoas presentes nesse espaço. (TOMAZI, 1999, p. 65, grifo nosso).

Na citação anteriormente apresentada, há algumas considerações que gostaríamos de fazer sobre o excerto em destaque, em que o autor denuncia a exclusão de “indígenas e caboclos” nos registros históricos sobre o norte do Paraná. Acrescentaríamos, ainda, a este processo de apagamento, os negros escravizados cuja presença é quase inexistente nos registros sobre a região. Isso permite que (re) pensemos como se deu a construção da identidade norte-paranaense e, também, nossa identidade nacional.

Ao longo da história brasileira, no processo de construção de nossa brasilidade, negros e indígenas sofreram as mais diversas violências. Esses povos, constituintes da gênese brasileira, foram oprimidos e marginalizados durante séculos. Mesmo quando mencionados pela historiografia são relegados a papéis secundários, marcados por uma relação assimétrica, na qual o branco europeu assume o protagonismo. Minimizam-se, silenciam-se suas contribuições na constituição de nosso povo, na nossa cultura, na língua que falamos.

É papel do pesquisador promover reflexão, questionar e rever práticas e análises, é assim que surge a possibilidade de se produzir conhecimento. O conhecimento oportuniza a conscientização de sujeitos, buscando o progresso como sociedade. É nesse momento que gostaríamos trazer para a discussão determinado termo que ainda se mantém em uso, em circulação até mesmo no meio acadêmico. O nome comum *caboclos*, presente na citação de Tomazi (1999), chamou nossa atenção. Mesmo criticando a forma como se deu a expansão do povoamento da região norte do Paraná – reflexão válida e necessária – da nossa posição de linguista, defendemos que a busca de um reparo histórico, de uma conscientização sobre a própria história também passa pela linguagem.

No artigo, “Abuso científico do termo ‘caboclo’”: dúvidas de representação e autoridade (2006), o antropólogo Richard Pace, pelo viés etnográfico, aborda a problemática do uso desse nome na pesquisa acadêmica. Apesar de sua análise estar nos domínios da Antropologia, as observações colaboram com a nossa reflexão em linguagem, atentando-se aos efeitos de sentido movimentados pela palavra em questão. Tendo em conta, dessa maneira, que na história de enunciações do termo, reside a caracterização pejorativa desses sujeitos – mesmo que Pace não utilize, necessariamente, essas terminologias.

No decorrer do texto, o autor ressalta a imprecisão do termo – que pode se referir ao morador da floresta, a entidades espirituais, ao sertanejo, a uma pessoa de condição social mais humilde, ao próprio sujeito indígena, entre outros – que ao longo do tempo foi mobilizando sentidos diversos, sendo utilizado, também, para identificar os descendentes miscigenados nascidos da união entre europeus e indígenas. De acordo com o antropólogo:

Seja qual for a definição que quer empregar, existem, pelo menos, dois problemas que surgem na sua utilização: **o primeiro é que um número significativo de pessoas dentro desse grupo não gosta de ser assim chamado e se recusam a identificar-se como ‘caboclos’ [...] o segundo problema [...]: a razão pela qual as pessoas não se identificam com o termo ‘caboclo’ é por este possuir conotações extremamente depreciativas [...]** O ‘caboclo’ é, invariavelmente, caracterizado como preguiçoso, passivo, indolente, menos que humano, manhoso, corrupto, de má aparência, um mongolóide pardo, uma sub-raça, astuto, traiçoeiro, desprezível, não confiável, um indivíduo pobre e infeliz, pérfido e imbecil. (PACE, 2006, p. 81-82).

A respeito do nome *caboclo*, a memória discursiva recupera um estereótipo negativo, estigma que faz parte do pré-construído sobre o termo e que o significa. Como pesquisadores, devemos ser cautelosos em utilizar nomes com os quais determinados grupos sociais não se identificam, não se sentem representados. Se antes, tais povos tiveram seu espaço negado, sua voz silenciada, na atualidade, podemos tentar corrigir tais desacertos. Por isso, defendemos que um nome com o qual o grupo não se identifica não seja usado para dizê-lo, para identificá-lo, é importante reprimir práticas, inclusive linguísticas, que reproduzam preconceitos e estereótipos.

Retomando a reflexão sobre o mito do vazio demográfico, observamos que, em alguns momentos, essa ideia é parafraseada, reescriturada

pela palavra *sertão*. Na obra *Aspectos da geografia urbana de Londrina*, de 1952, a geógrafa Neyde Prandini faz uso do termo, em suas próprias palavras:

Eis por que essa região, que era em 1929 um **sertão desconhecido**, teve suas florestas quase devastadas, e em seu lugar sucedem-se, a perder de vista, os cafezais; ela esta atualmente em grande parte colonizada. (PRANDINI, 1952, p. 61, grifo nosso).

Na mesma obra, a autora reforça:

Londrina era uma cidade “**Bôca de Sertão**”, a primeira que se construía numa zona praticamente desconhecida. (PRANDINI, 1952, p. 74, grifo nosso).

A essa linha de pensamento filia-se Adriano Marino Gomes, um dos diretores da CTNP, que elaborou material publicitário destacando o trabalho da empresa, as oportunidades de negócio e o retorno financeiro proporcionado pela aquisição da terras.

A CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ, desde 1929, por intermedio de seus engenheiros, constructores e empreiteiros, numa lucta constante com a matta virgem, arrojou-se à épica obra de transformar um **sertão bruto** em um centro civilisado. (GOMES, 1938, p. 3, grifo nosso).

Observemos as definições apresentadas pelo dicionário *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*<sup>28</sup>, em sua versão on-line, que traz acepções sobre a palavra “sertão” e também sobre “sertão bruto”, expressão utilizada por Gomes.

- 1 Região do interior, com povoação escassa e longe dos núcleos urbanos, onde a pecuária se sobrepõe às atividades agrícolas.
- 2 Região de vegetação esparsa e solo arenoso e salitroso, sujeito a secas periódicas.
- 3 Terreno coberto de mato, afastado da costa.
- 4 O interior do país.

#### EXPRESSÕES

- 5 Sertão bruto: sertão totalmente desabitado.
- 6 Sertão de gravatá, REG (BA): grande porção de terra coberta de gravatá.
- 7 Sertão de pedra, REG (RN): região que se situa além do vale de Ceará-Mirim, cujo solo é muito pedregoso.

---

<sup>28</sup> Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em 11 nov. 2020.

“Sertão bruto” reescritura, desse modo, “vazio demográfico”. A linguagem materializa a desigualdade, produzindo sentidos de exclusão e colaborando para o apagamento de povos originários. É na linguagem, também, que é sinalizado o extermínio que se realiza na prática.

Neil Smith, geógrafo norte-americano, tece considerações importantes em que pontua algumas designações de *sertão*. Possibilidades de sentido que viabilizam o questionar sobre as bases ideológicas em que se amparavam as ações da empresa britânica:

O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat “natural”. O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização. (SMITH, p. 37, 1988).

O discurso em torno do “Eldorado”, da riqueza garantida, ajuda a criar uma representação lendária, mítica, sobre o norte do Paraná, significação que se estende aos moradores, seus cidadãos:

[...] os norte-paranaenses elaboram um conjunto de representações simbólicas no qual a atuação dos ingleses e paulistas, a repartição eqüitativa das terras, a igualdade de oportunidades, entre outros fatores notáveis, fornecem um referencial de um acontecimento histórico que, embora recente, se reveste de um sentido épico e grandioso, capaz de conferir uma identidade comum para os primeiros moradores, realçando o sentido democrático da fronteira [...] (CESÁRIO, 1991, p. 54).

Com a grande publicidade sobre a comercialização das terras, o norte do Paraná passa, então, a ser identificado como um “espaço configurado como lugar de consumidores, de compradores O que reduz [...] o cidadão ao consumidor, e afeta o sentido do espaço público com o sentido do privado, pela determinação da pessoa enquanto possível comprador.” (GUIMARÃES, 2003b, p. 61). A intensa ação publicitária busca compradores, as terras norte-paranaenses são apresentadas como investimento, mas a região não é habitada apenas pelos donos de terras, nem todos detém poder financeiro para serem donos, muitos buscam oportunidades de trabalho. No entanto, o “discurso da prosperidade” e o imaginário sobre a região suprimem essas personagens da história.

Genecy Guimarães<sup>29</sup>, operário torneiro, que acompanhou o início de Londrina, apresenta um olhar diferente sobre o “discurso da prosperidade” e o discurso de ocupação pacífica, que foram propalados pela mídia e por campanhas publicitárias da época. Em seu depoimento, ele denuncia a exclusão e as dificuldades enfrentadas por aqueles que tentavam uma vida melhor na região.

O Eldorado...é porque as pessoas que vinham se implantava e conseguia viver bem. Por isso que eles falava que é Eldorado. Mas não era também o Eldorado para todo mundo, não é? O Eldorado foi para aquelas pessoas que conseguiram é...ficar com a posse da terra. Então para eles era Eldorado, não é? Por exemplo, os trabalhadores do nordeste (do Brasil) vieram muita gente para cá e ficava morrendo à míngua aí, não é? Levado como objeto para a fazenda, para prestar serviço para os grandes fazendeiros, e depois quando não servia mais, por qualquer circunstância, eles despejavam aqui sem nenhuma responsabilidade, não é? Agora esses eram pioneiros com dignidade, agora tem outros pioneiros com indignidade com malandragem...às vezes fizeram muita arbitrariedade! Que tem gente aí que matou índio, que matou posseiro, fez muito sangue para poder ser o que é hoje, e a história infelizmente tapa isso aí, não é? (GUIMARÃES, 1995, p. 76).

O relato apresentado ressalta que a formação de Londrina ocorreu em meio a crimes contra a vida humana. Muita violência, morte e falta de condições dignas de trabalho foram algumas das práticas adotadas pelas companhias colonizadoras para oprimir os povos nativos e os trabalhadores braçais que vieram em busca de emprego. Essas personagens que ajudaram na formação do povo e da história da região não são reconhecidos como pioneiras.

Vale ressaltar que quando determinadas palavras são enunciadas para caracterizar o norte do Paraná – como ocorre com a designação *sertão*, conforme já apresentamos anteriormente – há o apagamento do indígena, que é reputado como “não humano” dentro dessa sociedade. O discurso reproduzido segue as diretrizes da ideologia dominante, da qual ele não é parte. Assim sendo, “o passado indígena, os conflitos de resistência, o confisco de seus territórios e a ação criminosa de bugreiros, a serviço de interesses privados, foram desta forma, devidamente silenciados da história [...] da região.” (LEME, 2013, p. 230).

---

<sup>29</sup> Na época da coleta do relato oral, o pioneiro estava com 70 anos. Transcrição original da entrevista concedida ao historiador José Miguel Arias Neto, publicada em “Pioneirismo: discurso político e identidade regional”, artigo veiculado pela *Revista História e Ensino*, em 1995.

Reafirmamos, desse modo, que o movimento designativo dos nomes é permeado, também, por relações de força, que, pelo simbólico, enunciam uma hierarquia. O estudo da enunciação, por esse motivo, exige:

Reflexão sobre a divisão social do direito de enunciar e a eficácia dessa divisão e da linguagem em termos da produção de efeitos de legitimidade, verdade, credibilidade, autoria, circulação, identificação, na sociedade. (ZOPPI-FONTANA, 1999, p. 16).

Nessa conjuntura, o Estado, juntamente com a mídia e os responsáveis pelos registros históricos durante o Ciclo do Café, organizam e uniformizam uma memória coletiva:

Os aparelhos de poder de nossa sociedade gerem a memória coletiva. Dividem os que estão autorizados a ler, a falar e a escrever (os que são intérpretes e autores com obra própria) dos outros, os que fazem os gestos repetidos que impõem aos sujeitos seu apagamento atrás da instituição. Seja essa instituição a Igreja, o Estado, a empresa, o partido, a escola. Em todo discurso podemos encontrar a divisão do trabalho da interpretação, distribuído pelas diferentes posições dos sujeitos: o padre, o professor, o gerente, o líder sindical, o líder partidário, etc. E há uma enorme produção de textos (falados ou escritos) que trabalham esta divisão: regimentos, constituições, panfletos, livros didáticos, programas partidários, estatutos, etc. Os sentidos não estão soltos, eles são administrados. (ORLANDI, 2004b, p. 96).

A relação que se dá na confluência entre Estado, instituições sociais e manutenção do poder na sociedade atual precisa ser avaliada, por isso, é relevante que pensemos as formulações desenvolvidas Louis Althusser, em sua obra *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Para o filósofo, a ideologia se manifesta nos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), que são instituições sociais, organizações mediadoras entre a individualidade e a coletividade, tais como, a escola, a igreja, a família e a imprensa. Essas entidades reforçam a ideologia dominante.

São estes [Aparelhos Ideológicos do Estado] de facto que asseguram, em grande parte, a própria reprodução das relações de produção [...] É aqui que joga massivamente o papel da ideologia dominante, a da classe dominante que detém o poder de Estado. (ALTHUSSER, 1974, p. 56).

Nessa perspectiva, os veículos midiáticos são uma forma de manifestar e perpetuar ideologias, com o intuito de estabelecer o controle social capitalista, no qual a burguesia se mantém no poder e os proletariados permanecem como mão de obra que sustenta a hegemonia burguesa.

*Sertanópolis e Sertaneja* são dois nomes de cidades constituídos e significados pelo discurso do vazio demográfico, do sertão. Na cena enunciativa de seus acontecimentos de nomeação, esse memorável é recortado. Ainda hoje, testemunhamos o discurso do “vazio demográfico” presente em algumas páginas eletrônicas administradas por órgãos oficiais dos municípios, como prefeituras e câmara de vereadores. Apresentaremos alguns exemplos a seguir:

#### **Colorado**

Já em fins de 1.948, **chegaram os primeiros moradores desta cidade, que após lutas e uma vontade imensa de vencer, transformaram a floresta em sítios e fazendas.** (Grifos nossos)<sup>30</sup>

#### **Atalaia**

**De matagais inóspitos**, as terras foram sendo transformadas em cultura de café, pecuária e outras ramificações agrícolas. (Grifo nosso)<sup>31</sup>

#### **Altônia**

O povoado onde hoje se localiza o Município de Altônia, teve seu início em 1953 por iniciativa da Companhia Byington de Colonização Ltda, responsável pelo grande desenvolvimento da região. Após adquirir extensa área de terras para fins de colonização, **rasgou a extensa e impenetrável floresta** que cobria todo o noroeste paranaense. A ação desta empresa permitiu o desenvolvimento regional. **O povo mineiro e nordestino foram os primeiros a chegar** ao incipiente povoado comandado por Alberto Byington Júnior, sócio da empresa colonizadora. (Grifos nossos)<sup>32</sup>

#### **São João do Ivaí**

De 1760 até 1912 a região ostentava **matas bravas e espaçadas trilhas, sinais das primeiras famílias que se embrenharam no sertão bruto.** A fase de povoamento da região foi iniciada em 1930, sendo que de 1912 até esta data, apesar das entradas de bandeirantes e viajantes além das penetrações de exploradores, o sertão não recebeu nenhum influxo ou plano colonizador, surgindo apenas, de longo em longo, arraiais, pousadas ou pequenas povoações. **A entrada dos primeiros moradores** para a colonização de São João do Ivaí se deu em 1945. **Eram pessoas entusiasmadas que logo começaram a desbravar a região, abrindo picadas e clareiras.** (Grifos nossos)<sup>33</sup>

#### **Rondon**

Entre os anos de 1946 a 1949, um grupo de arrojados desbravadores fizeram entradas no **sertão paranaense**, enfrentando toda espécie de dificuldades que o ambiente hostil oferecia, esses **abnegados do progresso e desbravadores por índole** a tudo conseguiram vencer. Formaram povoados, além do Rio Ivaí, e na região noroeste do Paraná. O

---

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.cmcolorado.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.atalaia.pr.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2020

<sup>32</sup> Disponível em: <<https://www.altonia.pr.gov.br/historico/>>. Acesso em: 13 out. 2020.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.saojoaodoivai.pr.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2020

município de Rondon é fruto desse **pioneirismo desbravador, colonizador e civilizador**. (Grifos nossos)<sup>34</sup>

Com a Lei n.º 1642 de 1916, o governo estadual começa a conceder terras às empresas privadas, intensificando as concessões no decorrer da década de 1920. Essas companhias eram chamadas de “colonizadoras”, e várias delas destacavam isso em seus nomes comerciais, a saber: Companhia Byington de Colonização LTDA, Companhia Colonizadora Imobiliária Agrícola de Catanduvas, Companhia Brasileira de Imigração e Colonização e Colonizadora do Paraná LTDA. A mais influente de todas elas, no entanto, a Companhia de Terras Norte do Paraná – CTNP<sup>35</sup>, que depois da Segunda Guerra Mundial, recebe o nome Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, não marca categoricamente esse propósito em seu nome.

Ao longo de nossa pesquisa é constante o uso de palavras de um mesmo campo lexical, são elas: *colonizar, colonização, colonizador, colono e colonizado*. Pensando na linguagem e no sentido, nas narrativas que analisamos, verificamos que o uso desses termos fluem pautados na evidência, como se o sentido fosse algo natural, como se não pudesse ser questionado ou pensado sobre ele.

Entendemos que revisitar esse campo lexical é importante, pois as palavras examinadas enunciam desdobramentos do que se entende por “colonização”, um processo que não é orgânico, mas construído pelas relações humanas, relações que se constituem na/pela linguagem. A seguir, apresentaremos as definições dicionarizadas<sup>36</sup>, das quais partiremos para iniciarmos nossa reflexão:

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://rondon.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2020.

<sup>35</sup> “A Segunda Guerra Mundial obrigou a Inglaterra a reduzir suas imensas despesas. Entre a relação de empresas colocadas à venda, constava a Companhia de Terras Norte do Paraná. [...] Até 1.951, a Companhia de Terras manteve a política de colonização dos ingleses, isto é, obra de desbravamento e uso racional da terra. Diante da dificuldade de negociar com o governo a compra de uma nova gleba de 100.000 alqueires, a Companhia decidiu diversificar suas atividades, incorporou uma empresa que se chamava Companhia Melhoramentos, a qual tinha cerâmica e serraria e se propunha a construir para facilitar as vendas e a vida dos recém chegados. Quando a Companhia de Terras Norte do Paraná absorveu essa outra empresa, alterou o nome para Cia. Melhoramentos Norte do Paraná”. Disponível na página virtual da empresa:<<http://www.cmnp.com.br/melhoramentos/historia/>>. Acesso 28 out. 2020.

<sup>36</sup> A consulta dos verbetes foi realizada no *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, disponível em: <<https://www.michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 29 out. 2020

**Colonização**

- 1 Ato ou efeito de colonizar; estabelecimento de colônia, povoamento por colônia.
- 2 Estado ou situação de colonizado.
- 3 ECON, POLÍT Processo de exploração de colônias ou de territórios colonizados.

**Colonizador**

- 1 Que ou aquele que coloniza (participa do processo de colonização como colono) ou estabelece uma colônia.
- 2 Diz-se de ou aquele que (pessoa, país, regime etc.) explora uma colônia.

**Colono**

- 1 Indivíduo que faz parte de uma colônia; o que habita uma colônia.
- 2 Indivíduo (emigrante ou migrante) que se estabelece em terra estrangeira ou em terreno inculto para desbravá-lo, povoá-lo, cultivá-lo ou explorá-lo.
- 3 Indivíduo que vive e trabalha, como agricultor ou criador, em terra alheia e recebe um salário.

**Colonizado**

- 1 Que se colonizou; em que se estabeleceu uma colônia ou que foi ocupado por colonos.
- 2 Que sofreu processo de colonização; que foi transformado em colônia.

**Colonizar**

- 1 Promover a colonização de; estabelecer colônia(s).
- 2 Migrar para outro território e nele se estabelecer, especialmente como seus primeiros ou principais habitantes; habitar como colono.
- 3 FIG Dispersar-se e desenvolver-se; propagar-se, alastrar-se, invadir.

Os sentidos mobilizados pelo dicionário já delineiam relações que demarcam lugares sociais e significam sujeitos em condições históricas. No que compete à nossa tese, dentro do processo de *colonização* do norte do Paraná, compreendemos que os sujeitos são significados em uma relação política: de desigualdade, de desarmonia. Conforme já esclarecemos, ao longo de nossa pesquisa, frequentemente, nos depararemos com os termos em questão em citações, em nossa escrita, e, especialmente, nos recortes que trazem as narrativas sobre a nomeação do municípios.

*Colonização* é, usualmente, uma mencionada sob efeito de transparência, como se as relações sociais assim o fossem, como se a organização da sociedade não estivesse pautada em diferenças de diversas ordens: financeiras, sociais, culturais, etc. É necessário enfatizar que, apesar de muitas vezes a historiografia descrever os fatos com eufemismos e com idealização, tratar das relações pertencentes à colonização e seus entornos é abordar o domínio e a exploração de um povo sobre o outro.

Nesse cenário, surge o questionamento: afinal, quem é quem na *colonização* do Norte do Paraná? Os *colonizadores*, geralmente, designam os estrangeiros, imigrantes de outros países – japoneses, italianos, alemães, por exemplo – em especial, os ingleses e as companhias de loteamento de terras. O colonizador, dessa maneira, é aquele que detém os meios de produção e recebe lucros gerados por eles. O meio de produção é a terra, a qual pode ser loteada e vendida ou cultivada com café (principalmente, mas não só), em ambas as situações quem recebe o lucro é o seu dono.

O nome comum *colonizador*, portanto, quando se refere às empresas imobiliárias que lucraram com a terra paranaense constitui o sentido de “exploração econômica” (acepção 2 do dicionário), distanciando-se de outro sentido, muito diferente, o de “habitar um lugar diferente de onde nasceu e ali imprimir sua história, seus costumes, sua cultura”.

Já os *colonos*, em grande parte, são aqueles com poder financeiro para aquisição de terras, podendo ser estrangeiros ou brasileiros de outras regiões, que se estabeleceram na região com suas famílias e ali construíram suas vidas. Um *colono* pode ser *colonizador*, mas um *colonizador* – e, aqui, nos referimos especialmente aos britânicos – nunca foram colonos. Os poucos ingleses que vieram a interesse da CTNP, estabeleceram-se, temporariamente, na região para dar andamento ao projeto imobiliário e não com o intuito de viverem aqui de forma permanente com suas famílias.

Nesse sentido, um colono pode até cultivar a terra e viver dos lucros que elas proporcionam, mas ele também vive ali. As atividades de produção costumam estar ligadas ao colono, não ao colonizador. A relação dessas figuras com o espaço se molda de maneira distinta: para o *colono*, há uma relação de pertencimento; para o colonizador, a relação é apenas comercial, a terra paranaense é geradora de uma riqueza que será usufruída em seu país de origem.

Por sua vez, os *colonizados* correspondem ao patamar menos favorecido socialmente. São os desvalidos financeiramente, os ex-escravizados, os indígenas e os trabalhadores, principalmente os braçais. Ou seja, *colonizado* designa aquele que deve vender sua força de trabalho para sobreviver. Sua participação no processo de *colonização* na era cafeeira é o trabalho. O colonizado

é aquele que não é o operador do processo, é a parte passiva, ele “sofre” o processo, conforme definição (2) apresentada pelo dicionário.

Apresentados os personagens que compõem a história de desenvolvimento da região norte do Paraná, retomamos o início da atuação da CTNP em no Paraná. Em 1925, inicia-se, oficialmente, a história da CTNP, de origem britânica, que por meio de seu projeto imobiliário, deu grande impulso ao processo desenvolvimentista no norte paranaense.

No plano colonizador da CTNP, a rede urbana, considerada componente essencial, era projetada para suprir a demanda da população rural por bens e serviços. Esse papel foi destinado, precipuamente, aos núcleos maiores, planejados como cidades-polo, que funcionariam como uma capital regional: Londrina foi a concretização desse modelo. Nessa lógica, as cidades nasciam sob o princípio de disponibilizar a estrutura urbana a uma região predominantemente agrícola, tendo em vista relações comerciais voltadas à exportação.

### 2.3 O NASCIMENTO DA CIDADE DE LONDRINA

A historiadora Sônia Adum (1991) em *Imagens do Progresso: Civilização e barbárie em Londrina (1930-1960)*, sua dissertação de mestrado, organiza uma cronologia para a história de Londrina, investigando os momentos mais preponderantes de sua constituição.

O período entre 1930 até meados de 1940 é caracterizado como a “fase monopólica da Companhia”, tempo em que a CTNP articulou os poderes privado e público em sua atuação empresarial. A força político-econômica dessa companhia perdurou até o ano de 1944, quando, em consequência da recessão causada pela Segunda Guerra Mundial e dos entraves colocados pelo governo de Getúlio Vargas à exportação, os ingleses recolheram seu capital e a empresa foi nacionalizada.

Em linhas gerais, essa primeira fase corresponde ao período de instalação prática do projeto colonizador. Londrina, foi o primeiro núcleo fundado, desempenhando um papel central na efetivação dos trabalhos de demarcação, loteamento e venda de terras.

A grande novidade introduzida pela CTNP e que lhe valeria o bordão “a mais notável obra da colonização que o Brasil já viu” foi a repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos, oportunizando aos trabalhadores sem posses a aquisição dessas terras, já que as modalidades de pagamento<sup>37</sup> eram flexíveis às condições financeiras de cada comprador.

Esse sistema viabilizou na região a cultura do café, a explosão demográfica, o desenvolvimento urbano e o surgimento de classes médias rurais. O plano colonizador, trouxe, também, outras inovações, como a publicidade em larga escala, transporte gratuito para os donos de terras e o mapeamento do solo em algumas áreas. Como pode ser verificado na próxima citação, extraída de um folheto publicitário da época, transcrito por Yamaki (2006, p. 4):

A terra é roxa, e toda revestida de matas virgens. A saúva, a praga mais terrível das zonas cafeeiras, não existe. O clima é muito próprio para qualquer nacionalidade. Em Londrina existem muitos melhoramentos como água encanada, luz elétrica, hospitais, médicos, escolas, cinema, bons hotéis etc. Custeio de passagem de Ourinhos até Londrina ao comprador e sua família, além do transporte da bagagem.

Na ação da CTNP, a proposta de um espaço ordenado traduzia-se, concretamente, na formação de uma cidade planejada nos mínimos detalhes, com espaços funcionais onde tudo encontrasse seu lugar pré-determinado: "Este ordenamento objetivava a reprodução do capital inglês e acabou por manter, sob seu controle, todo o crescimento e forma da cidade, bem como os mecanismos necessários para a manutenção da ordem proposta." (ADUM, 1991, p. 14).

Londrina, idealizada por engenheiros, surgia como resultado de um plano que organizaria seu presente e seu futuro: "[...] o planejamento urbano inglês continha em seu bojo uma perspectiva de ordenamento para o crescimento da cidade, que supunha um número determinado de habitantes, que era a medida de seu projeto, a medida de seus interesses." (ADUM, 1991, p. 129).

O planejamento prévio era valorizado pela CTNP e foi largamente divulgado. Gomes (1938, p. 33) enaltece a organização da cidade ao afirmar:

---

<sup>37</sup> Pozzobon (2006) ressalta que os terrenos eram negociados mediante sinal de 10% do valor do negócio. Em sessenta dias, os compradores deveriam completar a entrada com mais 20% do preço. Mais 20% no momento da assinatura do contrato. O valor remanescente era pago em 4 anos, com juros de 8% ao ano.

“Delineada com todo o capricho e competencia profissional, Londrina, antes da derrubada da floresta que a envolvia com seu verde manto protector, teve uma planta traçada de accordo com o mais moderno e artistico urbanismo de nossos tempos”.

Londrina nasceu como primeiro posto avançado do empreendimento inglês. Em 21 de agosto de 1929, uma expedição da CTNP chegou ao Patrimônio Três Bocas, lugarejo nomeado em homenagem ao ribeirão Três Bocas, divisor das terras da empresa. O nome *Londrina*<sup>38</sup> foi uma homenagem prestada a Londres. A criação do município ocorreu cinco anos mais tarde, pelo Decreto Estadual n.º 2.519, assinado pelo interventor Manoel Ribas, em 3 de dezembro de 1934. Sua instalação foi em 10 de dezembro do mesmo ano, data em que se comemora o aniversário da cidade.

Em 1938, foi publicado o *Album do Municipio de Londrina*, desenvolvido por Adriano Marino Gomes, cuja finalidade era divulgar as qualidades do novo município e atrair compradores de terras comercializadas pela companhia inglesa. O *Album* reunia muitas informações sobre a cidade, contando sua história e evolução nos primeiros anos do empreendimento britânico: da abertura das matas, quando ainda era um patrimônio, até a consolidação como centro urbano, resultado da comercialização de lotes e plantio do café.

A sociedade londrinense e seus cidadãos ilustres também figuravam no *portfolio*, além de profissionais liberais, comerciantes e políticos. Outro destaque eram os serviços disponibilizados à população, como hospitais, escolas e igrejas. De caráter fundamentalmente publicitário, juntamente a todas essas informações, o *Album* continha muitos anúncios da CTNP, que destacavam a fertilidade do solo e a possibilidade de enriquecimento, reforçando o discurso de “Terra de Promissão”.

A seguir, um anúncio com finalidade publicitária veiculado em revistas e jornais da época.

---

<sup>38</sup> O estudo pormenorizado do nome *Londrina* encontra-se no Capítulo 3 – *Fatos de Linguagem em Análise I: Londrina e seu movimento de (re)nomeação*.

Figura 1 – Anúncio publicitário da CTNP (abril/1948)

**CIA. DE TERRAS NORTE DO PARANÁ**  
A MAIOR EMPRESA COLONIZADORA DA AMÉRICA DO SUL

SEDE:  
SÃO PAULO, RUA SÃO BENTO, 329 - 8.º ANDAR  
CAIXA POSTAL, 2771 — END. TEL.: CIANORTE



ESCRITÓRIO DA COMPANHIA EM LONDRINA

CENTRO DE ADMINISTRAÇÃO:  
LONDRINA (Rêde Viação Paraná - Sta. Catarina) PARANÁ

SECÇÕES DE VENDAS:  
ARAPONGAS, MANDAGUAÍ e MARINGÁ — PARANÁ

Fonte: MPB – Maringá, Paraná, Brasil (blog)

Disponível em: <<http://maringaparanabrasil.blogspot.com/2011/12/ctnp-doze-razoes-para-comprar-terras-no.html>>

Com a ampla divulgação, muitas pessoas foram atraídas para a região, estabelecendo-se uma grande diversidade racial e cultural. De acordo com Pellegrini (1991, p. 7), “os colonos vinham do mundo todo, além dos brasileiros do nordeste ao sul”. No final da década de 1930, Londrina já contabilizava 31

nacionalidades em seu território e migrantes de vários estados do Brasil, empolgados com a fertilidade da “terra roxa sem saúva”:

**Nesta terra em que não ha saúvas**, os homens trabalham como ellas, num labor continuo e organizado [...] Reza a historia sacra que quando a humanidade em sua maior expressão de ambição e vaidade, tentou alcançar os céos por meio de elevadissima e engenhosa torre, que tomou a denominação de Babel, Deus para castigar essa peccadora humanidade, fez com que os sacrilegos constructores não mais se entendessem, dando um idioma diferente a cada um, impedindo assim, o proseguimento daquela obra. Entretanto, no bemdito sólo londrinense, nas roxas terras destas paragens, **homens de 31 nacionalidades diversas**, confraternisados, se comprehendem perfeitamente na collaboração do rude trabalho agricola, cooperando dessa forma para o engrandecimento da terra de promessa que é esta região paranaense, cujo continuo e formidavel desenvolvimento, não é de modo algum tolhido pelo Todo-Poderoso; ao contrario, recebe as bençãos do Senhor que nos fez a dadiua desta terra fecunda, e que reuniu neste canto da patria brasileira, homens de boa vontade, de todas as raças, de todos os credos, e cuja unica ambição é a de progredir pela labuta honesta e aqui se fixar com a nobre finalidade. (GOMES, 1938, p. 76, grifos nossos).

Gomes (1938), ao detalhar a presença estrangeira em Londrina, aponta apenas sete ingleses como proprietário de terras. Com base nisso, o historiador Edson José Holtz Leme, em tese de doutorado sob o título *O teatro da memória: o museu histórico de Londrina (1959-2000)*, discorre que seria um engano atribuir à cidade uma ascendência exclusivamente britânica, pois a formação do povo, e do município como um todo, foi caracterizada pela diversidade. O pesquisador ressalta que existiam em Londrina:

Setores da sociedade preocupados em europeizar a formação social da cidade, com a aprovação e anuência do poder público municipal, por diversas vezes, buscaram construir e inventar uma tradição britânica para a cidade. Na absoluta ausência de registros de famílias inglesas no processo de colonização, tentam por meio da “sacralização” do papel da CTNP e sua origem inglesa, a justificativa para tentar transformar Londrina em uma cidade de origem britânica. (LEME, 2013, p. 221).

Instituídos na história londrinense como fundadores da cidade, os ingleses, nos primeiros anos de atuação da CTNP, realizaram investimentos pouco expressivos, se contrastarmos com outros povos, como os italianos, japoneses e alemães:

Desde 1930, [...] vieram chegando os primeiros compradores de terras e colonos alemães e japonezes que, ante o valor daquellas e o notavel desenvolvimento da zona, foram chamando parentes, amigos e conhecidos,

avolumando-se em pouco tempo a população do actual Município.  
(GOMES, 1938, p.3)

O recorte que apresentamos a seguir foi retirado do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição referente ao dia 26 de junho de 1934.

Figura 2 – Recorte do jornal *O Estado de S. Paulo* (26/06/1934)



Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo*, 26/0/1934.

Disponível em: <<http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-spp/londrina-vel.htm>>

Na pequena notícia, vemos os povos imigrantes que mais se destacam na cidade, em nenhum momento os ingleses são mencionados. Em seu

terceiro parágrafo, quando aborda a ocupação das terras pelos colonos, o jornal afirma: “A colonização das terras está sendo feita por núcleos de diversas nacionalidades, em sua maioria alemães e italianos, na sua totalidade pequenos lavradores”.

Com o objetivo de atender a volumosa quantidade de imigrantes europeus, a CTNP implantou o Patrimônio<sup>39</sup> Heimtal, localizado a 8 quilômetros do centro. O nome *Heimtal* é de origem alemã e significa “vale do meu lar”, foi o primeiro núcleo rural formado em Londrina, com aproximadamente 120 famílias alemãs. A região, nos anos seguintes, ficaria conhecida como *Vale dos Alemães*.

Apesar do grande número de alemães, outros países europeus também tinham seus representantes:

Os primeiros imigrantes do Heimtal eram predominantemente alemães-luteranos havendo também teuto-russos, alguns austríacos, romenos, ucranianos, suíços, húngaros, italianos e espanhóis, que se instalaram nas imediações do vale. A maioria, de origem camponesa, já possuía alguma experiência com atividades agrícolas no Brasil, nas fazendas de café de São Paulo, ou ainda em colônias do sul do país, especialmente as de Santa Catarina. (ALMEIDA et al., 1993, p.17).

Os japoneses também adquiriram terras afastadas da região central de Londrina. Esse lote estava localizado na Gleba Cambé, a 3 quilômetros do centro. A colônia japonesa recebeu o nome de *Dai-Ikku Shokuminchi* – Seção Número Um – e recebeu centenas de famílias de agricultores. *Ikku*, em japonês, significa “primeiro”, a “primeira” e *shokuminchi*, colônia. Na época, a Colônia Ikku era chamada também de *A Primeira Colônia*.

Estas vilas estavam localizadas quase todas ao norte e leste da cidade [...] não obedecendo seu traçado a nenhuma técnica urbanística [...] ao mesmo tempo que a cidade ia se espalhando, a área propriamente urbana (correspondendo ao plano original) permanecia com quadras inteiramente vazias, pois eram mais caras. (PRANDINI, 1952, p. 66).

Com base nisso, compreendemos que os estrangeiros que compraram terras da CTNP se organizaram em regiões específicas da cidade,

---

<sup>39</sup> Promovemos discussão mais detalhada a respeito do nome comum “patrimônio” no Capítulo 3, *Fatos de Linguagem em Análise I: Londrina e Seu Movimento de (Re)nomeação*, subseção 3.1 *Patrimônio Três Bocas*.

buscando, também, a preservação de sua cultura. Ao longo do tempo, edificaram seus costumes por meio da arquitetura, com a construção de escolas e igrejas. Os imigrantes procuravam, assim, cultivar em território londrinense seus hábitos, importantes para a manutenção de sua identidade.

[...] a forma de localização deles (proprietários de terras) deu-se através de colônias, onde eles podiam construir ou reconstruir sua paisagem de origem, reviver tradições e culturas, além de poder transmitir tudo isso aos seus descendentes. (FERNANDES, 2010, p. 39).

Desde o início dos anos 1930, Londrina se mostra multicultural, sendo construída por brasileiros e estrangeiros. A organização de seu espaço urbano e a formação de seu povo permitem-nos afirmar que, apesar do projeto imobiliário ter sido sistematizado pelos britânicos, vários povos aqui viveram e perpetuaram sua cultura, pluralidade que constitui a identidade londrinense.

No artigo “A casa e a rua: uma relação política e social”, publicado em 2011, Eni Puccinelli Orlandi examina como os sujeitos são significados pela sua localização no espaço da cidade. Nas palavras da linguista:

[...]a forma da cidade e a forma sujeito, ou seja, o modo como os sujeitos aí estão dispostos, estão ligadas. O modo como se dispõe o espaço é uma maneira de configurar sujeitos em suas relações, em suma, de significá-los. Em nossos estudos e pesquisas, sobre cidade, distinguimos o que é ordem e organização. Reservamos a noção de ordem para o real da cidade, com seus movimentos, sua forma histórica, seu real. Já a organização, que chamamos de organização urbana, está ligada ao imaginário projetado sobre a cidade, tanto pelos seus habitantes como pelos especialistas do espaço, como urbanistas, administradores etc. que, assim, se relacionam com a cidade através desse imaginário, organizando o espaço da cidade, planejando-o, calculando-o de maneira empírica ou abstrata de acordo com seus objetivos. Em geral, ignorando, silenciando as reais necessidades histórico-materiais do espaço enquanto instância real, própria à cidade que está sempre em movimento. (ORLANDI, 2011a, p. 694).

O raciocínio desenvolvido pela autora nos faz pensar na organização desses imigrantes que compraram terras em Londrina. Nos exemplos citados, há uma distância longa entre o centro e as colônias japonesa e alemã, os preços das terras também são diferenciados devido à (falta de) estrutura do local: “A cidade é um teatro e cada lote urbano é uma poltrona; quem chega por último ocupa os piores lugares e o que define a ordem de chegada é a condição de classe.” (HARVEY, 1980, p. 97). Os habitantes são, assim, significados pela localização na cidade, condição que lhes confere *status* e prestígio social.

Os lotes que envolvem a cidade foram muito valorizados mas, de outro lado, são muito mais baratos que os da área urbana e é assim que começam a ser vendidas pequenas datas para construção, muitas delas cobertas pela lavoura cafeeira, que é, então, abandonada ou logo derrubada. Cada lote vendido vai constituir uma vila. (PRANDINI, 1952, p. 66).

A história, ao longo do tempo, focalizou apenas os ingleses e silenciou os outros povos – até mais relevantes – na constituição da cidade. Vale enfatizar que os colonos que adquiriam terras fora da área central precisavam realizar todo o trabalho de infraestrutura, haja vista que CTNP só concedia esse suporte às terras da região central: “Vir para o norte do Paraná significava começar tudo de novo, já que era preciso desmatar, plantar, construir as casas, escolas, hospitais etc [...]” (CAPELO, 2000, p. 222).

Todos esses fatos nos fazem (re)pensar o processo de ordenamento da cidade, levando a uma possível reconfiguração da história londrinense, a qual atesta a importância britânica, mas também legitima as contribuições de outros povos. É importante ressaltar que há o apagamento tanto da presença indígena quanto da presença negra, nenhum desses grupos são assinalados como colonos e nem chegam a ser mencionados nos registros históricos da época. Condição que não é exclusividade de Londrina, estendendo-se a toda região norte-paranaense.

Retomamos, agora, a discussão em torno do nome *colono*<sup>40</sup> para tanto recuperamos os sentidos dicionarizados, já apresentados anteriormente. Ao observarmos o enunciado definidor (2), compreendemos que os sentidos apresentados ali costumam figurar na memória social, sendo a representação recorrente na historiografia, nos registros oficiais. *Colono*, portanto, é o estrangeiro ou brasileiro migrante de outro estado que comprou terras e prosperou economicamente. Segundo essa definição, indígenas e negros dificilmente poderiam ser chamados de colonos, haja vista que, resgatando a história, poucas atitudes foram efetivamente tomadas para incluir esses grupos na sociedade.

Sobre os negros, não houve políticas públicas que viabilizassem a inserção dos ex-escravizados, por exemplo. Após a abolição do regime escravista, oficializado em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea, não houve reparação ou indenização por tantos anos de privação de direitos ou preocupação verdadeira em

---

<sup>40</sup> Verificar a subseção 2.2 *A Região Norte do Paraná: O Eldorado Brasileiro*.

reinsere essas pessoas na sociedade como cidadãos. Eles permaneceram à margem, e mesmo a escravidão não existindo de modo oficial, viram-se, novamente, relegados a um sistema cruel. Sistema que desprezava a igualdade racial, promovendo novos métodos de exploração. Os negros foram re-escravizados com legitimação do Estado, que rejeitou a reforma agrária e silenciou a escravidão. Sem incentivos relacionados à educação formal e ao mercado de trabalho, os negros libertos foram colocados em posição de inferioridade e, desde então, têm enfrentado inúmeros obstáculos, luta por igualdade que ainda repercute no presente, mesmo transcorridos mais de 130 anos após a promulgação da Lei Áurea.

Tomando a definição (3), “indivíduo que vive e trabalha, como agricultor ou criador, em terra alheia e recebe um salário”, defendemos, também, que é legítima a condição de colonos dos negros que foram mão-de-obra, mormente nas lavouras de café. Pesquisas atuais, promovidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB e pelo Laboratório de Cultura e Estudos Afro-brasileiros – LEAFRO da Universidade Estadual de Londrina, buscam reanalisar a história norte-paranaense e promover conscientização sobre a supressão do povo negro da história oficial.

No artigo “O pioneirismo negro no norte do Paraná”, Panta et al (2010, p. 1466) desenvolvem um estudo “com o objetivo de contribuir para a superação da invisibilidade e do silenciamento da história e da cultura negra em espaços privilegiados”, nas palavras dos próprios pesquisadores. No decorrer da análise, os autores afirmam também:

Apesar das migrações provenientes do Nordeste terem sido expressivas e fundamentais para a configuração da mão-de-obra das lavouras de café no início da colonização de Londrina, nos registros oficiais da cidade, nota-se a tendência de preservar a memória dos grupos hegemônicos, ressaltando os ingleses que contribuíram com a formação da cidade com o investimento de capital. Nesse contexto, os que se beneficiaram foram os que puderam comprar um lote de terra, e, portanto, destacados na história como colonizadores da cidade. (PANTA, 2010, p. 1463).

Se uma quantidade expressiva dos trabalhadores das lavouras de café vieram do nordeste brasileiro, devemos ponderar sobre muitos deles serem negros – ex-escravizados ou seus descendentes – haja vista que os estados nordestinos receberam uma grande quantidade de negros africanos, mão-de-obra escravizada para atender as demandas de trabalho nas lavouras de cana-de-açúcar.

O negro, efetivamente, faz parte da constituição demográfica dessa região. De acordo com o último Censo Demográfico<sup>41</sup>, realizado em 2010, as regiões Norte e Nordeste possuem, proporcionalmente, a maior população negra do país, condição decorrente, também, de aspectos históricos.

Assim, ressaltamos que essas informações precisam ser consideradas, visando a reconhecer a participação negra tanto na história de Londrina quanto na do norte do Paraná, independentemente de terem sido compradores de terras, há um percurso lógico – proporcionado por vestígios deixados pela própria historiografia – que marca a presença desse povo aqui e negar sua contribuição na construção e desenvolvimento do norte paranaense é desfigurar a nossa própria história. É necessário que essa ausência nos registros oficiais seja questionada.

Dando continuidade à reflexão sobre o termo *colono*, propomos pensar os sentidos mobilizados pela palavra com relação os povos indígenas. Seria possível a um indígena ser colono? No *website* do Museu Paranaense<sup>42</sup>, órgão oficial do governo estadual, há uma seção denominada *Povos indígenas do Paraná*, em que é exposta resumidamente a história de cada etnia que tem habitado o território do estado ao longo de sua história. Extraídos da referida página virtual, apresentamos os recortes a seguir:

No Estado do Paraná existem atualmente três etnias indígenas: Guarani, Kaingang e Xetá. **A grande maioria vive nas 17 terras indígenas demarcadas pelo governo federal**, onde recebe assistência médica, odontológica e educação diferenciada bilíngue. [...]

#### GUARANI

[...] Antes da colonização europeia e da consequente perda de parte de seus territórios, **os Guarani distribuíam-se desde do litoral estendendo-se às florestas subtropicais do planalto, até o rio Paraná a oeste.** [...] Nos séculos XVIII e XIX, os Guarani que habitavam o interior do Paraná, foram **utilizados como mão-de-obra servil na atividade pecuária, ou reunidos pelo Governo em reservas indígenas** denominadas aldeamentos.

#### KAINGANG

Os Kaingang pertencentes a família linguística Jê, **preferiam habitar as regiões de campos e florestas de Araucária angustifolia**, onde tinham no

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 out. 2020.

<sup>42</sup> Disponível em: <<https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Povos-indigenas-no-Parana>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

pinhão sua principal fonte de subsistência. [...] Faziam armadilhas de pesca denominadas pari com as quais obtinham grande variedade de peixes. Esta forma de pesca tradicional ainda se **mantêm entre os Kaingang dos rios Tibagi e Ivaí**. No século XIX, a atividade tropeira e a conseqüente expansão das fazendas [...] atingiram diretamente os territórios tradicionalmente ocupados pelos Kaingang. Após violentos embates **os grupos que sobreviveram passaram a viver nos aldeamentos organizados pelo Governo. No início do século XX, passaram a viver em reservas criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio -SPI, posteriormente denominado Fundação Nacional do Índio.**

#### XETÁ

Desde o final do século XIX, já existiam relatos sobre a presença de índios no centro sul do Paraná, denominados Xetá. Este grupo indígena pertencente ao tronco linguístico Tupi-Guarani, **foi oficialmente contatado na década de 1950, pelo Serviço de Proteção aos Índios, atual FUNAI, na região da serra dos Dourados no noroeste do Paraná.** [...] Considerado à época do contato como um povo que vivia somente da caça e coleta, estudos mais recentes constataram que **a situação dos Xetá naquele momento, justificava-se pelos constantes deslocamentos do grupo provocados pela expansão cafeeira.** [...] **Vítimas do extermínio gerado pela expansão cafeeira,** os seis remanescentes Xetá e seus descendentes anseiam por reunirem-se novamente em uma terra só deles. De acordo com a Fundação Nacional do Índio, a Terra Indígena Xetá encontra-se atualmente em processo de demarcação pelo governo federal.

Os trechos em destaque nos recortes apresentados focalizam três pontos que gostaríamos de ressaltar: 1) em maior ou menor abrangência, as 3 etnias habitaram o norte do Paraná, desse modo, interessam à pesquisa que estamos realizando; 2) todos os povos originários mencionados foram submetidos à violência; 3) a preocupação em afirmar o papel do Estado na garantia ao acesso a direitos essenciais por essas populações, criando aparente compensação sobre os séculos de abuso e coerção sofridos pelos indígenas.

O discurso oficial veiculado no site do Museu Paranaense reforça a função de tutela do Estado com relação aos povos indígenas. Tutela que se efetivou em 1910, com o início das operações do Serviço de Proteção ao Índio – SPI e que foi assumida, posteriormente, pela a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a partir de 1965.

Analisando como se deu o processo de expansão demográfica na região, vemos dificuldades em afirmar o sujeito indígena como colono mesmo no sentido de “mão-de-obra”. Costumes e culturas que destoavam dos padrões não indígenas e os graves conflitos com as companhias imobiliárias, que culminaram na expulsão e morte de muitos indígenas, ampliavam as ressalvas dos proprietários com relação à contratação de trabalhadores com origens nessas etnias. Os refúgios,

naquele momento, parecem ter sido as reservas. Ainda na atualidade, de acordo com os recortes apresentados, a maioria dos indígenas encontram-se em reservas.

Retomando o processo de desenvolvimento da cidade de Londrina, observamos que a profusão de culturas e costumes marcou as primeiras décadas de sua existência como centro urbano. Entre 1930 e 1970, a expansão demográfica e econômica foi descomunal, alavancada pelo cultivo e comercialização do café – o “ouro verde”.

Nos anos 1940, o terceiro setor se fortaleceu, propiciando a organização do comércio e intensificando as relações do ramo. No entanto, a área industrial era, ainda, limitada, sendo dependente de outros centros urbanos mais desenvolvidos.

Na década de 1950, Londrina ganha notoriedade nacional como polo econômico. A eclosão urbana e demográfica acontecia em virtude da produção cafeeira. Durante o período, o setor primário de toda região norte se desenvolveu muito. Em Londrina, por exemplo, a população passou de 20.000 habitantes para 75.000 e quase metade residia na zona rural.

Contudo, na década de 1960, a cultura cafeeira começa a ter os primeiros problemas. Segundo Oliveira (2001), alguns motivos foram as volumosas produções nas safras em anos anteriores e os obstáculos impostos pelo governo de Juscelino Kubitschek às exportações. Sobre o declínio do Ciclo do Café, o historiador ressalta, também, as fortes geadas ocorridas nos anos 1960 e meados dos anos 1970, que foram categóricas para a aniquilação dos cafezais.

Em 1963, por exemplo, intensas geadas ocorridas durante o inverno, comprometeram a produção cafeeira, deixando muitos agricultores com prejuízos e preocupando vários setores da sociedade. Essa preocupação repercutiu, também, no universo musical. A canção que apresentamos a seguir é um exemplo. Intitulada *Geadas do Paraná*<sup>43</sup> foi interpretada pela dupla sertaneja Tião Carreiro e Pardinho:

Paraná celeiro do Café  
Pelo teu glorioso passado

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<https://www.lettras.mus.br/tiao-carreiro-e-pardinho>>. Acesso em 26 out. 2020.

Aqui vai a mensagem de fé  
Desta Viola que chora o teu triste fato  
Sou um caboclo que vê com tristeza  
O teu café pela geada queimado  
Mas que sabe que o teu povo forte  
Nem diante da morte se vê derrotado  
Paraná tens um rico tesouro  
Terra roxa pura massapé  
Serás sempre o filão de ouro  
Que fez enxadeiro virá Coroné  
Aconteça o que acontecer  
O remédio é enfrentar a maré  
Porque sei que pro paranaense  
Se perde ou se vence está sempre de pé

Com Ney Braga e Nelson Maculan  
Patriotas em leis entendidos  
Tu verás um novo amanhã  
Com os teus cafezais novamente floridos  
Deus é pai e não é padrasto  
Enfrentamos a luta unidos  
Teu progresso não pode parar  
Temos que levantar o gigante ferido  
Paraná vejo em teu semblante  
Que o luto cobriu tuas plagas  
Não há mais o café verdejante  
Que o nosso Brasil pelo mundo consagra  
Não lastimes a sorte irmão  
Que a tristeza em breve se apaga  
Pois jamais ficarás abandonado  
Quem tem a seu lado homem igual a Ney Braga

A canção que enuncia a tristeza pela perda dos cafezais destruídos pelo frio, reproduz o discurso de prosperidade, da riqueza fácil, ressoado durante toda a história cafeeira no estado, como pode ser observado no versos: “Paraná tens um rico tesouro/ Terra roxa pura massapé/ Serás sempre o filão de ouro/ Que fez enxadeiro virá Coroné”. Outro aspecto que nos chama a atenção é o destaque dado ao âmbito político no estado, citando, diretamente, dois nomes relevantes dentro do cenário da época: Ney Braga – que ocupou cargos importantes durante a ditadura militar no Brasil, como os Ministérios da Agricultura e da Educação, além de ter assumido, em duas oportunidades, o governo do estado – e Nelson Maculan, empresário do ramo cafeeiro, ex-senador e ex-deputado federal, contemporâneo de Ney Braga, sendo seu adversário político em algumas ocasiões.

Em 1975, a *geada negra*, que, ferozmente, atingiu todo o norte do Paraná, confirmou a queda desse ciclo econômico. O meteorologista Daniel Panobianco explica como toda essa conjuntura desfavorável repercutiu na sociedade paranaense. Em suas palavras:

Foi no amanhecer de 18 de julho de 1975, há 35 anos, que uma das geadas mais intensas do século passado reduziu a zero a área cultivada com café no Estado do Paraná. Em escala maior, o próprio Paraná nunca mais foi o mesmo. Aquela manhã fria, aliada a outros fatos ocorridos na mesma época, disparou uma série de transformações econômicas e demográficas que fizeram do Estado o que ele é hoje. As estatísticas dão uma dimensão grandiosa dos eventos daquele dia. Na safra de 1975, cuja colheita já havia sido encerrada antes da geada, o Paraná havia colhido 10,2 milhões de sacas de café, 48% da produção brasileira. Era o maior centro mundial nessa cultura e tinha uma produtividade superior à média nacional. No ano seguinte, a produção foi de 3,8 mil sacas. Nenhum grão de café chegou a ser exportado e a participação paranaense na produção brasileira caiu para 0,1%. Nos dias seguintes já começava a consolidar-se uma ideia de que o estrago seria duradouro. O governador Jayme Canet Júnior anunciava que o orçamento do Estado seria reduzido em 20% no ano seguinte. O prognóstico dos especialistas era de que o prejuízo chegaria a Cr\$ 600 milhões (o equivalente, pela cotação da época, a US\$ 75 milhões), apenas nas lavouras de café. [...] era o café que sustentava a economia do Paraná naquela época – uma situação que mudaria logo em seguida, já que os cafeicultores nunca mais se recuperariam desse impacto. (PANOBIANCO, 2010, p. 2).

A perda das lavouras de café foi recebida com ares de tragédia por toda a sociedade. A desolação estampou as manchetes de vários jornais, que demonstravam preocupação com a economia do Brasil e, também, com o futuro dessa cultura no país. A seguir, apresentamos a capa do jornal *Diário do Paraná*, edição de 20 de julho de 2020, dois dias após a geada negra, cuja manchete anuncia “Geada traz catástrofe para a economia nacional”:

Figura 3 – Manchete do jornal *Diário do Paraná* (20/07/1975)

**Diário do Paraná**  
FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

20 Páginas  
Curitiba, domingo, 20 de julho de 1975  
Nº 6023



Depois da tempestade, a crise: todos os cafezais do Paraná foram atingidos pela geada, numa devastação completa e sem paralelo nos últimos 50 anos.

## GEADA TRAZ CATÁSTROFE PARA ECONOMIA NACIONAL

As intensas geadas que se abateram sobre o interior do Estado dizimaram, segundo os primeiros cálculos, entre 90 e 95 por cento do parque cafeeiro paranaense, comprometendo irremediavelmente a colheita de 1976 e, por consequência, levaram a desespero a centenas de produtores, numa devastação completa e sem precedentes que deverá produzir, a curto prazo, reflexos "catastróficos" na economia do país e nos seus negócios com o mercado exterior. Ontem, em Londrina, reunidos durante várias horas com agricultores, o governador Jayme Canet, o ministro Severo Gomes, da Indústria e do Comércio, o presidente do IBC, Camilo Calazans, o secretário interino da Agricultura, Joaquim Severino, e o prefeito José Richa, além de autoridades e técnicos do setor, reconheceram que a geada "apanha o Brasil no exato momento em que nossa produção é deficitária e justamente quando o mercado externo dispõe de uma oferta maior do que a procura, o que beneficia de forma generosa os países concorrentes e, por certo, acentua a crise paralela do consumo interno". Ontem mesmo, em medida de urgência, que visou, claramente, tranquilizar os produtores do Estado, a Secretaria da Agricultura divulgou nota anunciando as primeiras providências oficiais para minimizar os prejuízos da catástrofe: "Agilizar ao máximo o processo de atendimento dos agricultores pelo PROAGRO; enviar técnicos e pesquisadores do IAPAR ao Oeste para salvar a cultura de trigo atingida pelas geadas; conjugar esforços com o IBC para atender às reivindicações da cafeicultura; e, finalmente, tomar medidas para garantir o suprimento de sementes de trigo e soja das próximas safras". Por outro lado, o governo federal também está atento e, segundo o ministro Severo Gomes, "acompanha a crise com especial atenção, mostrando-se interessado em resolver o problema dos produtores junto aos bancos e carteiras de financiamentos". Ele informou que dentro de 30 dias ficará pronto um completo levantamento técnico que apontará os desdobramentos da crise e vai indicar as primeiras providências. (8/1\*).

Fonte: Diário do Paraná

Disponível em: <https://bastidoresdanoticiadracena.blogspot.com/2015/07/geada-negra-completou-40-anos.html?m=1>.

Esses fatos que configuram o passado recente de Londrina estruturaram um imaginário que permeia as culturas local e regional ainda hoje. Apesar de não ter sido um ciclo econômico longo na história do estado, com efetiva produção durante 40 anos, suas memórias estão fortemente presentes, significando a cidade e seu povo. Essas memórias são resguardadas, com certo saudosismo, pela população da cidade.

#### 2.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO HISTÓRICO

Neste capítulo, retomamos os aspectos históricos que nos levaram a compreender como se deu a constituição da região norte do estado do Paraná. Especialmente, a cidade de Londrina, que despontou como principal polo do projeto imobiliário das companhias estrangeiras de loteamento.

Vimos que o plantio do café foi consequência da grande publicidade feita pelos investidores das companhias de terras, em especial os da CTNP, tanto no Brasil quanto em âmbito internacional, cujo intuito era a comercialização de lotes de terras. A excelente qualidade do solo e as facilidades para o pagamento atraíram pessoas das mais diversas nacionalidades e de vários lugares do Brasil.

Ao longo deste do capítulo, propusemos reflexão sobre alguns mitos que compõem a historiografia norte-paranaense, entre eles: 1) o legado cultural deixado pelos ingleses a Londrina, contestando uma perpetuada colonização inglesa; 2) a questão do vazio demográfico, sendo que já existiam povos na região e 3) a facilidade de enriquecimento, que designou a região como “Eldorado”. No caso de Londrina, vimos que apesar do nome em homenagem à capital da Inglaterra, uma colônia inglesa não se estabeleceu na cidade.

Com relação ao vazio demográfico, vemos marcados na linguagem, o desprezo e a violência com relação às populações indígenas que já habitavam as terras loteadas. Aos colonizadores, por outro lado, é sempre reservado o papel de desbravadores, visionários, conquistadores, que trouxeram o progresso ao sertão inóspito. Nesse cenário, investigamos os nomes próprios *Sertanópolis* e *Sertaneja*, que rememoram o nome comum *sertão*, funcionando como argumento para o vazio demográfico e a prática de extermínio indígena.

Ao apresentamos e repensarmos a história, em uma relação com a língua(gem), observamos as designações de um grupo de palavras que compõem o campo lexical relacionado à colonização, pensando o funcionamento de seus sentidos à conjuntura sócio-histórico-econômica, impulsionada pelo Ciclo do Café, e como esses sentidos dizem relações desiguais, expõem a demarcação de lugares sociais assimétricos, de exploração, de discriminação em que valoriza-se a posse da terra, dos meios de produção. Vimos que, entre silêncios, apagamentos, os sentidos desses nomes deslizaram e se estabilizaram, reproduzindo o discurso daqueles que estavam autorizados pela história.

Por fim, tratamos da repercussão do fim do ciclo cafeeiro e como isso foi divulgado com extrema preocupação pela mídia da época. Encerrando um dos capítulos de uma história, que diz e significa o norte do Paraná, constituindo a identidade dessa região e, também, de seus cidadãos.

### 3 FATOS DE LINGUAGEM EM ANÁLISE I: LONDRINA E SEU MOVIMENTO DE (RE)NOMEAÇÃO

Minha terra é o norte,  
Lá o sol é forte,  
Vermelho é o chão

Verde é a mata,  
O luar é prata  
Lá no meu sertão

E no azul do céu,  
Estrelas brilham,  
Na plantação

Eu sou pé vermelho, e não abro mão  
Sou pé vermelho, e não abro mão  
Meu pé vermelho, da terra do chão  
Sou pé vermelho, e não abro mão  
Meu pé vermelho...

(João Lopes<sup>44</sup>, *Pé Vermelho*, 1988)

“Pé vermelho” é uma expressão que designa os nativos da região norte do Paraná. Mormente, os nascidos no município de Londrina. O apelido advém da coloração deixada pela terra nos pés de quem a pisa. Nas localidades onde existe a “terra roxa”, é quase impossível de se passar ileso às marcas de seu vermelho intenso.

Apresentamos, a partir deste momento, a primeira parte da análise semântico-enunciativa que nos propusemos a desenvolver, tomando como base o nome do expoente cafeeiro no norte do Paraná: *Londrina*. Esclarecemos que essa análise, mais detalhada – investigando, também, seu processo de renomeação – será construída apenas para essa cidade, exatamente, por sua importância entre as demais no durante os anos de Ciclo do Café. As demais construções nominais que formam o *corpus* foram divididas em grupos, baseando-se em elementos recorrentes entre eles, ação que, a nosso ver, melhor organiza a análise.

Conforme já apresentamos, não reconhecemos a nomeação como uma simples forma de classificação, visto que deixaríamos de considerar os fatores histórico-sociais que estão presentes na linguagem. Do lugar teórico em que

---

<sup>44</sup> Compositor paranaense (Califórnia, 1950 – Curitiba, 2020). É de sua autoria a canção *Bicho do Paraná*, considerada um hino não oficial do Estado.

estamos inseridos, vemos a nomeação como prática enunciativa, concebendo o nome como enunciado, como elemento que significa e que confere identidade ao lugar nomeado. Nessa perspectiva:

Para que possam ser concebidos como enunciados, há que se buscar aspectos da enunciação desses sintagmas que expliquem a sua existência. Quando buscamos a enunciação, “enxergamos” naquelas construções sintagmáticas mais do que uma relação simples com os objetos referentes, isto é, queremos ir além de uma **visão puramente descritiva ou denominativa**. (DIAS, 2016, p. 36, grifos do autor).

Sendo assim, buscaremos refletir sobre os sentidos que se constroem na relação do nome (a linguagem) com aquilo que foi nomeado, a cidade (o mundo). A respeito da nomeação de cidades, Karim (2012, p. 89) afirma que esse processo:

[...] é marcado por um acontecimento muito próprio da relação de linguagem com o que está fora dela, sua relação com o mundo, o acontecimento de criação e nomeação dos espaços urbanos, no caso em questão, a nomeação das cidades. Esse acontecimento passa a dar existência histórica aos espaços de convívio urbanos nomeados.

O nome demarca um território, singularizando-o com relação a outros, é, também, uma prática de Estado, pois as divisões político-administrativas devem ser nomeadas. Mas, para além disso, o nome confere existência histórica ao local, permitindo que ele continue a repercutir semanticamente, que ele continue a significar.

Desse modo, compreendemos que, quando há enunciados distintos designando um mesmo referente, temos a mobilização de sentidos outros. Esses sentidos constroem a representação do referente. É o caso da nomeação *Londrina*, que, como município, também é significada por outras construções nominais, as quais produzem diferença e reinvenção de sentido, como veremos ao longo deste capítulo.

### 3.1 Patrimônio Três Bocas

21 de agosto de 1929. Essa foi a data em que a expedição inglesa liderada por George Craig Smith<sup>45</sup> chegou ao norte do Paraná. O pesquisador Nelson Dacio Tomazi alerta que essa expedição “foi a primeira oficialmente, ou seja, a primeira que a história oficial escolheu para colocar alguns nomes em evidência [...] Essa expedição foi a de tomada de posse” (TOMAZI, 1997b, s/p). Esse território foi nomeado de *Patrimônio Três Bocas* e anos mais tarde, em 1934, o local receberia o nome de Londrina.

No antigo patrimônio de Três Bocas, a 22 quilômetros de Jataizinho, foi levantado um acampamento em 1929. Ali foram instalados os escritórios da Companhia de Terras Norte do Paraná e iniciada uma infra-estrutura urbana. [...] Foi tão grande a movimentação de compras de terras, que em apenas um determinado ano, a companhia chegou a vender 60.000 alqueires. Ao lado de compradores nacionais era grande também o número de estrangeiros: italianos, portugueses, espanhóis, alemães, japoneses, poloneses, ucranianos, etc. (WACHOWICZ, 2001, p. 271).

A construção nominal *Três Bocas*, de origem indefinida, desponta como nome ainda no século XIX, designando uma porção de terra no norte paranaense e também, um rio, que delimita essas terras. De acordo com Schwartz (2000), a gleba Três Bocas compreendia, ao norte, quase 50 mil alqueires, prolongando-se da margem esquerda do rio Tibagi (entre o rio Apucarantina e o rio Três Bocas) para o oeste, até o ponto mais alto dos limites com o município de Apucarana. Era uma área bem extensa.

Há, também, registros que sugerem a relação com três minas de água localizadas onde foi fixado o Marco Zero de Londrina, como podemos comprovar no próximo fragmento textual, extraído da obra *Certidões de nascimento da história: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá*:

[...] foi aberta uma clareira no meio da floresta e dois ranchos de palmito foram construídos onde hoje fica o Marco Zero de Londrina, ao lado da avenida Theodoro Victorelli, próximo à atual Estação Rodoviária. **A região contava com muitas minas d'água, o que explica o primeiro nome do povoado: Patrimônio Três Bocas** – distrito de Jataizinho. (HOFFMANN; PIVETA, 2009, p. 21-22, grifos nossos).

---

<sup>45</sup> Funcionário da Companhia de Terras Norte do Paraná e considerado um dos mais famosos pioneiros de Londrina, recebendo os títulos de “Cidadão Honorário de Londrina” e “Cidadão Honorário do Paraná”.

Outra possibilidade indica que o nome *Três Bocas* reportaria a três ribeirões – Cafezal, Cambé e São Domingos – formadores do Rio Três Bocas, que veio a nomear, posteriormente, a região e o patrimônio. A atribuição desse nome, portanto, impulsiona sentidos que funcionam como a significação descritiva do local e rememora o contato entre os exploradores e os povos originários que ocupavam a região.

É necessário ressaltar que o nome comum *patrimônio* identifica a natureza da estrutura urbana, reflexo de seu estágio de urbanização, que estava emergindo no local. Sobre os tipos de espaços urbanos, Karim (2012) fomenta um debate enunciativo, estudando os nomes comuns *pouso*, *arraial*, *vila* e *cidade*. Para pesquisador, esses nomes pertencem:

[...] a uma cadeia tipológica que designa a classificação de espaços urbanos (classificador urbano): arraial ou pouso, na qual arraial é caracterizado semanticamente como uma aglomeração urbanizada de maior intensidade populacional do que a designada por pouso. Mas, em ambos os casos, esse elemento nominativo funciona na direção classificatória da tipologia usada para distinguir, entre outras coisas, a densidade demográfica desses espaços sócio-urbanos, são os casos de pouso, arraial, vila, cidade, cada qual caracteriza distintamente seu valor semântico pelo efeito do funcionamento do nome na escala de significação regulada pelo princípio classificatório da tipologia categorizadora dos espaços sócio-urbanos. Ou seja, “pouso” designa um lugar com a presença de um número de pessoas bem menor do que em “arraial”, que por sua vez, significa, nessa rede de significação, uma aglomeração de pessoas menor do que se deve encontrar em uma “vila”, que designa uma localidade menor que uma cidade e maior que um arraial. (KARIM, 2012, p. 133).

Incluimos, nesta discussão, o nome comum *patrimônio*, que também pode ser uma categoria que semantiza os espaços urbanos, mais próxima dos sentidos mobilizados por *vila*, mas não se restringindo a esses sentidos, como veremos mais adiante.

Transportando essa reflexão para dentro da história de Londrina, podemos depreender que *Patrimônio Três Bocas* atravessou cada etapa descrita por Karim (2012). Nasceu como um *pouso*, tornou-se *arraial*, evoluiu para *vila*, conservando o mesmo nome. A nomeação condensa toda essa rede semântica, enunciando a origem da cidade, e também sua evolução urbana em seus primeiros anos de existência, antes de se tornar município.

**Figura 4** – Patrimônio Três Bocas (início da década de 1930)



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina/Coleção Fotográfica George Craig Smith  
Disponível em: [http://www.uel.br/museu/uploads/pagina/arquivos/Documenta\\_1.pdf](http://www.uel.br/museu/uploads/pagina/arquivos/Documenta_1.pdf).

A fotografia anterior é de autoria de George Craig Smith e mostra características do início do *Patrimônio Três Bocas*. As casas são modestas, construídas em madeira, há a demarcação das ruas, elemento que, mesmo rústico, já é um sinal de urbanização, organizando a circulação de pessoas e veículos.

São imagens que exprimem o que é um patrimônio: um lugarejo sem grande densidade demográfica, com estrutura urbana primitiva. Compreendemos, em vista disso, que *patrimônio* resgata sentidos da esfera rural, predicando o espaço territorial *Três Bocas* e recortando como memorável o pioneirismo e o desbravamento dessa região, contido no discurso oficial da época.

Nessa cena enunciativa de nomeação, em que os sujeitos não ficam ilesos à linguagem, o nome do lugar encontra-se atravessado pelo discurso da CTNP, isto é, o locutor-colonizador, que enuncia um memorável topográfico, nomeando o novo espaço, que acaba de ser “desbravado”, “descoberto”.

Nomear um povoado é um acontecimento do dizer que faz diferença na sua própria ordem. O gesto de nomear [...] uma localidade “sem nome” significa, na enunciação do colonizador, a legitimação da posse, a transposição do rural para o urbano e a instalação de um nome na história [...] (ZATTAR, 2015, p. 158).

*Patrimônio* tem origem no latim, *patrimonium*, que significa “herança”, “propriedade paternal”. Na Antiguidade, os romanos utilizavam o termo para se referir a tudo que pertencesse ao pai da família, movimentando, assim, sentidos relacionados à ideia de “conjunto de bens e direitos”. Conforme podemos constatar no artigo “Patrimônio e colecionismo: algumas considerações”, de Carlan e Funari (2010, p. 16-17):

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que significava, já lá entre os antigos romanos, tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. Os romanos nos deixaram sua língua: quem não reconhece em *pater*, o pai, em *patrimonium*, o patrimônio, e, mais ainda, em *familia*, a família? Essa aparente facilidade de identificação, contudo, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *familia* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive a mulher e os filhos, mas também os escravos, os bens imóveis e móveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento, sem exceção, portanto, as pessoas. O conceito de patrimônio, surgido no âmbito privado e do direito de propriedade, estava intimamente ligado aos pontos-de-vista e interesses aristocráticos. A maioria da população, entre os romanos, não era proprietária, não possuía escravos, nem era possuidora, portanto, de *patrimonium*. O patrimônio, se assim podemos chamar, era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no interior da elite patriarcal romana. O patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia.

Dessa maneira, mais uma designação possível ao nome *patrimônio* demarcaria uma relação de posse. *Patrimônio Três Bocas* consistiria, então, em uma extensão territorial que já teria dono, que, assim como na Roma Antiga, também estava sob o domínio da classe aristocrática.

Nesse cenário, em que *patrimônio*, como nome comum, produz sentidos relativos à posse de bens, devemos ressaltar que esse substantivo compõe a prática de nomear divisões administrativas urbanas, podendo tornar-se elemento do nome próprio do lugar, como ocorreu em *Patrimônio Três Bocas*. Ainda na atualidade, o município de Londrina conta com zonas administrativas que são nomeadas como “patrimônios”, alguns exemplos são *Patrimônio Guairacá*, *Patrimônio Selva*, *Patrimônio Regina* e *Patrimônio Limoeiro*.

O pensar sobre os sentidos desse nome, as práticas de nomear e questão do urbano nos encaminha à pergunta: *patrimônio* de quem? Ao analisarmos o acontecimento de nomeação do *Patrimônio Três Bocas*, entendemos que esse enunciado, que se constitui como nome de divisão administrativa, recorta, também,

memoráveis que dizem relações econômicas. Assim, os que detêm posição social legítima para nomear, reiteradamente, são os proprietários das terras: os detentores dos meios de produção, das terras como meios de produção.

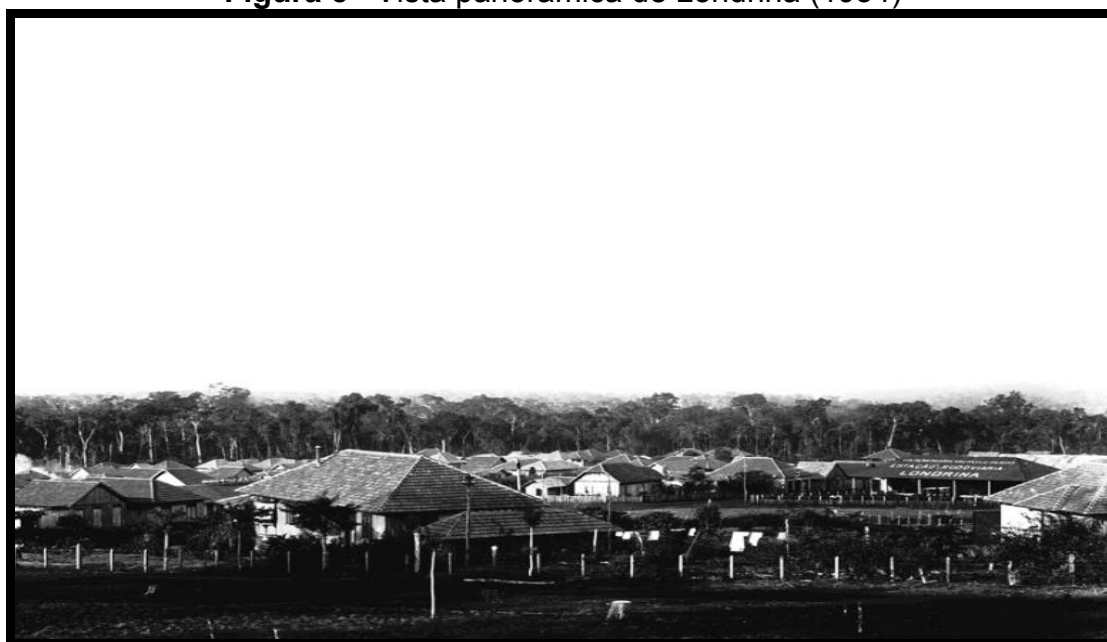
Na cena enunciativa de nomeação de *Patrimônio Três Bocas*, portanto, o locutor-colonizador fala do lugar empresarial, como representação da CTNP.

### 3.2 Londrina

Com o desenvolvimento urbano e demográfico, a vila transforma-se em município e recebe o nome de *Londrina*, emancipado em 10 de dezembro de 1934. A renomeação arquiteta um novo futuro, caracterizado pelo progresso, pela civilização, sentidos que são impulsionados pela ligação estabelecida com Londres.

Naquela época, mesmo sendo um jovem município, Londrina vivenciava um vigoroso processo de urbanização. Ao longo do tempo, sua paisagem deixa de ser campestre e passa a ser caracterizada pelo urbano. Como pode ser observado na fotografia a seguir, registrada por José Juliani, fotógrafo oficial da CTNP:

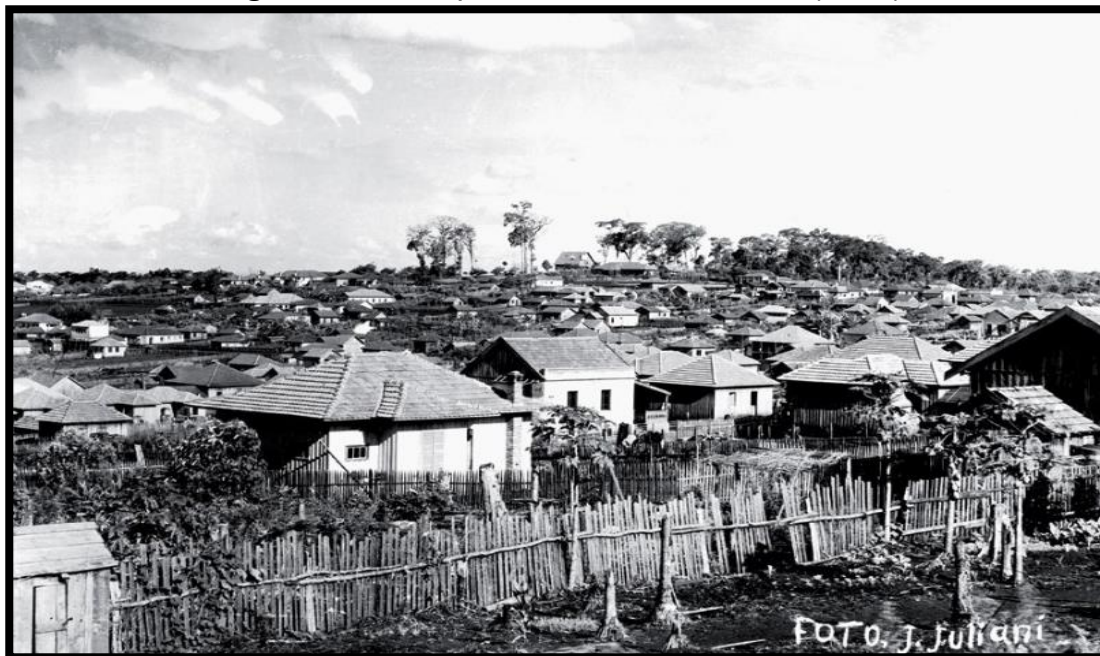
**Figura 5**– Vista panorâmica de Londrina (1934)



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina / Coleção Fotográfica José Juliani  
Disponível em:[http://www.uel.br/museu/uploads/pagina/arquivos/Documenta\\_2.pdf](http://www.uel.br/museu/uploads/pagina/arquivos/Documenta_2.pdf)

A imagem anterior é de 1934 e reproduz uma parte do cenário londrinense, onde visualizamos muitas residências e o terminal rodoviário (à direita) que já estava em funcionamento.

**Figura 6** – Vista panorâmica de Londrina (1937)



**Fonte:** Museu Histórico de Londrina / Coleção Fotográfica José Juliani  
Disponível em: [http://www.uel.br/museu/uploads/pagina/arquivos/Documenta\\_2.pdf](http://www.uel.br/museu/uploads/pagina/arquivos/Documenta_2.pdf)

Avançando alguns anos, em 1937, a configuração do espaço londrinense mostra mudanças importantes, a cidade, por exemplo, passa a contar com várias residências em alvenaria. Com o fortalecimento do comércio, há a diversificação de atividades, os setores de bens e serviços acompanham, também, esse desenvolvimento. A demarcação entre o público e privado vai se estabelecendo, por meio de cercas. No artigo “Discurso e cidade: a linguagem e a construção da ‘evidência do mundo’”, a estudiosa Carolina Rodríguez-Alcalá mostra como cidade semantiza as relações sociais. Em um momento da análise, ela contrasta os planos público e privado, afirmando:

“Público” foi constituindo-se historicamente por oposição às noções de intimidade e de família formuladas no interior da ideologia burguesa cristã, que foram delimitando o domínio privado, vinculado, com a emergência do capitalismo, à questão econômica da propriedade. (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 249).

Pelo contraste entre as divisões da cidade, vemos o que é “nosso” e o que é “do outro”. As diferenças – e as igualdades – passam a ser sensíveis aos olhos. Orlandi examina a demarcação de espaços dentro da cidade, apresentando como a segregação se efetiva pela presença de muros, o que, na visão da linguista, pode ser considerado como violência simbólica. Em suas palavras:

Quando se faz um muro [...] se está praticando uma violência simbólica, se está rompendo sentidos na conjuntura histórica de significação, [...] estabelecendo-se outra forma de relações urbanas/urbanização, instaurando uma outra forma de relação entre os sujeitos sociais urbanos, outra *urbanização*. Está-se mexendo com o corpo social, com o corpo do sujeito. Historicamente, estamos significando nossos *outros* de outra maneira. Esses recortes do espaço público configuram diferentes condições de produção de sentidos em sua materialidade (historicidade). Como se passou a significar a relação de vizinhança, pode-se perguntar? Por este gesto, fica *dito* que os que estão do lado de cá do muro são as pessoas com as quais se quer conviver, quem está para fora são os que se excluiu [...] (ORLANDI, 2011a, p. 699, grifos da autora).

Sobre a organização da cidade, em consonância ao que propõe Orlandi e complementando o raciocínio da autora, Rodríguez-Alcalá declara:

Podemos dizer que sua configuração da cidade, suas divisões, respondem a modos históricos que certas sociedades estabeleceram para *assentar-se* no espaço, isto é, para fixar-se e circular por ele, de acordo com modalidades de encontro pautadas por normas específicas de sociabilidade. [...] Essa organização está fundada na distinção público/privado, tal como elaborada na tradição ocidental. Essa distinção institui uma *memória*, caracterizada por uma estética presente na produção do espaço urbano, em suas diferentes instâncias. Quando observamos um plano de uma cidade, vemos que esta se apresenta *grosso modo*, em sua própria configuração arquitetônica, como um quadriculado e espaços *privados* (casas, edifícios), concebidos como lugares do *habitar*, do *morar* (isto é, espaços para fixar-se, assentar-se), circundados por espaços públicos, planificados para *circular* e *encontrar-se* (ruas/calçadas, para veículos/pedestres; praças). Essa divisão, que envolve questões técnicas e estéticas [...] responde a modos de estar-juntos relacionados aos próprios sentidos históricos do que seja “público” e “privado”. (RODRÍGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 249).

Desse modo, o memorável do desbravamento vai sendo suplantado pelo memorável do urbano, que organiza o espaço, orienta as relações sociais e significa a cidades e seus cidadãos:

Na diferença entre os vãos sendo preenchidos pelo urbano e sendo preenchidos pela cidade se coloca o imaginário da organização, cada qual no seu lugar, a necessidade (equivoca!) de ordenar a cidade: aerar, fazer e deixar circular, controlar, higienizar, civilizar, modernizar. (FEDATTO, 2005, p. 1).

No final da década de 1950, Londrina ganha seu hino oficial, com letra do poeta Francisco Pereira Almeida Junior e música do maestro Andréa Nuzzi. A composição encontra-se a seguir:

Londrina!  
Cidade de braços abertos  
A todos os filhos do nosso Brasil!  
E a todos aqueles de Pátrias distantes,  
Que aqui, confiantes  
Sob um pálio anil,  
Seu lar construíram e aos filhos se uniram,  
E aos filhos se uniram do nosso Brasil!  
Londrina!  
**Cidade que sobe, que cresce,  
Que brota e floresce,  
Que em frutos se expande!  
Que a Pátria enriquece,**  
Que alta, e que grande,  
O encanto oferece  
De sempre menina!  
Londrina!  
**Das matas e das derrubadas,  
Londrina das roças de espigas dobradas!  
Das filas cerradas de pés de café!**  
Dos grandes poentes das tardes douradas,  
De escolas ao longo das longas estradas!  
Do arado, do livro, da indústria e da fé!  
De braços abertos, dá pouso e guarida,  
A todos que a buscam, materna e gentil!  
Porém, destemida, se os brios lhe ofuscam,  
Só ser atrevida, impávida, hostil.  
**Seu solo fecundo, feraz, generoso  
A quem, carinhoso, lhe deita a semente,  
Por uma dá mil!**  
Padrão de trabalho plantado na História!  
Londrina!  
Cidade que um povo viril  
Ergueu para a Glória  
Do nosso Brasil!

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Londrina  
Disponível em: <<https://www1.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2020. (Grifos nossos).

O hino exalta a gênese de Londrina, a origem multicultural e o esforço do seu povo, o espírito desbravador de seus pioneiros e, atrela a isso, a importância de sua terra e da produção de café, resultado de um “padrão de trabalho

plantado na História”, como pode ser observado nos trechos que estão em destaque. Os discursos do desbravamento, do “vazio geográfico” e da prosperidade na relação qualidade do solo-cultura do café são enunciados e significam a cidade.

Em 27 de novembro de 1959, com a Lei Municipal nº 508, são oficializados o hino, o brasão de armas e a bandeira da cidade, símbolos que foram desenvolvidos por Guilherme de Almeida, famoso heraldista brasileiro. Temos, então, o memorável de institucionalização, presente em outros municípios brasileiros que também têm como símbolos hinos, brasões e bandeiras. Esse memorável cruza-se com outro e inscreve Londrina como parte do Brasil, evocando, também, a nacionalidade. Londrina, assim como o restante dos municípios do país, segue o que determinava a Constituição Federal<sup>46</sup> vigente na época, promulgada em 1946:

#### TÍTULO IX

##### *Disposições Gerais*

Art. 195 - São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição.

Parágrafo único - Os Estados e os Municípios podem ter símbolos próprios.

Os três símbolos oficiais que dizem o município de Londrina compartilham memoráveis e são coerentes entre si. Constituem-se como discurso oficial, mas não retratam a verdade do que ocorreu ou, talvez, retratam apenas a verdade de quem tinha legitimidade para enunciar, para dizer.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que os sentidos desse discurso oficial produzido pelos que tinham “voz”, que detinham o poder, foram – e ainda continuam sendo – ecoados por Aparelhos Ideológicos do Estado, tais como: a mídia, a política e historiografia da época.

A seguir, apresentamos o brasão e a bandeira de Londrina, símbolos que trazem um texto explicativo e que estão disponíveis na página eletrônica da prefeitura municipal.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)>. Acesso em: 18 out. 2020.

**Figura 7 – Brasão de armas de Londrina**



O Brasão de Armas é usado nos documentos da Prefeitura e da Câmara Municipal. Seu criador foi Guilherme de Almeida. Foi alterado em 1981 pelo Professor Arthur Luponi. O Brasão traz no listel as datas de 3 e 10/12/1934, que representam a criação e a instalação do Município respectivamente. As torres identificam uma cidade de primeira grandeza. O escudo de prata reverencia os descobridores portugueses enquanto **a cruz vermelha é homenagem aos empreendedores ingleses que deram início a Londrina**. As estrelas de prata representam a constelação do Cruzeiro do Sul, o arado lembra o **valor do trabalho na terra e os ramos de café formam um registro histórico do produto que marcou o progresso da cidade**. (Grifos nossos)

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Londrina.  
Disponível em: <<https://www.cml.pr.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2020.

**Figura 8 – Bandeira de Londrina**



A Bandeira Municipal é formada por um retângulo vermelho, com quatro estrelas prateadas postas em cruz, simbolizando a constelação do Cruzeiro do Sul. Foi elaborada por Guilherme de Almeida e representa o município nos desfiles cívicos, festividades, escolas e em outros municípios e estados. É hasteada diariamente na Prefeitura e na Câmara Municipal. **O vermelho cereja representa a cor da terra, a fertilidade e simboliza o entusiasmo, a coragem e o espírito de luta**. Dispostas em cruz as estrelas de prata lembram o Cruzeiro do Sul, os quatro continentes de onde vieram os pioneiros e representam a inspiração, o caminho e o rumo. Equidistantes, as estrelas simbolizam ainda a expansão em todos os sentidos e direções, os braços abertos aos quatro pontos cardeais e o equilíbrio.

**Fonte:** Prefeitura Municipal de Londrina  
Disponível em: <<https://www.cml.pr.gov.br>>. Acesso em 15 out. 2020

A respeito da bandeira e dos elementos contidos nela, a explicação apresentada pela página virtual da prefeitura afirma que as quatro estrelas homenageiam os continentes de onde vieram os pioneiros: América, Ásia, Europa e Oceania. Conforme já apresentamos, no fim dos anos 1930, havia representantes de 31 países em Londrina, no entanto, chama a nossa atenção a ausência de qualquer integrante do continente africano, conforme podemos observar nos dados trazidos pelo *Album do Municipio de Londrina*:

Brasileiros (1823), italianos (611), japoneses (533), alemães (510), espanhóis (303), portugueses (218), poloneses (193), ucranianos (172), húngaros (138), tchecoslovacos (51), russos (44), suíços (34), austríacos (29), lituanos (21), iugoslavos (15), romenos (12), **ingleses (7)**, sírios (5), argentinos (5), dinamarqueses (3), australianos (2), norte-americanos (2), suecos (2), franceses (2), búlgaros (2), belgas (2), liechtensteinianos (2), letões (2), norueguês (1), indiano (1). (GOMES, 1938, p. 76, grifo nosso).

As origens elencadas no *Album* correspondem aos compradores de lotes de terras, certamente, pessoas de outras origens, mesmo sem a aquisição de terras, também estavam ali como trabalhadores e foram apagados da história. Trabalhador não é visto como pioneiro, mas o investidor é. Talvez, não tivesse realmente vindo nenhum investidor africano, mas não podemos negar que na cidade, desde o seu início, já havia a presença negra, com sua cultura e costumes.

Londrina é significada em seu hino como “cidade de abraços abertos a todos os filhos de nosso Brasil e a todos aqueles de pátrias distantes”, no entanto, ao excluir o continente natal dessa parte da população de seus símbolos oficiais – no caso, do brasão e da bandeira – todos os sujeitos que aqui viviam e que tinham suas raízes nesse continente são apagados como pioneiros e apagados da história de Londrina como um todo, excluindo-se, assim, todo o trabalho e esforço desses povos no desenvolvimento da cidade.

Mesmo na atualidade, as contribuições de alguns grupos étnico-raciais ainda não recebem o reconhecimento devido, havendo muita dificuldade em admitir e respeitar o legado afro-brasileiro como parte da cultura londrinense. Um dos pioneiros negros na cidade de Londrina foi Justiniano Clímaco da Silva (1908-2000), mais conhecido como “Doutor Preto”, o primeiro médico negro do município.

Doutor Preto chegou em Londrina na segunda metade da década de 1930, em toda sua carreira atendeu mais de trinta mil pacientes. De origem bastante humilde, era filho de carpinteiro e de trabalhadora doméstica, seus avós foram escravizados<sup>47</sup>. O brasão e a bandeira surgiram vinte anos após sua chegada à cidade e desprezam a relevância dessa personagem na história de Londrina, cidade em que prestou tantos anos de serviço.

Claudio Francisco Galdino, colaborador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB da Universidade Estadual de Londrina, em sua dissertação de

---

<sup>47</sup> FOLHA NORTE. Dr. Clímaco: O primeiro médico negro de Londrina. Folha Norte, Londrina, 17 a 23 de maio de 2008. p. 2.

mestrado intitulada *A população negra em Londrina: as interfaces entre violência e educação* (2017), desenvolve críticas à invisibilidade das personalidades negras na história londrinense e, entre essas figuras, destaca Justiniano Clímaco da Silva. De acordo com o autor:

Dr. Clímaco também foi uma importante força política da cidade e chegou a ocupar a cadeira de deputado e foi também convidado a assumir a prefeitura de Londrina, cargo que recusou. Mesmo com esta trajetória de sucesso e de obras para o desenvolvimento da cidade, não encontramos o nome deste cidadão negro nas placas das ruas, muito menos em praças; vemos por outro lado, homenageadas nos dias atuais pessoas que nada fizeram de importante para a cidade a não ser terem nascido brancas. (GALDINO, 2017, p. 69).

José Luís Pires Laranjeira, professor responsável pelas cátedras de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa e de Culturas Africanas da Universidade de Coimbra também ressalta a importância de Justiniano Clímaco da Silva para a sociedade londrinense. No livro *O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina* (2014), de Maria Nilza da Silva e Mariana Panta, Laranjeira deixa a seguinte mensagem na contracapa:

Uma das personalidades mais marcantes de Londrina, o Dr. Clímaco, foi médico para todo serviço, desde os anos 30 do século XX, doando muito do seu trabalho à comunidade de forma gratuita e desinteressada. Foi professor, homem de cultura, sabendo latim, francês e alemão, lecionando várias disciplinas, proprietário de jornal e primeiro deputado de Londrina. Por tudo isso devia ser merecedor de figurar na toponímia da cidade como homenagem ao cidadão, profissional, filantropo e amigo do povo. (LARANJEIRA, 2014, s/p).

Galdino (2017) aponta, novamente, a falta de homenagens aos cidadãos negros que tiveram atuações importantes na sociedade londrinense. Mais que isso, o autor aponta a ausência da contribuição do povo negro na história oficial da cidade:

A população negra, que reside em Londrina, não se percebe representada na história oficial do município. Não somos homenageados nos anais da história, não damos nomes às ruas, praças, monumentos. Ao negro coube a negação de sua relevância na construção do município; o que sobrou para a maioria da população negra foi segregação espacial, que a relegou para regiões desprovidas de equipamentos e serviços, bolsões de miséria e violência onde o poder público é inoperante e de onde a elite foge. (GALDINO, 2017, p. 71).

Todas essas informações delineiam a identidade e movimentam sentidos sobre o espaço nomeado: *Londrina*. Por meio da análise do nome de uma cidade, compreendemos que:

Designar um lugar [...] é legitimar uma redivisão territorial que, ao identificar um espaço geográfico como sendo único em relação aos demais, garante a identidade de um povo que passa, a partir dessa delimitação territorial, a garantir sua existência enquanto comunidade [...] (SOUZA, 2012, p. 26).

Com a legitimação do nome *Londrina* como unidade administrativa pelo Estado, surgem, também, os cidadãos londrinenses, que são significados como parte integrante desse espaço. A relação entre o espaço da cidade e seus habitantes, os cidadãos, é objeto de estudo de Rodríguez-Alcalá (2011). Em suas palavras:

O próprio par *cidade/cidadão* é sintomático dessa sobreposição [cidade sobre o social] e do recobrimento do imaginário urbano sobre os demais espaços e sobre as relações sociais. O cidadão, originariamente, “habitante da cidade”, designa [...] em primeira instância, todos aqueles que estão sujeitos politicamente a um Estado (“indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”), morem eles na cidade, no campo [...]. Esse par mostra, ao mesmo tempo, que sujeitos e espaço são significados a partir de uma mesma *memória* jurídica, relacionada ao fenômeno político dos Estados-nações, o que dará uma forma específica a essas cidades e as essas sociedades, determinando mecanismos de identificação subjetivos particulares. (RODRIGUEZ-ALCALÁ, 2011, p. 248, grifos da autora).

Assim, para a autora, a cidade apresenta-se como lugar de significação e os cidadãos são corpos significantes dentro desse espaço. Sobre a importância da cidade como espaço do social, afirma Guimarães (2003a, p. 20):

Uma cidade não são estas ruínas, mesmo que perfeitas, triste ficção de agentes de guerra, preocupados com as ocupações territoriais. Uma cidade é exatamente aquilo que uma bomba teria exterminado. Só sujeitos fazem de uma geografia um espaço social. Essa prática de sujeitos tem como elemento fundamental que ela se produz a partir de significações e assim produz significações.

No artigo “N/O limiar da cidade”, Orlandi (1999a) aponta que o nome cidade também instaura sentidos distintos:

Como se sabe, a cidade vem de *civitas*, *átis* [civis] que pode ser entendida de modos diversos: a) como condição (direito) do cidadão e como conjuntura de cidadãos, em que cidade e cidadania vem juntos, no mesmo

pacote de sentidos; b) pode ainda significar: sede de um Governo, Estado, Cidade, Pátria, onde os sentidos do político se assentam na especificação empírica de suas representações; c) no dicionário, diz-se que *civitas átis* é igual a *urbs*, que quer dizer a cidade em posição a *rus* (campo, lavoura) e *arx* (cidadela, cimo, cume da cidade). (ORLANDI, 1999a, p. 10, grifos da autora).

Por esse ângulo, não podemos, ao pensar a cidade, deixar de considerar o sujeito-cidadão, visto que ele é peça-chave na transformação de um território em cidade. A autora estabelecer contraste entre a definição dicionarizada de *cidade* e *rus* (campo, lavoura), afirma que a cidade é um espaço favorável à socialização, ao relacionamento interpessoal, no qual é possível encontrar sinais de industrialização. Por sua vez, no campo, localizado na zona rural, estaria a matéria-prima.

Ainda nessa linha de reflexão, Lauro Baldini, em seu texto “Cidade e sujeito na rede”, defende que a *cidade* significa:

[...] um corpo imaginariamente construído, com seus limites, seus ‘de dentro’ (cidadãos), suas duplas articulações de sentido (a cidade como o oposto do campo, a cidade como o todo político-administrativo) de qualquer modo, como todo corpo, é necessário traçar um fim e um começo, um dentro do corpo e um fora do corpo, um público e um privado, lugares de identificação. (BALDINI, 2011, p. 57).

Sobre o memorável, constatamos que ele retoma o europeu. Desse modo, o referencial recortado pelo trabalho da CTNP é o do colonizador, do imperialista. Em uma sociedade marcada por exclusão e dominação, defendemos que o discurso dominador, ecoado por décadas na história londrinense, deve ser repensado, as evidências devem ser questionadas. Desse modo, em conformidade com Pêcheux (1990, p. 17), é necessário “se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido no interior do não-sentido”.

A renomeação de *Patrimônio Três Bocas* para *Londrina* ressignifica esse espaço, movimentando sentidos como o da riqueza fácil, o da possibilidade de ascensão social, o do desenvolvimento urbano ao mesmo tempo em que silencia desigualdades sociais. Esses embates estão materializados na língua, lugar de lutas, denúncias e divergências de ordens cultural, social e histórica. Toda essa rede semântica faz parte da identidade da Londrina.

*Londrina*, ao designar o local, o constitui enunciativamente como espaço geográfico, marcando sua transição de rural para urbano, para cidadão. De local – *Patrimônio Três Bocas* – para o global – *Londrina* – reconhecido política e geograficamente como município. A alteração do nome reflete, desse modo, transformações relacionadas à própria cidade *Londrina* (nome que produziu os apelidos *Pequena Londres/ Filha de Londres*).

Por isso, pensamos ser coerente o que afirma Orlandi (2011b, p. 103): “Em uma história, há muitas e, portanto, há sentidos que não confinam, mas que partem em muitas e variadas direções. Não são diferentes versões de uma história: são diferentes sentidos de muitas histórias possíveis”. O nome *Londrina*, assim, continua repercutindo na história, promovendo um movimento ininterrupto de significação, com novos dizeres, possibilitando outras leituras.

### 3.3 Pequena Londres/ Filha de Londres

De *Londrina*, foram gerados os apelidos *Pequena Londres* e *Filha de Londres*, que realçam a influência britânica na escolha do nome da cidade. As cenas enunciativas de nomeação (*Londrina*) e de renomeação (apelidos *Pequena Londres* e *Filha de Londres*) intrincam-se, surgindo simultaneamente. Para ilustrar, apresentamos, a seguir, o pronunciamento de João Domingues Sampaio, em 12 de junho de 1967, ao receber o título de cidadão honorário na Câmara de Vereadores de Londrina:

Quando a Estrada de Ferro São Paulo – Paraná estava inaugurada em Jataí (kl. 185), recebemos a visita do general Asquith. A exploração e o traçado haviam se adiantado, na margem esquerda do rio Tibagi, cerca de 30 a 40 quilômetros. Thomas e eu o acompanhamos, em viagem de inspeção, que fizemos, para ver a paragem já escolhida, para a primeira cidade, dentro da maior das glebas adquiridas pela Cia. De Terras, ainda em plena floresta. De regresso a Ourinhos-SP, traçamos idéias sobre a denominação a dar-lhe. Fui o último a falar. **Propus que essa cidade recebesse o nome de LONDRINA – como as filhas de Londres** – em reconhecimento a homenagem ao valoroso grupo de ingleses, que através da Paraná Plantations Co. financiavam, corajosamente, as realizações da Cia. De Terras. (SAMPAIO, 2019, s/p, grifos nossos).

Com base nisso, no agenciamento enunciativo da cena de nomeação de Londrina, temos o Locutor, desdobrando-se em locutor-administrador, que nomeia *Londrina* (nome jurídico/oficial) e *Filha de Londres/Pequena Londres*

(apelidos). Apelidos que podem atuar, também, como aposto da nomeação oficial ou como perífrase<sup>48</sup>.

Vinícius Massaud Castro, em sua dissertação de mestrado, *A nomeação lúdica: um estudo enunciativo da apelação e dos apelidos de pessoa*, defendida em 2013, ocupa-se do fenômeno da apelação pelo viés semântico-enunciativo. Segundo o pesquisador:

[...] os apelidos são já tomados socialmente como nomes outros em relação ao nome jurídico. Já há uma estabilização do fato de que o apelido não é o nome primeiro, e sim um nome sobre outro que o precede. [...] Fazer essa última afirmação não significa afirmar que os apelidos substituam ou apaguem o nome jurídico [...] mas sim uma relação enunciativa com o apelido. (CASTRO, 2013, p. 2-3).

*Pequena Londres e Filha de Londres* são nomes que foram antecidos por *Londrina*. Essas duas renomeações, ao funcionarem como apelidos, realçam a carga semântica do nome oficial. Os três nomes promovem sentidos confluentes entre si.

A mudança de nome demonstra, assim, as alterações ocorridas no espaço físico da cidade. Mudando-se a configuração espacial sobre a qual se fala, temos, na verdade, um outro objeto, outro local. Nesse raciocínio, *Londrina* (assim como seus apelidos *Pequena Londres/ Filha de Londres*) e *Patrimônio Três Bocas* não são (re)nomeações para o mesmo objeto/espaço, pois são enunciados produzidos em temporalidades diferentes, relacionando-se a um espaço que se tornou outro, recortando memoráveis diferentes:

São renomeações distintas que constroem relações novas sujeito - que nomeia/objeto-nomeado (construído pela nomeação). Objeto que significa em virtude de ser o que é pelo nome que tem. É mais, a memória destas enunciações reconfigura a designação pelo que delas rememora no interdiscurso". (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 78).

---

<sup>48</sup> De acordo com o *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, em sua versão on-line, o conceito de *perífrase* consiste em: "1) Emprego de duas ou mais palavras para exprimir o que se poderia dizer com uma única palavra ou com poucas palavras. 2) Emprego de uma sequência de palavras que substitui a designação simples de uma noção, por motivos estilísticos ou literários; circunlóquio (p ex, astro rei (Sol) e água que passarinho não bebe (cachaça)". Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/perífrase/>>. Acesso em: 06 maio 2020.

Continuando nossa investigação sobre os enunciados que (re)nomeiam *Londrina*, recorreremos, outra vez, aos postulados de Benveniste (2006). Para o teórico, a língua é o sistema interpretante de todos os outros. É a língua que organiza e interpreta a sociedade, pois é “investida de uma DUPLA SIGNIFICÂNCIA. [...] A língua combina dois modos distintos de significância, que denominamos o modo SEMIÓTICO por um lado, e modo SEMÂNTICO, por outro.” (p. 64, grifos do autor), segundo o teórico, “os outros sistemas têm uma significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia; *mudrãs*), sem semântica; ou semântica (expressões artísticas), sem semiótica.” (BENVENISTE, 2006, p. 66, grifos do autor).

Na obra *Problemas de Linguística Geral II*, em seu capítulo 12, “Formas novas da composição nominal”, o autor discute sobre terminologias científicas, investigando o processo de formação das palavras. Inspirados nesse estudo, analisaremos o enunciado *Londrina*, observando como o sufixo latino *-ina*, ao longo da história da cidade, produziu duas outras nomeações (apelidos): *Filha de Londres* e *Pequena Londres*. Na história, estabilizou-se apenas um, *Pequena Londres*, presente até hoje nos discursos oficiais, como pode ser observado em inúmeras páginas eletrônicas, como a da Prefeitura Municipal e a do IBGE e, também, nos veículos midiáticos, como jornais, revistas, *blogs*, etc.

Apesar disso, é *Filha de Londres* que surge como oficial no momento em que o nome da cidade foi definido, como pode ser observado no discurso proferido por João Domingues Sampaio, apresentado no início deste subcapítulo. O que constatamos, ao observarmos as explicações referentes ao aparecimento de *Pequena Londres*, é que essa nomeação é sempre atribuída a uma mesma personagem: João Domingues Sampaio. Como se ele tivesse proposto o apelido. Na realidade, em seu pronunciamento, foi sugerida a homenagem, na qual fez referência à “filha de Londres”. Esse engano, que se tornou discurso oficial, cristalizou-se na história da cidade.

“A ordem semântica se identifica ao mundo da enunciação” (BENVENISTE, 2006, p. 66), buscando construir uma reflexão sobre o movimento de sentidos produzido pela enunciação de *Londrina* como nome de cidade, percebemos que o estatuto semântico gerou, portanto, outro nome, que hoje se encontra consolidado. Assim, tomamos uma forma linguística, partimos do semiótico,

mas consideramos o domínio semântico e é pelo viés semântico, funcionando pela enunciação, que outros sentidos foram constituídos.

O privilégio da língua é de comportar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação. Daí provém seu poder maior, o de criar um segundo nível de enunciação, em que se torna possível sustentar propósitos significantes sobre a significância. É nesta faculdade metalinguística que encontramos a origem da relação de interpretância pela qual a língua engloba os outros sistemas. (BENVENISTE, 2006, p. 66).

Dessa forma, observamos como o sufixo *-ina*, que pode significar “origem de”, “pertencente a”, coerente à *Filha de Londres*, que abarca uma relação de subordinação, promove uma significação diferente, em que o lugar nomeado se torna, na verdade, o local ao qual se filia: *Pequena Londres*. Instaurando relações diferentes, no primeiro nome, temos o pertencimento, a origem; no segundo, verificamos o apagamento da relação de submissão, de hierarquia. A nova cidade, brasileira, assume, de certa forma, o lugar da cidade inglesa, da qual se apropria do nome.

Uma explicação possível para essas duas nomeações remeteria aos significados mobilizados pela sufixo *-ina*, que pode tanto remeter à origem (como os adjetivos pátrios *argentina*, *marroquina*, *filipina* e quanto ao valor diminutivo, como em *lamparina*, lâmpada pequena ou *cravina*, pequena flor pertencente à família dos cravos. Assim, poderíamos justificar o aparecimento de *Pequena Londres*, que seria, então, uma possibilidade produzida pelo próprio sufixo.

O sufixo *-ina*, como partícula formadora do nome da cidade e como produtor de sentido, também pode significar “relacionado a”, “parecida a”, “com as características de”, como pode ser observado na reportagem do *Portal G1*, “Saber a história e a importância do café para Londrina é essencial para ir bem no vestibular da UEL”<sup>49</sup>, veiculada em 2019:

Diz a história que o nome Londrina veio dos colonizadores europeus que quando chegaram aqui viram algumas semelhanças com Londres. "Quando os europeus chegaram eles acharam, por conta da neblina e do clima,

---

<sup>49</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/educacao/vestiba/2019/noticia/2019/10/15/prepara-saber-a-historia-e-a-importancia-do-cafe-para-londrina-e-essencial-para-ir-bem-no-vestibular-da-uel.ghtml>>. Acesso em 30 out. 2020.

parecido com Londres. **Eles acharam uma cidade londrina [...]**", explica a professora de história, Gabriela Ribeiro. (Grifos nossos).

Algo que devemos destacar no recorte anterior é que, mesmo permanecendo a relação com Londres, a narrativa apresentada sobre como se deu a escolha do nome da cidade é diferente da exposta por João Domingues Sampaio. Assim, a cena enunciativa do acontecimento de nomeação é reconfigurada, aquele(s) que nomeia(m) o fazem pela figura do locutor-administrador da CTNP, um locutor que diz do lugar do estrangeiro, britânico. O gesto de nomeação, fundamentado no procedimento da homenagem, efetiva-se pela voz dos ingleses, que associam o novo espaço à capital de seu país de origem. Na cena enunciativa em que João Domingues Sampaio propõe o nome, a razão alegada é a valorização dos britânicos que estavam investindo nas terras da região.

Nessa perspectiva, apesar de ambas as cenas enunciativas serem pautadas em homenagens a Londres, os memoráveis recortados em cada uma delas é diferente. No acontecimento enunciativo em que João Domingues Sampaio nomeia, o memorável é o do imperialismo, do capitalismo, a homenagem se baseia na valorização do capital, no aspecto econômico. No acontecimento enunciativo em que os ingleses nomeiam, é constitutiva dessa cena enunciativa a afetividade, em que o Locutor, detectando semelhanças, recorda seu país de origem, princípio comum em acontecimentos de nomeação de cidades, que Dias (2016) define como *religamento*<sup>50</sup>.

No enunciado "Eles acharam uma cidade londrina", temos *londrina* funcionando como adjetivo, modificando o substantivo *cidade*. O efeito de sentido se dá por relação de semelhança a Londres, condensando um conhecida característica da cidade: a neblina<sup>51</sup>. Identificamos, assim, que, pelo movimento metonímico, o gentílico assume a função de nome próprio:

- 1) A cidade tinha uma névoa londrina.
- 2) Por isso, seu nome é Londrina.

---

<sup>50</sup> Aprofundaremos a questão no *Capítulo 4 – Fatos de Linguagem em Análise II: Enunciados que Nomeiam Cidades Fundadas Durante o Ciclo do Café*, subseção 4.4 – *Do Religamento*.

<sup>51</sup> Silva e Nery (2016, p. 186) e Aquino (1991, p. 37) apontam essa outra versão para a escolha do nome de Londrina.

Retomando o enunciado “Eles acharam uma cidade londrina”, presente na fala da professora de história Gabriela Ribeiro, que compõe o recorte contido no *Portal G1*, sobre o termo *londrina*, compreendemos, que os sentidos ligados à origem, à naturalidade, próprios da função do adjetivo pátrio, ficam em segundo plano, apesar dessa carga semântica não deixar de ser constitutiva do termo. No enunciado em questão, o efeito semântico demonstra uma relação, um vínculo que exalta semelhanças, baseadas em fenômenos naturais, entre dois locais, assim, os atributos da cidade de Londres significam e se relacionam com uma outra cidade, que, posteriormente, recebeu o nome *Londrina*.

Dessa maneira, *londrina* – inicialmente, adjetivo pátrio – passa a significar como um adjetivo ordinário – conforme delinea a tradição gramatical, apresentando características, qualidades e atributos ao substantivo *cidade* – e, por fim, torna-se nome (substantivo) próprio. Vale ressaltar que o sufixo *-ina*, também possui o efeito semântico de relação, de semelhança. Temos, assim, a possibilidade de sentido instaurada pelo aspecto morfológico – que se ocupa da estrutura da palavra – condição que, ao trabalhar o funcionamento morfossintático dos nomes, é focalizada por Guimarães([2002] 2005a).

“Ser uma cidade londrina” ainda é premissa presente nas propagandas sobre a cidade, há um grande esforço em disseminar proximidade com a cultura britânica, discurso que foi, insistentemente, repetido pela historiografia oficial e que, ainda, ressoa na atualidade.

A partir de agora, com o intuito de ilustrar o que afirmamos, apresentaremos alguns recortes extraídos de textos que se embasam na ideia de uma colonização inglesa ao discorrerem sobre a cidade de Londrina. Em *Londrina, a Londres do Brasil (2019)*, postagem apresentada em um blog de viagens<sup>52</sup>, o seguinte texto pode ser encontrado:

A 369 km de Curitiba (capital paranaense) está situada Londrina, a “pequena Londres” brasileira. Uma cidade fundada oficialmente em 1934, mas que começou a ser colonizada em 1922, quando houve a repartição dos terrenos em lotes pequenos, fazendo jus ao “slogan” de “a mais notável obra da colonização que o Brasil já viu”. Colonizada sob o

---

<sup>52</sup> Blog *Viajar pelo Mundo*, disponível em: <<https://viajarpelomundo.com.br/>>. Acesso em 29 out. 2020.

comando de ingleses que atuavam na Companhia de Terras do Norte do Paraná, a cidade foi batizada de “Londrina” pelo fato de que os ingleses acharam muita semelhança entre a neblina que ocorria na região, com a neblina da cidade de Londres. Desta forma, Londrina significa “originária” de Londres.

Batizar é nomear, é dar um nome a algo/alguém. O nome é gerador de sentidos, e pode causar, também, expectativas. Singularmente, com relação a Londrina, essa expectativa desponta pelo nome da cidade ser derivado de “Londres”, presumindo, então, uma proximidade. O vínculo entre as duas cidades, que permanece no nome, não se efetivou nas práticas, nos costumes e na cultura londrinenses.

O nome instaura um imaginário, que não se concretiza quando analisamos a fundo a história da cidade, quando buscamos outras fontes e pesquisas que intentam de forma mais ampla contar como se deu a constituição de Londrina e seu povo, mostrando versões diferentes, e não apenas reproduzindo o discurso que se estabilizou na história. História que considerou, por várias décadas, exclusivamente, a voz dos privilegiados, dos influentes na sociedade e que, ainda, se faz presente.

Em 2017, a versão eletrônica do jornal gaúcho *Zero Hora*<sup>53</sup>, trouxe a reportagem “A pequena Londres a cidade universitária: conheça Londrina, palco da estreia do Inter na Série B”, que tinha por intuito fazer uma breve apresentação da cidade aos leitores gaúchos, haja vista que o um dos principais times do futebol gaúcho, o Internacional, competiria na cidade. Desse texto, apresentamos, agora, o recorte a seguir:

“Bem-vindo a pequena Londres”. Assim, Londrina recebe os que desembarcam no aeroporto Governador José Richa. A referência à Capital da Inglaterra tem suas explicações. E não fica só no nome. Caminhando pelo Centro é comum deparar-se com cabines telefônicas semelhantes às britânicas. Fundada na década de 1930, Londrina é a segunda cidade mais populosa do Paraná, com cerca de 600 mil habitantes. Antes da fundação, pertencia ao município vizinho de Jataizinho e, em 1925, quando a Companhia de Terras Norte do Paraná foi criada pelo inglês Simon Joseph Fraser e outros britânicos, ganhou o nome Londrina, “originária de Londres”, pela semelhança da névoa da região com a da capital do Reino Unido.

---

<sup>53</sup>Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/noticia/2017/05/a-pequena-londres-e-cidade-universitaria-conheca-londrina-palco-da-estrela-do-inter-na-serie-b-9792323.html>>. Acesso em 30 out. 2020.

Desse modo, mesmo havendo, desde a década de 1990, trabalhos expressivos da historiografia, estudos empenhados no enfrentamento ao discurso estabilizado dos britânicos como colonizadores, como Adum (1991), Arias Neto (1995) e Tomazi (1997a, 1999), ainda é disseminada a ideia de que Londrina teria uma origem inglesa. Notadamente, pelo poder público, que permanece reforçando essa narrativa.

Vale ressaltar que toda a ligação com a cultura britânica chega a parecer imposta, forçada, visto que em momento algum a cidade recebeu uma imigração inglesa. Entretanto, essa memória permeia o imaginário da cidade e de seu povo. Uma memória que foi arquitetada por aqueles tinham o poder na época, discurso assumido pela elite e que ainda permanece, mesmo com a concorrência com outros estudos que visam a questionar e criticar o que ficou estabilizado. O fato é que a CTNP veio em comitiva para lotear o território e comercializar essas terras, não deixando uma colônia em Londrina. Seus empresários não vieram com suas famílias, pois os interesses eram apenas financeiros.

A repetição insistente desses discursos por meio daqueles que concentravam influência econômica e social fez com que se sedimentasse tal ideia na própria história da cidade e no imaginário dos cidadãos. É por isso que esse memorável ainda se conserva tão forte na atualidade quando nos referimos a Londrina. Mais uma demonstração de como sempre somos tomados pela evidência, pela transparência da linguagem e da história.

A linguagem não é, pois, transparente, assim como a história também não o é. Tampouco o sujeito. No entanto, vivemos na ilusão da evidência. Quando produzimos um sentido ele nos parece evidente. Mas não é. Tanto não é que pode significar diferentemente para diferentes posições sujeitos. (ORLANDI, 2011a, p. 697).

Cruz e Karim (2016, p. 152) afirmam que “a capacidade de conservar o passado só é possível quando ele permanece no interdiscurso de uma sociedade”, e foi isso que observamos no caso das construções nominais *Londrina*, *Pequena Londres/Filha de Londres*, em que houve a “construção” de um passado, que acabou se solidificando como oficial.

Atestamos, desse modo, que há no curso designativo de (re)nomeação de *Londrina* uma história enunciativa sobre a qual devemos pensar:

“As palavras têm sua história de enunciação. Elas não estão em nenhum texto como princípio sem qualquer passado.” (GUIMARÃES, 2007, p. 81).

Por isso, a investigação de suas designações não poderia ser desassociada do acontecimento enunciativo de (re)nomeação, sendo condição necessária apoiar-se na análise do nome que a designou desde o início de seu processo de ocupação.

### 3.4 Capital Mundial do Café

Londrina, durante o auge do período cafeeiro, foi reconhecida como a *Capital Mundial do Café*. As volumosas produções do grão e o intenso movimento financeiro foram importantes para o estado e para o país como um todo, elevando o nome da cidade no cenário econômico internacional, o que justifica a nomeação recebida.

O percurso de análise da renomeação de Londrina ilustra uma mobilidade de sentidos, tendo início com *Patrimônio Três Bocas* que demarca o território do futuro município, mas que, ainda, é significado pela estrutura rústica de urbanização. Em seguida, pela nomeação *Londrina*, a cidade já é identificada como divisão administrativa do estado, firmando-se como município anuído institucional e juridicamente, projeto de uma loteadora britânica.

Dessa influência estrangeira, surgem os apelidos *Pequena Londres* e *Filha de Londres*, cujas vozes repercutem, ainda mais, o estreitamento das ligações entre espaços e culturas distintos – América do Sul/Europa, Brasil/Inglaterra, Londrina/Londres – e significam as relações entre os atores do quadro de colonização, dentre os sentidos: Londrina como espaço colonizado, subalterno e Inglaterra como colonizador, imperialista.

Por fim, chegamos à *Capital Mundial do Café*, que enuncia o protagonismo da cidade em um espaço internacional, global, funcionando como uma espécie de título honorífico, de nobreza ou condecoração. A expressão designativa enuncia a diferença da cidade de Londrina com relação a todas as outras cidades do mundo.

Sobre a propriedade semântica do nome e a relevância do processo de renomeação como significação, apresentamos o excerto a seguir, que aborda, precisamente, tais aspectos:

Nomes podem ser vistos como elementos permanentes: uma vez que o nome tenha sido escolhido, fim de história, há apenas essa verdade. Mas nomes não são esculpidos em pedra, a não ser no cemitério. [...] Nomes de países são alterados para marcar a independência ou uma nova tendência ideológica. Nomes de cidades e de ruas são alterados para homenagear pessoas famosas. A cidade russa de São Petersburgo teve seu nome alterado duas vezes antes de voltar ao original. Saigon, renomeada para homenagear o líder norte-vietnamita que inspirou sua conquista, assumiu um caráter muito diferente como “Cidade de Ho Chi Minh”. [...] Podemos mudar nossos nomes, podemos mudar nomes de países, empresas e cidades, e certamente podemos mudar o nomes de coisas [...] mudando o nome de algo podemos modificar seu significado e as reações das pessoas. (MACDONALD, 2019, s/p).

Ainda sobre a *Capital Mundial do Café*, é relevante observar que a referida nomeação apresenta-se para um único referente, determinado pela temporalidade em que se dá a enunciação. Entre as décadas de 1950 e 1970, esse nome correspondeu exclusivamente a Londrina. Um título provisório, mas que ainda está presente no imaginário sobre a cidade e na memória de seu povo. A herança do café distribuiu enunciados em seu espaço urbano, os quais nomeiam localidades em que circulam discursos distintos, entre eles:

- Do esporte, em *Estádio do Café*.
- Da administração municipal e da urbanização, buscando ordenar a cidade, em *Conjunto Cafezal*, *Conjunto Café*. O bairro Conjunto Café é constituído por nomes de logradouros que enunciam variedades do grão, a saber: *Café Cereja*, *Café Caturra*, *Café Rubiácea*, *Café Robusta*, *Café Excelso*, etc.
- Do comércio, em *Shopping Catuaí*<sup>54</sup>.
- Do turismo, em *Hotel Sumatra*, *Hotel Bourbon*<sup>55</sup>.
- Da cultura, em *Teatro Ouro Verde*.

---

<sup>54</sup> *Catuaí* designa uma variedade de café.

<sup>55</sup> *Sumatra* e *Bourbon* também são nomes de variedades de café.

A produção de café não é mais tão expressiva em Londrina. No entanto, o grão ainda é um ícone muito forte na cidade, a economia e a história entrelaçam-se, constituindo um passado de enunciações, um memorável sobre a cidade, que é constitutivo da designação desse espaço, de sua significação. Conforme podemos observar no trecho a seguir, extraído do artigo “Após 40 anos, café ainda move economia de Londrina”, publicado no portal eletrônico da *Revista Cafeicultura*, em 2015, em que recortamos a fala da pesquisadora Regina Célia Alegro:

Para a professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL) Regina Célia Alegro, embora a produção atual não corresponda ao título, Londrina sempre terá um pouco de capital do café. "Todos os alicerces da cidade foram erguidos sobre o café, de forma que isso está arraigado na identidade londrinense", observa. Regina, que também é curadora do Museu Histórico de Londrina, percebe que o café está presente, ainda que de forma indireta, na nova geração. "Muitos conhecem um pé de café aqui no museu, mas as crianças possuem narrativa de histórias contadas pelos pais, avós." De acordo com Regina, os visitantes do museu preferem contar histórias das décadas de 1950 e 1960. "Eles falam menos do tempo de crise, talvez pelo tamanho do trauma difícil de ser medido ainda hoje", afirma. (ALEGRO, 2015, s/p).

A citação anterior demonstra que o café, apesar não ser o principal elemento na economia da cidade atualmente, ainda tem importante papel em suas relações comerciais. O que nos permite pensar que essa atuação cafeeira apenas tenha se modificado ao longo do tempo, adequando-se ao momento atual, mas nunca sendo extinta, mesmo depois das traumáticas geadas. Essa é uma das razões que avivam, cada vez mais, a memória cafeeira, permitindo que ela não seja esquecida pelos cidadãos londrinenses.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO ANALÍTICO I

As análises apresentadas neste capítulo focalizam dois processos enunciativos distintos – a nomeação e a renomeação de Londrina, que produziram o nomes: *Patrimônio Três Bocas*, *Londrina*, *Pequena Londres/Filha de Londres* e *Capital Mundial do Café*, que dizem e significam a história da cidade.

Quando trabalhamos com o enunciado Patrimônio Três Bocas, pensamos sua organização morfológica, quais os sentidos mobilizados pelo nome comum patrimônio, buscamos na etimologia e no discurso jurídico, base que nos auxiliaram nessa análise, expressão descritiva que enuncia uma relação de posse.

O locutor-desbravador que também enuncia do lugar administrativo, nomeia recortando o memorável da posse que permeia as práticas de demarcação de terras. É o discurso do colonizador, do capitalista que vê a terra apenas como bem.

No estudo de *Londrina*, identificamos relações de sentido que são significadas pelo apagamento da participação negra na história da cidade, assim como os indígenas também foram. O locutor-oficial/administrador funde-se com o lugar do investimento privado, como fala da companhia colonizadora, o detentor da posse nomeia aquilo que faz parte de seus bens. O alocutário-Estado em que a prática de nomear segue uma regulação determinada politicamente, nomeia-se uma divisão administrativa, o alocutário-cidadão, em que produz-se uma origem, uma localização.

Em *Pequena Londres/Filha de Londres*, pensamos como o funcionamento morfossintático também produz significação. São sentidos constituídos por contradições sobre a história da cidade, contradições que constroem a história da cidade e sua identidade.

Na expressão nominal *Capital Mundial do Café*, demonstramos como o aspecto econômico significa a cidade. Enunciar *Capital Mundial do Café* – em uma conjuntura histórica de intensa valorização do referido grão – é significar a cidade como local de obtenção de lucro. Mais do que o aspecto agrônômico, a questão centra-se no viés econômico, financeiro.

O locutor-capitalista dirige-se a um alocutário-investidor. Também, abordamos a presença do discurso cafeeiro na cidade, retomado para nomear diferentes logradouros e espaços públicos que semantizam, no presente, o passado eufórico do café.

#### 4 FATOS DE LINGUAGEM EM ANÁLISE II: ENUNCIADOS QUE NOMEIAM CIDADES FUNDADAS DURANTE O CICLO DO CAFÉ

“Te avisei que a cidade era um vão”.<sup>56</sup>  
(Chico Buarque, *As vitrines*, 1981)

A nosso ver, o *vão* que diz a cidade não corresponde ao vazio de significação. Muito pelo contrário. O *vão* é falha, equívoco, fratura que compreende a um terreno fértil para a produção de sentidos, envolvendo possibilidades de semantização. É, portanto, abertura que constitui e movimenta sentidos.

Fundamentados nessa perspectiva, tomamos os nomes de cidade como nosso enfoque, por meio dos quais:

[...] vamos observar como o processo de nomeação historiciza o nome, isto é, o processo de nomear é tomado desse modo pelas determinações sócio-históricas de acontecimento em que o nome se dá enquanto nome. (SILVA; KARIM, 2016, p. 197).

Investigar o processo de nomeação de uma cidade é adentrar em registros históricos, documentos diversos, memórias que se relacionam a múltiplos sujeitos do dizer. Tais sujeitos nomearam lugares, espaços que se significam e significam aqueles que neles vivem. A respeito disso, apontam Moralis e Pria:

A nomeação é um lugar de enunciação e representação onde a palavra deve ser tomada pelo que diz e não diz. Por essa razão, funcionam como lugares de observação em diferentes domínios da linguagem. Constitui, ainda, relações de força, já que é um lugar de conflitos históricos, ideológicos, psíquicos, por meio de sujeitos interagindo em situações concretas. (2016, p. 174).

A história de uma cidade e todo o processo de nomeação, nesse caminho, estão relacionados “à história de muitos sujeitos, visto que são eles os responsáveis pela fundação e colonização de um lugar.” (MORALIS; PRIA, 2016, p. 167).

---

<sup>56</sup> Epígrafe do livro *Cidade dos Sentidos*, de autoria de Eni Puccinelli Orlandi, publicado pela Pontes, em 2004.

Os nomes próprios são entidades que promovem, de acordo com Cruz e Karim (2016, p. 133):

[...] o efeito que particulariza algo como único, que especifica um representante em especial do conjunto a que pertence. [...] Assim, se particularizo com um nome próprio uma geografia do universo do conjunto dos municípios, o nome, em certa medida, está realizando, por um procedimento do funcionamento de linguagem, o deslocamento dessa geografia do conjunto a que pertence para individualizá-la, fazê-la significar como única, ou melhor dizendo, a nomeação ao ser enunciada produz o efeito que passa significar essa geografia um espaço singular, único no mundo.

Inscritos no pensamento apresentado acima – formulado por pesquisadores que se filiam à Semântica do Acontecimento – neste capítulo, apresentaremos as análises das construções nominais que nomeiam cidades fundadas durante o ciclo cafeeiro no norte do Paraná, partindo das narrativas de nomeação apresentadas pelo discurso oficial/ institucional.

No processo de urbanização do norte do Paraná, os acontecimentos enunciativos de nomeação das cidades que fazem parte do *corpus* recortam distintos memoráveis. Nesse entendimento, organizamos todas as nomeações em grupos temáticos<sup>57</sup> segundo a linha adotada na cena enunciativa de nomeação, que pode se associar às seguintes orientações: *religiosa, da refundação e do diferencial, do religamento, das homenagens, descritiva ou geográfica, do fundamento empresarial e indígena.*

Vale ressaltar que, em vários momentos, haverá o cruzamento de memoráveis e enunciações, havendo a possibilidade de que um mesmo nome figure em mais de um grupo de análise. Nossa divisão, assim, identifica os nomes conforme o que consideramos mais pujante. Reforçamos, desse modo, que isso não quer dizer que seja o único referencial presente. Indica, simplesmente, que adotamos, a nosso ver, uma organização mais adequada, extraindo o imprescindível de cada enunciado analisado.

Ao longo de nossas análises, apresentaremos recortes que remontam aos acontecimentos de nomeação das cidades, compondo o discurso

---

<sup>57</sup> Categorias propostas pelo semanticista Luiz Francisco Dias em “Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa”, artigo que compõe a obra *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso*, organizada por Taisir Mahmudo Karim et al. e publicada pela editora Pontes, em 2016.

oficial sobre elas, enunciando sua gênese. São narrativas que, em grande parte, figuram no mundo virtual, em *sites* institucionais.

Ao acessarmos uma página na internet, verificamos que a leitura dentro desse tipo de suporte é totalmente diferente da que fazemos no papel, por exemplo. A leitura virtual é fragmentada, descontínua, interativa, ficando a cargo do leitor a sua sequência, que varia conforme a necessidade no momento. A navegação em websites das prefeituras, dos quais trazemos as narrativas que enunciam a origem dos nomes das cidades, segue um modelo. A organização das informações é feita por menus, localizados nos cabeçalhos das páginas, nos quais são dispostos submenus, é neles que localizamos a história de fundação da cidade e o informações sobre o processo de nomeação.

Os submenus, geralmente, são identificados por “O município”, “A cidade” ou “Nossa cidade”. Essa forma de organização da página, por meio de ramificações, apaga processos relativos ao funcionamento do sentido, a interface precisa ser prática, dispondo as informações de forma lógica e intuitiva, tais características moldam a navegação que o usuário faz e ele acaba por não refletir sobre esse processo, é envolvido pela simulação de transparência.

No artigo “A geografia, a identidade e as divisões de *langues e dialectes* no site de relações estrangeiras da Suíça”: reflexões sobre o sentido da designação no texto (2016), os autores André Stefferson Stahlhauer e Soeli Maria Schreiber da Silva tratam de relações entre locutor e alocutário dentro do universo digital. Para os pesquisadores, cada elemento organizado pelo locutor-web movimenta sentidos:

Os links significam esse caráter de índice, de indexação, tal como a informática designa o termo, e “liga” o sentido entre o que é designado/referido no nome/título e a outra parte do texto. Esse é o modo como o **locutorWeb**, opera sobre os enunciados na organização dos sites, suas páginas, seus textos e seus sentidos. Deste modo, a enunciação de um link caracteriza o modo específico de inscrição de enunciados, dispondo os sentidos que significam a partir de operações enunciativas dos locutores de modo a organizar esses enunciados em um texto. (STAHLHAUER; SCHREIBER DA SILVA, 2016, p. 578-579, grifo dos autores).

Com relação aos sites dos quais extraímos as narrativas de nomeação, por representarem órgãos oficiais, temos um locutor-web/Poder Público, pois os *sites* são gerenciados por órgãos e entidades vinculadas aos governos

municipal, estadual e federal. Nessa direção, o Locutor é predicado pelo lugar social da oficialidade e institucionalidade, que caracterizam esse modo de enunciação. Por isso, entendemos que nessas páginas virtuais existem dois lugares sociais: o locutor-web e o do locutor-Poder Público, que falam a um, antes de tudo, alocutário-internauta. Esse alocutário, assim como o locutor, também pode ocupar outros lugares sociais, como alocutário-cidadão, por exemplo.

Dando continuidade à tese, no próximo subtópico, apresentaremos a constituição e organização do *corpus* de maneira pormenorizada.

#### 4.1 CORPUS: COMPLEXO DE MATERIALIDADES PARA INVESTIGAÇÃO

Nossa pesquisa situa-se entre aquelas que veem na cidade um espaço simbólico, composto por sujeitos e significantes. Na constituição da sociedade brasileira, ela é caracterizada por desigualdades e exclusões, sendo dividida pelo social e pelo político. Com base nisso, assumimos a cidade como “espaço material (histórico, social, significativo) e não abstrato ou empírico.” (ORLANDI, 2011a, p. 695). Ou seja, um lugar que promove a conexão entre o simbólico e o político, gerador e reproduzidor de memória.

Nesse entendimento, designar uma cidade “é fazer significar uma determinada região do memorável, no acontecimento. Designar é um processo sócio-histórico-enunciativo: histórico no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência.” (SOUZA, 2005, p. 14). Podemos afirmar, portanto, que a análise dos nomes de cidades promove a

[...] compreensão singular do modo de observar a construção da significação sócio-histórica da História, ou melhor, das Histórias de um povo, um estado, uma cidade. (KARIM, 2012, p. 184).

No texto *Os sentidos da língua na cidade* (2009), que disserta sobre a nomeação de espaços urbanos e logradouros, a pesquisadora Carolina Padilha Fedatto desenvolve um debate que pode ser deslocado aos nomes de cidades:

A relação entre a nomeação e o objeto nomeado tem sua materialidade histórica específica: o espaço político-administrativo que recorta um passado e nomeia a partir de memoráveis como pessoas, datas e lugares; formula-se, assim, a necessidade administrativa de produzir endereços (e passados) que localizem os cidadãos [...] (FEDATTO, 2009, p. 22).

A autora, ainda, prossegue com seu pensamento e escreve que tais nomes se constituem por meio de:

[...] enunciações e temporalidades distintas que convivem no presente do acontecimento da enunciação do mapa e produzem um efeito de homogeneidade, de controle, próprios ao funcionamento administrativo. (FEDATTO, 2009, p. 22).

Nessa perspectiva, as composições nominais que nomeiam cidades do norte do Paraná designam, produzem sentidos. Tais enunciados constituem-se em uma relação integrativa, que reconhece o mapa como texto. Desse modo:

Pensar semanticamente nesta perspectiva é considerar que o nome próprio da cidade significa como parte integralmente de enunciados, e este como parte integrativa de textos em que funciona, numa perspectiva transversal ao texto. (PEREIRA, 2016, p. 182).

Levando em conta a relação integrativa entre os enunciados e o texto, Guimarães, sobre a organização do *corpus* de pesquisa, esclarece:

Um aspecto importante na abordagem de um *corpus* [...] é produzir recortes no *corpus* que tragam elementos decisivos para a análise, segundo seus objetivos. O que os enunciados devem apresentar para serem tomados na análise é este caráter decisivo para o andamento da reflexão. (GUIMARÃES, 2014, p. 50, grifos do autor).

O autor, ainda, disserta a respeito da noção de *recorte*, explanando de que lugar teórico parte para defini-la:

O recorte é uma categoria descritiva formulada no interior da Análise de Discurso [e tal como a utilizo desde Texto e Argumentação (GUIMARÃES, 1987)]: “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1983, p. 14). Ao apropriar esta noção ao domínio dos estudos enunciativos, disse em Guimarães (2011) que o recorte “é um fragmento do acontecimento da enunciação”. Guardando a caracterização de Orlandi, não se trata simplesmente de uma sequência, mas de formas linguísticas que aparecem como correlacionadas em virtude de terem uma mesma relação com o acontecimento, independentemente da posição na sequência. (GUIMARÃES, 2014, p. 50).

Sobre a definição de *recorte* defendida por Guimarães, entendemos que ela fortalece a importância de se considerar as narrativas de nomeação, as quais também são “fragmentos do acontecimento de enunciação”, contribuindo para a investigação do designar desses nomes. Considerando o que foi exposto pelo

autor, apresentamos, assim, a constituição do *corpus* de análise desta tese – heterogênea e extensa – que considerou as subdivisões territoriais da região norte do Paraná. Identificamos 185 enunciados que nomeiam municípios, sendo: 46 deles no Norte Velho ou Pioneiro, outras 78 nomeações no Norte Novo e mais 61 nomes no Norte Novíssimo.

Nesta subseção, apresentamos, também, os grupos temáticos em que dividimos o *corpus* de pesquisa. Com o intuito de organizar a análise, tomamos as regularidades que compõem esses nomes. Assim, “observando a diversidade de referenciais que sustentam a significação dos nomes, revelando um quadro de diversidades nas movimentações de ocupação do território [...]” (DIAS, 2016, p. 33), desenvolveremos a investigação sobre os enunciados elencados.

Salientamos que as narrativas de nomeação serão incluídas à medida que os nomes forem sendo examinados.

#### 4.1.1 Delimitação do *Corpus*

- **Norte Velho ou Pioneiro** : Assaí, Abatiá, Andirá, Bandeirantes, Barra do Jacaré, Cambará, Carlópolis, Congonhinhas, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Curiúva, Figueira, Guapirama, Ibaiti, Itambaracá, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Leopólis, Nova América da Colina, Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Pinhalão, Quatiguá, Rancho Alegre, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tomazina, Uraí e Wenceslau Braz.
- **Norte Novo**: Alvorada do Sul, Ângulo, Apucarana, Araçongas, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Astorga, Atalaia, Bela Vista do Paraíso, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambé, Cambira, Cândido de Abreu, Centenário do Sul, Colorado, Cruzmaltina, Doutor Camargo, Faxinal, Floraí, Floresta, Florestópolis, Flórida, Godoy Moreira, Grandes Rios, Guaraci, Ibiporã, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivaiporã, Ivatuba, Jaguapitã, Jandaia do

Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lobato, Londrina, Lunardelli, Lupionópolis, Mandaguaçu, Mandaguari, Manoel Ribas, Marialva, Marilândia do Sul, Maringá, Marumbi, Mauá da Serra, Miraselva, Munhoz de Melo, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Nova Tebas, Novo Itacolomi, Ourizona, Paiçandu, Pitangueiras, Porecatu, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Rio Bom, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Rolândia, Sabáudia, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Sarandi, Sertanópolis, Uniflor.

- **Norte Novíssimo:** Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Amaporã, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Cianorte, Cidade Gaúcha, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Douradina, Esperança Nova, Francisco Alves, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Inajá, Indianópolis, Iporã, Itaúna do Sul, Ivaté, Japurá, Jardim Olinda, Jussara, Loanda, Maria Helena, Marilena, Mariluz, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Nova Olímpia, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranapoema, Paranaíba, Perobal, Pérola, Planaltina do Paraná, Porto Rico, Querência do Norte, Rondon, Santa Cruz de Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antônio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Tuneiras do Oeste, Umuarama, Xambê.

#### 4.1.2 Distribuição do *Corpus*

Neste momento, retomamos os grupos em que as construções nominais foram organizadas, viabilizando o desenvolvimento da análise. Os conjuntos foram delineados, em conformidade às perspectivas que os constituem:

- Religiosa
- Da refundação e do diferencial
- Do religamento
- Das homenagens
- Descritiva/geográfica

- Do fundamento empresarial
- Indígena

Expostos os esclarecimentos necessários, a partir de agora, damos início ao desenvolvimento da análise dos nomes de cidades fundadas durante o Ciclo do Café, trazendo, também, suas narrativas de nomeação.

#### 4.2 RELIGIOSA

**Norte Velho ou Pioneiro:** Nova Fátima, Nova Santa Bárbara, Santa Amélia, Santa Cecília do Pavão, Santa Mariana, Santana do Itararé, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Paraíso, São Jerônimo da Serra, São José da Boa Vista, São Sebastião da Amoreira.

**Norte Novo:** Cruzmaltina, Nossa Senhora das Graças, Nova Esperança, Santa Fé, Santa Inês, Santo Inácio, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Pedro do Ivaí.

**Norte Novíssimo:** Santa Isabel do Ivaí, Santa Mônica, Santo Antonio do Caiuá, São Carlos do Ivaí, São João do Caiuá, São Jorge do Patrocínio, São Manoel do Paraná, São Pedro do Paraná, São Tomé.

Sobre este grupo de nomeações, podemos afirmar que a influência da religião esteve fortemente presente no ato de nomear lugares, compondo o processo de formação de núcleos urbanos e rurais no norte do Paraná. De acordo com Cobra (1923, p. 28), o locutor que nomeava um espaço com nomes religiosos:

[...] imitava o gesto de todos os povoadores de sertões brasileiros e fel-o com duplo fim: atrair para a nova terra, que dizia ser sua, as bênçãos do céu, em uma espécie de aliança com o padroeiro, e congregar gente em um ponto determinado, onde pudesse surgir povoação, servindo de apoio aquele punhado de homens, perdidos na solidão imensa. (COBRA, 1923, p. 28).

As construções nominais *Nova Fátima*, *Nova Santa Bárbara* e *Nova Esperança*, conforme Dias (2016), são exemplos de nomes que expressam um referencial que se constitui como refundação<sup>58</sup>. São enunciados que retomam outras

---

<sup>58</sup> Abordaremos a questão de forma mais detalhada na subseção 4.3 - *Da Refundação e do Diferencial*.

localidades existentes, evocando sentidos prévios ao mesmo tempo em que os modernizam. Desse modo, tais nomes referem-se e inscrevem-se na história de *Fátima*, em Portugal (fundada em 1568), localidade famosa pelas aparições da Virgem Maria; de *Santa Bárbara*, em Minas Gerais (fundada em 1704) e *Esperança*, na Paraíba (fundada em 1925).

#### **Nova Fátima**

O nome Nova Fátima, ao que tudo indica, foi sugerido por Dom Geraldo de Proença Sigaud, então bispo da paróquia de Jacarezinho. Ele teria afirmado na época, que encontrou muitas semelhanças entre a topografia regional de Nova Fátima com a da cidade de Fátima, em Portugal, mundialmente conhecida pela aparição de Nossa Senhora de Fátima, para três crianças pastoras. Essa denominação encontrou muita resistência por parte dos pioneiros, devotos de Nossa Senhora da Luz, que não admitiam a troca da padroeira. Contudo, foi adotado o novo nome o que demonstrou a força e importância da Igreja Católica Apostólica Romana no início da história de Nova Fátima.<sup>59</sup>

#### **Nova Santa Bárbara**

Em 1.948, com o término da abertura da Estrada do Cerne, Água do Sabiá já possuía características de cidade e, em 22 de novembro desse ano, foram feitos os registros oficiais do loteamento, passando a localidade a denominar-se Santa Bárbara, nome dado por Emídio de Camargo por sua devoção à Santa.<sup>60</sup>

#### **Nova Esperança**

A mudança do nome de Capelinha para Nova Esperança deu-se à existência de uma outra cidade chamada Capelinha, situada no interior do Estado de Minas Gerais e a Constituição Brasileira não permitia que duas cidades possuíssem o mesmo nome. O nome de Nova Esperança presume-se que tenha sido escolhido porque já existia o povoado de Esperança (Barão de Lucena). Também indicava uma vida melhor nas terras do Paraná para os que aqui viessem em busca de dias melhores para suas famílias.<sup>61</sup>

A respeito dos nomes que trazem em sua composição estrutural os pronomes de tratamento *São/Santo/Santa*, podemos dizer que tais enunciados retomam titulações consagradas pela Igreja Católica, dedicadas a pessoas comuns que se tornaram santas. As titulações – designações meritocráticas – correspondem à enunciação que distingue “santos” de “pessoas comuns” e certificam a sacralidade, da qual faz parte um grupo virtuoso e extremamente restrito. No caso

---

<sup>59</sup> Disponível em: <<https://www.novafatima.pr.gov.br>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

<sup>60</sup> Disponível em: <<http://www.nsb.pr.gov.br/paginas>>. Acesso em: 15 out. 2020.

<sup>61</sup> Disponível em: <<https://www.novaesperanca.pr.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2020.

de *Santa Fé*, temos o adjetivo “santa” modificando o substantivo “fé”, como uma expressão que faz reverência, que exalta a religiosidade. É uma nomeação que tem inspiração católica, religião professada pelos fundadores da cidade.

Nas nomeações *Santa Amélia*, *Santa Mariana* e *Santa Mônica*, temos uma cena enunciativa em que o locutor-nomeador faz homenagem às mulheres de seu âmbito familiar, recortando, também, o memorável religioso. Conforme podemos verificar nos trechos a seguir:

#### **Santa Amélia**

Sem chegar a ser Distrito, em 1951, foi criado o Município com a denominação de Santa Amélia. Santa Amélia, que constitui **homenagem à filha do proprietário das terras** que iniciou a colonização desta região, veio a ser escolhido quando da criação do município.<sup>62</sup> (Grifos nossos).

Pela Lei n.º 790, de 14 de novembro de 1951, foi criado o município, com denominação de Santa Amélia em referência à santa padroeira e com território desmembrado do município de Bandeirantes. (FERREIRA, 2006, p. 274).

#### **Santa Mariana**

Segundo antigos moradores a denominação de Santa Mariana constitui uma **homenagem da localidade a Senhora Mariana Junqueira, esposa do Doutor Francisco Junqueira**, já falecido, primeiro proprietário das terras onde veio instalar-se o Município.<sup>63</sup> (Grifos nossos).

#### **Santa Mônica**

O nome da cidade é **homenagem a Mônica de Azevedo, filha do sr. José Luiz de Azevedo**, um dos proprietários da primeira indústria instalada no município. (FERREIRA, 2006, p. 282).<sup>64</sup> (Grifos nossos).

Nesse nomes, em enunciações que se transpassam, vemos um movimento que “transforma” as homenageadas em “santas”, ao mesmo tempo em que retomam figuras católicas já existentes: *Santa Amélia*, ilustre mártir da Igreja Católica, que morreu defendendo sua fé; *Santa Mariana*, padroeira dos órfãos e doentes; *Santa Mônica*, protetora das mães que rezam pela conversão de seus filhos e das esposas maltratadas. As familiares homenageadas são significadas como personalidades exemplares, como que se a história pessoal de cada uma

---

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.santaamelia.pr.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>63</sup> Disponível em: <<http://santamariana.pr.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2020.

<sup>64</sup> Disponível em: <<http://santamonica.pr.gov.br>>. Acesso em 13 out. 2020.

delas estivesse edificada em virtuosidades, quase uma referência à mulher anjo do movimento literário Romantismo: ser idealizado, dotado de pureza e de qualidades que o aproximam do divino.

Ao mesmo tempo, nesses mesmos nomes, em que se cruzam outras enunciações, são retomados discursos de sofrimento, infortúnio e tristeza. Com essa renomeação – proporcionada pelos pronomes que acompanham o nomes – temos possíveis novas narrativas para essas mulheres, haja vista que não conhecemos suas histórias de vida e não podemos afirmar se foram excessivamente virtuosas ou não, se foram amarguradas ou se esse processo de “santificação” foi coerente com a defesa da fé e as causas que defenderam durante a vida. O fato é que o nome, na possibilidade de sentido, identifica essa mulheres como donas de moral imaculada, como exemplos de perfeição.

Elas são significadas pelo locutor pelos nomes que recebem dele e esses nomes passam a repercutir em outras enunciações. O acontecimento de nomeação dessas cidades se constitui, desse modo, em múltiplas temporalidades.

O que se pode ver é que a designação dos nomes [...] se constitui pelo processo de suas nomeações, em que opera a relação de enunciações contidas em outras enunciações. [...] Ou seja, a análise da temporalidade do acontecimento para descrever o memorável que o constitui traz tantas outras enunciações que estarão significando no acontecimento. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 56).

Ao longo da história, a relação entre a figura feminina e a falta de raciocínio e de autonomia tem sido frequente. Constrói-se a representação de que as mulheres precisam ser protegidas, sendo incapazes de cuidarem de si próprias. Seu lugar na sociedade resume-se à esfera familiar, na qual é tutelada pelo pai, em um primeiro momento, e, depois de casada, pelo marido.

Provenientes de família honesta, alimentavam o sonho de um bom casamento, onde poderiam dedicar sua vida ao esposo e aos filhos, bem como ao lar, seu espaço sagrado. A rua era o espaço destinado ao marido trabalhador, pois os vícios e perigos deste território maculavam sua honra e reputação. Assim, era construído o pensamento burguês e honesto do período. (SILVA, 2011, p. 676).

Os predicados atribuídos a elas costumam reforçar aspectos, como amabilidade, delicadeza, resignação e coadjuvação, intensificando representações

que “dissociam as mulheres dos assuntos públicos e das instâncias que detêm o controle social.” (COSTA, 2000, p. 82).

As mulheres renomeadas – Amélia, Mônica e Mariana – não aparentam ter transgredido esse modelo. O campo de atuação feminino, assim, não se desenvolve no cenário público, mas no círculo familiar, privado. Colocando em primeiro plano os papéis que, costumeiramente, foram destinados à mulher: mãe, filha e esposa.

A respeito da indiferença ao pioneirismo feminino na história norte-paranaense, Leme (2013) afirma:

Os protagonistas no mundo público são todos homens. As falas, seus diversos papéis sociais são secundados pela presença masculina. A epopeia da colonização, a derrubada da mata, o desenvolvimento econômico, a construção do status de pioneiro são reportados aos homens. (LEME, 2013, p. 223).

No que concerne a essas três nomeações – que trazem em suas narrativas homenagens de cunho pessoal – devemos pensar que, em um primeiro momento, o memorável mais forte para o alocutário é o religioso, não o familiar. Tanto que, no caso de *Santa Mônica*, a padroeira da cidade é a santa de mesmo nome. O hino do município, com letra e melodia por Sebastião Lima e José Carlos Pereira, traz essa confluência de memoráveis, como pode ser observado a seguir:

Na planície ondulada e verdejante  
Tu nasceste majestosa e altaneira  
Antevendo um progresso fulgurante  
**Illuminada pela Santa Padroeira**

**Tua origem de história singela  
Inspirada em seu fundador  
Na homenagem à filha tão bela  
Fez de ti um recanto de amor**

(Estrilho)

Santa Mônica adorado torrão  
Viverás sempre em meu coração  
És a joia tão linda que há  
Ornamentando o querido Paraná

Junto ao verde de um vale tão puro  
O Ivaí de beleza singular  
Percorrendo o caminho seguro  
As riquezas do solo à irrigar

Terra amiga, gentil e dadivosa  
Onde o milho, o arroz e o algodão

O feijão e a amoreira formosa  
Enobrecem este rico chão

**Fonte:** Secretaria de Estado da Educação do Paraná  
Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/debaser/singlefile.php?id=21942>.  
Acesso em: 10 out. 2020 (grifos nossos)

A homenagem de âmbito familiar seria mais conhecida pelos moradores do local ou por aqueles que estudam a história da cidade, sendo mais representativa a memória do religioso. Nomeações como essas nos mostram, mais uma vez, como o ato de nomear é autorizado a poucos.

Na cena enunciativa, vemos que o locutor ocupa um lugar social privilegiado, que valida a nomeação escolhida. A simulação de evidência, de transparência, constitutiva da linguagem e que influencia as relações que se constroem por meio dela, disfarça toda a complexidade do ato de nomear, dando a impressão de se tratar de um ato espontâneo e, até mesmo, imediatista.

A regulação desta temporalidade múltipla pelo presente do Locutor produz o efeito de homogeneidade reguladora do administrativo. E este se combina diretamente com o espaço de enunciação em que os acontecimentos enunciativos constituem a designação, o espaço de enunciação da Língua Nacional. E as designações destes nomes são construídas por todas estas relações enunciativas como relações que as predicam. Ou seja, como relações que constituem permanentemente as designações. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 57).

Os nomes dessas mulheres, os quais são enunciados como nomes de municípios, contêm títulos de santificação, mas não possuem sobrenomes. Elas fazem parte da mesma família que os homens com o poder de nomear, autorizados a homenagear. É pela voz desses homens que suas qualidades são significadas, com base em um discurso moral e religioso que relaciona bondade à santidade.

Na cena de nomeação de *Cruzmalina*, o memorável da religião, do catolicismo, também está presente. A cruz de Malta é enunciada como símbolo oficial, compondo a bandeira e o brasão do município.

**Cruzmalina**

O atual nome da cidade foi dado pelo padre Gualter Farias Negrão. O padre Gualter, de saudosa lembrança, ao nominar a localidade quis homenagear uma missão de padres malteses que por ali passou, catequizando e convertendo a religião aos habitantes do lugar. (FERREIRA, 2016, p. 99).

**Figura 9** – Bandeira de Cruzmaltina



**Fonte:** Secretaria de Estado da Educação do Paraná  
Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/>> Acesso em 24 nov. 2020.

**Figura 10** – Brasão de armas de Cruzmaltina



**Fonte:** Câmara Municipal de Cruzmaltina  
Disponível em: <<https://www.cruzmaltina.pr.leg.br/>>. Acesso em 24 nov. 2020

O enunciado *Nossa Senhora das Graças*, que nomeia um dos municípios, compõe uma vasta série de invocações relacionada a uma figura importante na tradição católica: Maria, mãe de Jesus Cristo.

### **Nossa Senhora das Graças**

O nome é referência à padroeira do município, Nossa Senhora das Graças. Nossa Senhora é título que os católicos dão à Virgem Maria, criado por São Bernardo.<sup>65</sup>

No catolicismo, há várias expressões nominais que dizem e significam Maria. Em cada aparição ao redor do mundo, a santa recebeu um nome, em acontecimentos de nomeação que levaram em conta aspectos geográficos, culturais ou basearam-se no milagre concedido. Assim, surgiram nomes, como: *Nossa Senhora de Kibeho* (Ruanda), *Nossa Senhora de Akita* (Japão), *Nossa Senhora de Soufanieh* (Síria), *Nossa Senhora do Pilar* (Espanha), *Nossa Senhora de Luján* (Argentina) e *Nossa Senhora Aparecida* (Brasil). São vários nomes para o mesmo referente, são construções linguísticas que designam, constituindo a(s) identidade(s) desse referente que os cristãos católicos conhecem por Maria.

A enunciação de *Nossa Senhora da Graças* como nome de município norte-paranaense inscreve-se numa história significada como francesa, haja vista que o memorável religioso recortado no acontecimento de nomeação relaciona-se à aparição mariana a uma noviça, na França do século XIX.

As enunciações que nomeiam esses municípios assinalam a posição-sujeito religioso. Na visão de Karim (2001), a sociedade, ao eleger nomes de santos durante o processo de nomeação, parte da posição sujeito-fiel, dessa maneira, o Locutor, responsável pelo dizer, apresenta-se da posição social do locutor-institucional/oficial. Esse locutor fala de dois lugares de enunciação distintos: em um deles, assume a perspectiva do enunciador-coletivo, tomado pelo memorável dos devotos católicos; no outro, aplica o ponto de vista do enunciador-universal, com base na orientação político-institucional do Paraná.

É importante enfatizar que o memorável religioso recortado pelas nomeações, até o momento, retomam o catolicismo, destacando a influência da Igreja Católica na sociedade. Não vemos referências a outras religiões, os nomes analisados referem e perenizam o prestígio do catolicismo na sociedade e marcam sua autoridade na política, e não apenas na religião.

---

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://nossasenhordasgracas.pr.gov.br/sobre>>. Acesso em 10 nov. 2020.

Sobre a intervenção da religião no âmbito político-administrativo, Orlandi aponta:

O amor a Deus, pelo qual o poder assegura a submissão do homem medieval, é substituído, nas sociedades capitalistas, pelo amor à pátria, dever do cidadão. Embora se instalem essas diferenças no desenvolvimento da história, tanto o poder religioso como político se exercem pelo amor e pela crença. Estes são o suporte da autoridade. (ORLANDI, 2008, p. 65).

No caso dos enunciados que formam este grupo de análise, vemos que essas duas vertentes – política e religiosa – encontram-se, ainda, conectadas em muitos momentos. Essa devoção orienta o ato de nomear, atuando, também politicamente. Prática que ainda permaneceu, mesmo com a promulgação da Constituição de 1891, a primeira da era republicana, que determinou a separação entre religião e estado, o que foi mantido pelas Constituições seguintes. Dessa forma, um Estado que deveria ser laico, ou seja, não se amparar em crenças religiosas para tomar decisões políticas e de governo, encontra-se determinado pelo discurso religioso, fundamentalmente o católico, ao nomear vários municípios do norte do Paraná.

Logo, enunciar os nomes de santos como nomes de cidades é enunciar, no acontecimento de nomeação, os sentidos de leis normatizadoras do Estado que passam a significar o lugar nomeado. Nomes que significam na história paranaense e que ecoam

[...] as vozes de um povo que cultiva a religião, buscando ver o nome de santo na sua cidade, a voz da memória dos gestos do pioneirismo na demarcação do território, a voz da legislação que oficializa o nome, são pontos de pertinência que sustentam uma relação entre o habitante e a cidade pelo nome. Essa dispersão orientada de enunciados sustentam em parte a pertinência da designação no presente do enunciar [...] (DIAS, 2016, p. 38).

Entendemos, portanto, que nesses nomes se concentram as relações com a cidade, reunindo as mais diversificadas convicções sobre esse espaço, podendo ser sua posição geográfica no estado, seu planejamento urbano (também a falta dele), a apresentação de determinado tipo de fauna ou flora, o enaltecimento de seus recursos hídricos, etc. Desse modo,

“[...] todos os pontos de referência que tocam a relação do habitante com as condições de vida da cidade [...], com a região em que ela se situa, e assim

por diante, tocam na convergência do nome como espaço de pertinência da cidade nas relações humanas internas e externas a ela, na condição de morador ou não, mas que contraem pertinência ao trazer esse nome para seu espaço de enunciação. (DIAS, 2016, p. 38).

Observamos, também, que os enunciados que nomeiam os municípios e dizem nomes religiosos dizem também os valores do Estado, os quais constituem o discurso oficial e significam dos âmbitos da religião, da propriedade e da natureza.

Nessa linha de pensamento, olhando para os nomes que integram este grupo de análise, há vários enunciados que são compostos pelas expressões *do Ivaí, do Paraná, do Itararé, do Caiuá*. Todas elas fazem menção a rios, cursos de água importantes para a região em que estão os municípios. *Ivaí* e *Paraná*, por exemplo, são rios extensos do estado do Paraná. Por isso, é relevante pensar esse acidente geográfico na formação de espaços urbanos do estado, pois ele faz parte da história da fundação desses municípios: “No jogo dos múltiplos discursos o rio se significa, como meio de transporte fluvial, em relação à fundação do povoado. Ou seja, a ambiência instala as condições da fundação do local.” (MOTTA, 2009, p. 20). Para acrescentar, mais que transporte fluvial, o rio concentra, também, um meio de vida, a subsistência dos povos que o rodeiam.

Ainda sobre a expressão *do Paraná*, constatamos um movimento de sentidos promovido por um cruzamento de enunciações. Temos, neste grupo de análise, as nomeações *São Pedro do Paraná* e *São Manoel do Paraná*, as quais, em seu acontecimento de nomeação, significam a polissemia do nome próprio *Paraná*:

- 1) Paraná: oitavo maior rio do mundo em extensão.
- 2) Paraná: estado brasileiro.

*Paraná*, da família linguística tupi-guarani, significa “semelhante ao mar”, “parecido com o mar”. A página virtual da Secretaria de Turismo do Estado traz, também, a denominação “rio caudaloso”. Sobre a escolha do nome do estado, retomamos a Lei Imperial nº 704, de 29 de agosto de 1853, sancionada por D. Pedro II, a qual marca o nascimento da Província do Paraná.

Art. 1º A comarca de Curitiba, da Província de São Paulo fica elevada à categoria de Província, com a denominação de Província do Paraná. Sua extensão e limites serão os mesmos da referida Comarca.<sup>66</sup>

A escolha do nome não ocorreu de forma tão pacífica, discordâncias aconteceram, revelando críticas das classes mais abastadas, conforme podemos constatar no excerto a seguir:

[...] no processo de emancipação da Comarca, não houve participação da população nem sua maior mobilização. Tudo se resolveu nos escalões imperiais. A diminuta participação das próprias elites regionais no processo de emancipação, levou as autoridades imperiais a batizarem a nova Província. Recentemente, havia sido criada uma Província no norte do Brasil que teve seu nome tirado do maior rio da região: Amazonas. O mesmo comportamento foi aplicado à Comarca de Curitiba. Sendo o Paraná o maior rio a banhar o território provincial, dele foi extraído o nome da mesma: Paraná. (WACHOWICZ, 2001, p. 119).

O nome do estado surge como imposição, sem diálogo, sem consenso. Revela um jogo de poder, constituído ideologicamente, no qual aquele que possui mais influência, autoridade, prestígio, sobrepõe-se ao restante.

Na cena de nomeação do estado, temos um locutor que nomeia tomado pelo memorável da geografia, da topografia, pois *Paraná* é um nome de rio. É ele que empresta o nome e significa o espaço territorial do estado e seus habitantes, reproduzindo uma prática anterior, aplicada a outro estado. Se fosse pela vontade de parte de seus habitantes, provavelmente, o nome não seria o definido pelo imperador.

A historiografia registra que críticas a esse nome aconteceram, pois uma significativa parcela de cidadãos preferia o nome *Província de Curitiba*, conservando o nome da comarca que já existia. Muitos identificavam-se com o nome Curitiba, pois acreditavam no protagonismo da cidade, uma das mais antigas do estado, sua origem data da segunda metade do século XVII. Nesse episódio, o processo de nomeação foi vertical, constituindo-se como uma ordem recebida, que foi acatada e permanece até os dias de hoje.

---

<sup>66</sup> Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542263/publicacao/15819155>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

Curitiba é uma palavra de origem Guarani: kur yt yba quer dizer "grande quantidade de pinheiros, pinheiral", na linguagem dos índios, primeiros habitantes do território. Nos primórdios da ocupação humana, as terras onde hoje está Curitiba apresentavam grande quantidade de *Araucaria angustifolia*, o pinheiro-do-Paraná.<sup>67</sup>

Todas essas enunciações – histórias e conflitos – significam o nome *Paraná*. Há, em vista disso, uma multiplicidades de sentidos designados para um único nome, sentidos que recortam memoráveis, enunciações passadas que significam no presente do acontecimento de nomeação dessas cidades do norte paranaense.

Buscando diferenciação<sup>68</sup> e uma identidade própria, *Santa Cecília* passa a ser *do Pavão*, *Santo Antônio* recebe a caracterização *da Platina* e *do Paraíso*, *São Sebastião* torna-se *da Amoreira*, árvore frutífera abundante no território colonizado, *São Jerônimo* incorpora a topografia do lugar e converte-se em *da Serra*.

A nomeação *São Tomé*, também, retoma enunciações outras. Sem conhecer a história local/regional que permeia a nomeação, a evidência da linguagem nos encaminha a pensar que se trata do apóstolo de Jesus Cristo, personagem designada pela sua incredulidade e que gerou, em tradições populares, a expressão “ver para crer”. Observemos, agora, o texto que o *site* da prefeitura traz a respeito do nome do município:

#### **São Tomé**

A origem do nome, segundo narra a antiga história do Estado do Paraná, o caminho que ia a Peabiru, por gerações daquela década, houveram por bem designar esse caminho, pelo nome de “Caminho de São Tomé”. Foram grandes os prodígios de civilização nascentes na história do Norte Paranaense, o caminho era o mesmo por onde bandeirantes ajustaram suas pegadas aos rastros dos Jesuítas. Eram milhares de veredas íngremes, num havia e inóspito sertão, cujas picadas muito difíceis, eram infestadas de todos os percalços naturais de um insondado e virgem abismo verde. A mesma se estendia da costa de São Vicente, passava o Rio Tibagi, a Rio Piquiri, sendo uma trilha indígena, em demanda ao Atlântico e as regiões distantes do Ocidente. Quanto ao nome e a sua origem do Município de “São Tome” vem de uma lenda “Tupi” o caminho de Peabiru, ou caminho da Montanha do Sol, e também conhecido como “Caminho de

---

<sup>67</sup> Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2020.

<sup>68</sup> Aprofundaremos a questão na subseção 4.3 – *Da Refundação e do Referencial*.

São Tomé” em razão da penetração dos pioneiros do Oeste que confundiram o nome do “Mair” (denominação genérica dada pelos tupis aos seus maiores civilizadores místicos), Zumé ou Sumé, com Santo Tomé, um dos bem aventurados da Igreja Católica.<sup>69</sup>

No entanto, como a linguagem é alicerçada na opacidade, não é esse o memorável recortado pelo Locutor na cena enunciativa em que o enunciado se dá como nome de cidade.

A evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”) apaga o fato de que ela resulta se uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres. (ORLANDI, 2015, p. 43).

O equívoco está presente no excerto apresentado na página virtual da prefeitura do município. Nele, vemos que há possibilidade do memorável, que semantiza a cidade, retomar a cultura indígena. Como o processo de nomear é político e ideológico, mesmo com a apresentação da história e da origem do nome, a forma eleita para nomear o município foi *São Tomé*, e não as formas *Zumé* ou *Sumé* que enunciam um referencial indígena. Desse modo, o nome *São Tomé* dispersa sentidos relacionados ao desbravamento, à conquista territorial – característicos dos bandeirantes – às missões jesuíticas, aos deslocamentos dos povos originários, à movimentação de colonizadores, à exploração do Brasil.

*São Tomé* condensa enunciações que dizem e designam a história do Paraná e, sobretudo, a história do Brasil. Assim, o enunciado *São Tomé* inscreve, na compreensão de seu funcionamento, o equívoco entre o que a sociedade sabe sobre o nome *São Tomé*, o sentido mais ordinário – proveniente do lugar religioso – e o que a história da cidade paranaense contribui na designação desse nome.

---

<sup>69</sup> Disponível em: <<http://www.saotome.pr.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2020.

Segundo Bréal, “a linguagem designa as coisas de modo *incompleto* e *inexato*” (2008, p. 123, grifo nosso) e são essas duas características que possibilitam a movência dos sentidos. Ao examinarmos as designações que são atribuídas ao nome em questão, percebemos que o pensamento de Bréal é coerente, pois verificamos que no acontecimento de nomeação, apesar de recortar um memorável relacionado ao movimento bandeirante, outros memoráveis coexistem, situação que nos fornece a dimensão do quão inexato e incompleto um nome pode significar.

O locutor-colonizador/institucional que nomeia os municípios do norte do Paraná, ao eleger certos nomes e rejeitar outros, só o faz desta forma específica porque sua formação discursiva<sup>70</sup> determina o que pode e deve ser dito em determinada conjuntura sócio-histórica na qual o nome é enunciado. (ORLANDI, 2015; PÊCHEUX, [1975] 2009).

Ao nomear, esse locutor assume, também, o lugar do Poder Público. Salientamos que suas escolhas são inconscientes, no sentido de que o sujeito não percebe a rede de significantes que o constitui, condição que Michel Pêcheux define como *esquecimento*. Segundo Pêcheux ([1975]2009), o sujeito é afetado por duas categorias de esquecimentos. A primeira delas ocorre quando o sujeito é colocado como origem do dizer, referindo-se ao esquecimento de maneira inconsciente e ideológica, o que leva esse sujeito à ilusão de ser o criador de seu discurso. Na segunda categoria, de viés pré-consciente ou semiconsciente, o sujeito elege algumas formas e construções linguísticas ao elaborar o seu dizer. Desse modo, ele tem a ilusão de que o que diz seja único, novo, mesmo não tendo controle sobre a repercussão de sentidos que seu dizer possa produzir.

Dessa maneira, ao privilegiar determinados nomes no processo de seleção, muitos outros acabam por serem apagados, grupos sociais são silenciados. Verificamos, portanto, que o processo de nomeação de cidades não é uma atividade

---

<sup>70</sup> Orlandi (2015, p. 41) esclarece: “A formação discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito. [...] As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pela interdiscurso em sua objetividade material contraditória”.

óbvia, transparente ou neutra, sendo, na realidade, afetada pela ideologia – “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2015, p. 44) e exposta ao equívoco. No equívoco, cada enunciado é passível de deslocamento, tornando-se diferente e produzindo sentidos diferentes. Para Pêcheux (2008, p. 53): “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente)”.

A língua que é lugar do equívoco, é lugar que se constrói, também, pela existência do outro. A constituição do sujeito é complexa, passando pela alteridade. O sujeito, em conformidade com Orlandi (2015, p. 46):

(...) é materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para se constituir, para (se) reproduzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história ele não se constitui, ele não fala, não produz sentidos.

Nessa perspectiva, o sujeito do discurso é estudado como “posição”, “lugar”, “posto”, dos quais enuncia.

A mesma palavra não significa a mesma coisa para o patrão e para o empregado, para o índio e para o ocidental, para o homem, para a mulher e assim por diante. [...] É deste equívoco que se alimentam as relações sociais. Acreditamos estar produzindo os mesmos sentidos quando dizemos as mesmas palavras. (ORLANDI, 2011a, p. 696-697).

Com base na sua inscrição em uma formação discursiva, o sujeito (re)produz sentidos. Por isso, as palavras podem funcionar de formas distintas, significando diferentemente para esses sujeitos.

#### 4.3 DA REFUNDAÇÃO E DO DIFERENCIAL

**Norte Velho ou Pioneiro:** Barra do Jacaré, Jundiá do Sul, Nova América da Colina, Ribeirão do Pinhal, Salto do Itararé.

**Norte Novo:** Alvorada do Sul, Ariranha do Ivaí, Bela Vista do Paraíso, Centenário do Sul, Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí.

**Norte Novíssimo:** Brasilândia do Sul, Cruzeiro do Oeste, Diamante do Norte, Esperança Nova, Itaúna do Sul, Nova Aliança do Ivaí, Nova Londrina, Paraíso do Norte, Planaltina do Paraná, Tuneiras do Oeste.

Neste conjunto de nomes, encontramos uma tensão peculiar entre *permanência e mudança*. Ao mesmo tempo em que os enunciados dizem nomes de municípios<sup>71</sup> e/ou lugares já reconhecidos, há a necessidade de se particularizar, de se singularizar este novo município, dando-lhe existência histórica. Relação que nos remete ao poema *Identidade*, do escritor moçambicano Mia Couto, inspirando nosso pensar sobre a construção da individualidade pela alteridade.

Preciso ser um outro  
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha  
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem insecto

Sou areia sustentando  
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço  
aguardando pelo meu passado  
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro  
no mundo por que luto nasço.  
(COUTO, 1999, p. 13).

Para ser eu mesmo, preciso ser um outro. Essa conjuntura, essencial para a constituição do sujeito e da linguagem, é tão importante que os termos são trocados. Em primeiro plano, temos a apresentação do *outro*, para, em seguida, ser apresentado o *eu*: “Preciso ser um outro / para ser eu mesmo”. Mais do que hierarquia ou relevância, vemos, nesses versos, duas partes que não podem ser separadas. Há uma relação inquebrável entre dois elementos. Essa reflexão, a nosso ver, é pertinente, podendo ser estendida ao grupo de nomeações que examinamos.

---

<sup>71</sup> Apresentamos alguns exemplos, identificados por nome, estado e ano de fundação: Brasilândia-MS (1957); Cruzeiro-SP (1901); Itaúna-MG (1901); Jundiá-SP (1655); Nova Aliança-SP (1914); Rio Branco-AC (1882) e Salto-SP (1917).

Nessa linha de raciocínio, a respeito do princípio da *refundação*, explana Dias (2016, p. 42):

[...] várias cidades de povoação recente marcam no nome uma reação frente a representações de outros nomes. Dessa maneira, o adjetivo “novo(a)” passa a constituir a FN [formação nominal], expondo o trajeto de um referencial, que se constitui como refundação. Assim, tem-se um efeito de atual em uma representação já significada em outro momento e lugar.

Tal situação pode ser observada em *Nova América da Colina*, “*Nova Aliança do Ivaí*, *Nova Londrina* e *Esperança Nova*. Com relação à expressão nominal *Nova América da Colina*, descobrimos que:

A denominação da cidade foi dada pelo seu fundador, o engenheiro civil Ismael Geraldo Veloso Leite, que se inspirou no descobrimento de um novo lugar, a exemplo do descobrimento da América. Foi acrescentado “da Colina” em função da topografia regional. (FERREIRA, 2006, p. 203).

*Nova Aliança do Ivaí* tem em seu acontecimento de nomeação a rememoração de um episódio que marca a fundação do novo município. Sendo assim, a

[...] denominação dada à localidade foi de caráter simbólico, definindo o entusiasmo e união dos primeiros habitantes do município, que pretenderam fazer uma aliança, ou um pacto, em torno do ideal de progresso e bem estar para a comunidade. (FERREIRA, 2006, p. 202).

Verificamos que e *Nova América da Colina* e *Nova Aliança do Ivaí*, comungam tanto do movimento da refundação quando do diferencial. Sobre este último, discorreremos ainda nesta subseção.

Em *Nova Londrina*, temos um enunciado que retoma outro famoso espaço urbano, conforme podemos constatar no excerto a seguir: “o nome dado à cidade é uma homenagem à cidade norte-paranaense de Londrina, considerado um dos maiores fenômenos em termos de colonização em todo o país.” (FERREIRA, 2006, p. 208). Os sentidos referentes a *Londrina* são, desse modo, recuperados na enunciação de *Nova Londrina*.

A nomeação do município de *Esperança Nova* constitui-se pelo princípio da *refundação*, em uma origem que se depara com a existência de outras nomeações. *Boa Esperança* (nome anterior de *Esperança Nova*, quando ainda era um distrito) já existia como município desde 1964 e *Nova Esperança* (possível nomeação, sendo a forma mais comum de organização linguística quando ocorre a

refundação) já existia como distrito, oficializado, também, desde 1964. A inversão da ordem ordinária dos termos, neste caso, ocorre por necessidade, retomando a origem, o início da cidade, pela permanência de *esperança* na nova nomeação.

Com o tempo, as famílias de agricultores formaram um povoado que passou a ser conhecido por Boa Esperança. O distrito foi criado em 1960. A 28 de maio de 1995, a comunidade participou de um plebiscito com vistas à emancipação do distrito de Boa Esperança. O resultado foi positivo. Com denominação alterada para Esperança Nova foi criado o município através da Lei Estadual n.º 11.259, de 21 de dezembro de 1995, na sede do antigo distrito de Boa Esperança, com território desmembrado do município de Pérola. (FERREIRA, 2006, p. 111).

Compreendemos que este grupo de nomeações é formado por duas ações: nomear e predicar (definir). O nome, ao receber a predicação, recebe, também, um identificador, que pode ser de origem topográfica, como em *Rosário do Ivaí* (referência ao Rio Ivaí), *Salto do Itararé* (referência ao Rio Itararé), *Barra do Jacaré* (referência ao Rio Jacaré) e *Planaltina do Paraná* (referência ao Rio Paraná). Essa última expressão nominal, além de recuperar o nome do rio, retoma o nome do próprio estado, enfatizando sua inscrição na história paranaense, instalando-se uma relação de pertencimento. Para Moralis e Pria (2016, p. 174), “o nome ao ser predicado recebe um identificador: o nome do rio que margeia o lugar nomeado. Nomear e predicar são atos linguísticos que se articulam para significar, mas é no ato da predicação que reside a identificação”.

Ainda sob a perspectiva da *refundação*, elencamos outros nomes que resgatam os acidentes geográficos ou que se referem à natureza, como *Nova América da Colina*, *Mauá da Serra*, *Ribeirão do Pinhal* e, também, os que destacam a localização por meio de direções cardeais, como em *Paraíso do Norte*, *Brasilândia do Sul* e *Tuneiras do Oeste*.

Tomando, agora, a relação com o *diferencial*, Dias (2016, p. 42) esclarece: “Em outros casos, a FN [formação nominal] expõe um determinante de um nome de cidade já constituído em outra região ou Estado como meio de produzir um diferencial”. Isso se aplica muito bem ao nome de *Jundiaí do Sul*, como podemos verificar no fragmento a seguir: “Em 07 de março de 1956, pela Lei n.º 2.618 a denominação é alterada para Jundiaí, acrescida de ‘do Sul’, para diferenciá-la de cidade homônima no Estado de São Paulo.” (FERREIRA, 2006, p. 165). O determinante da localização geográfica do Estado com relação a outras regiões do

Brasil (Sul) acontece na relação com o nome de outro município por diferenciação, e não por refundação.

Outro exemplo é *Bela Vista do Paraíso*: “A denominação foi dada pelos fundadores da localidade, por considerarem que a topografia existente lhes permitia uma bela vista, sendo acrescentada ‘do Paraíso’, para diferenciá-la de cidade homônima existente no Estado de Mato Grosso.” (FERREIRA, 2006, p. 50)

Pensemos, agora, sobre as nomeações *Ariranha do Ivaí* que “tem este nome por abrigar, no período de ocupação grande quantidade de ariranhas, popularmente chamada de onça d’água.” (FERREIRA, 2006, p. 40) e *Tuneiras do Oeste*.

O nome dado à localidade deve-se à existência, na época de sua colonização, de planta cactácea, conhecida por tuna. O termo ‘do Oeste’, foi acrescentado para diferenciá-lo de município homônimo e situá-lo geograficamente em relação à sua localização no Estado do Paraná. (FERREIRA, 2006, p. 325)

Nesses dois casos, vemos que há referências locais na constituição dos nomes, enunciando a fauna (*ariranha*) e flora (*tuna*) da região. Em *Tuneiras do Oeste*, o determinante da posição geográfica do município com relação ao estado (oeste) produz o efeito de localização e, também, de singularização do nome.

O conjunto de nomeações que analisamos expõe, continuamente, o mecanismo de *reescrituração* por dizer e redizer algo, sempre predicando algo ao reescriturado. Nas palavras de Guimarães (2007, p. 84), a reescrituração corresponde ao “procedimento pelo qual a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito, fazendo interpretar uma forma como diferente de si”.

Tanto na *refundação* quanto no *diferencial*, o enunciado, no acontecimento de nomeação, constitui-se na relação com um “outro”, expondo a diferença em uma base de igualdade designativa, haja vista que um nome já existente é retomado em uma nova nomeação.

#### 4.4 DO RELIGAMENTO

**Norte Velho ou Pioneiro:** Assaí.

**Norte Novo:** Astorga, Floresta, Londrina, Nova Tebas, Primeiro de Maio, Sabáudia.

**Norte Novíssimo:** Cidade Gaúcha, Querência do Norte.

Passamos, agora, à análise de nomes de cidades que resgatam as origens de seus fundadores e/ou de seus pioneiros. Quando tratamos de *religamento*, referimo-nos ao grupo de nomes que retomam essas origens, baseadas, essencialmente, na esfera da afetividade.

De acordo com Dias (2016, p. 34):

Um nome de lugar também pode ser concebido do ponto de vista de um ativador sentimental. O seu uso pode representar tanto uma empatia por uma cidade quanto uma aversão, a depender da forma como habitantes da cidade, ex-habitantes, moradores vizinhos, viajantes, parentes de moradores, concebem a cidade. O nome arregimenta, pois, sentimentos em relação ao objeto referido, ele baliza aproximações ou distanciamentos simbólicos em relação a lugar ou cidade.

Conforme já apresentamos ao longo de nossa tese, o grande empreendimento imobiliário organizado no norte do Paraná motivou a vinda de muitos imigrantes interessados na boa qualidade das terras. No caso da nomeação *Assaí*, identificamos uma relação direta, rememorando o país de origem, o Japão.

Etimologia. **Assaí Origina-se do japonês “Assahi” ... sol nascente.** (IBGE). Origem Histórica. As origens históricas de Assaí remontam ao ano de 1932. Nesta ocasião, a Companhia Colonizadora Três Barras fundou uma fazenda no ponto onde hoje se situa a sede municipal de Assaí. Com o passar dos tempos a colonizadora iniciou a venda dos lotes rurais e urbanos, **permitindo a vinda de inúmeras famílias, especialmente de japoneses. O local passou a chamar-se Assailand, em referência aos imigrantes do Japão.** [...] Através da Lei Estadual n.º 7.573, de 20 de outubro de 1938, o povoado de Assailand foi elevado à categoria de distrito, com sede na antiga Fazenda Três Barras. A partir desta época a localidade passou a denominar-se simplesmente Assaí. (FERREIRA, 2006, p. 41, grifos nossos).

Temos a enunciação de um nome em língua estrangeira no espaço de enunciação brasileiro, nesse cenário, pensamos ser pertinente retomar as palavras de Guimarães sobre o assunto. De acordo com o semanticista:

Podemos tomar a questão do espaço de enunciação através de uma pergunta: o que é falar Português no Brasil? Sem dúvida que o primeiro aspecto que devemos considerar é que o Português é a língua oficial do Estado Brasileiro, e é, nesta medida, a Língua Nacional do Brasil. Ou seja, é elemento de identificação de sujeitos enquanto cidadãos do Estado. Mas falar Português no Brasil é falar uma língua que são várias. Assim a relação

dos falantes com a língua está regulada por uma relação com a língua do Estado, enquanto uma língua, a língua (una) do Estado. Esta relação está por outro lado regulada pelo fato de que a língua portuguesa não é praticada na extensão do território brasileiro em consonância com esta língua uma do Estado. (GUIMARÃES, 2003b, p. 55).

*Assahi* – do japonês, com o sufixo *-land*, do inglês, formando um termo híbrido entre duas línguas estrangeiras – destoa de nossa língua nacional, a língua portuguesa, língua oficial do Estado Brasileiro. Designada como língua oficial, a mais falada, e como língua nacional, a língua portuguesa desencadeia um movimento que leva a uma nova relação com as outras línguas que existem, adentram e concorrem nesse espaço.

Guimarães (2014, p. 52), sobre o processo de formação do português brasileiro, esclarece: “A língua nacional e a oficial<sup>72</sup> (sobrepostas) passam a funcionar sobre o modo de presença das línguas indígenas, das línguas africanas e de línguas de imigrantes que começam a vir para o Brasil”. Esse funcionamento efetiva-se de forma hierarquizada, política.

Ainda sobre o espaço de enunciação, quando analisamos o enunciado *Assai/Assahiland*, constatamos que esse nome:

[...] indica que o espaço de enunciação, a partir do qual se nomeia, é um espaço enunciativo linguisticamente internacionalizado. Ou seja, a relação línguas/falante constitui aqui falantes afetados por esta internacionalização linguística. Nomear [...] é uma cena enunciativa que se dá num espaço de enunciação em que o falante não é simplesmente o falante de Português. (GUIMARÃES, 2003b, p. 58).

Outra nomeação que retoma a imigração japonesa, estabelecendo uma relação de religamento é *Floresta*:

O nome Floresta [...], à primeira vista derivado da inigualável exuberância de suas matas, tem na verdade sua **denominação devida à razões sentimentais da família Kimura**. Esta aportando em Santos como imigrantes no final de 1920, instalou-se na "Fazenda Floresta" na localidade de Engenheiro Brodosque, próximo a Batatais, São Paulo.<sup>73</sup> (Grifos nossos).

---

<sup>72</sup> Tratamos dos conceitos de *língua nacional* e *língua oficial* com mais detalhes na seção 4.8 – *Índigena*.

<sup>73</sup> Disponível em: <<https://www.cmfloresta.pr.gov.br>>. Acesso em: 11 de nov. 2020.

O trecho acima está no sítio eletrônico da câmara de vereadores do município e, nele, vemos, mais uma vez, a língua como lugar do equívoco. O óbvio de se pensar no aspecto geográfico, relacionado à presença de árvores, é desfeito pelo esclarecimento apresentado a respeito do nome: “à primeira vista derivado da inigualável exuberância de suas matas, tem na verdade sua denominação devida à razões sentimentais”. E isso é importante para a construção da designação do nome, para a construção de sua identidade, sua história como município.

Apesar de *Floresta* recobrar enunciações anteriores, as quais se atravessam – contemplando, inclusive, a que enuncia a vegetação de um lugar, que poderia ser a característica geográfica da própria cidade – a referida nomeação preserva o sentimento de pertença, enunciando as memórias do primeiro local em que os membros da família Kimura, colonizadora da cidade, viveram, quando chegaram ao Brasil na condição de imigrantes. O acontecimento de nomeação de *Floresta* expõe um memorável diferente do que aparenta ser em um primeiro momento.

*Primeiro de Maio* distingue-se das outras nomeações, pois designa uma data. Guimarães constrói uma reflexão pertinente sobre os nomes que enunciam datas e, para isso, o semanticista menciona o episódio *11 de setembro*:

Os nomes de [...] cidade, e o que os acompanha, não só ocupam lugar neste espaço de vida, como lhe dão sentidos e constroem de algum modo esta geografia. Identificam-na. [...] Dar nome a algo [...] é dar-lhe existência histórica. Não é trivial a velocidade com que uma data, 11 de setembro de 2001, passou rapidamente para a categoria do nome de um acontecimento. E enquanto nome apresenta-se sob a forma condensada *11 de setembro*, inclusive em sintagmas nominais correntes como *o 11 de setembro*. O nome aí aparece como um modo incontornável de erigir algo em acontecimento da história. (GUIMARÃES, 2003b, p. 54, grifos do autor).

Respeitando o que foi exposto por Guimarães e transpondo a discussão para o nome *Primeiro de Maio*, percebemos que esse enunciado movimenta sentidos em que se enlaçam enunciações distintas. Conforme podemos constatar na história do município, disposta na citação a seguir:

A denominação Primeiro de Maio está vinculada à data de fundação do município. Historicamente o termo ‘1º de maio’, começou no ano de 1886, em Chicago, nos Estados Unidos, quando operários americanos rebelaram-se contra seus patrões, pelas condições de vida e trabalho que enfrentavam nas fábricas, na época. Os americanos viviam um momento de explosão industrial, com o desenvolvimento do processo de mecanização das

atividades econômicas e de produção em série. A resposta do patronato às manifestações dos trabalhadores foi violenta e sangrenta. Os líderes sindicais e principais articuladores da paralisação foram presos, enforcados e queimados dentro da fábrica. A partir deste fato, desencadeou-se no mundo inteiro um clima de revolta contra o vandalismo patronal. Anos mais tarde, a bravura e a luta dos americanos de Chicago daria origem ao Dia Internacional do Trabalho, no dia 1º de maio. No mundo todo esta data é comemorada como um símbolo de luta da classe trabalhadora. (FERREIRA, 2006, p. 248).

O memorável predominante é o que faz menção à data em que se comemora o “dia do trabalhador” em inúmeros países do mundo, chegando a ser feriado em vários deles, como aqui no Brasil. Assim, no acontecimento de nomeação desse município, vemos como a história de enunciações significa a polissemia do nome próprio *Primeiro de Maio*:

- 1) *Primeiro de Maio*: em 1886, refere-se à data em que ocorreu protestos e manifestações a favor dos direitos trabalhistas, em Chicago, nos Estados Unidos.
- 2) *Primeiro de Maio*: data comemorativa, feriado.
- 3) *Primeiro de Maio*: enunciado que nomeia uma cidade do norte do Paraná.
- 4) *Primeiro de Maio*: data da fundação do município homônimo.

Todas essas enunciações semantizam a nomeação *Primeiro de Maio*. Há, portanto, uma pluralidade de sentidos relacionada a um único nome. Sentidos que foram recortados como memoráveis, recuperando enunciações passadas que significam no presente do acontecimento de nomeação da cidade norte-paranaense.

[...] enunciar constitui-se como um fato histórico na relação com a língua. Ele carrega um passado de designação do nome e ao mesmo tempo o sujeita à demanda do presente da enunciação. Os enunciados nos evocam incessantemente ao acesso histórico daquilo que os nomes designam, mas ao mesmo tempo, como sujeitos históricos na relação com a língua, somos tomados pela diferença constitutiva entre tempos, e assim instados a enunciar. (DIAS, 2016, p. 48).

Compreendemos, dessa maneira, que não há como controlar o sentidos repercutidos pelo nome. Um nome de cidade é um lugar onde enunciações

outras se entretecem, recortando memoráveis na temporalidade do acontecimento de nomeação, que continuarão produzindo sentidos na futuridade.

Na nomeação *Nova Tebas*, constatamos o princípio da *refundação*, conforme já tratamos na subseção 4.3, pela presença do adjetivo “nova”.

#### **Nova Tebas**

Em 1961, um personagem conhecido por "o Grego", Elias Papanastácio, adquiriu uma área de terras (rural) para loteamento urbano, com a intenção de fundar uma cidade. Em referência ao seu país de origem, decidiu chamá-la de "Nova Tebas".<sup>74</sup>

A relação com a cidade de Tebas, famosa na mitologia e nas tragédias gregas, é compreendida quando conhecemos a história que norteia a fundação de *Nova Tebas*. O nome enuncia o país natal de seu fundador, o dono das terras nas quais a cidade se formou. Nessa lógica, “esses gestos denominativos, a partir de nomes e sentidos da terra de origem, funcionam como religamentos da origem no novo lugar.” (DIAS, 2016, p. 43).

Pela narrativa apresentada na página virtual da câmara de vereadores do município, o acontecimento de nomeação de *Nova Tebas* constitui-se também pela relação entre dois elementos: poder e dinheiro. Temos, assim, o poder financeiro significando autoridade e prestígio social ao se entrelaçar com o poder administrativo/político, sendo o primeiro condição necessária, ou facilitadora, ao segundo, relação que colocamos em destaque no recorte a seguir: “adquiriu uma área de terras (rural) para loteamento urbano [poder financeiro], com a intenção de fundar uma cidade” [poder administrativo/político].

A origem do nome *Astorga* é um pouco difusa, incertezas que são veiculadas pela própria página virtual da prefeitura do município. Uma delas, um pouco mais incomum, confere um teor mais fabular e curioso à cena de nomeação. A outra é coerente ao referencial do *religamento*.

Há duas versões para justificar o nome dado ao município. A primeira é de que o nome *Astorga* foi dado pelo engenheiro e agrimensor russo, Wladimir Babkov, que chegou ao Brasil na década de 30 e prestou serviços para a Companhia de Terras Norte do Paraná. O nome *Astorga*, segundo Wladimir

---

<sup>74</sup> Disponível em: <<http://cmnovatebas.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2020

Babkov, foi escolhido após girar um globo terrestre e parar com o dedo indicador sobre o nome Astorga, município da Espanha, na província de Leon. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulga que a nomenclatura foi dada em homenagem à cidade natal do general Ascoot, um dos diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná, natural do Condado de Astorga, localizado na Inglaterra.<sup>75</sup>

O *website* da prefeitura do município, como ferramenta do discurso oficial sobre *Astorga*, mantém a divergência entre os discursos sobre origem do nome, não apontando qual seria o verdadeiro. O caráter pitoresco presente na cena enunciativa em que o engenheiro Wladimir Babkov nomeia o município confere singularidade à narrativa sobre o município, destoando da habitual cena de nomeação de cidades, em que uma homenagem a outra cidade é realizada. Desse modo, verificamos que a narrativa apresentada objetiva recuperar a origem do nome mesmo com imprecisões. Há o esforço em construir uma memória ligada a um discurso de origem. Origem que está em disputa entre dois países diferentes: Espanha e Inglaterra.

Sobre o enunciado *Querência do Norte*, identificamos, prontamente, uma relação de aproximação, de afetividade. Essa conjuntura exige a recapitulação dos sentidos do verbete *querência*<sup>76</sup>:

1 Lugar onde o animal foi criado ou se acostumou a pastar, para o qual volta, se dele for afastado.

2 por ext, Reg (RS) Lugar onde se nasceu e se criou; pago, rincão.

A segunda definição apresentada pelo dicionário vincula-se ao povo gaúcho, ao estado do Rio Grande do Sul, que utiliza, recorrentemente, a palavra em seu vocabulário.

Em 1950, Carlos Antônio Franchelo e Ângelo Bortolli, da Companhia Colonizadora Brasil-Paraná Loteamentos S.A., resolveram lotear extensa gleba na região. **O núcleo foi denominado Querência do Norte, sendo habitado por famílias sulistas. O nome do município foi dado pelos colonizadores em homenagem aos pioneiros, na maioria providos do Estado do Rio Grande do Sul.** (FERREIRA, 2006, p. 252, grifos nossos).

---

<sup>75</sup> Disponível em: <<http://www.astorga.pr.gov.br/historico>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

<sup>76</sup> Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.

Dessa forma, temos em *Querência do Norte*, uma expressão nominal que condensa enunciados do Rio Grande do Sul, os quais enaltecem o lar, a família, a origem, caracterizando todo um espaço de sentimento, apreço e apego. *Do norte* demarca a diferença<sup>77</sup> entre esta *Querência* norte-paranaense e outras cidades homônimas que possam existir, singularizando o lugar.

*Cidade Gaúcha* é outro enunciado que retoma o estado do Rio Grande do Sul e seu povo, componentes que são constituintes na significação do município paranaense. Essa nomeação também nasceu com um propósito publicitário, como é possível verificar nos recortes a seguir:

- 1) Em 1952, a Imobiliária Ypiranga de Boralli & Held planejou e executou a colonização do local que, **com o intuito de atrair famílias da região Sul do Brasil, denominou o município de Cidade Gaúcha.**<sup>78</sup> (Grifos nossos).
- 2) A empresa escolheu estrategicamente a denominação Cidade Gaúcha, cujo **intuito era atrair famílias vindas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.** O ardid funcionou e poucos foram os povoadores, que não os da zona meridional. (FERREIRA, 2006, p. 86, grifos nossos).

Acompanhemos, agora, a história que norteia a nomeação de *Sabáudia*:

- 1) Sabáudia teve sua origem no patrimônio do mesmo nome fundado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. **O nome dado ao município é mesmo de uma cidade da Itália, e teve por objetivo atrair colonos italianos, com os quais aquela Companhia Imobiliária desejava formar um núcleo colonial,** o que de fato ocorreu por volta de 1950.<sup>79</sup> (Grifos nossos).
- 2) Sabáudia é nome dado pelo engenheiro Wladimir Babkov, da Companhia de Terras e se constituiu em **homenagem a homônima cidade italiana, fundada pelo governo fascista** e assim denominada em veneração à Casa de Sabóia (Sabaudia em latim medieval). (FERREIRA, 2006, p. 271, grifos nossos).

---

<sup>77</sup> Sobre a perspectiva *do diferencial*, verificar subseção 4.3 – *Da Refundação e do Diferencial*.

<sup>78</sup> Disponível em: <<http://www.cidadegaucha.pr.gov.br/site/sobre>>. Acesso em 10 out. 2020.

<sup>79</sup> Disponível em: <<http://sabaudia.pr.gov.br>>. Acesso em 20 out. 2020.

No *site* da prefeitura do município, o texto explicativo informa que o nome foi escolhido para atrair compradores italianos, valendo-se do seu sentimento de pertença. O empreendimento foi bem sucedido. Verificamos que há, também, um outro memorável recortado pelo nome, conforme pode ser observado na narrativa (2). A cidade italiana – da qual a *Sabáudia* paranaense toma emprestado o nome – é símbolo do fascismo, movimento político de caráter ultranacionalista e totalitário, em que os ideais democráticos são desprezados e qualquer oposição ao governo é violentamente reprimida. A análise desse nome nos faz refletir sobre a dimensão identitária existente entre os colonos do município paranaense e a doutrina fascista, assim como o posicionamento político da CTNP.

**Figuras 11 e 12 – Símbolos oficiais do município de Sabáudia**



**Fonte:** Secretaria de Estado da Educação do Paraná  
Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/galeria/listaCategorias.php>>.  
Acesso em: 10 out. 2020

O *site* da prefeitura não traz explicações sobre os símbolos municipais. Também, não faz menção à cidade construída pelo Racionalismo Italiano – corrente arquitetônica baseada na ideologia fascista – apagando essa referência. No entanto, nessas representações oficiais, há componentes que remetem ao regime autoritário liderado por Benito Mussolini: a exaltação ao patriotismo, com as cores verde e amarela; a cruz de Savoia, elemento na cor branca sobre fundo vermelho, em uma das interpretações, assume o sentido de apologia à guerra, discurso militar e beligerante, de que para se alcançar a paz (branco), é indispensável sangrar (vermelho).

A cruz de Savoia<sup>80</sup> inspira, também, sentidos relacionados a “dar o sangue”, “lutar por um ideal”, esforçar-se, empenhar-se e, ainda, segue sendo empregada em instituições desportivas. Outro detalhe, que direciona nossa leitura sobre as designações de *Sabáudia*, está no verde presente na bandeira, cor partilhada pela Ação Integralista Brasileira (AIB) em seus uniformes (FAGUNDES, 2012). A AIB foi um movimento político brasileiro de extrema direita, ultranacionalista, religioso e conservador, inspirado no fascismo italiano, que teve muitos adeptos no Paraná na década de 1930<sup>81</sup>. A aparência da bandeira, sem adornos, dialoga, também, com a estética pragmática da Arquitetura Racionalista. Com quatro listras verdes e quatro listras brancas, a flâmula foi desenhada com respeito à proporção, ao equilíbrio das formas e cores utilizadas. O visual retilíneo é hegemônico.

*Sabáudia* como nome de distrito já existia desde 1947, tornando-se município em 1955. Apesar de a Aliança Brasileira Integralista, oficialmente, ter sido dissolvida em 1937, seus ideais ainda permaneceram na esfera política, princípios que podem ter norteado a nomeação da cidade. Gostaríamos de enfatizar que não detemos o monopólio da interpretação dos sentidos. Nosso papel é o de analisar os sentidos possíveis e como a designação é construída, pois os nomes podem assumir sentidos diversos, mas não qualquer sentido.

Dando continuidade ao estudo dos nomes que retomam o memorável do religamento, enxergamos um aspecto presente no acontecimento de nomeação de alguns municípios: o nome como técnica de *marketing*. Para fins comerciais, utilizados como instrumentos de pertencimento, um número expressivo de cidades foi nomeado, inspirando intimidade e confiança entre comprador e vendedor:

---

<sup>80</sup> Definição disponível em: <<https://www.dicionariodesimbolos.com.br/cruz-savoia/>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

<sup>81</sup> Em *A Instalação da província paranaense da AIB*: do “início esquecido” à fundação oficial (1932-1934), o historiador Rafael Athaides afirma: “No decorrer daquele ano [1935], a Ação Integralista intensificaria a propaganda, multiplicando suas estratégias de ação na capital e no interior. Ao cabo de 1935, cerca de 10.000 paranaenses se encontravam filiados à AIB, numa multiplicação em quase 4 vezes do número de adeptos do ano anterior. Os núcleos fora da capital foram consolidados em pelo menos três regiões: no Litoral, no Sul e no Centro, ao passo que, em meados do ano, se iniciava a instalação e solidificação de núcleos no Norte pioneiro e no extremo Oeste, em direção a Foz do Iguaçu.” (ATHAIDES, 2011, p. 16).

O objetivo de fazer consumir é melhor satisfeito pela via da emoção, enquanto elemento que relativiza, esvazia o grau de distanciamento entre anunciante e consumidor, permitindo que coexistam o público e o particular/pessoal. (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

Sobre as expressões nominais *Querência do Norte*, *Cidade Gaúcha* e *Sabáudia*, é importante ressaltar que nesses três acontecimentos de nomeação, aquele que nomeia fala do lugar do locutor-colonizador/empresarial. Dessa maneira, esse grupo de nomes além de ser constituído pelo referencial do religamento, ecoa um forte discurso publicitário, o qual se vale do sentimento dos futuros colonos pela sua terra de origem. O apelo emocional é uma prática frequente no universo da publicidade, que busca a aproximação com o interlocutor e sua persuasão a adquirir os produtos anunciados, que, neste caso, são lotes de terras.

#### 4.5 DAS HOMENAGENS

**Norte Velho ou Pioneiro:** Bandeirantes, Carlópolis, Conselheiro Mairinck, Cornélio Procópio, Joaquim Távora, Leópolis, Siqueira Campos, Wenceslau Braz, Tomazina.

**Norte Novo:** Borrazópolis, Cândido de Abreu, Doutor Camargo, Godoy Moreira, Lidianópolis, Lobato, Lunardelli, Lupionópolis, Manoel Ribas, Marialva, Munhoz de Melo, Prado Ferreira, Presidente Castelo Branco, Rolândia.

**Norte Novíssimo:** Altônia, Francisco Alves, Jardim Olinda, Jussara, Loanda, Maria Helena, Marilena, Nova Olímpia, Paranacity, Pérola, Rondon.

Estas nomeações nascem em uma cena enunciativa que exalta, de alguma forma, personalidades que foram célebres na história local, regional ou nacional. Dentro deste agrupamento de nomes, também, encontram-se pessoas que foram lembradas por serem familiares ou por ocuparem alguma posição social de destaque na época da nomeação. A homenagem é um tipo de nomeação que demarca a diferença entre os cidadãos, aqueles que, de acordo com o Locutor, merecem dar nome a divisões administrativas e os outros, cidadãos comuns.

Esses fatores orientaram a nomeação de municípios, constituindo-se como memoráveis recortados por sujeitos autorizados a nomear.

De todo modo, para um país, em Estado, uma nação, não basta existir. É preciso ser dito como existente em um discurso que, pelo fato mesmo de dizer, o/a institui. E quem o diz tem de estar em posição-sujeito capaz de realizar este gesto de fundação, além de prescrever as condições da fundação. São ordens. (ORLANDI, 2011b, p. 103).

A respeito dos nomes *Jardim Olinda*, *Maria Helena*, *Marilena*, *Nova Olímpia* e *Pérola*, podemos dizer que esses enunciados materializam homenagens às familiares, que podem ser: esposas, mães e filhas de diretores e/ou donos das empresas colonizadoras. O que nos mostra que ao ato de nomear uma cidade não pode ser assumido por qualquer pessoa. Aqueles que estão autorizados a nomear são sujeitos específicos, que ocupam uma posição social notável, a qual legitima a atuação desses sujeitos. Por isso, é comum que essas nomeações reproduzam o discurso elitista da época, das famílias mais ricas. Como podemos verificar nos fragmentos de texto a seguir, que explicam a origem dos nomes dos referidos municípios:

#### **Jardim Olinda**

O nome dado ao patrimônio foi **homenagem à esposa de um dos fundadores da localidade de nome Olinda**. Foi acrescentado o termo Jardim, para diferenciá-la da cidade de Olinda / PE. (FERREIRA, 2006, p. 162, grifos nossos).

#### **Maria Helena**

Em 1947 o Sr. Moacir Loures Pacheco proprietário da colonizadora do Paraná Ltda., conseguiu oficializar junto ao governo como de sua propriedade as terras, que hoje constituem o município de Maria Helena. **O nome foi escolhido pelo Sr. Moacir e seu sócio Sr. Mário de Aguiar Abreu, uma homenagem à filha deste último.**<sup>82</sup> (Grifos nossos).

#### **Marilena**

O nome dado à localidade foi em **homenagem a Maria Helena Volpato, esposa do Sr. José Volpato, diretor da Empresa Colonizadora Marilena.**<sup>83</sup> (Grifo nosso).

#### **Nova Olímpia**

Em 1959, ao chegar ao local, Moacir Loures Pacheco encontrou apenas a mata virgem, providenciando, de imediato, os primeiros trabalhos de medição e demarcação dos terrenos, com vistas à organização de um núcleo de colonização, **o qual denominou Olímpia, em homenagem à sua mãe, Sra. Olímpia Loures Pacheco.** [...] Como o patrimônio não progredia no local onde foi iniciado, foi acertada a transferência do aglomerado urbano para região onde eram oferecidas melhores condições de desenvolvimento,

---

<sup>82</sup> Disponível em: <<https://www.mariahelena.pr.gov.br>>. Acesso em 15 de fev. 2020.

<sup>83</sup> Disponível em: <<http://marilena.pr.gov.br/historico/>>. Acesso em: 16 nov. 2020.

o qual passou a denominar-se então Nova Olímpia. Desfez-se a ideia de que o termo “Nova”, aplicado à localidade fosse simplesmente para diferenciá-la da cidade homônima de Olímpia, no Estado de São Paulo. (FERREIRA, 2006, p. 208-209, grifo nosso).

#### **Pérola**

O nome dado à cidade de Pérola é uma **homenagem à ilustre Senhora Pérola Ellis Byington, mãe de Alberto Jackson Byington Júnior**, filho do industrial paulista fundador da Colonizadora.<sup>84</sup> (Grifos nossos)

O enunciado *Marilena* é forma aglutinada de *Maria Helena*, nome este que já designava outro município desde 1947. A pequena diferenciação forma um novo nome, que, ao mesmo tempo em que se aproxima, se distingue da nomeação original. Este conjunto de nomeações que enunciam nomes de mulheres expõe que, por algum momento, a mulher foi foco no processo de nomeação de cidades na região norte do Paraná. A constituição de sentidos que originou tais homenagens ocorreram a partir de uma relação tomada na história, reproduzindo costumes e pensamentos da época.

Neste momento, destinamos nossa atenção a um grupo de enunciados que dizem nomes próprios de pessoa e que nomeiam cidades. Essas construções nominais exaltam a história nacional, por meio de um olhar patriótico beligerante, de domínio e força.

#### **Cornélio Procópio**

A origem do nome da cidade, veio da pessoa do **Coronel Cornélio Procópio de Araújo Carvalho, figura de destaque no Império durante o final do último século**. O coronel foi o patrono da Estação do então Km 125, sendo este, o marco de toda a expansão desta região. O Coronel, falecido em 1909, deixara nove filhos, entre os quais Maria Albina Procópio Junqueira, casada com Francisco da Cunha Junqueira, dono da Gleba Laranjinha, o qual homenageou-o dando seu nome à cidade [...].<sup>85</sup> (Grifo nosso)

#### **Joaquim Távora**

Trata-se de homenagem ao tenente Joaquim Távora, **irmão do revolucionário Juarez Távora e um dos líderes da Revolução de 1924**, em São Paulo, morto durante os combates. (FERREIRA, 2006, p. 164, grifo nosso)

#### **Siqueira Campos**

Isto em **homenagem ao bravo militar, Tenente Antonio Siqueira Campos**, natural de Rio Claro – São Paulo, o heroico sobrevivente do

---

<sup>84</sup> Disponível em :<http://www.perola.pr.gov.br>. Acesso em 17 out. 2020.

<sup>85</sup> Disponível:<http://www.cornelioprocopio.pr.gov.br>. Acesso em: 18 nov. 2020

Levante dos 18 do Forte de Copacabana, falecido em um desastre de avião em 10 de maio de 1930.<sup>86</sup>

#### **Wenceslau Braz**

O nome da cidade é em homenagem a Wenceslau Braz, que foi Presidente do Brasil (1914-1918), Ministro do Interior, Presidente do Estado de Minas Gerais. Wenceslau Braz nasceu em Itajubá, Minas Gerais, em 1868, e faleceu em 15 de maio de 1966. **Em seu governo resolveu-se a Questão do Contestado, entre os governos do Paraná e Santa Catarina.** (FERREIRA, 2006, p. 335, grifo nosso)

#### **Presidente Castelo Branco**

O nome da cidade é homenagem a Humberto de Alencar Castelo Branco, **marechal do Exército que se transformou no primeiro presidente do Brasil após o golpe militar** de 1964 e 29º presidente brasileiro. (FERREIRA, 2006, p. 247, grifo nosso)

A homenagem por meio da nomeação, é mais do que um gesto de diferenciação entre um município e outro, ela integra a organização de uma memória para esse lugar a partir de cidadãos renomados – conforme recorte do Locutor – nesse caso, militares, que tiveram seus nomes gravados na história do Brasil, os quais foram deslocados para nomear divisões administrativas.

Mais um enunciado que, ao nomear um município, diz um nome de pessoa é *Jussara*. A palavra possui étimo indígena, mas recorta como memorável a homenagem a uma Miss Brasil, como podemos observar a seguir:

Origina-se do tupi " Juçara" ... espécie de palmeira (*Euterpe edulis* Mart). [...] Jussara foi fundada pela Companhia de Terras Norte do Paraná. A denominação da cidade surgiu em 1952, se constituindo em homenagem à então Miss Brasil Jussara Marques, mulher de rara beleza. (FERREIRA, 2006, p. 165).

No entanto, a narrativa anterior não é a única existente sobre a nomeação da cidade. O *site* da câmara de vereadores (o da prefeitura não traz a origem do nome) apresenta a seguinte justificativa:

Daí foi que surgiu o município de JUSSARA, cujo nome se deu devido à grande ocorrência na região, do palmito branco (*Euterpe*), vulgarmente conhecido pelo nome de Jussara.

---

<sup>86</sup> Disponível em: <<http://siqueiracampos.pr.gov.br>>. Acesso em :10 nov. 2020.

Vemos, então, o entrecruzamento de enunciações que constituem os sentidos do nome *Jussara*: o étimo indígena, o movimento metonímico, a homenagem à *miss*. Apesar de um órgão oficial do município eleger qual discurso deve ser estabilizado, outras narrativas ainda concorrem com a que foi definida como oficial. Pensando no memorável da homenagem à *miss*, verificamos que dentre os outros municípios que são identificados por nomes de personalidades da época, somente os homens são “donos” de um sobrenome. Assim como os nomes de mulheres, os quais retomam o âmbito familiar – e que analisamos anteriormente nesta subseção – *Jussara* não contempla em sua nomeação como município o sobrenome da possível homenageada, o que desfaria o conflito entre as narrativas.

O enunciado *Manoel Ribas* faz referência ao interventor que governou o estado do Paraná entre 1932 e 1945.

#### **Manoel Ribas**

A região onde surgiu o município de Manoel Ribas era habitada pelos índios Kaingang, donos e senhores absolutos das terras que hostilizavam a entrada dos povos brancos no sertão inóspito. Nesta época Manoel Ribas era chamado de Campina do Corumbataí, nome dado pelos índios. Os desbravadores travavam lutas contra os aborígenes, conquistavam espaços e formavam lavouras para a sobrevivência. [...] Em 1954, a localidade de Campina Alta, então distrito de Pitanga, fazia por merecer sua elevação a município e, através de uma organização política de seus moradores, com seu objetivo alcançado em 5 de julho de 1955, através da Lei Estadual nº 2398, com a nova denominação de Manoel Ribas, homenagem ao Interventor do Paraná, que durante 13 anos comandou a política do Estado.<sup>87</sup>

O acontecimento de nomeação do município de *Manoel Ribas* é permeado por uma disputa agressiva entre os colonizadores e os povos originários que habitavam a região. A violência sofrida pelos nativos encontra-se marcada, também, no processo de renomeação pelo qual o território passa, tentando apagar a história desse povo que nomeava a terra como *Campina de Corumbataí*. A etnia *Kaingang* foi vítima tanto de violência física quanto de violência simbólica.

Sobre as palavras de origem indígena que compõem a língua portuguesa e a marginalização à qual esses povos foram sistematicamente submetidos, Guimarães (2014, p. 54-55) argumenta:

---

<sup>87</sup> Disponível em: <<http://www.manoelribas.pr.gov.br>>. Acesso em 18 nov. 2020.

São enunciações que irrompem na enunciação do falante da língua portuguesa, no momento mesmo em que uma enunciação na língua indígena é significada como existindo e, ao mesmo tempo, é excluída [...] Ou seja, instala-se uma distribuição política das línguas para os falantes, mas os falantes determinados pelas línguas não-contadas continuam a falar nessas línguas e elas afetam a língua dominante politicamente no espaço de enunciação.

A violência simbólica, perceptível pelo elemento linguístico, ainda persiste no discurso reverberado pela página virtual da prefeitura do município, validando a brutalidade com que tudo aconteceu. A escolha lexical realizada para construir o texto explicativo sobre a origem do nome coloca os indígenas como hostis, sendo que quem invadia a terra era o não indígena. A perda da luta contra o colonizador reflete-se, também, na perda do nome que haviam designado para sua terra. O não indígena vence e renomeia o lugar, tomando por referente um personagem ilustre da política paranaense. Ao apagar o nome, apaga-se a história, a existência de todo um povo: “Exclui-se o nome, excluem-se os falantes da língua”. (GUIMARÃES, 2014, p. 53)

No artigo “Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano”, de 2003, Guimarães ressalta a heterogeneidade das materialidades significantes presentes no cenário urbano e como esses elementos, em constante relação, movimentam sentidos:

A Cidade é um espaço cada vez mais habitado por palavras. São placas sinalizadoras de direção, **de nomes de rua**, outdoors, folhetos distribuídos por toda parte, anúncios em alto falantes, música de variado tipo, luminosos de estabelecimentos comerciais de toda espécie. Podemos dizer que nesse conjunto tão heteróclito de materiais de linguagem tem lugar decisivo o que chamamos de designação. (GUIMARÃES, 2003b, p.53, grifo nosso).

O documentário *O silêncio dos outros* (2018) – dirigido por Almudena Carracedo e Robert Bahar, produzido por Pedro Almodóvar – retrata a luta das vítimas da ditadura franquista. O general Francisco Franco governou por quase quarenta anos a Espanha, submetendo o povo a um regime totalitário, nos moldes nazifascistas. Uma cena marcante no documentário revive um momento de grande comoção, em 2015, o Parlamento da Comunidade Autônoma de Madri,

invocando a Lei de Memória Histórica<sup>88</sup>, aprova a lei que altera os nomes de logradouros que homenageiam o período ditatorial vivido pelo país.

José María Galante Serrano<sup>89</sup>, ativista pró-direitos humanos e uma das vítimas, comemora a decisão. Sua emoção é legítima: a rua em que vivia tinha o mesmo nome de um dos generais de Franco. Galante continuava a sofrer violência – desta vez, simbólica, marcada na/pela língua – à qual foi obrigado a se submeter, dia após dia, durante anos, mesmo após o fim da ditadura no país. A mudança proposta pela lei só foi efetivada em 2018, ano em que as placas foram substituídas.

Saindo um pouco do âmbito do documentário, mas ainda pensando sobre a renomeação de espaços públicos na Espanha, medida diferente foi tomada pela cidade de A Corunha, na Comunidade Autónoma da Galiza, também inspirada pela Lei de Memória Histórica. Lá, a renomeação de logradouros aconteceu, mas com uma particularidade. As placas foram trocadas, mas uma placa menor foi colocada abaixo do letreiro principal, constando o nome anterior e a observação em galego: “retirado para a debida restauración da memoria histórica”.

Compreendemos, assim, que o processo de renomeação dos casos apresentados deixa de exaltar esse passado em que tantas pessoas sofreram e ainda sofrem. Há outros “heróis”, mais coerentes aos princípios de uma nação democrática, aos quais as homenagens fazem mais sentido. Os logradouros madrilenhos, que antes enunciavam nomes de figuras ditatoriais, passam a dizer nomes relacionados à cultura, como escritores, poetas e professores. Com a renomeação, temos o apagamento da exaltação da memória franquista e a ressignificação da história do próprio país.

Os logradouros galegos, com uma interpretação diferente da madrilenha, ao não se desfazerem das placas, promovendo uma “convivência” entre os dois nomes, organizam um movimento de nomeação em que se busca reescrever a memória, e não apagá-la. Fato é que tanto o modelo madrilenho quanto o modelo

---

<sup>88</sup> A Lei 52 de 26 de dezembro de 2007, popularmente conhecida como Lei de Memória Histórica, reconhece e amplia direitos das vítimas que sofreram perseguição ou violência durante a guerra civil (1936-1939) e a ditadura do general Francisco Franco (1939-1975).

<sup>89</sup> Mais conhecido como Chato Galante, foi um famoso ativista madrilenho anti-franquista e ex-presos político. Nasceu em 27 de abril de 1948 e faleceu em 28 de março de 2020, vítima da Covid-19.

galego de renomeação de logradouros mostram que o discurso ditatorial franquista não cabe mais na Espanha da atualidade.

No artigo “O historiador e a metáfora”, André Joanilho analisa a escrita da história pelo conceito de metáfora em uma perspectiva enunciativa. Em um momento do texto, o autor afirma: “Mudamos e o nosso passado muda. No caso da história há as relações sociais que se constituem e desfazem ao longo do tempo”. (JOANILHO, A., 2014, p. 238). As observações feitas pelo autor contribuem para que compreendamos como a mudança do pensamento dominante das sociedades não orienta apenas o presente, mas também a maneira como significam o passado.

O pronunciamento de Íñigo Errejón<sup>90</sup> no Congresso dos Deputados do país ratifica esse pensamento: “Vivemos em uma democracia, uma democracia só honra aos democratas. Portanto, um governo democrático deve saldar essa dívida e garantir que não se honre os que torturaram os democratas, simples assim”.<sup>91</sup>

Mobilização parecida contra essa memória pró-ditadura tem se fortalecido em várias cidades brasileiras. Inúmeros projetos de leis tramitam nas câmaras de vereadores, na tentativa de que tais nomeações sejam substituídas. A luta é grande, mas nem sempre a renomeação se efetiva. A maior metrópole de nosso país, São Paulo, renomeou alguns espaços públicos que celebravam nomes ligados à ditadura militar, de acordo com o texto “Mesmo após debates, SP mantém nomes de ruas que lembram agentes da ditadura”, veiculado pelo site de notícias *Agência Brasil*, em 09 e setembro de 2017:

Mesmo após diversos esforços e debates, a cidade de São Paulo mantém pelo menos 20 nomes de ruas, avenidas ou praças que homenageiam pessoas que cometeram violações de direitos humanos durante a ditadura militar (1964-1985). Em 2015, a prefeitura chegou a lançar um programa para substituir o nome dos agentes e colaboradores do regime. No entanto, apenas duas ações foram finalizadas. Atualmente, a Secretaria Municipal de

---

<sup>90</sup> Íñigo Errejón Galván, cientista político espanhol, atualmente, é deputado pelo partido *Más País*.

<sup>91</sup> Tradução nossa. No original: “*Vivimos en democracia, una democracia solo honra a los demócratas. Y por tanto, un gobierno democrático tiene que saldar esa deuda y garantizar que no se honra a quienes torturaban a los demócratas, tan sencillo como eso*”. Disponível em: [https://www.lasexta.com/noticias/nacional/que-padre-menos-espanol-enfado-errejon-ciudadanos-cuenta-retirada-medallas-billy-nino\\_202006105ee141eedf27f500019ce43c.html](https://www.lasexta.com/noticias/nacional/que-padre-menos-espanol-enfado-errejon-ciudadanos-cuenta-retirada-medallas-billy-nino_202006105ee141eedf27f500019ce43c.html). Acesso em: 10 out. 2020

Direitos Humanos informou que não há proposta do Executivo para promover esse tipo de alteração. Há, entretanto, alguns projetos de autoria de vereadores em tramitação na Câmara Municipal. Em 2015, o nome do Elevado Costa e Silva foi trocado para Elevado João Goulart. Assim, a via que faz ligação da região central com a zona oeste deixou de ter o nome do segundo presidente do regime ditatorial para homenagear o presidente deposto no golpe de 1964. O nome da Avenida Golbery do Couto e Silva, na zona sul, foi mudado para Rua Giuseppe Benito Pegoraro. Golbery foi braço direito do primeiro presidente militar, Castelo Branco. Já Pegoraro foi um padre italiano que teve forte atuação na região do Grajaú.<sup>92</sup>

O repensar sobre as homenagens a personalidades históricas, também é objeto de estudo daqueles que se ocupam da língua(gem). No artigo “De Domingos Jorge Velho a Zumbi dos Palmares: uma análise semântico-enunciativa da nomeação e renomeação de uma rua”, publicado em 2016, o pesquisador Anderson Braga do Carmo investiga a produção de sentidos e o processo de ressignificação do espaço urbano pela renomeação de uma via pública na cidade de São José do Rio Preto.

O autor traça um percurso investigativo relevante, mostrando as designações mobilizadas por gestos de nomeação e renomeação em que duas figuras antagônicas de nossa história entram em embate: o bandeirante escravagista Domingos Jorge Velho e o famoso líder quilombola Zumbi dos Palmares. E, ao fim de sua análise, conclui: “um nome nunca nos diz tudo sobre o objeto que refere” (CARMO, 2016, p. 77), visto que “aquilo que um nome designa permite, em enunciações distintas, identificar um mesmo nome de formas dissemelhantes” (CARMO, 2016, p. 77). Sobre esta última frase do autor, acrescentamos que um nome, em diferentes enunciações, pode produzir sentidos distintos para um mesmo referente. A designação constitui-se, dessa forma, como uma relação semântica oscilante, movediça.

Em Londrina, os movimentos sociais que buscam o resgate e valorização da cultura negra na cidade também reivindicaram a renomeação de uma via pública – que rememora uma história nacional, presente em espaços urbanos de inúmeras cidades brasileiras – a avenida Duque de Caxias. A reportagem “Yá

---

<sup>92</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-09/mesmo-apos-debates-sp-mantem-nomes-de-ruas-que-lembram-agentes-da>>. Acesso em: 14 out. 2020.

Mukumby<sup>93</sup> substituiu Duque de Caxias em avenida de Londrina”, veiculada na página virtual do *Portal Bonde*<sup>94</sup>, dá visibilidade à questão:

Integrantes do Levante Popular da Juventude substituíram as placas da avenida Duque de Caxias, em Londrina, pelo nome da líder religiosa Yá Mukumby, em protesto para lembrar o dia da Consciência Negra. O feriado, aprovado em 2009 pela Câmara de Vereadores, foi suspenso em 2013 por ação direta de inconstitucionalidade movida pela Federação da Indústria do Estado do Paraná (FIEP). Vilma dos Santos de Oliveira, líder do movimento negro em Londrina, foi morta a facadas dentro de casa em agosto de 2013, aos 63 anos. "Entendemos esta data como necessária para lembrar a luta do povo negro em busca de direitos iguais. Duque de Caxias foi responsável por dizimar quilombos, e não nos sentimos representados por ele, assim como outros ditadores e torturadores que nomeiam ruas da cidade", afirma a estudante de Direito Joyce Bueno, integrante do Levante Popular da Juventude. "Dona Vilma foi precursora em discutir políticas como as cotas raciais. Ela enquanto mulher, negra e líder religiosa de uma matriz africana representa muito mais o povo. Não é admissível que ditadores sejam tratados como heróis enquanto pessoas que lutam por uma sociedade mais justa caíam no esquecimento", completou a estudante.

No mural do *Facebook* do Levante Popular da Juventude, a publicação realizada em 20 de novembro de 2015, dia da Consciência Negra, destacou, também, a intervenção urbana realizada, reforçando a necessidade de renomeação da avenida. Com o intuito de esclarecer e informar a população, foi apresentado um texto, do qual extraímos o trecho a seguir. A foto, também, acompanha a publicação original:

---

<sup>93</sup> Segundo a pesquisadora Maria Nilza da Silva: “A Universidade Estadual de Londrina, em 2003, começou o debate sobre ações afirmativas, motivada pela demanda do Movimento Negro da cidade que, acompanhando a tendência nacional, solicitou à administração da UEL a implantação do sistema de cotas. Cabe destacar o papel importantíssimo de Dona Vilma, liderança negra, admirada por muitos, com imensa capacidade de articulação que, realizou em sua residência a primeira reunião sobre o tema. A partir de então, o debate e a mobilização pela implantação das cotas na UEL ganharam visibilidade. Naquele momento, a luta foi-se consolidando e culminou na adoção do sistema de cotas pela Universidade em 2004, com o primeiro vestibular em 2005.” (SILVA, 2014, p. 2019). Em 2014, Maria Nilza da Silva juntamente com Jairo Queiroz Pacheco organizou a obra *Dona Vilma: cultura negra como expressão de luta e vida*, editada pela UEL e disponibilizada em formato digital no endereço: <[http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20\(atualizacao%20do%20site\)/Justiniano%20Climaco%201%20ed.pdf](http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20(atualizacao%20do%20site)/Justiniano%20Climaco%201%20ed.pdf)>.

<sup>94</sup> *Yá Mukumby substituiu Duque de Caxias em Avenida de Londrina*, publicada em 20 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/ya-mukumby-substituiu-duque-de-caxias-em-avenida-de-londrina-392615.html>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

A cidade é um espaço do povo, construído coletivamente pelos diversos sujeitos que a compõe, por isso, é inaceitável que nomeemos um espaço que é do povo em referência a um homem que dizimou a luta pela igualdade. Os heróis do povo negro morreram lutando pela liberdade e justiça e nunca são lembrados. Não nomeiam ruas, nem escolas, nem aparecem nos livros. O dia 20 de novembro para nós, população negra e Movimentos Sociais, é o dia de relembrar a luta das negras e dos negros, que historicamente perseguem a libertação e a condição de viverem com dignidade. Para os gestores e empresários de nossa cidade, esse dia não passa de uma data comercial, tanto é que o feriado da “Consciência Negra” foi derrubado. Outros Duques de Caxias ainda nos rodeiam, nos perseguem, nos matam, nos encarceram.

**Figura 13** – Placa com a renomeação *Yá Mukumby*



**Fonte:** Mural do Facebook do Levante Popular da Juventude

Disponível em: <https://www.facebook.com/levantepopulardajuventude/posts/1041665689232318/>

Esse deslocamento em nossa análise, refletindo sobre os episódios de renomeação, serviu para pensarmos sobre como se deu a mudança de nome do lugar que veio a se chamar *Manoel Ribas*. Como a renomeação é um processo que pode apagar um passado, sobrepondo enunciações e construindo outras histórias, vemos que tanto nos espaços espanhóis quanto nos espaços brasileiros – com personagens e temporalidades diferentes – são enunciadas histórias de vítimas de subjugamento. Sentimentos de humilhação e sofrimento que também ecoam pela enunciação de *Manoel Ribas* como nome de cidade.

Sobre o Brasil, ao longo de nossa história como nação, a cultura europeia imposta aos habitantes que já viviam aqui fez com que o nativo fosse o "outro" e o português fosse o "centro", sinônimo do que "é bom e civilizado". A identidade indígena, arquitetada sempre como *selvagem*, já decorre do período colonial: o europeu colonizador é o padrão a ser seguido e o sujeito indígena está fora desse padrão: ele não é visto como civilizado.

Essa identidade foi fabricada pelo discurso do colonizador e ocorre por gestos de silenciamentos. Se me refiro ao indígena como *selvagem*, silêncio que ele não é civilizado. Se o indígena diz *branco*, ele silencia *aquele que não é indígena, aquele que se apropriou das terras indígenas*. Sobre o silêncio, como significação, esquadrinha Orlandi (2008, p. 59-60):

O silêncio trabalha os limites das diferentes formações discursivas; ou seja, o jogo do dizer é regido pelas relações entre as diferentes formações discursivas. Cada formação define "o que pode e dever ser dito numa conjuntura dada, a partir de uma certa posição do sujeito" (Fuchs/Pêcheux, 1975). Relativamente à política do silêncio - e, em consequência, ao poder-dizer -, esse jogo entre as formações discursivas entra como uma retórica do anti-implícito, ou seja: se diz "x" para silenciar "y", este sendo, como já dissemos, o sentido indesejável, descartado, que se inscreveria em "outra" formação discursiva. O "y" representa então o não-dito, necessariamente excluído do dito. É assim que se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam fazer funcionar o trabalho significativo de uma outra formação discursiva. Esse silêncio trabalha os limites das formações discursivas, determinando, conseqüentemente, as margens do dizer.

A pesquisadora, ainda, aponta que um dos níveis que compõem a política do silêncio consiste na "política do silêncio em geral: o que é preciso não dizer para poder dizer." (ORLANDI, 2008, p. 60). Com esse nível em funcionamento, um dos mecanismos utilizados é a nomeação, procedimento que nos interessa.

Inserindo, assim, essa discussão proposta por Orlandi na análise do movimento de renomeação de *Campina de Corumbataí* para *Manoel Ribas*, entendemos que essa política se anuncia. Ao renomear, silêncio a influência e apago a história indígena do lugar, possibilitando outros sentidos, outras narrativas, que se afastam da original. Desse modo,

[...] o mecanismo do silenciamento é um processo de contenção de sentidos e de asfixia do sujeito porque é um modo de não permitir que o sujeito circule pela diferentes formações discursivas, pelo seu jogo. Com o apagamento de sentidos, há zonas de sentido, e, logo, posições do sujeito de que ele não pode ocupar, que lhe são interditas. No caso do discurso

da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas (com seus estatutos e sentidos) que o colonizador ocupa. Mais do que isso, é a partir das posições do colonizador que são projetadas as posições possíveis (e impossíveis) do colonizado. Seu dizer está assim predeterminado pela posição do colonizador. Mas se, de um lado, o silêncio serve para pôr em funcionamento o apagamento de sentidos, ele serve também para produzir a resistência. Em uma fala (a do colonizador) já vem o que o outro não pode falar, e assim conseguimos, mediante a explicitação desses processos de significação, trazer para o jogo da linguagem o “silenciado”. Para isso, é preciso sempre se observar: o que o colonizador não está dizendo quando está dizendo “x”? (ORLANDI, 2008, p. 60-61).

Nessa perspectiva, a analista de discurso, novamente, cita algo bastante oportuno sobre esses silenciamentos: "Esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos. E se produz pelos mecanismos mais variados, dos quais a linguagem, com a violência simbólica que ela representa, é um dos mais eficazes." (ORLANDI, 2008, p. 66).

Em *Marialva*, temos a inscrição da história da cidade, assim como do Paraná, na história portuguesa. Havendo uma retomada aos tempos de colônia, em que o Brasil ainda era subordinado a Portugal.

#### **Marialva**

O nome dado à cidade é uma homenagem ao cavaleiro português D. Pedro de Alcântara de Menezes Noronha Coutinho (1713-1799) – o "Marquês de Marialva". O termo vem da língua ugarítica: "mhraby" significa "vigor paternal"; "vigor ancestral".<sup>95</sup>

Sobre a referida nomeação, outras fontes trazem informações diferentes. Ferreira (2006, p. 185), por exemplo, retoma a referência portuguesa, mas apresenta outras enunciações, uma delas, bem inusitada, como podemos constatar no excerto a seguir:

O termo “Marialva” é um decalque, que se origina da língua ugarítica “mhr aby” [mor aby], [mar avi] ... significando vigor paternal, vigor ancestral. O nome Marialva surgiu da expressão Maria Ave, na Serra de Mora, em Portugal. Moisés Espírito Santo, em *Fontes Remotas da Cultura Portuguesa*, pág. 299 (1988), escreveu o seguinte “...em frente à capela da Senhora da Misericórdia, sobre o ribeiro de Mor, existe uma fonte encimada por uma pedra em forma de brasão dividido em dois setores; um comporta

---

<sup>95</sup> Disponível em: < <https://www.marialva.pr.gov.br>>. Acesso em 19 nov. 2020.

seis falos esculpidos, com testículos; o outro setor contém a expressão "MARIA AVE". Uma pesquisa revelou que a fonte é sagrada por comportar a menção MARIA AVE, sendo que o brasão-emblema está bem conservado até os dias de hoje, porém não se pode classificar a época em que foi esculpida, possivelmente do período renascentista, copiada de outra. Nota-se a inversão MARIA AVE, ao invés de AVE MARIA, pormenor sobre o qual os habitantes do vilarejo nada dizem. Para Antônio Geraldo da Cunha, Dicionário Etimológico, pág. 502 (1998), trata-se de um adjetivo "relativo às regras de cavalgar", "bom cavaleiro", "destro cavaleiro". **Segundo depoimentos de pioneiros podemos constatar que boa parte dos munícipes acredita que o topônimo origina-se de uma antiga história local, a de que é referência a uma mulher, que residia na saída para Mandaguari e se chamava Maria dos Alves, ou Maria Alva.** O nome da cidade foi dado por Wladimir Babkov, antigo funcionário da CTNP [...] O nome da cidade é homenagem ao cavaleiro português D. Pedro de Alcântara Menezes, o 'Marquês de Marialva'. Trata-se de denominação dada pelo departamento de topografia da Companhia de Terras Norte do Paraná. O termo Marialva é topônimo em Portugal. (Grifos nossos).

A descrição apresentada pela página virtual do município, silencia e apaga a existência da personagem *Maria dos Alves/ Maria Alva*, presente nos relatos dos pioneiros e no imaginário popular dos moradores, os quais fazem circular essa narrativa mais curiosa, mas bem menos nobre. Dessa forma, observamos que o ato de nomear, viabilizado pela linguagem e fruto das relações (hierárquicas) entre os sujeitos de uma sociedade, demonstram que:

Estes sujeitos estão submetidos ao jogo e ao acaso mas também à memória e à regra. Face à imprevisibilidade da relação dos sujeitos com os sentidos, toda formação social tem formas de controle de interpretação, mais ou menos desenvolvidas institucionalmente, que são historicamente determinadas. De um lado, os fatos reclamam sentidos, de outro, os sujeitos não podem não interpretar. Eles estão condenados a significar. (ORLANDI, 2004a, p. 25).

O sertanista Marechal Cândido Rondon (1865-1958), como personalidade histórica, é o homenageado pelo Locutor que nomeia o município *Rondon*.

No ano de 1946 o Sr. Leôncio de Oliveira Cunha, colonizador de uma gleba de terras na região, iniciou a abertura da área onde hoje se acha o município de Rondon. [...] Em 1950, o povoado denominado Rondon em homenagem ao emérito civilizador do Sertão: Marechal Mariano da Silva Rondon (conhecido como Marechal da Paz e Patrono das Comunicações do Brasil de quem o Sr. Leôncio de Oliveira Cunha era admirador pelos seus trabalhos de desbravamento, da qual foi soldado e grande amigo).<sup>96</sup>

---

<sup>96</sup> Disponível em: <<http://www.rondon.pr.gov.br>>. Acesso em 20 de fev. 2020.

Os registros da historiografia significam Marechal Cândido Rondon como um homem pacífico, que buscava a conquista territorial, mas sem matar indígenas. Ele foi um dos idealizadores do Parque Nacional do Xingu e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Para contrastar essa aparente visão pacifista, Orlandi edifica a seguinte reflexão:

Historicamente, um momento importante para se observar a questão da pacificação é, sem dúvida, o da criação do SPI [Serviço de Proteção aos Índios], no começo do século XX. A passagem do Império para a República, com sua característica de descentração do poder, traz um movimento acelerado de avanço fronteiriço no país inteiro. A marcha colonizadora para o Oeste e a penetração das comissões de limites, as comissões responsáveis pela instalação de linhas ferroviárias e telegráfica, assim como as expedições etnológicas e geográficas, caracterizam esse período de extenso e profundo contato entre brancos e índios. Acontecimentos importantes vão-se dar em relação a uma cultura dita “primitiva” - e aqui entende-se o termo “primitiva” como selvagem e não como primeira - que, segundo o que parece, não tinha sido muito perturbada no fim do período colonial e nos inícios da independência. [...] a questão da criação do SPI serviu para fazer vir à tona, e se confrontarem, discursos de naturezas diversas e que configuram as relações de força e de poder instaladas na sociedade republicana em seus primórdios. Em meio a essa multiplicidade de discursos, interessa-nos mostrar como o SPI se apresenta e qual a sua função. [...] o SPI é necessário para organizar a tomada de terra e controlar a resistência indígena. Nesse sentido, diríamos que o SPI é na verdade, um serviço de controle do índio e de proteção ao branco, ou melhor, de alguns brancos. Tanto o SPI como os missionários organizam as relações com os índios; selecionam quem deve ter contato e como ele deve ser. Não se pode falar da criação do SPI sem falar em episódios de conflito entre índios e brancos. (ORLANDI, 2008, p. 71).

O nome *Bandeirantes*, assim como *Rondon*, está fortemente relacionado aos indígenas ao longo da história brasileira. *Bandeirantes* é enunciado que diz os principais responsáveis pela ocupação do interior brasileiro, exaltando ideais, como o de expansão territorial e o de dominação. Entretanto, as práticas violentas na captura de negros escravizados e, principalmente, a abordagem truculenta direcionada às populações indígenas sustentam um discurso de repressão, de intolerância, que professa sempre a superioridade de uma etnia sobre a outra.

A presença de um município que enuncia *Bandeirantes* como nome próprio rememora uma história significada como paulista, e não como paranaense. Na história e na cultura do Paraná, existe a figura do tropeiro, importante para o crescimento demográfico e desenvolvimento comercial do estado pela fundação de núcleos de urbanização. Foi pelo trabalho do movimento tropeirista que muitas

idades paranaenses surgiram. Desse modo, constatamos que o tropeiro foi silenciado na história do norte do Paraná, pois não há nomes que rememoram personagens desse movimento. Na verdade, a análise do *corpus* nos mostra que a história de São Paulo parece ser uma grande referência para a história norte-paranaense.

No processo de seleção desses nomes, o memorável recai sobre guerras e lutas que marcaram a história do Brasil e do Paraná. Observamos, também, a enunciação de uma memória em que se celebra o militarismo, o comando, a autoridade, homenageando, inclusive, um representante da ditadura militar, período em que houve repressões violentas e muita censura no Brasil. Esses acontecimentos de nomeação recortam uma história (um passado) do heroísmo brasileiro, exaltando o espírito conquistador, imperialista, de soberania: “História que opera fortemente na determinação dos enunciados de nomes” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 56). Além disso, os acontecimentos que constituem esses enunciados formulam, também, a nacionalidade brasileira dessas cidades.

O documentário *Grandes momentos da Segunda Guerra em cores*, lançado em 2019 na plataforma de *streaming* Netflix, aborda no quinto episódio, intitulado “Cercos de Stalingrado”, a batalha mais importante da Segunda Guerra Mundial. Foi a partir desse evento, em que as tropas soviéticas se fortalecem, que o líder nazista Adolf Hitler e o exército alemão começam a perder a guerra. De acordo com o documentário, Hitler desejava conquistar a cidade, exatamente, pelo seu nome. *Stalingrado* significa “cidade de Stalin”, *-grado* é sufixo na língua russa que remete à cidade, assim como em outros exemplos, como *Leningrado* e *Belgrado*. Stalin é o comandante comunista contra o qual as tropas alemãs estavam lutando.

Pelos depoimentos, a escolha do local não seria estratégica, mas puramente ideológica, pois a cidade era uma homenagem ao comandante soviético. Mais uma prova de como o nome é uma entidade que detém força. Derrotar Stalin na cidade que leva o seu nome era visto como excepcionalmente significativo para Hitler. Do outro lado, o orgulho e patriotismo soviéticos não deixariam que isso acontecesse, esses sentimentos fortaleceram a coragem dos soldados, levando esses combatentes a lutarem com todas as suas forças pela honra soviética. Momento histórico que nos mostra, na prática, como o nome carrega uma força simbólica, que identifica, que significa.

Retomando, então, o processo de formação desses nomes de cidades atravessados pelo memorável das homenagens, temos os exemplos de *Carlópolis*, *Leópolis*, *Lidianópolis*, *Lupionópolis*, *Borrazópolis*, enunciados que se constituem pelos nomes ou sobrenomes dos homenageados: Carlos Cavalcanti de Albuquerque (ex-presidente do Estado do Paraná), Leovigildo Barbosa Ferraz (um dos sócios da colonizadora da cidade e político paranaense), Lidia Marques (mãe de José Caetano Marques, colonizador da cidade), Moisés Wille Lupion de Troya (ex-governador do Estado do Paraná) e Francisco José Borraz (proprietário da gleba que veio a se transformar no município). Esses nomes e sobrenomes de família fazem parte da formação do nome da cidade juntamente com o sufixo grego *-polis*, partícula recorrente na língua portuguesa em construções nominais.

No quadro do funcionamento morfológico, os sufixos são elementos que produzem significação. No processo de formação dos nomes de cidades, especificamente, esse fenômeno está presente em várias outras línguas. Em inglês, por exemplo, temos os sufixos *-land*, que significa “terra” (como em *Cleveland*, *Portland*, *England*), *-polis* (*Minneapolis*, *Indianapolis*, *Annapolis*), *-town*, que também significa, “cidade” (*Jamestown*, *Springtown*, *Georgetown*). E, ainda, em francês, *-ville* (como em *Albertville* e *Granville*) e *-grado*, como já apresentamos anteriormente, no russo.

O sufixo *-polis* assim como o sufixo *-lândia* fazem parte do espaço de enunciação brasileiro e são enunciados em inúmeros nomes de cidades ao redor do país. Outra partícula presente na nomeação de municípios é o sufixo *-ia*, do latim, o qual indica origem ou lugar e é usado na composição de locativos pátrios. Como podemos observar nos enunciados *Rolândia* e *Altônia*:

#### **Rolândia**

O nome de Rolândia é de origem germânica, nome dado em homenagem a Roland, legendário herói alemão, que na Idade Média guerreava ao lado de seu tio, Carlos Magno, e seu lema era lutar pela “Liberdade e Justiça”.<sup>97</sup>

#### **Altônia**

O nome de Altônia surgiu em homenagem a Alberto Byington Junior, um dos sócios diretores da Companhia Colonizadora, e que deriva do seu

---

<sup>97</sup> Disponível em: <<http://www.rolandia.pr.gov.br>>. Acesso em 10 nov. 2020.

endereço telegráfico, que era formado com a primeira sílaba “AL” de Alberto e a última “TON” de Byington. Daí, Altônia.<sup>98</sup>

Essas nomeações funcionam semanticamente como o sufixo – *lândia*. Assim, tais cidades corresponderiam aos lugares de origem de seus homenageados ou aos lugar em que essas personalidades são enaltecidas, reconhecidas. Vale ressaltar que o processo de formação nominal de *Altônia* constitui-se por meio de truncamento do nome e sobrenome do homenageado.

Ainda sobre o funcionamentos dos sufixos, no caso de *Tomazina*, o sufixo –*ina*, rememora origem, semelhança ou natureza, sendo predicado pelo nome próprio daquele que está recebendo a homenagem.

O topônimo constitui uma homenagem a Tomaz Pereira da Silva, pioneiro e desbravador da zona sertaneja, onde surgiu o Município.<sup>99</sup>

Sobre os sufixos que mencionamos, de uma forma geral, constatamos que funcionam afetados, determinados pelos nomes se juntam a eles, que os precedem.

O nome *Paranacity*, de caráter híbrido, é formado pela justaposição de dois termos, o nome próprio *Paraná*, de origem indígena, e a palavra *city*, da língua inglesa, significando *Cidade do Paraná*.

O nome da cidade é a junção dos termos ‘Paraná’ e ‘city’. **Em homenagem a Grã-Bretanha**, onde os fundadores do município, Rajah e Fayes Eid, estiveram radicados por longo tempo antes de fixarem residência no Brasil, e também ao Estado do Paraná. (FERREIRA, 2006, p. 221, grifo nosso).

O nome espelha a própria gênese da cidade, que, por ações de colonizadoras britânicas, nasce em um estado brasileiro. A origem heterogênea e a influência inglesa mostram-se, também, na/pela língua. A línguas utilizadas para nomear devem ser levadas em conta, pois não correspondem à língua do Estado Brasileiro.

---

<sup>98</sup> Disponível em: <<https://www.altonia.pr.gov.br/historico/>>. Acesso em 11 nov. 2020.

<sup>99</sup> Disponível em: <<http://www.tomazina.pr.gov.br>>. Acesso em 13 nov. 2020.

Retomamos, mais uma vez, uma pesquisa que já citamos em momento anterior: “*Ants*: um gesto de nomeação” (2015), em que Sheila Elias de Oliveira desenvolve uma análise enunciativa, investigando o nome de uma intervenção artística urbana, mais especificamente, um grafite. A obra em questão, identificada por *Ants*, foi feita em um muro de Paris pelo artista espanhol Pejac, conhecido por utilizar ambientes urbanos como espaços para expressão de sua arte. Ao discorrer sobre a língua de nomeação e o espaço de enunciação, a autora expõe a complexidade de relações simbólicas envolvidas na enunciação desse nome.

Outro aspecto a ser destacado no nome *Ants* é a língua escolhida. O inglês produz um efeito de desterritorialização geográfica da obra e do que ela representa. Lembremos que o inglês não é a língua nacional de Pejac (que é espanhol) nem a língua nacional da França, país onde o grafite foi feito. Este contraponto entre língua do nome, da nacionalidade do artista e do país onde foi feito o grafite faz com que a obra signifique *fora de uma história local*. (ELIAS DE OLIVEIRA, 2015, p. 221, grifos da autora).

*Paranacity* compartilha com *Ants* a heterogeneidade no processo de nomeação quando pensamos a concorrência de línguas na temporalidade do acontecimento enunciativo. Os fundadores do município paranaense nasceram no Líbano, onde a língua oficial é o árabe, e formularam um nome em que o inglês irrompe o português, língua nacional do Brasil, país em que o lugar nomeado se encontra.

Utilizar línguas diferentes do espaço de enunciação ao nomear afirma o pertencimento a um grupo, a língua possui divisões e os falantes são afetados por distintas posições sócio-históricas. Desse modo, nomear em inglês, faz parte de uma relação histórica, identificando o município pelos sentidos que a língua inglesa movimenta ao adentrar na língua oficial. Examinar esse processo – que é político, estruturado pela relação língua-falante – implica fazer notar a disputa entre línguas, fator constituinte do espaço de enunciação.

Após a Segunda Guerra Mundial, com a ascensão política e econômica dos Estados Unidos, o inglês começa a se estabelecer como língua universal, sendo considerada, atualmente, como língua internacional. No caso de *Paranacity*, o memorável recortado pela temporalidade do acontecimento de nomeação consiste na homenagem à Grã-Bretanha, onde os fundadores do município também residiram.

No entanto, como o nome continua a significar ao longo da história, apresentando latência de futuro, compreendemos que ele também pode inspirar sentidos relacionados à globalização. Temos, nesse sentido, a junção de um nome que se inscreve na história regional – *Paraná* – e *city*, enunciado que significa essa história como globalizada, como mundial.

É importante ressaltar que a influência inglesa inscreve, junto ao nome *Paraná*, a história do afamado plano imobiliário concretizado no norte do estado. Projeto que, pela ótica capitalista, foi julgado exitoso, sendo exaltado, inclusive, pela historiografia da época. Se por um lado, essas transações imobiliárias geraram altos ganhos financeiros à companhia britânica e possibilitaram o progresso econômico e desenvolvimento urbano da região, por outro, foram frequentes os violentos confrontos entre companhias colonizadoras e indígenas, as práticas agressivas com relação ao meio ambiente com alto índice de desmatamento e impacto ambiental, e a exploração de trabalhadores nas lavouras de café, por exemplo. *Paranacity* efetiva-se, assim, como nome de cidade, evocando as consequências da atuação desses investidores imobiliários, práticas que constituem a significação desse nome.

Ainda dentro da perspectiva das homenagens, vamos analisar um outro grupo de expressões nominais, no qual focalizaremos a questão dos sobrenomes.

#### **Godoy Moreira**

O nome da cidade surgiu em homenagem ao pioneiro **Francisco Elias de Godoy Moreira**. (FERREIRA, 2006, p. 127, grifo nosso).

#### **Lunardelli**

O nome da cidade é homenagem ao **Comendador Geremias Lunardelli**, implantador da Gleba Lunardelli. (FERREIRA, 2006, p. 176, grifo nosso).

#### **Munhoz de Mello**

O nome Munhoz de Mello foi uma homenagem ao Desembargador e na época Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, **Dr. José Munhoz de Mello**. (Grifo nosso).<sup>100</sup>

#### **Prado Ferreira**

---

<sup>100</sup> Disponível em: <<http://www.munhozdemello.pr.gov.br>>. Acesso em 21 nov. 2020

O nome da localidade foi dado em comum acordo pelos moradores das **vilas Prado e Ferreira**, núcleos habitacionais que originaram o atual município e foram fundados pelas famílias Almeida Prado, que criou a Imobiliária Prado, e Ferreira Guimarães, que fundou a Imobiliária Guimarães. **Para que a denominação de cada um desses núcleos, que teimava em fazer prevalecer seu nome, não continuasse a ser motivo de divergências entre a população, e satisfizesse, então, a ambas as correntes colonizadoras, optou-se pela junção dos termos, ficando, então, Prado Ferreira.** (FERREIRA, 2006, p. 245, grifos nossos).

Observamos que entre as construções nominais apresentadas, parte expressiva delas é formada apenas por sobrenomes, apagando a figura homenageada. A homenagem ultrapassa o âmbito individual e estende-se a toda a família. Essas nomeações perenizam os sobrenomes de famílias influentes nas esferas política e econômica do estado.

É o caso de *Lunardelli*, sobrenome muito conhecido na região norte do Paraná e *Prado Ferreira*, que une dois sobrenomes, duas famílias diferentes. Vale destacar que – de acordo com a narrativa apresentada previamente – a última nomeação surge como resultado de grande disputa pela legitimidade de nomear, pelo poder. Impasse que, com o consenso pela justaposição dos sobrenomes das duas principais famílias colonizadoras, foi encerrado.

O nome do município não se constitui pela conjunção *e*, pela qual se demarcaria as duas famílias: *Prado e Ferreira*. Vemos, então, que o registro linguístico desfaz duas origens distintas. Origens que se fundem e originam uma grande família chamada de *Prado Ferreira*, silenciando, de certa forma, a rivalidade que orientou o processo de nomeação dessa unidade administrativa.

Ainda a respeito dos sobrenomes, afirma Guimarães ([2002]2005a, p. 34):

O que se observa é que o nome próprio de pessoa, que é apresentado como um nome único para uma pessoa única, é na verdade uma construção tal que um sobrenome determina um nome.

Nessa linha de raciocínio, *Godoy Moreira* determina *Francisco Elias*, relação intermediada pela preposição *de*: *Francisco Elias de Godoy Moreira*. *Munhoz de Mello* determina *José*. Portanto, “há que se considerar aqui que nome e sobrenome podem ter uma relação de determinação interna através de um procedimento de aposição de um nome ou sobrenome ao outro.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 34).

Apurando a determinação do nome pelo sobrenome, temos, assim, que *José é Munhoz de Mello*, sendo significado como um integrante da família Munhoz de Mello: “ou seja, o funcionamento do nome própria de pessoa é construído por uma determinação.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 34). O autor, ainda, continua: “há uma constituição morfossintática do nome próprio de pessoa e ela se dá como relações de determinação que especificam algo sobre o que se nomeia”. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 34).

Após essa reflexão a respeito dos sobrenomes, compreendemos como a construção e funcionamento do nome próprio de pessoa faz semantizar, também, o nome da cidade. Esse percurso de pensamento precisa ser salientado quando tratamos da designação dos nomes de cidades, haja vista que a enunciação que nomeou a personalidade dialoga com a enunciação que nomeou o município. Nesse sentido, esses traços, característicos do nome próprio de pessoa, precisam ser considerados. Desse modo:

[...] o nome próprio de pessoa é, na nossa sociedade, uma construção em que relações semânticas de determinação constituem o nome, o que já nos afasta de posições estritamente referenciais ou cognitivas no estudo do nome próprio. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 35).

As nomeações a seguir homenageiam personalidades, homens que ocuparam alguma posição de prestígio dentro da sociedade paranaense.

#### **Cândido Abreu**

O nome da cidade é homenagem ao **dr. Antônio Cândido Ferreira de Abreu**, homem público que prestou incontáveis serviços ao Estado do Paraná. (FERREIRA, 2006, p. 74)

#### **Doutor Camargo**

O nome da cidade foi dado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, em homenagem ao **dr. Antônio Cândido Camargo**, médico-cirurgião de prestígio, que se distinguiu por sua generosidade para com os necessitados, e seu pronto e desinteressado atendimento aos doentes. (FERREIRA, 2006, p. 106, grifo nosso).

As narrativas trazem a titulação “doutor” significando esses homens e produzindo a diferença com relação aos cidadãos comuns. A titulação instaura uma relação de desigualdade, que demarca a distância entre eles (doutores) e as outras pessoas.

*Cândido Abreu* foi advogado *Doutor Camargo* foi médico. Por mais que na atualidade “doutor” corresponda à titulação acadêmica que identifica quem defendeu uma tese de doutorado, ainda persiste na tradição popular a prática de se referir a esses profissionais como doutores. Mas, além do âmbito profissional, há outras cenas enunciativas em que o nome “doutor” circula, como, por exemplo, para se referir a alguém proveniente de uma classe social mais abastada ou mais influente na sociedade, independentemente do nível escolar dessa pessoa. *Cândido Abreu* como nome de cidade não conservou essa relação hierárquica, mesmo sendo demarcada na narrativa, já em *Doutor Camargo* vemos que a diferença permaneceu, em ambos os nomes, mais uma vez, a elite se auto-homenageia.

Dentro do conjunto de nomeações que estamos analisando agora, constatamos que a cultura brasileira também marca presença no norte paranaense pelos nomes *Francisco Alves* e *Lobato*.

#### **Francisco Alves**

**O nome da cidade é homenagem a Francisco Alves, cantor de reconhecido talento, tragicamente falecido em acidente na década de cinquenta.** Era comum que as pessoas se referissem ao município de Francisco Alves pela denominação “Chico Viola”, pois tratava-se do carinhoso apelido pelo qual era conhecido o cantor, que também era chamado de “Rei da Voz”.<sup>101</sup> (Grifo nosso).

#### **Lobato**

O nome dado ao município de Lobato, data desde o início de seu desbravamento. A única história deste nome que todos os moradores conhecem, é que foi dado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) em **homenagem ao ilustre escritor brasileiro Monteiro Lobato**.<sup>102</sup> (Grifo nosso).

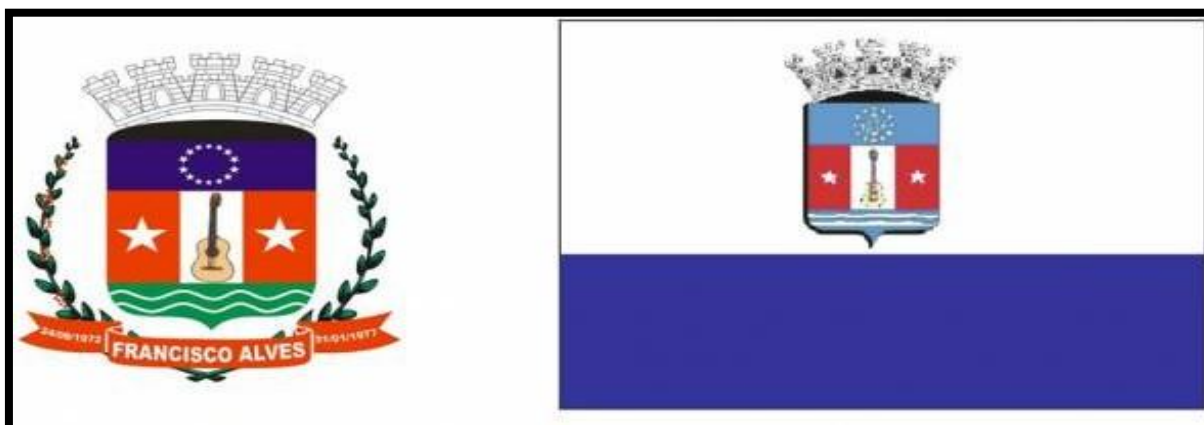
Essas nomeações, conforme podemos observar, enunciam movimentos artísticos – a música e a literatura, respectivamente – que são reafirmados pelo brasão e bandeira de ambos os municípios. Nos símbolos oficiais de *Francisco Alves*, há uma viola, reescrevendo o apelido recebido pelo cantor.

---

<sup>101</sup> Disponível em: <<https://www.franciscoalves.pr.gov.br>>. Acesso em 20 nov. 2020.

<sup>102</sup> Disponível em: <<http://www.lobato.pr.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2020.

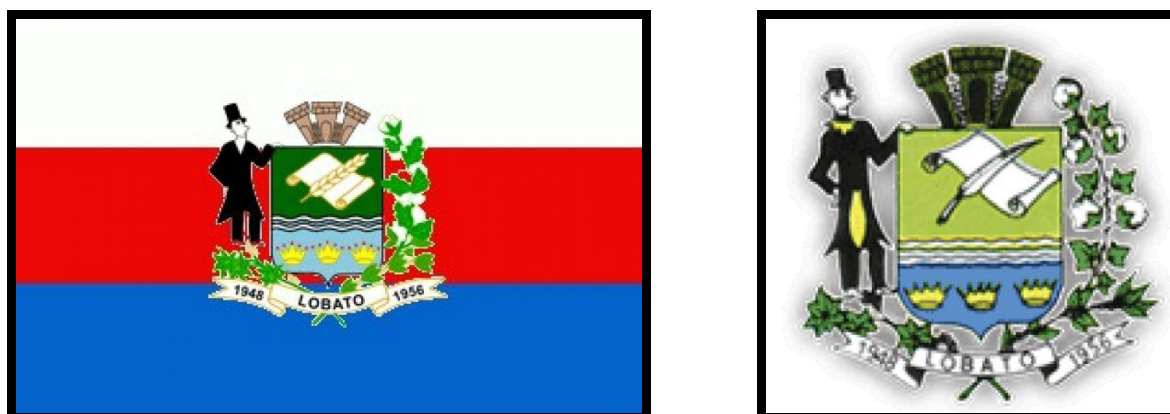
**Figuras 14 e 15**– Símbolos oficiais do município de Francisco Alves



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Francisco Alves  
Disponível em: <<https://www.franciscoalves.pr.gov.br/hino>>. Acesso em 11 out. 2020.

Por sua vez, entre os elementos que compõem os símbolos oficiais de *Lobato*, há uma caneta de pena, uma folha de papel em branco, que rememoram o ato de escrever, o fazer literário. Há também a representação do Visconde de Sabugosa, uma importante figura do universo do Sítio do Picapau Amarelo, famosa série de livros infantis escrita por Monteiro Lobato entre as décadas de 1920 e 1940. Vale enfatizar que essa personagem – que é cientista e inventor – se destaca por sua inteligência e sabedoria, sendo a cartola sua marca registrada.

**Figuras 16 e 17**– Símbolos oficiais do município de Lobato



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Lobato  
Disponível em: <<http://www.lobato.pr.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2020

Neste grupo – além de *Paranacity*, que não homenageia uma pessoa – há *Loanda*, corruptela de Luanda, capital da Angola. O enunciado que nomeia a cidade não foi uma homenagem espontânea, haja vista que o

acontecimento de nomeação se deu por meio de concurso entre os próprios moradores. Conforme consta no portal eletrônico da câmara de vereadores do município.

**Loanda**

[...] topônimo, resultado de um concurso promovido pelos primeiros moradores e pelos membros da Companhia Imobiliária fundadora da Povoação, foi [escolhido o nome] Loanda, igual ao da capital de Angola, na África.<sup>103</sup>

Assim, a enunciação nomeadora de *Loanda* retoma uma outra enunciação, a que nomeia a capital da Angola, país do continente africano. Nesse acontecimento de nomeação, encontram-se sentidos, os quais inscrevem a história do município paranaense em uma rede semântica que a significa como angolana. É importante ressaltar que dentre os nomes que compõem o *corpus* de pesquisa, *Loanda* é o único com origem em uma língua africana, o quimbundo, que é uma das línguas mais faladas na Província de Luanda, onde está localizada a cidade homônima, capital da província e do país.

A quase inexistência de línguas africanas nas nomeações do *corpus* analisado constrói uma não referência, que, pelo não dizer, significa a desigualdade, a assimetria e exclusão a que os negros foram submetidos ao longo da história. O nome, como já vimos, confere existência histórica. Logo, deixar de enunciar nomes que reverberam a cultura negra, também, é uma forma de apagar as raízes negras de nossa própria história, como paranaenses e como brasileiros. É apagar a escravidão ocorrida no Paraná, a história dos escravizados em nosso estado, que pode ser garimpada por meio de vestígios linguísticos, como, por exemplo, os nomes de cidades.

#### 4.6 DESCRITIVA/GEOGRÁFICA

**Norte Velho ou Pioneiro:** Figueira, Pinhalão, Ribeirão Claro, Sertaneja, Rancho Alegre.

---

<sup>103</sup> Disponível em: <[https://www.camaraloanda.pr.gov.br/conheca\\_loanda](https://www.camaraloanda.pr.gov.br/conheca_loanda)>. Acesso em 13 nov. 2020.

**Norte Novo:** Ângulo, Araongas, Atalaia, Bom Sucesso, Cafeara, Califórnia, Colorado, Faxinal, Floraí, Florestópolis, Flórida, Jardim Alegre, Miraselva, Ourizona, Pitangueiras, Sertanópolis, Uniflor.

**Norte Novíssimo:** Alto Paraíso, Alto Paraná, Alto Piquiri, Douradina, Indianópolis, Mirador, Perobal, Porto Rico, Terra Boa, Terra Rica.

O nome de cidade, por ser linguagem, é um espaço político. É um lugar de significação que simula ser objetivo, amparado na objetividade estabilizada do discurso administrativo. Discurso que reproduz a divisão desigual do social e a significação dessa fragmentação contínua do social se efetiva por meio do funcionamento da língua no acontecimento enunciativo. (GUIMARÃES, 2003b).

Neste grupo, os enunciados que investigamos são tomados pelo memorável da descrição geográfica, construindo a significação do lugar nomeado ao refletir alguma característica que compõe sua paisagem. São exemplos:

#### **Ângulo**

Os colonizadores e fundadores da cidade, após a observação dos traçados das estradas que davam acesso a esta localidade, chegaram a uma conclusão: a cidade ficava dentro de um ângulo. Isto é, as divisas das terras da Companhia Melhoramento Norte do Paraná, terras do Estado, da Gleba Interventor, com a Estrada que ligava Iguaraçu a Maringá e a Estrada Boiadeira que fazia a ligação da Estrada Maringá a Flórida. **Ficando assim, o traçado da cidade em forma de um ângulo, daí a origem do seu nome Ângulo.** Etimologia. Ângulo Origina-se do latim "angulus", e refere-se à figura formada por duas retas que têm um ponto comum, esquina, canto.<sup>104</sup> (Grifo nosso).

#### **Atalaia**

Origina-se do árabe "aT-Talai'a" ...**ponto alto de onde se vigia, o ponto mais alto de uma serra, de sobreaviso, à espera, sentinela [...]** O nome da cidade foi sugerido pela companhia colonizadora através de seu **Departamento Topográfico**, dirigido pelo engenheiro Wladimir Babkov. Existe cidade homônima no Estado de Alagoas, região do Vale do Paraíba (FERREIRA, 2006, p. 43, grifos nossos).

#### **Cafeara**

Como o trabalho laborioso e arrojado foram surgindo os cafezais que trouxeram a prosperidade e o progresso. O crescimento e a consolidação do povoado, o seu desenvolvimento na região, lhe concede através da Lei Estadual nº 253 de 26 de Novembro de 1954, a condição de Município autônomo. A solenidade de instalação Oficial do Município de Cafeara deu-se no dia 19 de novembro de 1955, instalando-se, ao mesmo tempo a sua primeira legislatura, com a posse do Prefeito Municipal e membros da

---

<sup>104</sup> Disponível em: <<http://www.angulo.pr.gov.br>>. Acesso em 22 out. 2020.

Câmara de Vereadores. **Assim, nasceu a cidade de Cafeara, cujo nome representa uma homenagem ao Café, do qual o Município era grande produtor.**<sup>105</sup> (Grifo nosso).

### **Califórnia**

Seu fundador Alberto L. V. Duplesses **deu a denominação de Califórnia a este município, por achá-lo semelhante à região Norte Americana de mesmo nome.**<sup>106</sup> (Grifo nosso).

### **Colorado**

Vem do espanhol “colorado”, designando tom de cor avermelhada. **É referência ao Estado de Colorado, nos Estados Unidos da América, sendo que o nome é referência ao Rio Colorado, nome dado por castelhanos.** Em 1604 o espanhol João de Unãte cruzou um rio de águas avermelhadas e o batizou de Colorado, que por sua vez deu origem ao nome do atual Estado do Colorado, nos Estados Unidos. [...] Pela Lei n.º 253, de 26 de novembro de 1954, foi criado o município de Colorado, com território desmembrado de Jaguapitã, sendo instalado a 10 de dezembro de 1955, sendo primeiro prefeito eleito, sr. Jerônimo Ribeiro. **A denominação dada pela empresa colonizadora foi por influência do Estado do Colorado, nos Estados Unidos da América.** (FERREIRA, 2006, p. 88, grifos nossos).

### **Faxinal**

O nome "Faxinal" significa "campos abertos de matos curtos". Faxinal-Palavra formada pelo termo “faxiná”, acrescido do sufixo nominativo “al”. O termo “faxina” vem do italiano “fascina”, **designando região de campo, entremada de arvoredo e trecho alongado de campo que penetra na floresta ou ainda campo de pastagem cortado por arvoredo esguio (mato ralo constituído de pinhal, taquaral, erval etc.).** O sufixo “al” origina-se do latim “ale”, significando coleção ou quantidade. <sup>107</sup> (Grifo nosso).

### **Figueira**

O nome da cidade é de origem geográfica, constituindo-se em referência à árvore do gênero «ficus», popularmente conhecida por figueira. **Esta denominação deve-se à enorme figueira encontrada pelos pioneiros no tempo das primeiras incursões** à região sob a sombra da qual descansavam. (FERREIRA, 2006, p. 116, grifo nosso).

### **Floraí**

Trata-se de palavra híbrida, junção dos termos “Flora” e “í”. O termo “Flora” vem do latim “flora”, designando a deusa das flores e da primavera. O termo “í (y)”, origina-se do tupi e significa água, rio: Rio da deusa das flores e da primavera. (AGC, ABHF). Origem Histórica. A Companhia de Terras Norte do Paraná iniciou, em 1947, a demarcação e os serviços topográficos, visando à implantação de um povoado, sugerindo que o novo patrimônio deveria se chamar Genúncia, que acabou não agradando. A denominação de Floraí foi sugerida por pioneiros, na figura do sr. José de Lucca, que rejeitaram a hipótese do patrimônio se chamar Genúncia. **Após as queimadas das primeiras roçadas, apareceram os mais variados tipos**

---

<sup>105</sup> Disponível em: <<http://cafeara.pr.gov.br>>. Acesso em 23 nov. 2020.

<sup>106</sup> Disponível em: <<http://www.california.pr.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2020.

<sup>107</sup> Disponível em: <<http://www.faxinal.pr.gov.br>>. Acesso em: 24 nov. 2020

**de cipós rasteiros, dos quais brotaram belas flores.** (FERREIRA, 2006, p. 118, grifo nosso).

### **Florestópolis**

O nome Florestópolis, **Cidade da Floresta**, na época de sua fundação adaptava-se perfeitamente a [essa] qualidade.<sup>108</sup>

### **Flórida**

Com o passar do tempo, **o povoado que havia sido formado a poucos quilômetros a margem direta do Ribeirão Flórida**, foi tomando aspectos urbanos e foi batizado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, de patrimônio de Flórida.<sup>109</sup> (Grifo nosso).

### **Indianópolis**

O vocábulo “Indianópolis” é um conjunto das expressões “índio” e “polis”, pois **o termo “índio” foi empregado na composição de nome da cidade**, tomando-se por base o acidente geográfico o “Rio dos Índios”, que banha este município, e **prestando homenagem a existência de remanescente indígenas ainda nos primórdios da colonização**. Por ocasião da criação do município o estado do Paraná, rebatizou a cidade com o nome de “Indianópolis”. Também como se percebe em atenção do nome da cidade, as suas ruas, avenidas, praças, seus acidentes geográficos, seus córregos e ribeirões, foram “batizados” com nomes “índigenas”. Indianópolis é um resultado do povoamento e colonização do noroeste do Paraná, com origens nas estradas e bandeiras paulistas e na catequese aborígine iniciada no século XVI, pelos padres da Companhia de Jesus.<sup>110</sup> (Grifo nosso).

### **Mirador**

O nome Mirador dado ao município, **deve-se ao fato de estar localizado em terreno alto avistando-se, de sua sede, várias outras localidades**.<sup>111</sup> (Grifo nosso).

### **Ourizona**

Ourizona é denominação dada por Nicolau Nasser, em homenagem aos extensos cafezais que proliferavam na região. Na época o café se constituía na maior fonte de riqueza do Estado do Paraná e era chamado de “**ouro verde**”. **Ourizona significa- “Terra do Ouro”**.<sup>112</sup> (Grifo nosso).

### **Pinhalão**

Quando da chegada dos primeiros habitantes à região, **o Pinheiro era uma árvore abundante e toda área** se constituía de vastos pinheirais nativos que se perdiam na linha do horizonte. Essa riqueza atraiu também muitos caboclos que vinham à procura de emprego e **tornaram a palavra “Pinhalão” um substantivo aumentativo da palavra ‘pinheirais’**, cravando em nossa história a denominação que, de geração em geração,

---

<sup>108</sup> Disponível em: <<https://www.florestopolis.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

<sup>109</sup> Disponível em: <<http://www.florida.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 nov. 2020

<sup>110</sup> Disponível em: <<http://indianopolis.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

<sup>111</sup> Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 nov. 2020.

<sup>112</sup> Disponível em: <<http://www.ourizona.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 nov. 2020

se perpetua com amor e civismo nesse gesto caboclo de denominar o Quilômetro 51 de Patrimônio do Pinhalão.<sup>113</sup> (Grifos nossos).

### **Pitangueiras**

Em 1954 o patrimônio de Santo Antônio foi elevado à categoria de Distrito Administrativo, passando a denominar-se Pitangueiras, em referência ao Rio Pitangueiras. **Antigos moradores afirmam que o nome do lugar foi graças à enorme quantidade de pitangueiras - a árvore da pitanga, que abundava na região.** (FERREIRA, 2006, p. 237, grifo nosso).

### **Ribeirão Claro**

Por volta de 1895, enquanto a Vila do Espírito Santo do Itararé prosperava, um outro povoado ia surgindo com a denominação de Taquaral, onde hoje se localiza a sede do município. Atraídas pela exuberância de suas terras roxas e com o desenvolvimento da cafeicultura do País, iniciava-se o plantio de formações dessa cultura. Assim sendo, onde hoje se situa a Fazenda Monte Claro, foram requeridas junto ao Governo do Estado, as primeiras glebas de terras, para dar início ao ciclo cafeeiro da região. E, para sua formação, procurou-se atrair imigrantes italianos que aportavam a todo instante em terras brasileiras. Assim foram trazidas as primeiras famílias de origem italiana. **O povoado do Taquaral, localizado às margens de um rio, de águas claras e límpidas, recebeu desde logo o nome de Ribeirão Claro,** que mais tarde veio emprestar seu nome ao povoado substituindo destarte o nome primitivo de Taquaral.<sup>114</sup> (Grifo nosso).

### **Douradina**

**O nome Douradina surgiu em função da Serra dos Dourados.** Havia uma dúvida quanto a ser: Douradina ou Douradina, porém, Salvador Lopes Gomes, proprietário das terras onde se localiza o município de Douradina, optou pelo segundo.<sup>115</sup> (Grifo nosso).

### **Sertaneja**

**O termo 'Sertaneja' é de origem geográfica, em referência a localização do núcleo de povoamento inicial, distante de cidades e desprovido de meios de comunicação.** No período de nossa colonização, era cantada em verso e prosa, a canção 'Sertaneja', que por volta de 1939 foi composta por René Bittencourt e interpretada pelo cantor Orlando Silva; o que serviu de inspiração aos nossos pioneiros para denominar o Município de SERTANEJA.<sup>116</sup> (Grifo nosso).

### **Sertanópolis**

A denominação SERTANÓPOLIS, é a junção do termo "Sertão" e do sufixo grego "PÓLIS", que significa cidade. **É referência a existência de enormes florestas e sertões, na região, ao tempo da colonização do município.** Cidade do Sertão.<sup>117</sup> (Grifo nosso).

---

<sup>113</sup> Disponível em: <<https://www.pinhalaop.pr.gov.br/historia/>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>114</sup> Disponível em: <<http://ribeiraoclaro.pr.gov.br>>. Acesso em 12 nov. 2020.

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://www.douradina.pr.gov.br>>. Disponível em: 10 out. 2020.

<sup>116</sup> Disponível em: <<https://www.cmsertaneja.pr.gov.br>>. Acesso em 11 out. 2020.

<sup>117</sup> Disponível em: <<https://sertanopolis.pr.gov.br>>. Acesso em 12 out. 2020.

### **Miraselva**

Entre 1948 e 1950 surgiu a ideia de se fundar um patrimônio onde hoje se acha a sede municipal de Miraselva. **A denominação da localidade está relacionada com a exclamação de um dos exploradores da região, de descendência espanhola, que ao se deparar com a floresta imensa disse: "Mira la selva", que quer dizer, "Olha a mata!"**. Posteriormente, generalizando-se, veio a ser a denominação do núcleo Miraselva.<sup>118</sup> (Grifo nosso).

### **Perobal**

**O nome da localidade é de origem geográfica, em referência ao Ribeirão Peroba, que corta o município e também por haver, na época da colonização, enorme quantidade de "peroba", madeira de lei da família das apocináceas e das bignoniáceas, que apresenta a casca amargosa e madeira de boa qualidade.** (FERREIRA, 2006, p. 228, grifo nosso).

### **Porto Rico**

A denominação é de origem geográfica, por estar situada às margens do Rio Paraná. Na época do desbravamento da região, a pesca constituía-se numa das principais atividades de seus moradores. **Daí a origem do topônimo adotado, ou seja, "Porto" - por ser o local utilizado pelos pescadores para desembarque de seus pescadores e "Rico" - devido às riquezas aquáticas apresentadas pelo Rio Paraná.** (FERREIRA, 2006, p. 244, grifo nosso).

### **Terra Boa**

Por volta de 1950 houve a fundação do patrimônio de Terra Boa, **o qual recebeu este nome devido à fertilidade do solo de "terra roxa", tão própria para o cultivo do café e de cereais.**<sup>119</sup> (Grifo nosso).

### **Terra Rica**

Terra Rica rapidamente se desenvolveu, crescendo social e economicamente dentro de pouco tempo, e de maneira impressionante, de vez que, tendo sido iniciada a formação do patrimônio em 1950, dois anos mais tarde já era Distrito e em 1954 dado ao seu vertiginoso progresso agrícola e expansão em todas as áreas. Em 26 de novembro, foi criado o município de Terra Rica pela Lei Estadual nº 253, **nome atribuído ao município devido à grande fertilidade do solo.**<sup>120</sup> (Grifo nosso).

Após apresentar as nomeações que formam este grupo de análise, iniciaremos este estudo pelos nomes de três estados norte-americanos que são enunciados como nomes de cidades do norte do Paraná: *Califórnia*, *Colorado* e *Flórida*. A Califórnia paranaense foi nomeada por um engenheiro francês, consistindo em um enunciado proferido por um estrangeiro, que, com base em suas percepções pessoais, identifica o espaço que recebe a nomeação. Dessa maneira, a

---

<sup>118</sup> Disponível em: <<http://www.miraselva.pr.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2020.

<sup>119</sup> Disponível em: <<http://terraboia.pr.gov.br>>. Acesso em: 14 out. 2020

<sup>120</sup> Disponível em: <<https://camaraterrarica.pr.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2020.

identidade do local constitui-se pela retomada da enunciação, a qual nomeia o estado norte-americano, por um sujeito que dá nomes. Esse sujeito considera sua opinião sobre aquilo que conhece e que lhe possibilita estabelecer uma relação. É uma prática, substancialmente, dotada de subjetividade e que pode não ser um consenso. Se o ato de nomear fosse realizado por outra pessoa, certamente, outra região seria homenageada, ou, ainda, outro memorável seria recortado.

Desse modo, a formação discursiva à qual o sujeito do discurso se filia perpassa todo o processo de nomeação. Retomando o conceito de formação discursiva, gostaríamos de acrescentar os esclarecimentos que faz Eni Orlandi, em *Do sujeito na história e no simbólico*. Nas palavras da estudiosa, essa noção “representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando a outros, para dentro.” (ORLANDI, 1999b, s/p).

Uma homenagem ao país daquele que nomeia é impressa na bandeira do município, enunciando as cores e formas da bandeira francesa. *Califórnia*, como espaço brasileiro, é significado por um nome cujos sentidos se deslocam pela relação com dois países diferentes: Estados Unidos da América e França.

**Figura 18** – Bandeira do município de Califórnia



**Fonte:** Prefeitura municipal de Califórnia

Disponível em: <http://www.california.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1812>. Acesso em: 20 jan. 2020

*Colorado*, a cidade paranaense, também nasce retomando outras enunciações: é nome de rio nos Estados Unidos (1), é, também, nome de estado desse mesmo país (2), além disso, é enunciado do espanhol (3), língua estrangeira que adentra o espaço de enunciação norte-americano, em que a língua oficial é o inglês e que, agora, nomeia um município brasileiro no norte do Paraná. Esse nome, portanto, possui um percurso dinâmico de enunciações. Vale ressaltar que a cor vermelha, enunciada para designar o rio americano, também identifica e semantiza a cidade paranaense, rememorando suas terras férteis e produtivas, caracterizadas por um vermelho intenso.

O nome *Flórida* recorta um memorável geográfico, cruzando com outra enunciação, a qual nomeia um estado americano. Em um primeiro momento, sem acesso à história de enunciação, o nome do estado estadunidense constitui-se como relação primeira, equívoco que é desfeito, quando conhecemos a conjuntura que orientou o acontecimento de nomeação do município, a qual retoma o nome de um curso de água da região.

Neste momento, nossa atenção direciona-se para o nome *Miraselva*. Mas, antes de iniciarmos sua análise, apresentamos um trecho da investigação desenvolvida por Eni Orlandi, tomando como base o enunciado *Terra à vista!*:

Esse é o enunciado inaugural do Brasil. Repetido ritualisticamente a cada vez que navios encontram onde aportar, não se trata de uma fala original. É chapa cristalizada, estereotipada. Comentário de aventureiros. Fala de piratas. De descobridores: o discurso das descobertas. Descobrimento. Se nos aproximamos mais desse enunciado podemos ainda especificar que é uma exclamação. De que natureza seria: de júbilo, de surpresa, de alívio, de apreensão, de curiosidade? De todo modo, por significar porto, ele pode indicar, de um lado (daqueles dos que ancoram), a chegada (porto seguro) e, de outro (o dos que aqui estão), entrada (invasão). Promessa ou ameaça? Visitantes ou invasores? Terra a servir de berço esplêndido? A ser pilhada? De quem, essa terra? À vista.

A analista de discurso apresenta os possíveis desdobramentos sobre o enunciado em questão, que pode mobilizar de sentidos diversos. Ela prossegue:

“Ver” tem um sentido bem específico nesse contexto: o que é visto ganha estatuto de existência. Ver, tornar visível, é forma de apropriação. O que o olhar abarca é o que se torna ao alcance das mãos. O visível (o descoberto) é o preâmbulo do legível: conhecido, relatado, codificado. Primeiro passo para que se assente a sua posse. A submissão às letras começa e termina

no olhar. O discurso das descobertas dá notícias do que vê. [...] Podemos assim concluir que “Terra à Vista” – primeira fala sobre o Brasil – expressa o olhar inaugural que atesta nas letras a nossa origem. [...] para os europeus, essa exclamação diz o início de um processo de apropriação. Descoberta significa, então, conquista. (ORLANDI, 2008, p. 17-18).

Identificamos relação entre “Terra à vista!”, enunciado que diz e significa o Brasil, e “Mira la selva!”, enunciado que diz e significa a cidade de *Miraselva*, temos, assim, o discurso de descobrimento, da colonização europeia. Ambos os enunciados correspondem ao primeiro discurso sobre um território, enunciando ao restante da civilização sua origem, sua existência. Compreendemos, nessa perspectiva, que esses enunciados compartilham de um mesmo memorável, no caso de *Miraselva*, a exclamação dos colonizadores torna-se o nome próprio que identifica o local: “O efeito ideológico – colonialista – não nasce do nada. Sua materialidade específica é o discurso.” (ORLANDI, 2008, p. 55).

Dando continuidade à investigação deste grupo de nomes com memorável descritivo-geográfico, temos o enunciado *Indianópolis*. No texto explicativo, apresentado pela página virtual da prefeitura do município, vemos que a identidade do lugar edifica-se em meio a uma contradição: ao mesmo tempo que diz homenagear os primeiros habitantes – os indígenas – exalta um passado que remete à colonização por bandeirantes paulistas e missões jesuíticas. A história indígena sempre foi repleta de violência física e simbólica, marcada por lutas, resistência e aculturação. Muitas hostilidades foram direcionadas aos indígenas, que foram submetidos a essas práticas por bandeirantes e jesuítas.

No enunciado *Indianópolis*, a transparência da linguagem simula a homenagem, mas que a opacidade aponta para mais uma forma de silenciamento. Orlandi (2008) postula que o silenciamento do indígena na cultura brasileira é uma prática frequente desde o início de nossa colonização. No período republicano da história brasileira, o indígena desponta como um assunto problemático, um obstáculo à urbanização e à modernização do país. Surge, então, o discurso “protetor”, em que “encena-se” uma preocupação com a população indígena, mas que, na realidade, é mais um instrumento de controle indígena, controle que é definido – em discurso e ações – pelo não indígena. A exclusão e apagamento do indígena é algo que fundamenta qualquer discurso sobre ele.

Assim é porque o apagamento é do domínio da ideologia. Não está marcado em lugar nenhum como tal. Funciona através dos silêncios, de práticas que o atestam, mas que não se expõem como tal. Daí sua eficácia. É claro que esse silêncio, uma vez estabelecido, volta sobre o mundo com toda sua violência. Dessa forma, do apagamento ideológico se passa para o extermínio, que tem, por sua vez, formas mais ou menos diretas de violência: desde o assassinato puro e simples até a exclusão do índio da discussão de problemas que o afetam diretamente. (ORLANDI, 2008, p. 69).

Portanto, com a nomeação *Indianópolis*, a homenagem pelo locutor-oficial, locutor-administrador, não indígena, torna-se um tanto quanto questionável. Um tributo em que a enunciação elege como memorável primeiro – conforme indicado pela prefeitura em seu *website* – a topografia do lugar, não os povos que ali viviam antes da chegada do colonizador. A enunciação que nomeia *Indianópolis* retoma *Ribeirão dos Índios*, mas não diretamente o sujeito indígena, esse sentido é agregado por extensão, por relação ao memorável presente no acontecimento que nomeia *Ribeirão dos Índios*.

O texto explicativo, ainda, informa que os logradouros da cidade receberam nomes indígenas. No entanto, recuperando o movimento reflexivo que apresentamos ao longo deste trabalho sobre o apagamento do indígena em nossa sociedade, constatamos que esse processo de nomeação insere e significa os povos originários muito mais em uma relação de marginalidade e exclusão social do que em celebração ou homenagem. De acordo com Bréal (2008, p. 103), “à medida que uma significação nova é dada à palavra, parece multiplicar-se e produzir exemplares novos, semelhantes na forma, mas diferentes no valor”. Verificamos, assim, que há uma dinâmica polissêmica na constituição do nome *Indianópolis*, polissemia que a história lhe dirige.

Há, também, outra forma de descrição, que sugere algo mais subjetivo, que antropomorfiza o espaço, conferindo-lhe um estado psicológico, evocador de satisfação e equilíbrio. Como exemplo, temos *Rancho Alegre* e *Jardim Alegre*.

#### **Rancho Alegre**

A denominação da cidade origina-se de um pequeno rancho, construído às margens da antiga estrada boiadeira, sendo que **neste lugar os primeiros moradores do povoado se reuniam para promover festas e danças, passando então a ser conhecido como um rancho alegre**, denominação que se perpetuou através dos tempos. (Grifo nosso) <sup>121</sup>

---

<sup>121</sup> Disponível em: <<http://ranchoalegre.pr.gov.br>>. Acesso em: 11 out. 2020

### **Jardim Alegre**

A povoação jardim-alegrense surgiu na fazenda Rancho Alegre, na estrada que ligava a vizinha Ivaiporã até a cidade de Faxinal. Era o período do “boom” cafeeiro, década de cinquenta, e os proprietários da fazenda, Genibre Ayres Machado, Pedro Machado, Renato Machado, Godofredo Ayres Machado e Acindino Ayres Vidal, embalados na esteira colonizadora que invadia o Paraná incentivaram a povoação da Placa Rancho Alegre. O povoado ainda recebeu o nome de Patrimônio dos Três Machados, numa referência aos proprietários da fazenda Rancho Alegre, mas a denominação de **Jardim Alegre ficou definida, de certa forma homenageando a fazenda Rancho Alegre.** (FERREIRA, 2006, p. 161, grifo nosso).

Em *Rancho Alegre*, observamos que há uma substituição, promovida por processo metonímico, em que a representação do lugar reflete a personalidade dos seus moradores, possibilitando a seguinte relação:

- 1) Pessoas alegres viviam naquele rancho.
- 2) Por isso, o lugar foi nomeado como *Rancho Alegre*.

A metonímia produz, assim, um desvio de sentidos pelo deslocamento de referentes, destacando aquilo que no acontecimento de nomeação mostra-se como importante: um nome que remeta a sentidos de agradabilidade, que construa uma boa caracterização do local, para que as terras sejam vendidas. Desse modo, a alegria – que, inicialmente, se referia ao povo – passa a nomear e designar o município.

É necessário enfatizar que na nomeação *Jardim Alegre*, reconhecida como nome de município em 1964, a palavra *Jardim* é utilizada como substituta da palavra *Rancho*, pois já havia um município com nome *Rancho Alegre* desde 1961. Assim, mesmo trocando os espaços – de “rancho” para “jardim” – o sentido inicial se conserva, preservando também a memória que homenageia a primeira nomeação do local.

*Bom Sucesso* reverbera o discurso de prosperidade, resgatando a história bem sucedida de vendas das terras na região. O grande êxito comercial, alcançado pelas companhias imobiliárias, materializa-se como nome do município.

### **Bom Sucesso**

A origem da atual denominação **provém do sucesso nas vendas de lotes**, na rápida colonização e no inesperado desenvolvimento do Patrimônio, surgindo, daí, o topônimo "Bom Sucesso".<sup>122</sup> (Grifo nosso)

Para Dias (2016, p. 45), "é comum a mudança de nomes de cidades, à medida que elas se desenvolvem e adquirem certo 'ar de modernidade'. Isso ocorre [...] em todo o país". Por isso, tornam-se, cada vez mais, atípicos nomes como *Uniflor* ou *Arapongas*, sobre os quais nos debruçaremos agora.

A respeito de *Uniflor*, há uma narrativa um tanto quanto singular sobre essa nomeação. De acordo com ela, a composição nominal recorta como memorável a representação geográfica, conforme podemos verificar na citação a seguir:

A denominação da localidade é de origem geográfica, em referência ao Rio Uniflor. Os funcionários da companhia colonizadora, **fazendo a demarcação da área a ser colonizada, ao longo de uma caminhada se depararam com uma única flor**, às margens de um rio, o qual recebeu o nome de Rio Uniflor, denominação mais tarde incorporada ao município. (FERREIRA, 2006, p. 330, grifo nosso).

Assim, o Locutor que nomeia essa divisão administrativa enuncia predicado pelo lugar social que ocupa, ou seja, como funcionário da companhia de terras. A nomeação responde, assim, a uma necessidade político-administrativa e ocorre por neologismo, ao juntar *-uni*, prefixo que produz o efeito de unicidade, de singularidade – à palavra *flor*. O nome materializa, desse modo, os elementos geográficos que capturam a atenção do locutor no acontecimento de nomeação do curso de água e, posteriormente, é reatualizado no acontecimento de nomeação da cidade.

Sobre *Arapongas*, a origem do nome se deu em um acontecimento particular, ocorrido antes mesmo da formação da cidade, como podemos observar no excerto extraído da versão *on-line* do jornal *Folha de Londrina*:

Uma comitiva da Companhia de Terras Norte do Paraná visitava o lugar onde futuramente seria a cidade de Arapongas. Entre os diretores da

---

<sup>122</sup> Disponível em: <<http://www.bomsucesso.pr.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 14 out. 2020.

companhia estava Arthur Thomas, acompanhado da esposa, Elizabeth. Em certo momento, ela ouviu o canto estridente de um pássaro, que mais parecia a batida de martelo em uma superfície de ferro. Elizabeth quis saber o nome do pássaro e foi informada de que era araponga (no singular mesmo). Ela sugeriu que o novo lugar recebesse o nome daquele pássaro e a ideia foi aceita pelos dirigentes da companhia de terras. (FOLHA DE LONDRINA, 2010, s/p).

Incorporar elementos da natureza é uma prática comum nas cenas enunciativas de nomeação. Dessa maneira, são recorrentes nomeações que se referem a acidentes geográficos. No caso do norte paranaense, podemos citar como exemplos os enunciados *Alto Paraná* e *Alto Piquiri*, que rememoram dois rios importantes para estado, e, em especial, para a região norte: o Paraná e o Piquiri.

Acidentes geográficos marcam diretamente vários referenciais para a constituição de nomes no Estado. São casos em que a cidade recebe o nome por se situar na desembocadura de determinado rio [...] ou por se situar em determinado ponto da extensão do rio. (DIAS, 2016, p. 44).

Sobre o enunciado que nomeia o município de *Alto Paraíso*, a cena enunciativa em que a nomeação ocorre marca uma diferença com relação a outros nomes: a participação popular. O nome não é decidido pela elite, mas pela população. O nome não reflete a exaltação a uma classe social, a uma família, a uma pessoa. O processo de nomeação de *Alto Paraíso* se inscreve nos princípios democráticos, em que o locutor se significa por uma coletividade. O recorte que apresentaremos foi extraído do *site* do IBGE, no temos a seguinte explicação:

Alto Paraíso (**Vila Alta, antiga denominação**) é um dos municípios **situado às margens do Rio Paraná** [...] Alto Paraíso foi elevada à categoria de Distrito Administrativo em 02 de setembro de 1977, pela Lei Estadual 1916 com território pertencente ao Município de Umuarama. [...] Em 09 de maio de 1990, houve sua emancipação, tornando-se município, mas permanecendo com o mesmo nome de Vila Alta. Com o decorrer dos anos os munícipes foram conscientizando-se dos equívocos que o nome Vila trazia para o município, que era constantemente confundido com um bairro ou distrito de outro município. Com o intuito de divulgar e enaltecer o município, sanando os problemas oriundos do nome, a comunidade solicitou ao Poder Executivo a mudança do nome. Foi efetuada uma grande divulgação toda a comunidade para que todos sugerissem um novo nome para o município. Dentre os nomes mais votados destacaram-se com maior número de sugestões: Alto Paraíso, Cidade Alta, Campos Verdes. Sendo

Alto Paraíso o nome vencedor. Foi realizado plebiscito para verificar o desejo de mudança, que foi aprovado pela maioria.<sup>123</sup> (Grifo nosso).

Relacionando a descrição apresentada acima e a localização geográfica da cidade, podemos depreender que a enunciação que nomeia *Alto Paraíso*, pelo adjetivo *Alto* retoma a primeira nomeação do local, *Vila Alta*, remetendo à descrição do relevo do lugar. Por sua vez, *Paraíso*, pode reescrever a paisagem da cidade, lugar de riqueza natural e grande biodiversidade, onde o grande protagonista é o rio Paraná. Buscamos no dicionário<sup>124</sup> o verbete *paraíso*, as acepções encontradas foram as seguintes:

- 1 ANT Grande parque, entre os antigos persas.
- 2 TEOL [com inicial maiúscula] Conforme a Bíblia, jardim das delícias onde Deus colocou Adão e Eva, após sua criação; Éden.
- 3 FIG Lugar ideal onde reina a felicidade; céu, olimpo.
- 4 Lugar extremamente agradável que encanta pela beleza e tranquilidade.

Os quatro enunciados definidores reforçam a possibilidade que levantamos, em que a palavra *paraíso* condensa efeitos de sentido que remetem à paisagem, à natureza, configurando um ambiente de intenso bem-estar pelo olhar subjetivo daquele que nomeia. O nome próprio possibilita, portanto, a criação, a inauguração de um mundo possível - ou desejável - por meio de diferentes enunciações que se interligam, constituem e designam a renomeação *Alto Paraíso*.

Os nomes que enunciam rios, compondo o patrimônio hídrico do Paraná, enunciam, também, a exploração fluvial como parte relevante dos sentidos que esses nomes designam. O rio significa, também, um meio de vida, garantindo a subsistência e o funcionamento da sociedade que vive próxima a ele:

[...] essa aparente relação nome/coisa, no qual a linguagem se mostra como capaz de representar, descrever algo no mundo, não é suficiente para explicar o funcionamento de significação de um acontecimento de

---

<sup>123</sup> Disponível em: <<https://www.cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/alto-paraizo/historico>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

<sup>124</sup> Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em: 11 out. 2020.

nomeação, tão pouco responde o porquê e como uma palavra ou expressão se constitui nome e passa a significá-la como tal [...] Dar nome às coisas no mundo não se reduz a uma simples ação do indivíduo numa dada situação [...] Não se reduz a esse efeito situacional/descritivo, uma mera relação da linguagem com o mundo, sendo a linguagem capaz de apresentar a coisa referida escaneada. Para nós, os sentidos de uma expressão descritiva/referencial são construídos e se constituem historicamente na enunciação por uma temporalidade própria. O acontecimento de nomeação produz o efeito que passa a significar o referido, a dar existência histórica àquilo que foi nomeado, não enquanto decalque da coisa referida, mas enquanto relações designativas que o faz significar pelas contradições constitutivas do real. Essa tomada de posição nos leva a considerar a nomeação como um acontecimento do dizer o qual se dá na relação do sujeito com a língua, tomados pela história. (KARIM, 2016, p. 68).

Esses nomes recortam como memorável a descrição do local que nomeiam, que pode estar centrada em aspectos físicos ou subjetivos, psicológicos. Devemos ressaltar que nos acontecimentos de nomeação dos municípios que compõem este grupo de enunciados, o Locutor que nomeia, de forma recorrente, é um locutor-colonizador, é por sua percepção que o espaço é identificado.

Devido a isso, é comum que o processo de nomeação ocorra pelo funcionamento de metonímias, produzindo nomes, como, *Figueira*, *Pinhalão*, *Perobal* ou *Pitangueiras*, porque havia alguma árvore dessa variedade, ou muitas delas, na época da fundação do município, ou, ainda, *Atalaia* e *Mirador*, devido à localização do município ser em terrenos com altura elevada. No acontecimento de nomeação desse conjunto de enunciados, verificamos, também, que o aspecto geográfico em destaque pode remeter à semelhança com outros locais, nessa perspectiva, as novas nomeações são significadas pela relação com esse local homônimo já existente.

#### 4.7 DO FUNDAMENTO EMPRESARIAL

**Norte Velho ou Pioneiro:** não há nomes.

**Norte Novo:** Rio Bom (colonizadora), Grandes Rios (imobiliária)

**Norte Novíssimo:** Cafezal do Sul (colonizadora), Cianorte (colonizadora), Mariluz (colonizadora), Paranapoema (imobiliária), Santa Cruz do Monte Castelo (colonizadora).

Com as políticas de ocupação do norte do Paraná, durante a primeira metade do século XX, algumas empresas de colonização e outras ligadas

ao ramo imobiliário se estabeleceram na região. Sobre o prestígio, aponta Dias (2016, p. 45): “algumas delas foram tão decisivas na constituição de referenciais para a designação de cidades que a sigla da empresa tornou-se a formação nominal designadora [...]”, o autor prossegue, discorrendo que essas empresas “criadas a partir dessas políticas, constituem-se em cidades novas [...] e projetam como pontos de pertinência para os seus nomes o sentido de planejamento urbano.” (DIAS, 2016, p. 45).

O discurso apregoado por essas empresas é muito parecido. Sendo consideradas “desbravadoras”, as grandes responsáveis pela modernização, urbanização e desenvolvimento das cidades do norte paranaense. Tal discurso perenizou-se na história e ainda permanece como oficial, sendo ecoado por órgãos governamentais. Como podemos verificar nos recortes a seguir:

#### **Cafezal do Sul**

A colonização da região iniciou-se em 1952, pela colonizadora Cafezal que adquiriu 18.000 alqueires do Estado do Paraná para fins de ocupação da área. **O desbravamento iniciou-se** com a vinda de várias pessoas, principalmente de origem nordestina, no qual se destacam os senhores Cipriano José da Silva (1952), José Felix Santana (1952), Sr. Custódio conhecido como Zé Canção (paraibano) e João Barbosa que também era empreiteiro da colonizadora Cafezal **na construção de estrada e na derrubada das matas. A chegada dos desbravadores nordestinos** vindos, principalmente, do estado de São Paulo, onde o trabalho estava escasso, era de ônibus até Umuarama e a pé, animal ou jipe até Cafezal. Os trabalhos da companhia Melhoramentos Norte do Paraná abrangiam até Umuarama: Cafezal era colonizada pela Colonizadora Cafezal, daí a dificuldade de acesso para aqueles que vinham pelo norte do estado depois de desembarcar em Umuarama. [...] A origem do nome Cafezal deu-se em função do próprio nome da colonizadora que desbravou a região e foi dada pela mesma.<sup>125</sup>

#### **Rio Bom**

O município de Rio Bom começou a viver, de fato, a sua história a partir de 1945, quando **a colonizadora “Rio Bom” iniciou a organização do patrimônio, com o desbravamento e a abertura de estradas.** O fato promoveu a vinda de pessoas interessadas em comprar datas e terras na localidade. Aos poucos, foi se formando um povoado com migrantes mineiros, paulistas e gaúchos, além de famílias de origem portuguesa, espanhola, italiana, entre outras nacionalidades.<sup>126</sup>

---

<sup>125</sup> Disponível em: <<http://www.cafezaldosul.pr.gov.br>>. Acesso em 21 out. 2020.

<sup>126</sup> Disponível em: <<http://www.riobom.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

### **Grandes Rios**

Salvo penetrações isoladas, que comumente faziam **destemidos desbravadores**, os fundamentos efetivos de colonização de Grandes Rios, ocorrem somente em 1951. Nesta época Olympio Nogueira Monteiro, adquiriu extensa área de terras e decidiu demarcá-las e loteá-las, para isto organizou uma empresa, a Imobiliária Cidade de Grandes Rios.<sup>127</sup>(grifo nosso).

### **Cianorte**

Cianorte foi fundada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – da qual herdou o nome: Cia (Companhia) e norte (de Norte do Paraná) – em 26 de Julho de 1953. **Era o início da colonização das regiões Norte e Nordeste do Paraná, que atraiu desbravadores** de outros estados, principalmente do interior de São Paulo e de Minas Gerais. Vinham em grandes levadas, motivados pelas perspectivas de prosperidade e de um futuro melhor divulgadas pelas notícias de que a região era um verdadeiro eldorado de solo roxo e fértil. E foi a partir da terra, especialmente da cultura do café, que Cianorte prosperou e se firmou como uma das mais promissoras cidades do Norte paranaense.<sup>128</sup> (Grifo nosso).

### **Mariluz**

Por volta de 1953, Francisco Antônio da Silva e José Alfredo de Almeida, ambos oriundos de Marília, **fundaram a Colonizadora Mariluz com o intuito de se criar um município. Demarcando o loteamento, a empresa deu início à venda de lotes** a paulistas procedentes de Marília, que vieram com o intuito de plantar café. O solo fértil da região e os sucessivos ganhos acentuados obtidos do manejo cafeeiro permitiram o crescimento acelerado do núcleo urbano inicial. Isto fez com que muitas pessoas de todo o Brasil (principalmente paulistas, cearenses, pernambucanos e baianos), comprassem terras ou viessem procurar trabalho. Além dos brasileiros, vieram pessoas da Itália, Alemanha, Portugal, Japão e outros países.<sup>129</sup>(Grifo nosso).

### **Paranapoema**

A área onde está assentada a cidade de Paranapoema pertencia aos irmãos Vitorelli, que em 1952 organizaram a **Imobiliária Paranapoema, procedendo à medição e demarcação dos lotes urbanos e rurais, lançando assim as bases de colonização da futura cidade**. O nome dado à cidade é referência à Imobiliária Paranapoema; comenta-se que este, originou-se na junção dos nomes dos rios Paraná, Pirapó e Parapanema, que circundam o município, sugerido pelo aviador que conduzia os fundadores, que foi prontamente aceito.<sup>130</sup> (Grifo nosso)

### **Santa Cruz de Monte Castelo**

**O nome Santa Cruz de Monte Castelo, foi extraído da primeira Companhia Imobiliária a operar na localidade que tinha o nome de “Companhia Comércio e Colonizadora Santa Cruz”, e Monte Castelo, em homenagem aos pracinhas brasileiros que participaram da “Tomada de**

---

<sup>127</sup> Disponível em: <<https://www.grandesrios.pr.gov.br/cidade>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

<sup>128</sup> Disponível em: <<http://www.cianorte.pr.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2020

<sup>129</sup> Disponível em: <<http://www.mariluz.pr.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2020.

<sup>130</sup> Disponível em: <<http://www.paranapoema.pr.gov.br>>. Acesso em: 13 out. 2020.

Monte Castelo,” na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. A denominação foi idealizada pelo Júlio Mariucci, que era de origem italiana e um dos fundadores da Cidade [...] Até o ano de 1950, as terras em que se localiza o Município de Santa Cruz de Monte Castelo, pertenciam ao Governo do Estado, quando foram requeridas por Orlando Leite, Ernesto Brito Cavalcante, Manoel Boaventura e outros, que passaram a ser proprietários de extensos tratos de terras na região. Estes senhores, **em 1951**, venderam uma área de vinte e dois mil alqueires a Julio Mariucci, Antonio Cantizzani e Amador Coelho Aguiar, os quais formaram, desde logo, uma empresa Imobiliária que passou a funcionar sob a denominação de Companhia Comercial e Colonizadora Santa Cruz. **Ainda no mesmo ano, a nova Companhia Imobiliária planejou, demarcou e dividiu as terras de sua propriedade em datas, sítios, chácaras e fazendas**, obedecendo a um plano pré-estabelecido, diverso do que era adotado por outras empresas, suas antecessoras. Assim é que **o perímetro urbano e suburbano foi loteado, traçado e dividido de acordo com as mais modernas técnicas urbanísticas**.<sup>131</sup> (Grifo nosso).

As nomeações mencionadas compartilham uma mesma condição: todos enunciam como seus nomes os nomes das empresas que as fundaram. Por isso, compreendemos que, nesses casos, existe um processo metonímico de nomeação. Dessa maneira, as expressões nominais recortam lembranças de acontecimentos enunciativos em que esses nomes surgiram e designaram. “Este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 12).

Podemos afirmar que este memorável de acontecimentos – os quais se relacionam com as companhias loteadoras de terras, conforme confirmamos nas narrativas apresentadas nas páginas virtuais da prefeituras de cada uma das cidades – significa os enunciados, projetando, a cada nova temporalidade, sentidos outros, uma vez que a futuridade própria do acontecimento viabiliza possibilidades para novas interpretações, novas enunciações.

Os nomes das empresas imobiliárias convertem-se nos nomes dos lugares, das cidades, que passam a ser identificados por terem sido colonizados pelas empresas que a nomearam. Por isso, os nomes da colonizadoras nomeiam, localizam, identificam e designam as cidades. Temos, assim, a constituição de

---

<sup>131</sup> Disponível em: <https://www.santacruzdemontecastelo.pr.gov.br>. Acesso em 17 out. 2020

sentidos próprios de origem, que retoma a atuação dessa companhias, seu sucesso financeiro.

No caso da construção nominal *Santa Cruz do Monte Castelo*, além da retomada do nome da colonizadora *Santa Cruz*, há outros cruzamentos de enunciados, um deles recorta um memorável religioso, o outro se inscreve em um episódio da história do Brasil, marcado por confronto militares.

O memorável religioso, mais especificamente o católico, está presente em uma das nomeações que o Brasil já teve, na época em que o país era colônia de Portugal: *Terra de Santa Cruz*. Assim, temos essa rememoração que é renovada pelo nome da companhia *Santa Cruz* e pelo nome da cidade. A cidade se inscreve na história nacional, retomando, também, ideais de conquista e de desbravamento presentes em nossa época como colônia. Ideais que nortearam toda atuação e tornaram famosas essas companhias de terras. Temos o memorável do colonizador presente em dois momentos, da colonização do Brasil e da colonização do norte do Paraná.

O memorável de guerras, de lutas de Estado se relaciona ao enunciado *Monte Castelo*, que nomeia um violento conflito ocorrido entre Aliados (Brasil e Estados Unidos) e o exército alemão, na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial. Esse episódio marcou a presença efetiva da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra. Assim, a enunciação de *Monte Castelo* recorta um passado do heroísmo brasileiro: “História que opera fortemente na determinação dos enunciados de nomes.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 56).

Os acontecimentos, portanto, que constituem *Santa Cruz do Monte Castelo* dizem a nacionalidade brasileira, mas também mantêm relação com a história italiana, haja vista que o sujeito que nomeia possui essa ascendência, rememorando um fato ocorrido em território italiano. A batalha foi nomeada levando em consideração o local em que ocorreu: Monte Castelo (topônimo). Assim, considerando a história de enunciações da expressão *Monte Castelo*, podemos afirmar que antes de constituir nomes de cidade ou de batalha, essa nomeação já designava, um acidente geográfico, identificando uma forma de relevo localizado na região da Bolonha, Itália. Nessa direção, verificamos, mais uma vez, que “o nome carrega um histórico de enunciações socialmente relevantes [...] e assim se expõe ao

fluxo de relação entre memória e atualidade no acontecimento enunciativo.” (DIAS, 2016, p. 48).

Sobre o fundamento empresarial, verificamos que, no Norte Pioneiro, não há nomeações que recuperam essa memória. Essa mesorregião concentra as cidades mais antigas de toda a parte norte do estado, mas nenhuma delas enuncia como seu identificador o nome de alguma empresa loteadora de terra, diferentemente do Norte Novo e Norte Novíssimo, que já trazem vários exemplos.

O processo de reocupação do norte, baseado na lógica do movimento Marcha Para o Oeste, torna mais visível o trabalho das colonizadoras nas duas regiões mais recentes (conforme mapa 5), até pela quantidade de cidades existentes. Assim, o nome, além de homenagem, é visto como instrumento publicitário, pelo qual o êxito da companhia é perpetuado, e marca sua atuação, consolidada, na história do estado. Nessa linha de pensamento, os nomes de cidades, como elementos de marketing, são modos de identificar lugares como inseridos em um discurso comercial. Esses são sentidos possíveis para a leitura que fazemos sobre a presença, e/ou ausência, de nomeações desse tipo.

#### 4.8 INDÍGENA

**Norte Velho ou Pioneiro:** Abatiá, Andirá, Cambará, Congonhinas, Curiúva, Guapirama, Ibaí, Itambacará, Jaboti, Jacarezinho, Japira, Jataizinho, Quatiguá, Sapopema, Uraí.

**Norte Novo:** Apucarana, Arapuã, Cambé, Cambira, Guaraci, Iporã, Iguaçu, Itaguajé, Itambé, Ivaiporã, Ivatuba, Jaguapitã, Kaloré, Mandaguaçu, Mandaguari, Maringá, Marumbi, Novo Itacolomi, Paiçandu, Porecatu, Sarandi.

**Norte Novíssimo:** Amaporã, Guairaçá, Guaporema, Icaraíma, Inajá, Iporã, Ivaté, Japurá, Paranavaí, Tamboara, Tapejara, Tapira, Umuarama, Xambê.

Ao longo de nossa pesquisa, temos abordado a influência de etnias indígenas no processo de nomeação das cidades no norte do Paraná. Nomes que em suas narrativas relatam uma história de opressão e invisibilidade de povos originários, marcadas na história e também na linguagem. Uma história que não foi contada por eles, em uma língua que não é a deles.

Atualmente, vivemos um momento em que grupos minoritários de nossa sociedade buscam a reafirmação de sua identidade, promovem conscientização e reivindicam representatividade na luta por direitos. Mesmo com dificuldades, esses segmentos seguem, cada vez mais, ocupando espaços que antes lhes eram negados e dão visibilidade às causas que defendem. O site *Politize!*<sup>132</sup>, na seção “O que são as minorias?”, aponta quatro características pelas quais é possível reconhecer o segmentos minoritários da sociedade, são elas:

**Vulnerabilidade:** os grupos minoritários, em geral, não encontram amparo suficiente na legislação vigente, ou, se o amparo legal existe, não é implementado de modo eficaz. Por isso, é comum a luta desses grupos por terem sua voz mais escutada nos meios institucionais.

**Identidade em formação:** mesmo que exista há muito tempo e que tenha tradições sólidas e estabelecidas, a minoria vive em um estado de ânimo de constante recomeço de sua identificação social, por ter de se afirmar a todo momento perante a sociedade e suas instituições, reivindicando seus direitos.

**Luta contra privilégios de grupos dominantes:** Por serem grupos não-dominantes e, muitas vezes, discriminados, as minorias lutam contra o padrão vigente estabelecido. Essa luta, na atualidade, tem como grande marca a utilização das mídias, para expor a situação dessas minorias e levar conhecimento para a população em geral.

**Estratégias discursivas:** As minorias organizadas, em geral, realizam ações públicas e estratégias de discurso para aumentar a consciência coletiva quanto a seu estado de vulnerabilidade na sociedade. Além das mídias [...], passeatas e manifestos também são frequentemente utilizados.

Vemos, assim, que, na luta por direitos, a linguagem é preocupação das minorias. Ela é ferramenta de conscientização, constituída de carga ideológica e política. Logo, é produtora sentido.

Em nossa tese, o foco recai sobre o movimento de nomeação, sobre as designações dos nomes. Por isso, antes de tratarmos do processo de nomeação de cidades que evocam um memorável indígena, retomamos a seguinte questão: como os integrantes das etnias indígenas querem ser chamados?

Hoje em dia, circulam alguns termos em nossa sociedade, como *índio* e *indígena*. A respeito da denominação *índio*, as pesquisadoras Célia Collet,

---

<sup>132</sup> *Politize!* é uma Organização Não Governamental – ONG, atuando por meio da educação política e promovendo a diversidade de ideias, crenças e posicionamentos. É possível acessar o site da instituição pelo link <https://www.politize.com.br/>.

Mariana Paladino e Kelly Russo, na obra *Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas*, apresentam:

O conceito de índio provém de um equívoco: o fato de os colonizadores europeus, em sua chegada ao continente americano, acharem que estavam na Índia e estenderem de forma genérica a denominação para todos os habitantes que encontraram vivendo nesse território. (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014, p. 11).

Na dissertação de mestrado *A nomeação como procedimento de constituição da identidade negra nos discursos sociais e nos documentos oficiais do estado: um silenciamento da miscigenação*, Marcelo Giovannetti Ferreira Luz discorre sobre a temática, afirmando:

No caso da nomeação do índio, o europeu assume um lugar enunciativo específico, afetado pelo equívoco, ou seja, em decorrência de uma primeira nomeação das terras então descobertas tidas como Índias Ocidentais. Podemos observar que a nomeação “índias” é, de alguma forma, genérica para os territórios encontrados fora dos continentes europeu e africano – até então conhecidos pelos europeus. Logo, seguindo o pensamento de Orlandi supracitado, devemos compreender os acontecimentos linguístico e discursivo do nome “índio” como uma interpretação feita do lugar enunciativo dos europeus naquela época em que se procurava a todo custo o caminho para as Índias, em busca das especiarias, dos produtos que serviriam mais tarde para o comércio em terras portuguesas. (LUZ, 2011, p. 25).

A denominação *índio* não instaura, dessa maneira, nenhuma relação de pertencimento ou identificação, pois é um nome pelo qual o não indígena significou o nativo, é pelo olhar desse outro que vários povos são ditos e significados. Significação que nasce de um equívoco na história, que se estende e se cristaliza na língua. O sujeito indígena não se sente representado pelo nome.

Collet, Paladino e Russo (2014) abordam, também, o conceito de *indígenas*. Em suas próprias palavras:

A denominação indígena significa, segundo os dicionários de língua portuguesa, “nativo, pessoa natural do lugar ou do país em que habita”. Apesar de parecer mais correta do que o termo índios, é importante destacar que também se trata de uma categoria trazida de fora, isto é, pelo colonizador ou não indígena. Antes da chegada dos europeus, a população nativa não tinha um nome para designar-se como coletivo. Cada povo ou etnia tinha sua própria denominação, que a distinguia das demais. (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014, p. 11).

Desse modo, compreendemos que o termo *indígenas*, apesar de não ser incorreto, não reproduz a alta diversidade de povos, línguas e culturas que o compõem. Cada etnia possui uma forma de identificar e de ser identificado, seus costumes e tradições. Sempre que possível devemos especificar o nome da etnia, assim, ao mesmo tempo em que há singularização, projetamos, também, a pluralidade desse universo.

Quando vamos nos referir à coletividade, uma das palavras recorrentes em língua portuguesa é *tribo*, sobre a qual há as seguintes orientações:

E o termo tribo? Este, sim, está errado, quando utilizado como sinônimo de povo ou etnia indígena. Em antropologia, o conceito de tribo designa um tipo de organização social associado ao nomadismo e a um tipo de chefia que possui prestígio e consegue mobilizar pessoas principalmente a partir da guerra ou com finalidades específicas, mas não possui poder permanente (Fausto, 2000). Estudos arqueológicos comprovam que, antes da colonização europeia, nem todos os grupos indígenas existentes no atual território brasileiro estavam organizados como tribos. Havia também sistemas políticos mais complexos, como os cacicados. O conceito genérico de tribo, portanto, não é adequado para analisar todas as formas de organização política indígena, sendo mais correto o uso do conceito de etnia ou povo indígena. (COLLET; PALADINO; RUSSO, 2014, p. 12).

Atualmente, os movimentos sociais voltados à defesa da causa indígena buscam resguardar os direitos desses povos, são mobilizações em que os indígenas articulam-se para serem ouvidos, em que eles mesmos (se) dizem, definindo, inclusive, as nomeações pelas quais querem ser chamados.

Em “Das relações de sentido na linguagem ou sobre como a metáfora produz acontecimento”, Mariângela Peccioli Galli Joanilho tece observações oportunas, que contribuem para pensarmos o processo de nomeação, ao olhar para a relação entre sujeito, sentidos e linguagem. Por estarmos tratando, no momento, da(s) forma(s) mais adequadas de identificação do sujeito indígena, consideramos que o fragmento a seguir repercute, de maneira ainda mais sensível, a importância do nome na construção do processo identitário:

Toda a experiência em que se manifesta uma subjetividade e em que se coloca a produção de sentidos envolve modos historicamente peculiares de se compreender a própria experiência de si. E estas experiências não se fazem sem se passar pela linguagem. (JOANILHO, 2014, p. 249).

Carlos Alberto dos Santos, ambientalista, escritor e conferencista, da etnia txucarramãe, viveu por mais de uma década em uma aldeia guarani e por eles

foi batizado como Kaká Werá Jecupé, sendo mais conhecido como Kaká Werá<sup>133</sup>. Em entrevista ao programa *Roda Viva*<sup>134</sup>, o ativista fala da importância de se usar a terminologia correta para se referir aos povos indígenas, após elencar várias designações pejorativas como “negros da terra”, “gentios da terra” e “bugres”, afirma ser “povos originários” a expressão mais adequada.

A expressão também é ratificada como a mais apropriada por Daniel Monteiro da Costa, mais famoso como Daniel Munduruku<sup>135</sup>, que adotou como sobrenome o nome de seu povo, dando visibilidade à sua etnia. Ele é um dos principais autores de uma vertente em crescimento na literatura brasileira: a literatura escrita pelos próprios povos originários.

Sobre a importância de se respeitar o nome escolhido pelos sujeitos indígenas, nas quais eles encontram uma relação de pertencimento e autorizam o outro a dizer sobre eles, o autor afirma em um vídeo veiculado em seu canal na plataforma *YouTube*:

Nós somos da cultura da palavra. A palavra, para nós, tem sentido. A palavra, para nós, tem alma, tem vida. A palavra enobrece ou, também, ela detona, derruba, destrói. Então, saber usar a palavra para tratar o outro é sinal de inteligência. É sinal de humanidade, é sinal de tolerância com o outro. E tolerância não é aquilo que a gente fala, que, às vezes, a gente ouve: “Ah! Eu sou tolerante! Eu aguento o cara, eu suporto ele”. Não é isso. Tolerância é o que se dizia antes. É deixar que o outro seja. Não aquilo que a gente quer que ele seja, mas aquilo que ele é de fato. E cabe a uma sociedade decente lutar para que o outro seja o que ele quer ser.<sup>136</sup>

---

<sup>133</sup> Nasceu na cidade de São Paulo, em 01/07/1964. É terapeuta e professor, sua metodologia de trabalho envolve a imersão na cultura indígena, em que costumes ancestrais são vivenciados pelos participantes. No início dos anos 2000, ganhou notoriedade por dedicar-se ao desenvolvimento de atividades voltadas aos professores em sua oca-escola, conforme podemos observar na reportagem “A oca-escola de Kaká Werá”, veiculada pela Folha Online, disponível no link: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/sinapse/ult1063u696.shtml>.

<sup>134</sup> Vídeo intitulado *Quais são os termos corretos para se referir a povos indígenas?* disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=vNJYqBE0w90>.

<sup>135</sup> Nasceu na cidade de Belém, estado do Pará, em 28/02/1964. É graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. É doutor em Educação pela Universidade de São Paulo – USP e possui pós-doutorado em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Publicou mais de 50 obras que retratam as diversas matizes da cultura indígena, sendo premiado nacional e internacionalmente. As informações apresentadas foram retiradas do blog de Daniel Munduruku: <http://danielmunduruku.blogspot.com/>.

<sup>136</sup> Título do vídeo: *Índio ou indígena?* no canal do YouTube de Daniel Munduruku. Encontra-se disponível pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=4Qcw8HKFQ5E>.

Reproduzimos, agora, alguns trechos de uma entrevista de Munduruku, em que ele fala um pouco mais sobre a questão da terminologia correta, a qual consta na página virtual da BBC News Brasil<sup>137</sup>:

**BBC News Brasil - Qual o problema da palavra "índio"?**

**Daniel Munduruku** - Do meu ponto de vista, a palavra índio perdeu o seu sentido. É uma palavra que só desqualifica, remonta a preconceitos. É uma palavra genérica. Esse generalismo esconde toda a diversidade, riqueza, humanidade dos povos indígenas. Quando a gente usa a palavra índio, estamos nos reportando a duas ideias. Uma é a ideia romântica, folclórica. É isso que se comemora no dia 19 de abril. Aquela figura do desenho animado, com duas pinturas no rosto e uma pena na cabeça, que mora em uma oca em forma de triângulo. Há a percepção de que essa é uma figura que precisamos preservar, um ser do passado. Mas os indígenas não são seres do passado, são do presente. A segunda ideia é ideologizada. A palavra índio está quase sempre ligada a preguiça, selvageria, atraso tecnológico, a uma visão de que o índio tem muita terra e não sabe o que fazer com ela. A ideia de que o índio acabou virando um empecilho para o desenvolvimento brasileiro.

**BBC News Brasil - Então, deveríamos abandonar a palavra "índio" e usar "indígena"?**

**Munduruku** - Uma palavra muda tudo? Sim, uma palavra muda muito. Nos meus vídeos e palestras, eu tenho sempre feito uma separação fundamental entre "índio" e "indígena". As pessoas ainda pensam que índio e indígena é a mesma coisa. Não é. O próprio dicionário diz isso. A palavra indígena diz muito mais a nosso respeito do que a palavra índio. A palavra índio gera uma imagem distorcida. Já indígena quer dizer originário, aquele que está ali antes dos outros. Ah, então eu nasci em São Paulo, eu sou indígena? Não, você é nativo. Para ser originário precisa ter um pertencimento a um povo ancestral. O antônimo (contrário) de indígena é alienígena, aquele que vem de fora. Então, eu uso indígena para reforçar o fato de que somos originários. Além disso, eu não sou um indígena qualquer. Eu tenho um lugar de pertencimento: Munduruku. É importante reforçar a identidade dos povos.

**BBC News Brasil - No Brasil, ainda é muito raro tratarmos os povos pelo nome. Por quê?**

**Munduruku** - É muito mais fácil usar uma palavra genérica do que efetivamente dar aos povos indígenas o peso da sua identidade. Identificar os diferentes povos indígenas significa garantir a eles direitos e políticas específicas, não políticas genéricas.

Os esforços dos ativistas indígenas em conscientizar os não indígenas sobre os nomes que melhor lhes representam e respeitam sua história e ancestralidade salientam a força simbólica do nome. O destaque à linguagem cresce, criticando a dominação existente na sociedade, discriminação que também

---

<sup>137</sup> Entrevista intitulada *Dia do Índio é data 'folclórica e preconceituosa', diz escritor indígena Daniel Munduruku*, disponível no link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47971962>.

ocorre na/pela linguagem. Essas críticas são direcionadas a lugares regularmente privilegiados ao longo da história, denunciando e combatendo as desigualdades. Desse modo, exigindo tomada de posição por parte daquele que enuncia, situando-o em um território de denúncia, de combate. A linguagem inclusiva reflete e enuncia lutas identitárias de seres culturais, que orientam o destino dessa língua.

O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a base comum de processos discursivos diferenciados, que estão compreendidos nela na medida em que [...] os processos ideológicos simulam os processos científicos. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81).

A língua, apesar de ser um sistema partilhado socialmente, está relacionada diretamente a disputa pelo poder, envolvendo questões históricas, sociais e culturais. Essa discussão, apesar de ser bem presente em grupos minoritários de uma sociedade, não é exclusivo dele. Um debate envolvendo o nome da cidade mais famosa da China ganhou força durante os Jogos Olímpicos em 2008. Diariamente, durante as transmissões do evento esportivo, víamos em seu símbolo oficial o nome *Beijing*, uma forma bem diferente da que sempre conhecemos em língua portuguesa: *Pequim*. Questionamentos, então, surgiram, sobre a forma correta de se chamar a cidade.

Mesmo sendo *Pequim* a forma validada em língua portuguesa para a capital da China, não é assim que os próprios chineses se referem à cidade. O nome usado por eles – e adotado por muitos países – é *Beijing* (“capital do norte”, em mandarim). A língua oficial da China é o mandarim, apesar de existirem outras línguas e dialetos no país. O mandarim não possui um alfabeto, por isso os ocidentais utilizam esse sistema de transliteração para aprendê-lo e compreendê-lo. Desde a década de 1950, há um sistema de transcrição dos ideogramas para o alfabeto latino chamado de Pinyin. Outros sistema de transcrição já existiram, Pinyin é o atual e oficializado pelo governo chinês desde 1979, sendo também adotado por organizações internacionais, como as Nações Unidas.

Vemos, então, a preocupação do governo chinês em regular a transcrição fonética do mandarim para o alfabeto romano, empenhando-se em uniformizar as transliterações que o Ocidente faz de seus nomes. Por essa

providência, um Estado soberano busca formas para assegurar como deseja ser identificado por outras culturas e países. Por esse prisma, entendemos que o nome *Pequim* não seria adequado.

Para os brasileiros, o emprego de *Pequim* decorre da Era das Grandes Navegações. A nomeação foi inserida aqui pelos portugueses, pois era a forma como se referiam à cidade desde o Século XVI, na qual estabeleceram intensas relações comerciais. *Beijing* foi adotada pelos países de língua inglesa, como os Estados Unidos da América e a Inglaterra.

No entanto, muitas formas romanizadas no sistema antigo permanecem em outros idiomas. Basta olharmos para nossas línguas-irmãs: o francês (*Pékin*), o italiano (*Pechino*) e o espanhol (*Pekín*). Outras cidades que também tiveram o nome alterado pelo uso do Pinyin foram: *Xangai*, cuja transliteração atual é *Shanghai*; *Cantão*, que passou a ser *Guangzhou* e *Nanquim*, atualmente, Nanjing.

De todo modo, esse debate instiga o pensar sobre as diferentes forças simbólicas envolvidas quando tratamos da relação entre as línguas. Temos um país de cultura milenar, um Estado soberano, que normatiza a forma de transcrição de sua língua oficial para os países ocidentais, ou seja, especifica aos outros como quer ser identificado. Por outro lado, há países ocidentais, também nações soberanas, com suas línguas de Estado, que podem adotar, ou não, a nova transcrição proposta.

Uma das justificativas centra-se na carga histórica do nome cristalizado na cultura desses países, que colocam isso como relevante. Temos um assunto complexo que envolve a hierarquização de uma língua sobre a outra. O que deve ser mais importante? Considerar a forma como o outro se vê representado ou considerar a história de um nome em nossa própria cultura, nossa própria língua?

Ainda não há um consenso, a língua não é estática e sofre mudanças. Por enquanto, não há um posicionamento oficial sobre a adoção de *Beijing*, não há a exigência de um padrão, o uso não é obrigatório. Nesse cenário, seja qual for a escolha feita, ela nos significa como sujeito de linguagem e também, significa nossa origem como falantes de uma língua.

Tratar dessa problemática é relevante para nossa tese, pois nossa pesquisa é em linguagem. São formas de dizer, de nomear e significar o outro. Sentidos que recuperam outras enunciações, marcadas na história.

Voltando ao debate sobre a questão indígena, quando nos referirmos à coletividade, utilizamos ao longo da tese a expressão “povos originários”, utilizamos também o termos *indígena* e *indígenas*, conscientes de toda a diversidade que o termo abarca, por isso, sempre que possível, indicaremos a etnia quando se tratar de algum povo específico. Realizados esse percurso reflexivo, após, apresentarmos esses esclarecimentos, partimos para a análise.

Os nomes que evocam um memorável indígena compõem um número significativo de nomeações de municípios norte-paranaenses, destacando-se com relação a outros memoráveis. São 50 nomes influenciados por línguas e dialetos, do tronco Macro Jê – com o Kaingang – e do tronco Tupi, subgrupo Tupi-Guarani, com as línguas guarani e tupi antigo. Essas línguas foram sendo incorporadas ao português durante o processo de colonização do Brasil, algo que foi se naturalizando e se estabilizando na língua. Portanto, a grande quantidade existente de nomes com influência indígena não indica, necessariamente, que homenagens foram feitas a esses povos.

Nesta seção, temos o objetivo de discutir sobre a questão do político na linguagem e de como as línguas indígenas significam no espaço de enunciação brasileiro. O referencial indígena é constitutivo dessas nomeações, mas nosso interesse não é etimológico, é investigar o movimento designativo dos nomes de cidades que compõem o *corpus*, é compreender como esses nomes produzem sentidos. Para tanto, consideramos o ato de enunciar, de assumir a palavra como prática política, a qual não se limita aos domínios da governança pública, mas “diz respeito às práticas sociais em geral, nas quais a linguagem é fundamental.” (ELIAS DE OLIVEIRA, 2014, p. 44-45) e, desse modo, é condição necessária a todo dizer.

O memorável indígena reflete nossa tradição como povo e está presente na significação desses enunciados que continuam a significar n/a história dessas cidades. Nessa tendência, são retomados elementos da natureza: *Mandaguaçu* – do tupi, “enxame de abelhas” ou “abelha grande”; *Porecatu* – do guarani, “salto bonito” ou “cachoeira bonita”; *Kaloré* – do *Kaingang*, “terra fofa” ou “terra fértil”.

A assimilação das línguas indígenas no português do Brasil mostra-se em enunciados que combinam estruturas dessas línguas como em:

- 1) *Jacarezinho*: resultado da união entre *jacaré*, *îakaré* ou *jaeça-karé* “aquele que olha de lado” em tupi e o sufixo *-inho*, da língua portuguesa, que indica o grau diminutivo.
- 2) *Congonhinhos*: junção do termo *kõ'gõi*, “o que mantém o ser”, “o que sustenta”, “o que alimenta” em tupi, que identifica uma variedade da erva-mate e o sufixo *-inha* da língua portuguesa, que traz a ideia de diminutivo e a desinência *s*, indicando o plural.
- 3) *Novo Itacolomi*: o adjetivo “novo”, com origem no latim “novus”, precede a palavra indígena “itacolomi” ita – pedra, kunumi – menino, “menino de pedra”, em tupi.

O grande número de nomes com influência indígena demonstra que as línguas “estão sempre em relação e sempre se tornam outras.” (GUIMARÃES, 2005c, p. 23). Sobre o assunto, Fedatto (2009, p. 22) salienta:

Parece que há uma incorporação da língua outra na língua nacional, produzindo um deslize, uma quebra na língua oficial de diferentes modos; no caso da língua indígena, essa incorporação está ligada à transcrição para a escrita do português[...]

Ao aportuguesar a escrita, há um movimento que apaga a língua indígena. Ao incorporar a forma linguística indígena à língua do homem branco, à língua portuguesa, a língua indígena é descaracterizada para facilitar ou se adequar às exigências do homem branco. A língua portuguesa, como espaço de enunciação brasileiro, é dividida e hierarquizada. Naturaliza-se o uso da palavra, do nome, como se fosse algo que já compusesse, espontaneamente, a língua portuguesa. Tal situação pode ser observada, por exemplo, em *Jataizinho*:

Palavra formada pelo termo “jatai” acrescida do elemento de ligação “z” e do sufixo diminutivo “inho”. O termo “jatai” vem do tupi “yaátã-yba” contrato para “ja-ata-y” ... árvore de fruto duro. Designa também uma abelha silvestre, do gênero *Trigona* que se aninha nesta árvore. (FERREIRA, 2006, p. 162).

O que a transparência da linguagem simula ser uma homenagem – por toda a conjuntura histórica que envolve a figura do indígena em nosso país – na

verdade, observamos mais uma forma de apropriação e de apagamento da tradição indígena de nossa história.

Por isso, neste momento, nossa intenção é observar as especificidades da língua portuguesa do Brasil, promovendo uma reflexão sobre o assunto e buscando compreender as propriedades dessa língua que, ao ser transportada de Portugal para cá, adquiriu singularidades, características distintas do português europeu. Sobre essa relação entre línguas, advoga Guimarães ([2002]2005a, p. 9):

As línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas. Um aspecto fundamental nessas condições é que elas funcionam sempre em relação a outras línguas. E elas se dividem sempre e é por isso que se tornam, historicamente, outras. Em outras palavras, pelo fato de funcionarem sempre em relação com outras línguas, as línguas se modificam, tornando-se outras em dois sentidos, pelo menos: ou se tornam outras línguas, como o que ocorreu, por exemplo, com o latim, que acabou por se transformar nas diversas línguas latinas, como o português, o espanhol etc., ou se tornam outras porque, mesmo sendo ainda a mesma língua (o português, por exemplo), já não são exatamente a mesma, porque dividiram suas formas, suas expressões, seus modos de dizer de um modo não existente até um certo momento.

No artigo “A Língua Portuguesa no Brasil”, publicado em 2005, Eduardo Guimarães apresenta como ocorreu o processo de transposição – ou transplantação – dessa língua de imigração para o nosso país e ao construir essa trajetória reflexiva, aponta contrastes entre o português falado aqui e o português europeu. Ao longo de seu texto, ele esclarece:

A vinda da língua portuguesa para o Brasil não se deu [...] em um só momento. Ela se deu durante todo o período de colonização entrando em relação constante com outras línguas. Por outro lado, o povoamento do Brasil se fez com a vinda de portugueses de todas regiões de Portugal. Desse modo, sua vinda para o Brasil traz para esse novo espaço as diversas variedades do português de Portugal. Estas variedades se instalarão em lugares diferentes do Brasil mas, em muitos casos, elas convivem num mesmo espaço, como no Rio de Janeiro, por exemplo. O português do Brasil vai, com o tempo, apresentar um conjunto de características não encontráveis, em geral, no português de Portugal, da mesma maneira que o português, em diversas outras regiões do mundo, terá características também específicas, em virtude das condições novas em que a língua passou a funcionar. (GUIMARÃES, 2005b, p. 25).

Nesse sentido, depreendemos que o português falado no Brasil desenvolveu particularidades, diferenciando-se da língua de Portugal. A relação

entre várias línguas compõe um cenário que torna o português brasileiro uma língua única, mas não una.

Dessa maneira cria-se historicamente no Brasil o sentido de apropriação do português enquanto uma língua que tem as marcas de sua relação com as condições brasileiras. Pela história de suas relações com outro espaço de línguas, o português, ao funcionar em novas condições e nelas se relacionar com línguas indígenas, língua geral, línguas africanas, se modificou de modo específico [...] (GUIMARÃES, 2005b, p. 25).

Ao longo da existência da língua portuguesa em território brasileiro, além do contato com línguas indígenas, é relevante considerarmos as línguas de imigração, as quais receberam um tratamento totalmente distinto. Os registros trazidos pela história de nosso país, por exemplo, não apresentam os portugueses impondo sua língua aos imigrantes que vieram para o Brasil, entretanto, essa prática foi realizada sistematicamente com os indígenas e escravizados: “Insiste-se, há séculos, na unicidade da nossa cultura. Diluem-se as diferenças. O “outro” que elegemos como contraponto de nossa identidade é o europeu: como nosso antepassado e como imigrante.” (ORLANDI, 2008, p. 67)

Esse percurso reflexivo nos encaminha à análise de um conceito-chave para a Semântica do Acontecimento: o *espaço de enunciação*. Em *Brasil: País Multilíngue* (2005c), Eduardo Guimarães perscruta o multilinguismo brasileiro, resultado de relações entre línguas diversas. Segundo o linguista:

As línguas são afetadas, no seu funcionamento, por condições históricas específicas. Para mim, as línguas funcionam segundo o modo de distribuição para seus falantes. Elas são objetos históricos e estão sempre relacionadas inseparavelmente daqueles que as falam. É por isso que as línguas são elementos fortes no processo de identificação social dos grupos humanos. Isto caracteriza o que é, para mim, o espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2005c, p. 22).

Após definir o que é o espaço de enunciação, o autor discute algumas noções relevantes para compreensão da prática política na linguagem. O *político* é componente norteador, pelo qual passa o entendimento sobre o que é o *espaço de enunciação*. O semanticista discorre, então, sobre as categorias: *língua materna*, *língua franca*, *língua nacional* e *língua oficial*. Em suas palavras:

Para falar dessa distribuição das línguas para seus falantes, podem ser consideradas algumas categorias normalmente usadas de modo, às vezes, tácito e não definido. Vou apresentar quatro dessas categorias, dando delas uma definição mesmo que provisória. **Língua materna**: é a língua cujos

falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para seus falantes. **Língua franca:** é aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes dessa língua para o intercuro comum. **Língua nacional:** é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencer a esse povo. **Língua oficial:** é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. Pode-se ver que as duas primeiras categorias tratam das relações cotidianas entre falantes e as duas seguintes de suas relações imaginárias (ideológicas) e institucionais. (GUIMARÃES, 2005c, p. 22).

Guimarães esquadriha o processo de formação do português brasileiro e aponta as razões para que as línguas indígenas e as línguas de imigração tenham recebido formas de tratamento bem distintas:

Deste modo o espaço de enunciação do Brasil passa a ter, em torno da língua oficial e nacional [português], duas relações significativamente distintas: de um lado as línguas indígenas (e num certo sentido as línguas africanas dos descendentes de escravos) e de outro as línguas de imigração. Essa diferença não é simplesmente uma diferença empírica do tipo: as línguas indígenas e seus falantes já existiam no Brasil quando da chegada dos portugueses e as línguas de imigração vieram depois. A diferença é de modo de relação. As línguas indígenas e africanas entram na relação como línguas de povos considerados primitivos a serem ou civilizados (no caso dos índios) ou escravizados (no caso dos negros). Ou seja, não há lugar para essas línguas e seus falantes.

O estudioso continua seu raciocínio, afirmando:

No caso da imigração, as línguas e seus falantes entram no Brasil por uma ação de governo que procurava cooperação para desenvolver o país. E as línguas que vêm com os imigrantes eram, de algum modo, línguas nacionais ou oficiais nos países de origem dos imigrantes. Essas línguas são línguas legitimadas no conjunto global das relações de línguas, diferentemente das línguas indígenas e africanas. As línguas dos imigrantes eram línguas de povos considerados civilizados, em oposição às línguas indígenas e africanas. Enquanto língua oficial e língua nacional do Brasil, o português é uma língua de uso em todo o território brasileiro, sendo também a língua dos atos oficiais, da lei, a língua da escola e que convive, na extensão do território brasileiro, com um grande conjunto de outras línguas (de um lado as línguas indígenas e de outro as línguas de imigrantes). Por outro lado, enquanto língua nacional, o português é significado como a língua materna de todos os brasileiros, mesmo que um bom número de brasileiros tenham como língua materna outras línguas, ou indígenas ou de imigrantes. (GUIMARÃES, 2005b, p. 25).

Assim, Guimarães ressalta, mais uma vez, que o espaço de enunciação “interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto.” (GUIMARÃES, 2003, p. 55).

Dessa forma, assumimos esse conceito como um lugar desigual, de confrontos e conflitos.

Tomando o que foi exposto ao longo desta subseção, afirmamos que as línguas imigrantes são aceitas como legítimas porque são línguas de Estado. As línguas dos colonizadores europeus representam a civilização, são mecanismos de dominação, conquista. As línguas indígenas, por sua vez, são faladas por povos significados como “selvagens”, alvos de dominação, de domesticação.

Neste momento, tomamos para análise o nome *Xambrê*, que apresenta um origem controversa. O *website* da prefeitura do município expõe:

- 1) A origem do nome de Xambrê faz referência ao Rio Xambrê. No entanto, o sendo comum menciona que a origem do nome está associada ao engenheiro francês Chambert ou de origem indígena, referindo-se ao cacique Jambê, que tinha na época, grande influência no Vale do Piquiri.<sup>138</sup>

Na página virtual do jornal *Gazeta do Povo* é apresentada a seguinte explicação:

- 2) Um dos expedientes mais comuns ao denominar os municípios é homenagear personalidades. Políticos, militares e profissionais liberais estão entre os que mais emprestaram seus nomes para as cidades paranaenses. Alguns, inclusive, tiveram seus nomes adaptados. [...] É o caso de Xambrê, no Noroeste, que homenageia o francês dr. Chambert, engenheiro da Companhia Byington.<sup>139</sup>

O jornal *Folha de Londrina*, em edição *on-line*, sobre a origem do nome da cidade, apresenta o seguinte texto:

- 3) Xambrê – em homenagem ao engenheiro francês Chambert, da companhia colonizadora do município. O termo foi simplificado pelos trabalhadores braçais para “Xambrê”. Fonte pouco autorizada diz ser de origem kaingangue, em homenagem a um cacique que habitou a região “Tixanber” ...amigo, amistoso ou “Jambrê”, “Jam” ...mãe+ “brê” ...junto, próximo, parente.<sup>140</sup>

---

<sup>138</sup> Disponível em: <<http://www.xambre.pr.gov.br>>. Acesso em 16 out. 2020.

<sup>139</sup> Disponível em: <[www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/como-nascem-os-nomes-das-cidades-9dvzty3441m3i11k5tgvyjsqj2/](http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/retratos-parana/como-nascem-os-nomes-das-cidades-9dvzty3441m3i11k5tgvyjsqj2/)>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>140</sup> Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/saiba-a-arigem-dos-nomes-de-algumas-cidades-5292.html>>. Acesso em: 22 out. 2020.

Nos três recortes apresentados, encontramos narrativas que relacionam o nome da cidade ao engenheiro francês *Chambert*, funcionário da empresa que loteou as terras onde o município nasceu. Isso configura um sentido possível, no entanto, o que chama nossa atenção é a forma, quase imposta, em que essa relação se deu e, ainda, é repercutida pelos veículos oficiais. Em (1) e (3), verificamos a inclusão de uma possível origem indígena. Em (2), essa relação é absolutamente descartada.

Em (1), correspondente ao discurso da prefeitura, informa que o “senso comum” – tipo de pensamento em que não há provas ou registros formais reconhecidos, que se dá por repetição, mas que nem sempre está correto – contempla que o nome é em homenagem ao engenheiro. Mesmo não sendo adotada como parte da história oficial, um órgão oficial assume essa narrativa como possibilidade – e significação – para a nomeação. Em contraposição a essa possibilidade, considerando o discurso mais lógico, propõe-se o nome da cidade como geográfico, proveniente de um rio, que já existia antes da cidade, nome este que recorta um memorável indígena, uma história indígena.

Em (2), discurso do jornal *Gazeta do Povo*, há negação da existência de um passado indígena. Não existe qualquer menção a uma origem relacionada a povos originários, colocando como verdade o que, em (1), é exposto como “senso comum”, sem fundamento histórico-científico. Em (3), discurso do jornal, a origem indígena é identificada como proveniente de “fonte pouco autorizada”, já a origem que homenageia o europeu é assumida como verdade.

O três fragmentos ressaltam a influência francesa na história fundadora da cidade e relacionam essa importância ao nome que ela recebe. No entanto, nem sempre a história em torno da cidade corresponde ao que precisamente aconteceu e acaba se tornando mais uma fábula do que o registro de um fato.

As chamadas ‘histórias de cidades’, muitas delas feitas de encomenda, em que alguém é convocado a escrever e se dispõe a reunir dados sobre uma urbe e a ordená-los, dando a ver um tempo de origens, um acontecimento fundador, acrescido da poesia de uma lenda, por vezes, e frequentemente de uma saga ocorrida nas épocas mais recuadas, realizada pelo povo fundador guiado por suas lideranças. (PESAVENTO, 2002, p. 12).

Em vista disso, podemos afirmar que o acidente geográfico natural homônimo já existia antes da cidade, sendo anterior à chegada da companhia loteadora. Incorporar nomes que se relacionavam à natureza, à topografia da região, faz parte das práticas de nomeação de lugares. Assim, defendemos que seria mais coerente assumir uma origem que recupera o nome geográfico, cuja enunciação retoma um memorável indígena, do que insistir em um passado europeu, forçando uma conexão.

Enunciar é estar em uma relação de poder, só nomeia quem tem legitimidade para tal. As narrativas que compõem a significação do nome são hierarquizadas e concorrentes entre si, isso acontece por um viés ideológico, que sustenta uma posição eurocêntrica. Interpretamos que há resistência em aceitar esse nome indígena, as enunciações que o compõem e, por consequência, a língua e os falantes indígenas.

Desse modo, sobre os acontecimentos enunciativos que nomearam as cidades do norte do Paraná – e, principalmente, sobre o nome *Xambrê* – é:

[...] possível afirmar que esses acontecimentos de linguagem se dão num espaço de enunciação em que estão o português e outras línguas, entre elas, línguas indígenas. E não só isso. O espaço de enunciação distribui essas línguas desigualmente, como se pode ver pelo modo de presença da língua indígena [...]. Assim, ser falante de português é ser falante de uma língua legítima; ser falante da língua indígena é ser falante de uma língua excluída [...] (GUIMARÃES, 2014, p. 54).

Entendemos que no espaço de enunciação a relação entre línguas é significada pela dominação da Língua Portuguesa, o que produziu determinados efeitos. Existe, portanto, nas enunciações que investigamos, um confronto enunciativo, em que há disputa pela origem do nome (indígena, francês), o que é enunciado pela língua dominante – o português.

Nesse sentido, a análise da díade nomeação-designação nos mostra que esses nomes são muito mais que demarcações de referências em um espaço, possibilitando o pensar sobre a história do funcionamento das línguas no Brasil e sobre a política das línguas no espaço brasileiro.

Pelo percurso analítico que construímos ao longo desta pesquisa, verificamos que “falar português no Brasil é falar uma língua que são várias.” (GUIMARÃES, [2002]2005a, p. 21). Em especial, pela observação do nome *Xambrê*,

foi possível compreender como transcorreu o processo de formação do nosso português.

Continuando nossa análise dos nomes que se constituem por um memorável indígena, voltamos nossa atenção ao nome *Maringá*, que é composto por dois étimos diferentes:

Termo híbrido formado pelas palavras “Maria” e “ingá”. O termo “Maria” é nome pessoal feminino, havendo duas possibilidades para sua origem, sendo que ambas vem do hebraico: 1) “Miriam”, formado por “mar”, gota, e “yâm, mar: gota de mar. 2) “Myrian” designa vidência, e resultou “Maria” em latim e grego (AN). O termo “ingá” vem do tupi “ingá”, o fruto do ingazeiro, árvore da família Leguminosae (*Inga edulis*). (FERREIRA, 2006, p. 188).

Além de sua composição morfológica heterogênea, as narrativas que tratam da origem do nome *Maringá* dispersam sentidos variados, mas se baseiam em um ponto comum: uma canção. No recorte a seguir, extraído do *site* da prefeitura do município, encontramos mais informações que abordam a gênese do nome e como essa origem vacilante auxiliou na constituição do imaginário sobre ele:

#### **Origem do Nome da Cidade**

Lendas são criadas a respeito da origem do nome de Maringá, que vão desde o cantarolar triste de um viúvo, derrubador de mato, que numa rede amarrada em árvores ninava seu filho, com a canção “Maringá, Maringá”. Os presentes comovidos resolveram dar o nome dessa canção a este lugar. Há também, uma lenda que diz que ao ouvir os caboclos cantando a canção enquanto derrubavam as matas, a senhora Elizabeth Thomas, esposa de Arthur Hugh Muller Thomas, um dos diretores da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, tenha sugerido o nome de Maringá à área que seria colonizada. Outra versão, é que por volta de 1940, esta área coberta por uma densa floresta, já era denominada por Maringá, tendo a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, colocado uma placa com esse nome nas imediações, a exemplo de outros nomes como Ivaí, Tibagi, Inajá e outros provenientes da língua guarani. Os córregos e rios eram tantos que lhes faltava criatividade para nomeá-los. Desta forma, encontraram um ribeirão que recebeu o nome de Maringá, provavelmente inspirado na canção de Joubert de Carvalho. Esse córrego foi batizado pelo Senhor Raul da Silva, na época, Chefe do Escritório de Vendas da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em Mandaguari. O nome desse córrego passou a ser o nome da futura cidade.<sup>141</sup>

Já na página virtual da Secretaria de Cultura de Maringá, a narrativa é diferente, mesmo retomando a origem musical do nome.

---

<sup>141</sup> Disponível em:< <http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo>>. Acesso em: 30 out. 2020.

Assim, Maringá recebeu o nome da canção, que por sua vez também tem sua história. Morava na cidade de Pombal, interior da Paraíba, numa ruazinha coberta por ingazeiros, uma linda cabocla de nome Maria do Ingá. Era filha de retirantes nordestinos, dona de uma beleza encantadora, de corpo bem feito, pele morena, olhos e cabelos negros. Maria fascinava a todos inspirando ardentes paixões. Um dia, uma seca inclemente, levou a linda Maria, deixando o político Rui Carneiro desolado de tristeza. Bairrista como todo nordestino, Rui pediu ao amigo Joubert de Carvalho, que fizesse uma música que exaltasse a mulher amada e sua terra natal. Para o famoso compositor não foi difícil fazer a combinação política da Maria do Ingá. Na fusão das palavras de Maria mais Ingá, surgiu Maringá, dando origem a Canção "Maringá, Maringá", que por volta de 1935, estourava nas paradas de sucesso.<sup>142</sup>

No acontecimento de nomeação do município, considerando as narrativas e lendas sobre o nascimento do nome, vemos múltiplos memoráveis recortados, fatores que movimentam efeitos de sentidos distintos. Assim, nessa diversidade de origens, as quais remontam diferentes enunciações, vemos configurações diferentes da cena enunciativa, as quais podem recuperar:

- 1) *Memorável familiar*: pai, derrubador de mata, que cantarola a canção "Maringá" para o filho pequeno dormir, episódio que orienta os autorizados a nomear.
- 2) *Memorável afetivo*: operários que durante o serviço de derrubada das matas, cantam "Maringá". Ao ouvi-los, a esposa de um dos diretores da empresa colonizadora sugere o nome. Muitos desses trabalhadores vinham da região nordeste, distanciando-se de suas famílias, de sua terra natal. O espírito saudosista da canção, que surgiu da homenagem a uma cidade nordestina atingida pela seca, une os trabalhadores por um mesmo sentimento: a saudade do lar. Outra possibilidade rememora a saudade, o afeto direcionados a relacionamentos amorosos, independentemente do estado em que o trabalhador tenha nascido, haja vista que a canção entoada fez sucesso nas rádios de todos o país.
- 3) *Memorável geográfico*: funcionário do alto escalão da empresa colonizadora inspira-se na canção e dá nome a um ribeirão, onde, posteriormente, surgiria a cidade.

Sobre como se deu o surgimento da canção, a página virtual da prefeitura traz informações contraditórias à que se encontra na página da secretaria

---

<sup>142</sup> Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/cultura>>. Acesso em: 30 out. 2020.

de cultura, alimentando ainda mais o caráter fabular e as crenças que foram criadas sobre o processo de construção da música e sobre a escolha do nome da cidade.

#### **A música**

A canção “Maringá, Maringá” surgiu no ano de 1931, época em que Rui Carneiro, oficial de gabinete do Ministro da Aviação, José Américo, sugeriu ao compositor Joubert de Carvalho que fizesse uma música abordando o drama da seca do nordeste, assunto que teve grande repercussão na época. Joubert concordou em fazer a música, mas pediu uma relação das cidades assoladas pela seca, e entre elas estava a de Ingá. Imaginou, então, uma cabocla de nome Maria, que seria a Maria do Ingá, e surpreso ficou ao notar a sonorização da contração Maringá. Perguntou a Rui: “De onde você é?”, e ele respondeu: “Pombal”. Estava ótima: “Antigamente uma alegria sem igual, dominava aquela gente da cidade de Pombal”. Em poucas horas estava pronta a canção Maringá.<sup>143</sup>

No recorte anterior, vemos que o surgimento da canção recai sobre as consequências da seca, sendo a figura feminina fruto da criatividade do compositor para tratar de um assunto grave. Por sua vez, na narrativa apresentada pela secretaria de cultura, o relato focaliza Maria, moradora da cidade de Ingá, na Paraíba, mulher de beleza singular, que despertou paixões, como se essa personagem realmente tivesse existido.

O apelido de *Maringá* é *Cidade Canção*. O próximo recorte nos auxilia a compreendermos como se deu o surgimento desta nomeação:

#### **Maringá - Cidade Canção**

O título Cidade Canção surgiu em 1962, quando o pioneiro Antenor Sanches, então secretário da prefeitura municipal, recebeu correspondência de uma estudante de Minas Gerais, manifestando o interesse de conhecer a cidade que nasceu de uma canção. Tendo Sanches um programa radiofônico diário, com grande audiência e também coluna no jornal, resolveu fazer uma campanha para que o cognome Cidade Canção fosse dado para Maringá.<sup>144</sup>

As narrativas sobre *Maringá*, como nome de município, assim como seu apelido, *Cidade Canção*, convergem para um mesmo lugar-comum: a música composta por Joubert de Carvalho. Em todos os possíveis cenários apresentados, sendo qual for o memorável recortado, há sempre a relação com a composição

---

<sup>143</sup> Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br/turismo>>. Acesso em: 30 out. 2020.

<sup>144</sup> Disponível em: <<http://www2.maringa.pr.gov.br>>. Acesso em: 30 out. 2020.

musical. *Cidade Canção* é um nome que se constitui por processo metonímico, como veremos a seguir:

- 1) Maringá é cidade que recebeu o nome de uma canção.
- 2) Maringá é a Cidade Canção.

Com relação ao nome *Paiçandu*, apresentamos, agora, um recorte retirado do site da prefeitura municipal:

O termo *Paiçandu* tem origem tupi-guarani, 'I-páu-zan-du' Ilha do Padre ou Ilha do Pai. 'Payssandu'<sup>145</sup> é topônimo de cidade uruguaia, sendo o nome de uma fortaleza, onde se travou importante batalha na Guerra do Paraguai, deu-se assim a denominação ao município.<sup>146</sup>

O acontecimento de nomeação de *Paiçandu* recorta um memorável de guerras, de lutas de Estado. A enunciação que nomeia a cidade norte-paranaense constitui-se de uma história (passado) que exalta o militarismo, entendendo como heroísmo e patriotismo a participação em fatos que envolvem a temática bélica, tudo isso faz parte da formulação de uma nacionalidade brasileira e da inscrição de *Paiçandu*, como nome de município paranaense, na história do Brasil. A admiração por feitos heroicos está presente no hino do município, que tem letra e melodia desenvolvidas por Geraldo Brito Godoy:

Paiçandu, terra amada e tão querida,  
Vida de nossa vida  
Muito amor temos para te ofertar  
E eternamente iremos te adorar!  
Paiçandu, terra de luz e amor,  
Cidade querida, tudo em ti é esplendor!

(Estribilho)

**Ao vulto que te empresta o nome**

---

<sup>145</sup> Em língua espanhola, a grafia adotada é "Paysandú".

<sup>146</sup> Disponível: <<http://www.paicandu.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2020.

**Orgulho maior da nação  
Que o belo exemplo se tome,  
Pra ofertar à nossa mocidade**

**Paiçandu, que relembra a tradição.  
Dos heróis consagrados na história,  
Vemos em ti a sublime glória  
Que o passado nos traz recordação!**  
Ao cantar, Paiçandu, ao teu presente,  
Sonhamos com o teu novo porvir.

Fonte: Prefeitura Municipal de Paiçandu.  
Disponível em: <<http://paicandu.pr.gov.br>>. Acesso em: 28 out. 2020. (Grifos nossos).

Como é afirmado na própria explicação sobre a escolha do nome, verificamos que o étimo indígena produz sentido, mas se mostra em segundo plano – o que também constitui o sentido do nome, reforçando o lugar de marginalidade e exclusão do sujeito indígena, ainda, em nossa sociedade – haja vista que o locutor-oficial, que fala do lugar da administração pública, opta por homenagear um episódio militar (memorável que é recortado), mesmo trazendo no texto explicativo a questão etimológica.

Outro caso em que o nome se constitui como efeito de evidência, produzindo a aparência de homenagem aos indígenas que habitavam a região refere-se ao acontecimento de nomeação de *Ivaté*. A seguir, apresentamos um recorte do texto que fala sobre a origem do município no *website* da prefeitura municipal:

O nome Ivaté foi concebido em homenagem à população indígena que já habitava na região, com predominância dos Caingangues, dos Zoras, e Xetás. O nome é uma junção adaptada dos termos ‘Ybá’ e ‘Eté’, que significam respectivamente “fruto” e “verdadeiro” no vocabulário: tupi.<sup>147</sup>

A narrativa a seguir contribui com a nossa reflexão, mostrando que o tom homenageativo faz parte de um discurso controverso, que simula o respeito e admiração, mas, que na prática, violenta e extermina as populações de indígenas que viviam ali.

---

<sup>147</sup> Disponível em: <[http://ivate.pr.gov.br/pagina/78\\_Historia.html](http://ivate.pr.gov.br/pagina/78_Historia.html)>. Acesso em 15 out. 2020.

Quando os pioneiros aqui chegaram, depararam-se com um acampamento de índios da nação Caingangue no local destinado ao assentamento urbano. A comunidade quis homenagear aos antigos moradores do lugar, os índios Cainganges, dando ao lugar um nome indígena. No entanto, a comunidade que estava estabelecida na sede municipal pertencia ao grupo Macro-Gê, e não falavam a língua Tupi. (FERREIRA, 2006, p. 154).

O locutor-institucional projeta nesta cena enunciativa um alocutário-*kaingang*. No entanto, a falta de verdadeiro interesse em prestar honras aos povos originários reflete-se também pelo desconhecimento e desprezo em nomear lembrando a língua do povo que estava ali, com a exclusão da língua, exclui-se também seus falantes. A questão agrava-se ainda mais se pensarmos essa desigualdade não apenas entre povos, mas entre nações. Mais uma vez, vemos o funcionamento da marginalização desse povo na linguagem e na história, por aqueles que têm a autoridade para nomear e contar a história oficial.

O acontecimento de nomeação de *Japurá*, como nome de município paranaense, constitui-se de enunciações que apresentam diferentes origens para o nome. Observemos os recortes a seguir:

- 1) Etimologia. Japurá Vem do tupi 'japurá ou jupará'... macaco da meia-noite. Mamífero da família dos Procinídeos [...] **O nome da cidade é homenagem da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná a Miguel Maria Lisboa, o Barão de Japurá.** (FERREIRA, 2006, p. 160, grifos nossos)
- 2) A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná deu nome à localidade, em **homenagem a Miguel Maria Lisboa, Barão de Japurá, que teve grande participação na colonização do Norte do Paraná.**<sup>148</sup>

Ambos os recortes trazem o memorável da homenagem a uma personalidade histórica e citam Miguel Maria Lisboa (1809-1881), conhecido também como Barão de Japurá, diplomata brasileiro. Em (1), é apresentado o memorável indígena, passado que produz sentido, mas enfatiza-se que o memorável recortado é da homenagem à figura do Barão de Japurá. Em (2), retirado do site do IBGE, o memorável da homenagem a Miguel Maria Lisboa permanece, não há menção à origem indígena, apagando essa relação constitutiva de sentido do nome. Ainda,

---

<sup>148</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/japura.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2020.

destaca-se a importância do Barão para colonização do norte de Paraná, o que justificaria a escolha do nome.

Verifiquemos, agora, o próximo texto, que faz parte do discurso oficial da administração do município – que consta na página virtual da câmara de vereadores, pois a da prefeitura não traz informações – sobre como se deu seu processo de nomeação:

- 3) Quando do levantamento topográfico que era feito pelo Departamento de Topografia da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ao se depararem com as aguadas nas regiões pesquisadas, eles mesmos as batizavam. Os nomes que eles escolhiam geralmente vinham do dicionário guarani, da relação de acidentes geográficos dos países de onde vinham os imigrantes (Portugal, Espanha, Itália). Escolhiam também os nomes pelas marcas de cigarros, de quadros de futebol e até mesmo o nome de namoradas e esposas dos agrimensores eram usados. Só não eram alterados os nomes dos rios e ribeirões que constavam em escrituras antigas. Os povoados ou patrimônios recebiam geralmente o nome da aguada mais próxima. **É o caso do nosso município que recebeu esse nome devido ao fato de existir muito próximo à sede do município, o Córrego Japurá. Acreditava-se que este nome teria se originado da Tribo Indígena "Japurás" que existe até hoje no Amazonas e que alguns componentes dessa tribo viviam na região na época da colonização. Não existe nenhuma prova histórica de que isso possa ter acontecido. Outra meia verdade em que se acreditava é que o nome Japurá teria sido empregado em homenagem ao sr. Miguel Maria Lisboa, "Barão de Japurá" que teria participado na colonização do Norte do Paraná, o que deixa de ser verdade pelo fato de que ele morreu no século passado e o Norte do Paraná foi todo colonizado neste século.**<sup>149</sup>

Em (3), a narrativa sobre o surgimento da cidade fornece explicações de como se consistia a prática de nomear na época e quem detinha a legitimidade para tal. Um novo memorável é recortado, relacionado à geografia, ou seja, o nome da *Japurá* rememora o rio homônimo que se localiza próximo do município. A questão etimológica também é apagada, apesar de falar da presença indígena da etnia Japurá, isso é mencionado para questionar e dizer que não há como provar uma ligação do nome da cidade com esses povos originários.

No discurso veiculado por um órgão oficial da administração pública municipal, é exposta uma inconsistência importante sobre a justificativa para o nome: como dizer que Barão de Japurá participou do processo de (re)ocupação do

---

<sup>149</sup> Disponível em: <<https://www.camarajapura.pr.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2020.

Paraná, sendo que ele já havia falecido há várias décadas? A narrativa sobre a nomeação assume um caráter voltado ao imaginário, ao lendário – em que a verificação dos fatos deixa de ser relevante – tornando-se dissonante do que registra a história. Como discurso oficial, houve a preocupação em se desfazer possíveis fábulas sobre a questão.

Ainda sobre a origem do nome *Japurá*, que, no estado do Amazonas, também nomeia um município e um rio, afluente do Rio Solimões, o etnólogo Enrique Onffroy de Thoron, na obra *Viagem dos Navios de Salomão ao Rio das Amazonas* (1876), apresenta conclusões que relacionam povos originários do Amazonas à civilização hebraica, sendo os indígenas os descendentes dos hebreus. Para tanto o pesquisador utiliza trechos bíblicos para desenvolver suas análises.

Assim, Thoron (1876) – ao discorrer sobre a localização de Ofir, localidade da qual muitas riquezas foram levadas ao Rei Salomão e que, de acordo com sua tese, ficaria no Brasil – explica que, no Livro I dos Reis, o nome *Japurá* é grafado em hebraico de duas formas diferentes: *Apir e Aypir*. No mesmo livro bíblico, haveria a forma *Aypira (Ophira)*, que corresponderia também à corruptela do nome *Japurá*. O raciocínio de Thoron busca respaldo na filologia, baseando-se no conhecimento do pesquisador sobre a língua quíchua. Desse modo, *Aypira* corresponderia a *Japurá* em consequência de uma troca de letras que não muda o significado das palavras.

O caminho que percorremos sobre o acontecimento de nomeação de *Japurá*, cidade paranaense, aponta litígio com relação ao nome. Na qual, vimos, o apagamento de uma origem indígena, em que prefere-se indicar uma relação geográfica, com a natureza, sem mencionar a etimologia do nome. Em outra narrativa sobre a nomeação, constatamos a homenagem a uma personagem da história do Brasil, que não está viva na época do surgimento do município, mas a qual atribuem-se feitos e participação na história do estado do Paraná. E, ainda, um debate um pouco mais amplo, que relaciona a outras enunciações que nomeiam a cidade e o rio homônimos no Amazonas, proporcionado por pesquisas que tratam da possibilidade do nome ter origem hebraica, que ainda possui pontos ainda questionáveis e incertos. Fato é que, mais uma vez, assume-se a possibilidade de outras origens, mesmo que frágeis, do que defender uma origem indígena.

Observemos, agora, o enunciado *Uraí*, que ao designar um nome de cidade, significa-se em uma disputa entre étimos distintos. Na busca pela origem do nome, entram em confronto uma origem japonesa e outra, indígena. Observemos o próximo recorte (1), extraído do *site* da prefeitura:

- 1) Existem duas versões para a origem do nome: a primeira teria derivado da planta curare, da qual os índios retiravam a seiva para envenenar a ponta das flechas; a segunda é uma derivação da palavra Ura-hi, que significava sol poente em japonês, dada pelos pioneiros da localidade. Sol Nascente e Sol Poente, Assaí e Uraí são pedacinhos do Japão encravados em terras paranaenses. Ambas cidades foram inteiramente colonizadas por imigrantes japoneses, que fincaram raízes, produziram, construíram e procriaram transformando Uraí na Capital do Rami. Em 1947, a cidade já tinha um porte respeitável e foi transformada em município e desmembrada de Assaí.<sup>150</sup>

O jornal *Folha de Londrina*, em versão digital, no dia 29 de agosto 2012, retoma o debate sobre a origem imprecisa do nome. Desse veículo midiático, trazemos o pequeno texto a seguir (2):

- 2) Por uma versão, Uraí corresponde à “Terra do Sol Poente”, contraponto a Assaí (“Terra do Sol Nascente”); por outra, difundida pelo IBGE, é o nome de uma erva que os guaranis usavam para produzir o curare e os pioneiros, “querendo dar à colônia uma denominação genuinamente brasileira”, o adotaram. Ambas contestadas por Jorge Takano, 77 anos, fotógrafo da comunidade desde 1942 e que tem uma história de Uraí para publicar. Filho de japoneses e conhecedor do idioma, declara-se convicto de que não há nenhuma relação com “sol poente”. [...] “O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa (edição da Encyclopaedia Britânica do Brasil) registra “uraí – planta brasileira de cuja casca se pode extrair curare” [...]. Com sentido geográfico existe tradução no “Vocabulário Tupi-Guarani-Português”, de Silveira Bueno (Éfeta Editora 6ª edição – 1998): “Uray s.m. O rio dos pássaros de uirá+y”. Há topônimos, porém, com duas ou mais interpretações e “uray pode ser também o rio dos bernes, das varejeiras, de ura-y”.<sup>151</sup>

Nos dois recortes apresentados, há a menção das duas possíveis origens do nome, mas em cada um deles, também há a predileção por uma origem. Em (1), discurso da administração municipal, verificamos que a relação com uma

---

<sup>150</sup> Disponível: <<https://www.urai.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2020.

<sup>151</sup> Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/norte-pioneiro/e-la-se-vao-76-anos-da-estacao-pirianito-um-nome-misterioso-815787.html>>. Acesso em: 24 out. 2020.

origem japonesa é exposta de forma mais minuciosa, estabelecendo ligação estreita com a cidade vizinha, *Assaí*, também colonizada por japoneses, produzindo uma narrativa complementar. Em (2), temos uma versão que contraria a narrativa apresentada por (1), um morador, de ascendência japonesa, questiona a relação do nome com a língua japonesa e afirma que uma origem indígena seria mais plausível.

Ainda hoje, não há consenso sobre a gênese do nome Uraí. Muitos fatores estão em jogo, fatores que interferem no sentimento de pertença do povo que vive ali, na própria história da município que se perpetua no tempo. Com relação ao acontecimento de nomeação, a determinação da origem reconfiguraria toda a cena enunciativa, definindo, portanto, o locutor que nomeia – japonês ou indígena –, os memoráveis recortados – enunciações passadas relacionadas à cultura japonesa ou cultura indígena, brasileira – e a inscrição na história de um país e relação de pertencimento (Japão ou Brasil).

No acontecimento de nomeação alguns municípios, observamos que os enunciados que os nomeiam designam em um cruzamento de memoráveis, um indígena e outro, que reforça o imaginário de prosperidade, de fertilidade do solo, e que designou a região norte do Paraná como “Eldorado Brasileiro”, esses sentidos são retomados nos enunciados:

#### **Icaraima**

Em tupi-guarani significa —“**Terra abençoada**”, em Caigangue, “Lugar Sagrado”. Ambos descrevendo nossa cidade como um lugar fértil, belo e de gente amiga. Tão fértil, que a fama da região era de que os pés de café chegavam a 3 metros de altura.<sup>152</sup>

#### **Ibiporã**

A denominação do município de Ibiporã tem sua origem na língua tupi e significa “**Terra Bonita**” - IBI = terra e PORÃ = bonita. Na língua guarani, o mesmo nome significa “habitante da terra”.<sup>153</sup>

#### **Kaloré**

Em língua Kaigangues ou Kaicãns significa “**em terra fofa**”, “**terra fértil**” ou “**terra cultivável**”.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Disponível em: <<https://www.icaraima.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2020.

<sup>153</sup> Disponível em: <<https://www.cmibipora.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2020.

<sup>154</sup> Disponível em: <<https://www.kalore.pr.gov.br>>. Acesso em: 26 out. 2020.

São nomes que pela origem indígena repercutem sentidos que funcionam como publicidade, também, sobre o lugar, visto que atestam a qualidade do produto que estava sendo comercializado, isto é, o solo como meio de produção e enriquecimento.

Os enunciados que recortam memorável indígena nomeiam cidades e, em vários momentos, dizem nomes relacionados à fauna, à vegetação, à descrição/geografia do território, eles promovem divisões de sentidos, as quais se relacionam à natureza. Como exemplos relacionados à fauna, podemos citar os enunciados:

#### **Andirá**

Palavra indígena de origem tupi, designa uma espécie de Morcego.<sup>155</sup>

#### **Cambé**

[...] origina-se da língua tupi (Caá significa mata, árvore e mbê, raízes aéreas). A Enciclopédia dos Municípios do IBGE traduz a denominação para “passo do veado”, de origem tupi, porque, segundo consta, “...aquela região era abundante em caça, daí derivando o nome de cambé.<sup>156</sup>

#### **Jaguapitã**

Vem do tupi ‘jaguá (jaguar)’... onça, cão + ‘pitã (pitanga)’... avermelhado, pardo: cão avermelhado, raposa avermelhada, onça parda. [...] O IBGE define como ‘onça pintada’. (FERREIRA, 2006, p.157).

Sobre os enunciados que dizem a vegetação do lugar nomeado, há os exemplos:

#### **Abatiá**

De origem tupi ‘aba’ ... cabelo + ‘ti’ ...brancos, alourados + ‘á’ ... semente: o grão estigma de milho; a denominação tupínica vem dos filamentos ruivos e esbranquiçados que envolvem a espiga de milho por baixo da palha. (FERREIRA, 2006, p. 22).

#### **Curiúva**

De origem tupi ‘Ku’ri’ ... pinheiro + ‘iwa (uba)’ ...: muito: espécie de pinheiro, pinhal. (FERREIRA, 2006, p. 101).

#### **Inajá**

---

<sup>155</sup> Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/andira.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2020.

<sup>156</sup> Disponível em: <<http://www.cambe.pr.gov.br/site/cambe.html>>. Acesso em: 28 ou. 2020.

De origem tupi, 'Inaja', uma das muitas espécies de palmeira [...], ou fruto da pindoba.<sup>157</sup>

Considerando o aspecto descritivo-geográfico, podemos apontar os enunciados:

#### **Guapirama**

É um termo proveniente da língua tupi, podendo significar 'região onde começam os vales', 'cabeceira, nascente' ou 'promissor pé de enseada', pela junção dos termos *kûá* (enseada), *py* (pé) e *ram* (promissor).<sup>158</sup>

#### **Itambé**

De origem tupi 'i'ta' ... pedra + 'aim'bé'... Afiada, penedo, pontiagudo: Paredão de montanha, o despenhadeiro, pedra áspera. (AN) O historiador J.F. da Fonseca, em *Viagem ao Redor do Brasil*, define o termo como *beicho de pedra*, Xavier Fernandes interpreta como *pedra ôca*, e Aurélio Buarque de Holanda classifica como despenhadeiro, precipício.<sup>159</sup>

#### **Porecatu**

De origem guarani 'porê' ... salto, queda + 'catu' ... bonito: salto bonito. (FERREIRA, 2006, p. 240).

No decorrer desta subseção em que analisamos os enunciados que constituem-se por um memorável indígena e dizem nomes de cidades do norte paranaense, constatamos que um número expressivo de municípios são identificados por nomes formados por étimo indígena.

É importante ressaltar que não é um locutor-indígena que nomeia os espaços urbanos, mas um locutor-institucional. Esse nomes, ao investigarmos suas narrativas, são significados por opressão e invisibilidade, lugar que por muito a historiografia reservou aos povos originários, pautado em relações desiguais, hierarquizadas, excludentes, que estão materializadas na/pela linguagem.

---

<sup>157</sup>Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/inaja.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2020.

<sup>158</sup> Disponível em: <<http://www.guapirama.pr.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2020

<sup>159</sup> Disponível em: <<http://www.itambe.pr.gov.br/>>. Acesso em: 24 out. 2020.

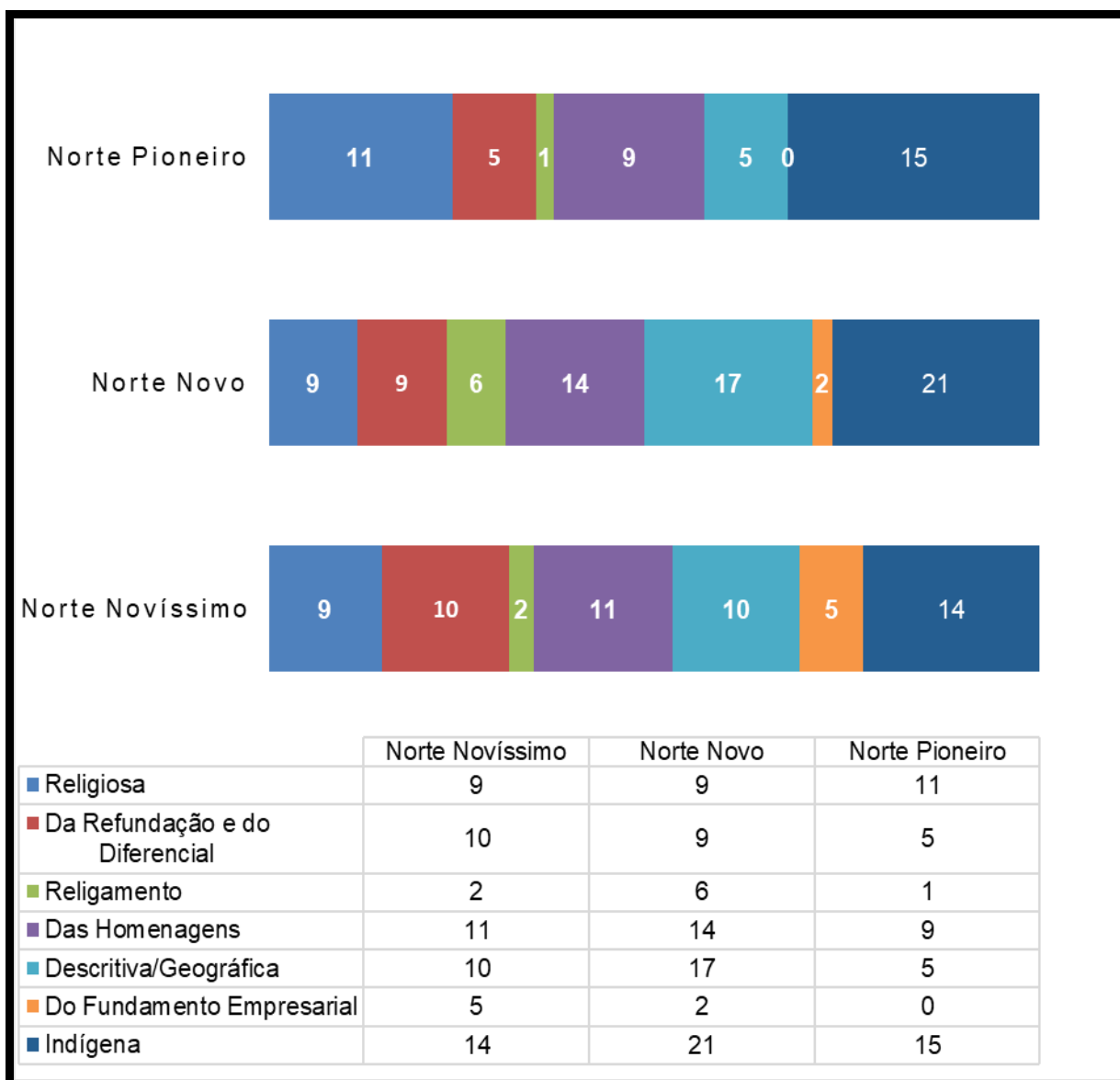
#### 4.9 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO ANALÍTICO II

Nesse capítulo, dividimos o *corpus* de pesquisa em grupos temáticos, orientados pelos memoráveis recortados no acontecimento de nomeação de cada município. Dentre os três momentos de análise propostos, este foi o mais extenso e, também, o mais heterogêneo, possibilitando-nos ampliar nosso entendimento sobre como se construiu a significação desses nomes de municípios e como esses sentidos se entrelaçam na representação do norte do Paraná.

Ao investigarmos as cenas enunciativas, compreendemos que a língua(gem) vai além do que diz no acontecimento enunciativo. Acontecimento que é constituído por temporalização própria e é, justamente, essa temporalidade específica que alicerça a cena enunciativa.

Antes de começarmos a retomada de questões identificadas ao longo de cada conjunto de nomes, gostaríamos de fazer alguns apontamentos sobre o gráfico (1) a seguir:

**GRÁFICO 1** – Nomeação de cidades do norte paranaense: perspectivas



FONTE: A autora (2021).

O gráfico traz a predominância do memorável indígena no processo de nomeação de cidades nas regiões Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo. A diferença é bem expressiva com relação aos outros memoráveis: entre 185 nomes, 50 deles são indígenas.

A alta recorrência do memorável não significa, necessariamente, homenagem aos povos originários, mas a herança deixada pelas línguas gerais, mesmo depois de Marquês de Pombal proibi-las e instituir a língua portuguesa como oficial, em 1758. Assim, a influência recebida ao longo de séculos permaneceu no léxico e, também, nos nomes de lugares. Isso nos mostra, mais uma vez, como a

cultura e a existência desses povos sempre são significadas em uma relação desigual, de opressão, violência que foi historicamente construída e deixou suas marcas na língua. Por isso, esses nomes, também, são registros dos povos originários na sociedade.

Outros memoráveis, também, destacam-se, indicando o que norteou as práticas de nomeação da elite paranaense, grupo minoritário e privilegiado, que por poder adquirir terras estava legitimado a nomeá-las. Nesse sentido, temos cenas enunciativas em que o locutor nomeia repercutindo o memorável da religião, basicamente do catolicismo, endereçando homenagens a quem ele julgue merecedor ou, ainda, apoiando-se na caracterização do espaço em que surge o município.

Na subseção 4.2, analisamos nomes que rememoram um passado de enunciações relacionado à *religiosidade*. Demonstramos que, apesar de o Estado Brasileiro ser laico, a religião entrelaça-se à esfera administrativa, fazendo-se presente também nas práticas de nomeação. Nas cenas enunciativas dos nomes que compõem este grupo, identificamos que o memorável religioso não remete à diversidade de crenças, destacando apenas o catolicismo. Assim, o locutor-oficial/da administração enuncia também para um alocutário que além de ser cidadão, é, também, um alocutário-fiel/cristão.

Em 4.3 – *Da Refundação e do Diferencial*, enunciações anteriores, que nomearam outras cidades, são rememoradas nos acontecimentos que nomeiam municípios do Norte do Paraná, inscrevendo a história dessas novas divisões administrativas na história das cidades que têm os nomes retomados. Esse movimento ocorre por dois procedimentos diferentes: na refundação, como em *Nova Londrina*, ao mesmo tempo em que demarca filiação, reatualiza sentidos do nome primeiro, marcando interesse em produzir identificação própria, o que a torna diferente da cidade rememorada; no diferencial, como em *Jundiá do Sul*, a filiação também existe, mas essa singularização é feita por elemento linguístico acrescentado ao nome original, que traz alguma característica do novo município nomeado, movimento que pode se respaldar na localização e/ou descrição geográfica, filiação religiosa, etc. É nesse enfrentamento entre o retomar e o se singularizar é que os nomes dessas cidades produzem significação.

Na subseção 4.4 – *Do Religamento*, as cenas enunciativas de nomeação constituem-se pela enunciação de homenagens direcionadas à origem, à nacionalidade daquele que nomeia o espaço. A prática de nomear municípios é uma atividade restrita a determinados lugares sociais, os quais são demarcados por poder financeiro e prestígio social. Nessa perspectiva, a questão financeira confere autoridade aquele que nomeia, o qual, geralmente, é o dono da terra, o dono do meio de produção, ou aquele que representa a companhia colonizadora. Quando investigamos *Nova Tebas* percebemos que, apesar de haver a afetividade e religião com a terra natal de seu fundador, o que se reproduz é que os ricos e influentes ocupam posições na sociedade que permitem a perpetuação de sua história pessoal na história dos cidadãos que vivem ou viverão no lugar. É registrar-se como importante na história, visibilidade e oportunidade que classes menos favorecidas não têm. Dessa maneira, o nome *Nova Tebas* movimentava sentidos de hierarquia e desigualdade em que o poder administrativo e político centra-se nas classes abastadas e são esses sujeitos que podem nomear.

Outro aspecto que deve ser apontado é como os nomes podem funcionar como atrativos a possíveis colonos e investidores. Como exemplos, temos os enunciados *Querência do Norte* e *Cidade Gaúcha*, que inscrevem-se em uma história enunciada como sul-rio-grandense e não são nomes escolhidos com participação popular, mas pela empresa que comercializa as terras. Assim, o memorável da publicidade – em que a enunciação é direcionada a um grupo específico para levá-lo ao consumo, à compra de lotes – faz parte da cena enunciativa dos dois municípios.

Ao longo das análises, na subseção 4.5 *Das Homenagens*, expressivamente, compreendemos, também, que nossa democracia ainda está em construção, em andamento, possibilitando, inclusive, a revisão dos silenciamentos e de falsas projeções de sujeitos da história. Quando, por exemplo, trazemos casos de renomeação de ruas, contrastamos as designações movimentadas pelos enunciados *Duque de Caxias* e *Yá Mukumby* – mobilizados em cena enunciativa de renomeação simbólica, momentânea, pelo Dia da Consciência Negra, em Londrina – e mencionamos o estudo desenvolvido por Carmo (2016) em que o pesquisador analisa as expressões nominais *Domingos Jorge Velho* e *Zumbi dos Palmares* – em

cena enunciativa de renomeação reconhecida pelo Poder Público de São José do Rio Preto.

A democracia é o sistema político caracterizado pela participação do povo no governo, envolvimento que não deve se resumir ao voto. A atuação popular em assuntos de interesse público – como o nome de cidades, por exemplo – fortalece os princípios democráticos. Ao examinarmos o *corpus*, constatamos pouquíssima participação popular, apenas no acontecimento de nomeação de *Loanda* (subseção 4.5 – *Das Homenagens*) e *Alto Paraíso* (subseção 4.6 – *Descritiva/Geográfica*) houve consulta aos moradores. Ao longo das análises, observamos que os autorizados a nomear compõem uma parcela privilegiada da sociedade, geralmente, correspondendo aos membros da elite, estimados como pioneiros por serem donos das terras e/ou por representarem os interesses das companhias loteadoras. Esses são os legitimados a nomear administrativamente e, também, a homenagear. Verificamos, assim, que as nomeações constituem-se por forças desiguais que regulam e organizam nossa sociedade. Forças que representam o discurso elitista.

Ainda na subseção 4.5, abordamos a questão do funcionamento morfológico dos nomes, ou seja, como a língua, como estrutura, também produz significação. Para tanto, olhamos para o processo de formação dos nomes, especialmente para a derivação sufixal, que envolve o acréscimo de um sufixo – partícula constituidora sentidos – a uma palavra primitiva – um nome próprio e pensamos como essa construção produz(iu) sentidos em nomes como *Lidianópolis*, *Rolândia*, *Tomazina* e *Paranacity*.

Na subseção 4.6 – *Descritiva/Geográfica*, trabalhamos com um conjunto de nomes que trazem em sua enunciação a caracterização do município nomeado. Essa reprodução se dá pelo olhar do colonizador e registra a sua percepção sobre o lugar. A descrição pode ser física, valendo-se do relevo, a vegetação ou a hidrografia, por exemplo. Em *Miraselva*, é pelo discurso colonizador que o nome é significado, a frase dita na chegada da comitiva exploradora ao local identifica a futura cidade, demarcando seu território e instaurando sentidos. A descrição também pode enunciar estados de espírito, conferindo características humanas a espaços urbanos, como em *Rancho Alegre*, expressão nominal em que

o movimento metonímico promove a mudança de referentes, estendendo um atributo dos moradores para identificar o lugar em que eles vivem.

A subseção 4.7 – *Do Fundamento Empresarial* – agrupa os nomes que em seu acontecimento de nomeação como municípios enunciam o acontecimento de nomeação de empresas imobiliárias. Esses nomes que, apesar de se constituírem no entrecruzamento de enunciações, produzem sentidos diferentes, haja vista que compõem cenas enunciativas diferentes.

O acontecimento de nomeação de um município responde à obrigações legais que orientam práticas administrativas de nomear, as quais são padronizadas em todo o país, a nomeação cumpre a tarefa de identificar um território, uma divisão administrativa, que por sua vez demarcará origem de seus cidadãos. Já o acontecimento de nomeação de uma empresa delinea outros sentidos e responde a interesses voltados à singularização da marca no mercado e especificação do ramo de atuação da empresa. Por isso, é recorrente a nomeação funcionar como auto-homenagem em que as cidades fundadas retomem o nomes – ou parte deles – das empresas que foram suas fundadoras. São exemplos os enunciados *Grandes Rios*, *Cafezal do Sul*, *Cianorte*, entre outros.

Na subseção 4.8, em que tratamos dos nomes que recortam um memorável *indígena*, vemos que as línguas indígenas são utilizadas, em vários momentos, para fazer referência à natureza. Ao explorarmos as narrativas e memoráveis desses nomes, vimos como a questão do político, mostra-se na/pela linguagem, e em alguns nomes, percebemos uma história de forte litígio, como mostramos nas análises de *Uraí* (tupi e japonês) e *Japurá* (tupi e hebraico).

Quando lugares distintos reivindicam a origem e entram em confronto, constatamos que até mesmo a incerta origem estrangeira parece ter mais prestígio que o nome de referência indígena em *Xambrê*, o nome do cacique transforma-se no nome de um francês. Enfim, o étimo indígena, também, compõe aspectos ligados à natureza, trazendo na composição da palavra, no funcionamento morfossintático do nome, a biodiversidade da região norte do Paraná, produzindo divisões de sentido que mesmo relacionando-se à natureza expõe particularidades, enunciando outros memoráveis.

Os enunciados que estudamos nesse capítulo foram organizados por memoráveis, mas ao longo das análises, percebemos que esses nomes não se

restringem a apenas um memorável, podendo reatualizar enunciações e produzir movimento designativo. A significação é um processo, um mesmo nome pode recortar enunciações passadas outras, que significam a divisão administrativa e também a região Norte do Paraná.

## 5 FATOS DE LINGUAGEM EM ANÁLISE III: O MAPA COMO VETOR DE SIGNIFICAÇÃO

O mapa tornou-se um objeto opaco, que retém o olhar sobre ele mesmo. O mapa entrou na era da suspeita. Ele perdeu sua inocência.

(Christian Jacob<sup>160</sup>)

A palavra *mapa* contida no *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, em sua versão on-line, sobreleva as seguintes noções:

- 1) Representação gráfica, em escala reduzida, geralmente em cartolina, papel ou tela, de dados relativos à superfície total ou parcial da Terra, com representação de acidentes físicos e culturais de sua superfície; carta geográfica.
- 2) Representação de algo por meio de gráfico ou diagrama, com clareza e precisão; quadro, relação.

Ou seja, as definições apresentadas pelo dicionário estabilizam determinados sentidos e nós – como sujeitos de linguagem, mas não origem do sentido – perpetuamos tais definições, reproduzimos esses sentidos já determinados ao longo da história.

No artigo “Linguagem verbal e linguagem visual: o embate entre palavras e imagens na construção do texto”, ao minuciar o processo criativo do autor Pedro Nava, a geneticista Edina Panichi afirma: “Quando se está diante de um produto considerado acabado, não se tem a exata dimensão do que significou produzi-lo” (PANICHI, 2009, p. 1297). Desse modo, a evidência da linguagem significa o mapa como utilidade, informação, orientação. No entanto, ao olharmos para a enunciação como processo complexo e o mapa como significação, interpretamos que aquilo que simulava estar acabado, na verdade, continua a significar, em uma contínua dispersão de sentidos.

De forma geral, o conteúdo trazido pelo dicionário, por mais que, muitas vezes, aborde as palavras em contextos diversos, sua finalidade primeira é apresentar o sentido literal, o instituído, o óbvio. Todavia, os sentidos movimentam-

---

<sup>160</sup> Historiador francês. É de sua autoria a obra *L'empire des cartes. Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. Paris: Editions Albin Michel, 1992.

se, escapando a essa ferramenta de linguagem, a compilação de todos os sentidos possíveis. Coerente à essa perspectiva transparente, o dicionário significa *mapa*, então, como representação gráfica, enunciando sentidos que remetem ao orientação espacial, à localização. Sentidos que são frequentes e circulantes em nossa sociedade.

No entanto, nossa tese desvincula-se do olhar óbvio. Nossa pesquisa analisa o mapa como linguagem, espessura semântica<sup>161</sup>. O mapa é texto formado por uma relação integrativa entre os enunciados que o compõem: os nomes de cidades. Como linguagem, o mapa é entidade passível de leitura, possibilitando “‘escutar’ outros sentidos que ali estão.” (ORLANDI, 2015, p. 24), favorecendo a restituição da “espessura à linguagem e a opacidade aos sentidos.” (ORLANDI [1984], 1996, p. 90).

Assim como pelos nomes de cidades, também pela análise dos mapas, procuramos “uma desautomatização da relação do sujeito com os sentidos.” (ORLANDI, [1984]1996, p. 90).

A relação integrativa que se constitui entre os nomes de cidade, como enunciados, e o mapa, como texto, é abordada por Guimarães em sua semântica enunciativa. Relação que discutiremos durante o desenvolvimento de gestos de interpretação sobre os mapas que compõem o *corpus*.

E o que faz texto com estes enunciados [...]? Não são relações coesivas, nem de coerência. O que aqui faz texto são narrativas que só podem ser compreendidas se entendemos aquilo que significam as nomeações que se retomam em cada designação [...]. Analisando estas nomeações veremos que este texto se constitui de enunciações dispersas. (GUIMARÃES, [2002]2005a, p.63- 64).

A respeito, ainda, da unidade de análise e da relação integrativa, o autor esclarece:

Nossa unidade de análise são os enunciados. Para analisar o sentido das expressões linguísticas nos enunciados, utilizo o que Benveniste (1966) considerou como o movimento integrativo de uma unidade linguística. Para ele, esta relação (integrativa) dá o sentido da unidade. Ou seja, o sentido de um elemento linguístico tem a ver com o modo como este elemento faz parte de uma unidade maior ou mais ampla. Para mim, esta relação de

---

<sup>161</sup> “Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação.” (PÊCHEUX, p. 53, 2008).

integração de uma expressão em um enunciado só pode ser analisada se consideramos que este enunciado é enunciado em um texto. Deste modo, ao fazer uso da relação integrativa, a despeito de Benveniste ter dito que ela não permitia passar do limite do enunciado, estou dizendo que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental. E esta é a relação de sentido. (GUIMARÃES, 2003b, p. 56).

Considerando o que foi exposto, damos início à análise das materialidades que compõem este capítulo: os mapas<sup>162</sup> do estado do Paraná. Textos que entrelaçam enunciados, unidades que dispersam nomes de cidades e produzem sentido por meio de uma relação integrativa.

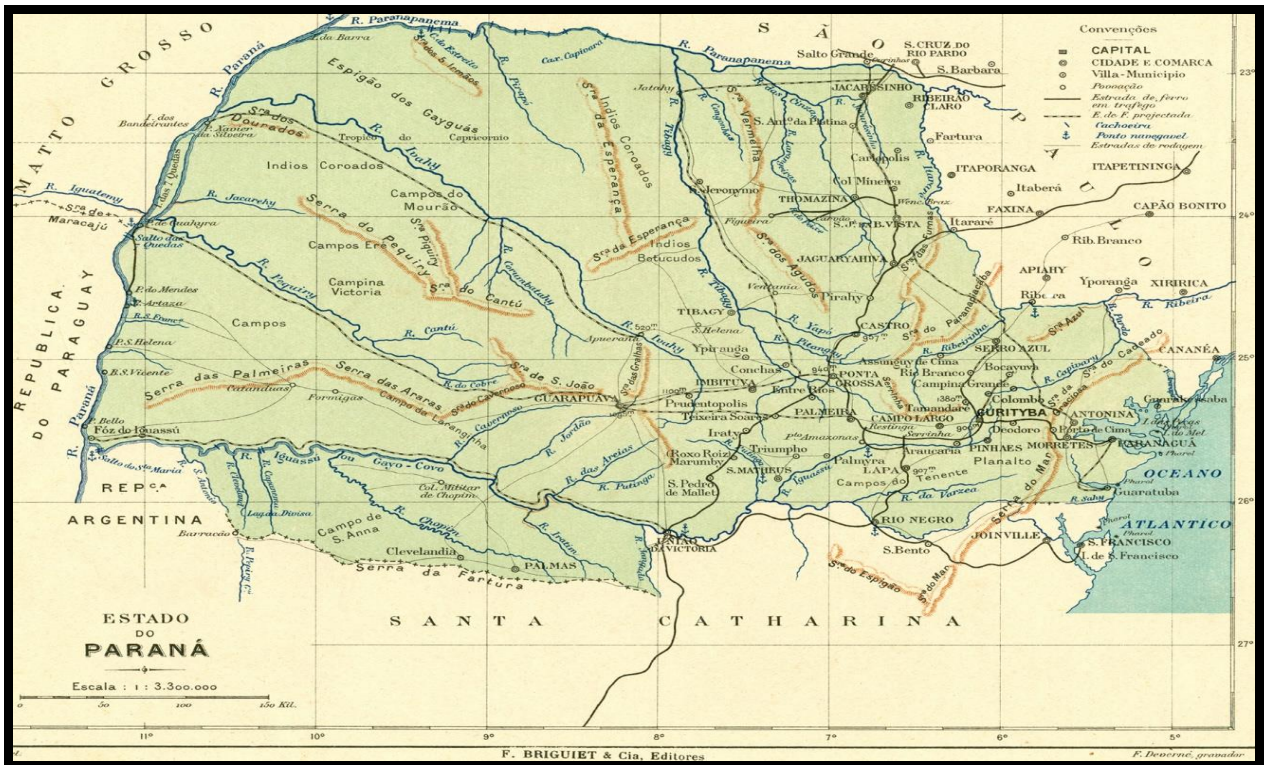
O *mapa 2 – Estado do Paraná (1923)*, por exemplo, é uma fotografia que diz o estado, materializando a forma que tinha no presente no acontecimento de enunciação. “As linguagens verbal e visual se complementam.” (PANICHI, 2009, p. 1293). Essa relação fica ainda mais notória quando refletimos sobre o mapa – texto híbrido – formado pela articulação das linguagens verbal e não verbal.

Nesse texto, identificamos poucas cidades no espaço territorial, com um preenchimento maior nas proximidades de municípios nomeados como *Curitiba* e *Paranaguá*. *Curitiba* é apresentada no mapa com destaque com relação às poucas cidades que já existem e isso se deve a sua importância como capital. A substância gráfica enuncia, desse modo, a hierarquia entre ela e os demais pontos de povoamento, de urbanização existentes.

---

<sup>162</sup> Os mapas 2, 3, 4 e 6 trazem, em sua parte inferior, indicação de *link*, que permite a visualização ampliada e em melhor resolução.

## MAPA 2 – Estado do Paraná (1923)



Fonte: Guia Geográfico do Paraná

Disponível em: <<http://www.guiageo-parana.com/mapas/parana-antigo.htm>>.

Esse mapa enuncia o início da colonização do estado, antes do boom cafeeiro. O aspecto visual apresenta o lado leste do estado com mais cidades, um movimento natural de colonização que parte do litoral para o restante do estado. Algumas cidades no Norte Pioneiro são enunciadas, marcando a existência histórica desses espaços e dessa mesorregião. A cidade mais promissora, *Londrina*, símbolo maior do legado cafeeiro, ainda não existia.

É preciso observar o destaque dado para a presença indígena na região, pela expressão *Índios Coroados*, nomeação que corresponde à etnia *Kaingang*. O mapa, com essa indicação, ao mesmo tempo em que diz um território vasto em que conquistas podem ser alcançadas, designa uma região em que pode haver muitos desafios e confrontos, proporcionais à possibilidade de retorno financeiro.

Nessa cena enunciativa, temos, portanto, um locutor-cartógrafo que projeta um alocutário-investidor. O mapa registra uma imensidão a ser desvendada pelos exploradores, mas já ocupada por povos originários. O que aponta a necessidade de atenção para uma grande parte territorial, que já tinha seus

habitantes, povos que, ao longo de nossa história como nação, foram alvo de hostilidade, violência e massacres.

Nesse sentido, sobre o uso dos mapas, Mendonça (2020, s/p) ressalta:

Mais que uma ferramenta de orientação e de localização, os mapas se transformaram numa técnica fundamental para a expansão das civilizações e o seu desenvolvimento técnico acabou sendo colocado a serviço do poder. Eles se tornaram um instrumento fundamental para definir estratégias militares, na conquista de novos territórios e de outros povos.

O mapa 2, como instrumento de poder, reforça o mito do “vazio demográfico”, reproduzindo o discurso governamental/institucional da época, que é atravessado pelo discurso de colonização, em que há hierarquia da cultura não-indígena sobre a indígena. Apesar de serem documentos históricos, os mapas não costumam ser fontes convencionais para a reflexão sobre as relações em sociedade. Mas, pela sua leitura, podemos acessar diferentes dimensões semânticas, compreendendo os sentidos que são silenciados.

Nessa perspectiva, o historiador Antonio Paulo Benatti, na dissertação de mestrado *O centro e as margens: boemia e prostituição na “capital mundial do café”* (Londrina:1930-1970), complementa:

Trata-se de estar pensando não só o que está sendo representado, mas porque está sendo representado daquela forma e não de outra. A história dos marginais é necessariamente uma história fragmentada. Ela faz-se pelos indícios que foram deixados principalmente pelos que detinham o monopólio dos discursos, pelo que falavam sobre os marginais, mas não os deixavam falar. Por isso a necessidade de recorrer aos mais variados tipos de fonte (ou mesmo construí-las, quando isso é possível) para, através da multiplicação dos postos de observação e do confronto de diferentes tipos de testemunho, escrever uma “outra história” ou dar à história do centro uma nova perspectiva. (BENATTI, 1996, p. 4).

O mapa 3 – *Estado do Paraná (1938)* – ilustra o avanço da reocupação na região norte, onde já podemos verificar o surgimento de um nome importante. A enunciação de *Londrina* marca, de forma especial, a evolução da história do café no estado. É possível perceber que aconteceram mudanças significativas, ampliando elementos de urbanização: os trilhos da Estrada de Ferro São Paulo-Paraná, atravessando pontos de povoamento que estavam se desenvolvendo no Norte Pioneiro e Norte Novo.

### MAPA 3 – Estado do Paraná (1938)



Fonte: Instituto Água e Terra – IAT.

Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>>.

Esse texto integra os enunciados: *Bandeirantes, Cornélio Procópio, Londrina, Arapongas, Apucarana, Jandaia do Sul*, os quais certificam que o movimento de colonização está sendo bem sucedido aos olhares dos investidores. É um texto afetado por outras enunciações, um lugar onde várias temporalidades se cruzam, temos o presente de acontecimento em que o mapa é enunciado, retomando as enunciações que nomearam esses municípios e demarcaram sua existência em um espaço maior chamado estado do Paraná. A relação entre essa teia de enunciados identifica e significa, pelo discurso oficial/institucional, o estado.

Guimarães ([2002]2005, p. 59) afirma, “tomar um mapa como texto é considerá-lo como linguagem, desse modo vamos considerar aqui um mapa como um acontecimento de linguagem”. Como acontecimento, o mapa temporaliza a enunciação (presente), recortando um memorável (passado) que é identificado e significado nos enunciados desse acontecimento, ao mesmo tempo em que projeta um interpretável (futuro). Nessa direção, enunciados que significam no presente continuarão a produzir sentidos no futuro, a significação nunca se fecha, é contínua.

O mapa significa, portanto, por conta de sua configuração enunciativa, sua condição integrativa.

Esse acontecimento transcorre na relação de enunciações, isto é, outras enunciações são retomadas e significam na relação integrativa do texto. Nessa conjuntura, os nomes que são enunciados no mapa, ao se relacionarem entre si, movimentam os seguinte sentidos:

- 1) A expansão da urbanização do norte do estado.
- 2) A consolidação do Norte Pioneiro como região.
- 3) O avanço do progresso pela formação do Norte Novo.
- 4) Compõem o mapa do Paraná de 1938, documento oficial que reproduz a configuração territorial política do estado.

O mapa 4 – *Estado do Paraná (1948)* – apresenta grandes mudanças. Com 10 anos de diferença do mapa (3), já temos um volume maior de municípios identificados, apresentando de forma efetiva a divisão administrativa do estado. A voz da administração/institucional atravessa a prática de nomear cidades que é, também, reproduzida em outros estados brasileiros. O mapa é organizado pelo Departamento de Terras e Colonização, da Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura do Estado do Paraná, a pedido do governador Moysés Lupion. O *site* do IAT, na seção reservada aos mapas históricos<sup>163</sup>, informa de que a partir de 1938, coube ao Departamento de Terras e Colonização a divulgação anual de um mapa oficial do estado.

---

<sup>163</sup> Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

## MAPA 4 – Estado do Paraná (1948)



**Fonte:** Instituto Água e Terra – IAT.

Disponível em: <<http://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana#>>.

Pensando a organização da cena enunciativa, poderíamos pensar em um locutor-governo estadual projetando um alocutário-cidadão, ao qual fornece informação oficial, descrevendo o território do estado. No entanto, a existência de departamento específico para acompanhar e registrar o andamento das vendas dos lotes de terras, leva-nos a uma configuração diferente da cena, em que um locutor-institucional projeta um alocutário-investidor. Assim, o registro anual em mapas funcionaria, também, como material publicitário para atrair novos compradores, ao tornar visível o desenvolvimento crescente da região.

Os mapas, desse modo, registram a história ao mesmo em que delimitam os territórios de cada cidade. Em suas linhas e cores, os mapas são, como linguagem, equivocadamente estáticos, produzindo sentidos. No mapa, um território, ao ganhar existência histórica pelo nome, dialoga com outros territórios nomeados, outros enunciados, construindo relações. Visualmente documenta o crescimento da política fundiária da época, liderada pelas companhias privadas de loteamento.

Ao observarmos o mapa, constatamos que o Norte Novíssimo começa a se delinear, enunciando a articulação do processo de reocupação e de

seu movimento rápido de expansão. Vale ressaltar que esses mapas, anualmente publicados, enunciam a história do processo de formação das propriedades de terras no estado do Paraná.

Neste momento da análise, é importante que pensemos sobre as linhas divisórias que se encontram no mapa e como esses contornos instauram relações diferentes. Limites, divisas e fronteiras desempenham a função de demarcar extensões de terra, mas produzem sentidos distintos: “No Brasil, as fronteiras são as delimitações dos países, as divisas são as delimitações dos estados e os limites são as delimitações dos municípios.” (AVENI, 2018, p. 43).

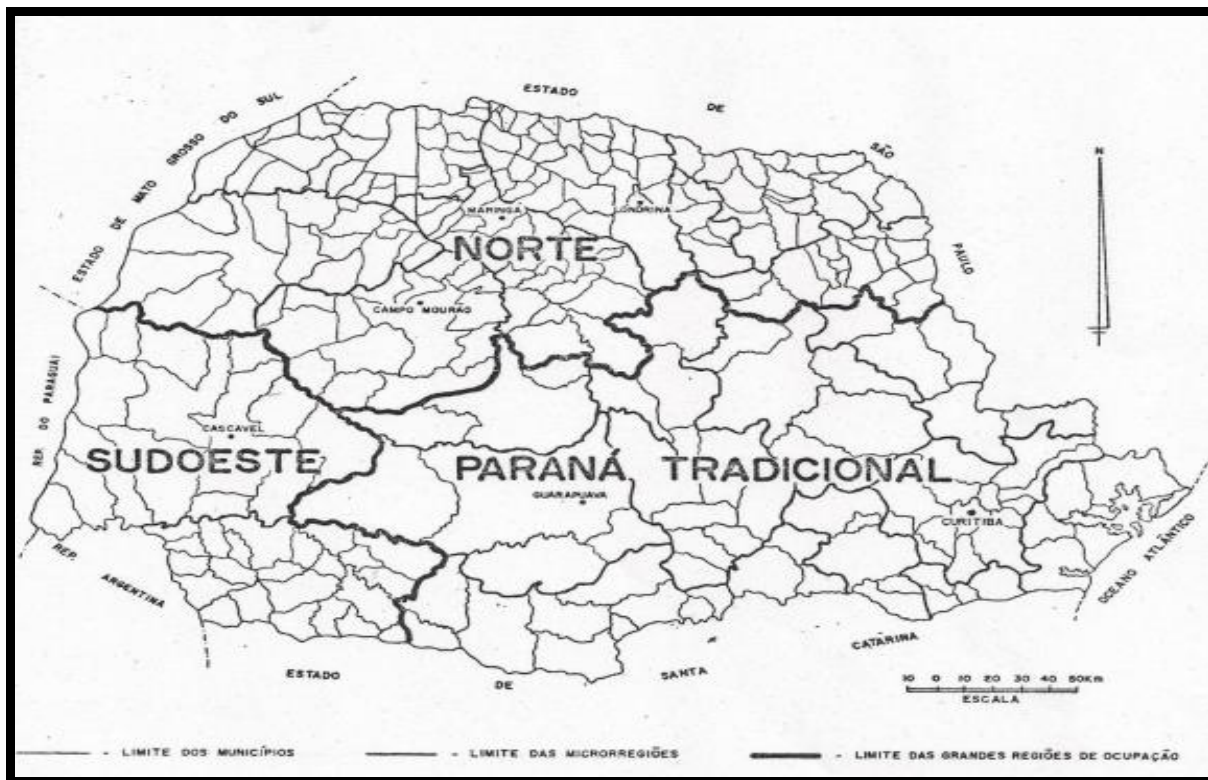
Observamos, desse modo, que três demarcações delimitam e significam o estado. *Paraná* como unidade federativa brasileira, como parte da República Federativa do Brasil, é reconhecida pelo contraste entre as divisas de outras unidades federativas, que também são enunciadas no mapa: *São Paulo*, *Mato Grosso* e *Santa Catarina*. As fronteiras localizam e significam o Brasil, com relação ao continente do qual faz parte, América do Sul, e como território distinto, pelo contraste com *Argentina* e *Paraguai*, por isso, compreendemos que elas dizem relações de soberania entre Estados diferentes. Os limites fixam margens entre os municípios paranaenses, as quais podem ser observadas com mais detalhe no mapa 5, as representações gráficas desses municípios, que estão dentro das linhas que definem o Paraná como estado do Brasil, tornam visível a inscrição à história paranaense pelo pertencimento ao território do estado. Vale enfatizar que ao delimitar um território, seus cidadãos também são identificados, são significados como povo paranaense.

Enunciar os nomes de cada cidade da região norte no espaço do estado do Paraná e na sua relação com outros enunciados presentes no mapa demarca e designa a identidade de locais pertencentes ao território paranaense, assim como a existência e identidade de seu povo. Nomear cidades não consiste em apenas delimitar lugares no mapa.

O mapa 5 – *Grandes regiões paranaenses formadas pelo deslocamento das frentes pioneiras* – trata das três frentes colonizadoras do estado: Tradicional, Sudoeste e Norte. Comparando visualmente o trabalho dos três grupos, constatamos um grande número de municípios já consolidados no norte, as muitas

demarcações dos municípios deixam bem claro que o processo foi intenso na região.

**MAPA 5** – Grandes regiões formadas pelas frentes pioneiras



Fonte: (SERRA, 1991, p. 20).

A fragmentação do território enuncia o empreendimento imobiliário realizado pelas companhias de terras. Como memorável, há os ideais da *Marcha para o Oeste*, movimento de expansão territorial ocorrido nos Estados Unidos no século XIX, que, durante o Estado Novo (1937-1946), foi replicado pelo governo de Getúlio Vargas no Brasil. Assim, temos a inscrição da história do Brasil na história norte-americana e, nesse entroncamento, a história paranaense sendo significada por elas.

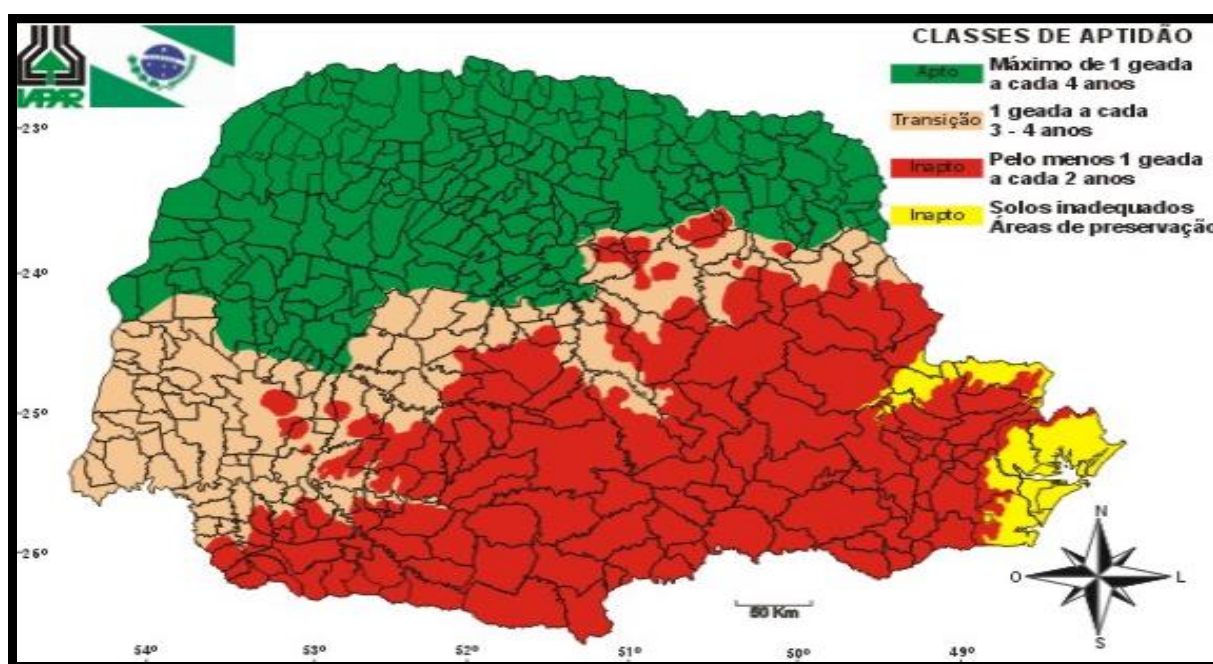
“Dividir para conquistar”, a máxima de Nicolau Maquiavel, pensador florentino é muito conhecida nos contextos de guerra. Pelo processo de colonização enunciado pelo mapa, verificamos que, também, pode ser uma estratégia econômica, comercial. Um número maior de cidades, com territórios menores, as práticas colonizadoras na região se desenvolveram seguindo esse modelo. O delineamento da cidade de Londrina é destaque pelo desenho do território: sua área

é mais expressiva, maior. O aspecto gráfico no mapa identifica a cidade e significa sua importância.

*Norte* que designa, geograficamente, a parte superior do estado, diz esse território como parte do Brasil-República, do Estado Novo, sendo significado por outra enunciação, cuja temporalidade remete ao século XIX, também no período republicano, nos Estados Unidos. Em ambos os casos, é possível perceber que, apesar das práticas e as aspirações serem parecidas e de configurarem um movimento de conquista territorial, há mais de um século separando a ação do governo americano e adotada, aqui, no Brasil. O nome *Norte do Paraná* se constitui, assim, como parte da narrativa que apresenta e fala do Paraná, por meio de toda uma rede enunciativa, que movimenta e desloca sentidos.

O mapa 6, mais atual, apresenta o zoneamento da cafeicultura do estado e é um documento desenvolvido pelo IAPAR–Instituto Agrônomo do Paraná. Unindo o discurso científico da atualidade à história de enunciações sobre essa região que vemos que o norte é a zona mais adequada ao plantio do café, retomando o mapa 1, referente às mesorregiões Norte Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo e mapa 5, sobre as frentes de colonização. A relação entre essas materialidades também produz sentido e é passível de leitura.

**MAPA 6 – Zoneamento da cultura do café (2020)**



**Fonte:** Instituto Agrônomo do Paraná  
Disponível em: <<http://www.iapar.br/pagina-563.html>>.

Devemos considerar que o processo de colonização aconteceu pela venda de terras. Comercialização impulsionada pela fertilidade do solo, a qual favoreceu o plantio do café. Esse movimento de colonização retoma o mapa 1, em que as três mesorregiões estão identificadas. Resgata, também, o mapa 5, que enuncia os resultados das frentes colonizadoras, utilizando o aspecto visual para materializar o grande número de municípios, consequência do intenso processo de fundação de cidades, fomentado pelo discurso cafeeiro e pelo discurso da prosperidade.

O memorável do Ciclo do Café é recortado no acontecimento de enunciação pelo locutor agrônomo/cientista, que retoma essa referência no mapa. O alocutário projetado para o mapa 6 é o do agricultor, do investidor, para que possa se informar sobre o solo e a cultura que pretende desenvolver, o que pode ser corroborado pelo Locutor que organiza o texto e pelo espaço em que esse tipo de conhecimento circula, o *site* do IAPAR. Com relação ao mapa 6, verificamos que os mapas 1 e 5, além de locutores que falam de lugares sociais diferentes, enunciando do âmbito da história, os alocutários também são distintos, podendo ser alunos, pesquisadores, historiadores.

De maneira geral, gostaríamos de enfatizar que o mapa 6 enuncia que ainda hoje, temos a reverberação do discurso cafeeiro significando a região, reescrevendo os tempos de progresso proporcionados por esse tipo de cultivo. E, mais ainda, dizendo que não é um passado, apenas como lembrança, mas um passado que ainda vive de forma produtiva, ainda que em menor escala.

## 5.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO ANALÍTICO III

Pela relação entre as análises dos nomes das cidades e dos mapas, podemos afirmar que essas enunciações – ao significarem como instrução semântica, isto é, como indicação de acesso ao mundo – percorrem caminhos distintos, por meio de memoráveis diferentes. Como, por exemplo, a nomeação de cidades e estados, inclusive de outros países; a nomeação das pessoas cujos nomes lhes são dados; a enunciação de datas históricas, etc.

Desse modo, sobre a dispersão textual do memorável, podemos afirmar ela se organiza de forma descontínua. Por meio dessa combinatória de

enunciações memoráveis, podemos compreender as formas de dizer daqueles que compõem a história das cidades e de toda a região norte do Paraná.

O mapa como texto não tem um único e definitivo presente em que é enunciado, mas vários presentes de enunciações que nomearam e que permanecem (enunciações e seus presentes) que se repetem a cada mapa reproduzido. Os nomes no mapa relacionam as cidades com suas próprias histórias, permitindo também, a textualização dessas histórias na história do Paraná. Tais nomes produzem sentidos, designação, são nomes que identificam sujeitos.

A futuridade, que nestas enunciações, abriga-se no acontecimento, só se apresenta como possibilidade de dizer e de sentido por aquilo que no acontecimento se recorta como memorável. São essas possibilidades, abertas, que entrelaçam a textualidade. Desse modo, as enunciações de um locutor-oficial possibilitam sentidos que são parte do movimento designativo destes nomes no mapa, que os configuram, assim, como enunciados de um texto.

## PONDERAÇÕES SOBRE O PERCURSO TRILHADO: A SUSPENSÃO DA CERTEZA SOBRE O FIM

Onde será que isso começa  
A correnteza sem paragem  
O viajar de uma viagem  
A outra viagem que não cessa  
Cheguei ao nome da cidade  
Não a cidade mesma espessa

(Caetano Veloso, *O nome da cidade*)

Dentro dos objetivos propostos, nossa tese semântico-enunciativa empreendeu a pesquisa de dois processos distintos e complementares: a nomeação de cidades do norte do Paraná durante o Ciclo do Café e a designação, que envolve os modos como esses nomes produzem sentido.

Interrogando a evidência e desnaturalizando os sentidos estabilizados, por meio da investigação do *corpus* selecionado, buscamos revisitar, criticamente, as origens dos cidadãos norte-paranaenses, refletindo sobre narrativas – acontecimentos enunciativos – que remontam ao presente em que esses nomes próprios são escolhidos. Essas narrativas anunciam modos de instituição de posse: quem nomeia é o proprietário de terras e o nome passa a corresponder à propriedade. Na construção das nossas análises, também, preconizamos o mapa como texto, como linguagem, lugar da relação entre os enunciados – os nomes de cidades – que produz significação.

Assumir um mapa como linguagem exige o entendimento de que tomamos um dizer que se pretende ser um não-lugar enunciativo, no qual a língua, juntamente com a representação gráfica, funcionaria apenas como informação, efeito referencial próprio da linguagem, mas que é desfeito pela perspectiva materialista da Semântica do Acontecimento, que viabilizou o olhar para o confronto de sentidos, os quais se constituem pela relação entre os enunciados do mapa.

Nossos esforços em construir esse percurso semântico-enunciativo possibilitou confirmarmos que os nomes de cidades, consoante ao arcabouço teórico-metodológico ao qual nos filiamos, funcionam sempre refletindo o *político* – princípio das relações sociais que constitui a linguagem. Levando em conta essa condição, demonstramos que tratar da nomeação de divisões administrativas exige o posicionamento frente a um território marcado por efeito ideológico, por conflitos,

contradições, desigualdades e memórias, que ao serem tomadas na história, desfazem o “rótulo” da nomeação como prática unicamente administrativa e provida de neutralidade.

No lugar teórico em que fundamentamos nossas reflexões, a linguagem fala de algo e esses dizeres são constituídos na/pela enunciação, no/pelo acontecimento do dizer. Nessa direção, compreendemos que a pesquisa desenvolvida permitiu a observação de sentidos que permearam o acontecimento de nomeação de cidades norte-paranaenses e que, ainda, continuam a repercutir na história. Assim, “consideramos que os nomes condensam enunciados agregados em torno de um objeto de dizer, cuja pertinência se deve a direcionamentos históricos.” (DIAS, 2016, p. 47-48).

Investigar os nomes de cidades do norte do Paraná nos permitiu entender que a história é elemento de (re)significação, é por meio dela e do simbólico que temos a possibilidade de interpretar a linguagem. Essa reflexão pode se estender, também, ao modo como a história do país tem sido construída, por meio de apagamentos, de silenciamentos, ao mesmo tempo em que possibilita, na atualidade, o (re)pensar sobre os “invisíveis”. Por isso, estudar a nomeação de cidades nos leva à compreensão de como se efetivam as práticas institucionais de nomeação e como, nesse processo, se constroem o Estado e a nossa identidade como cidadãos.

Por meio das análises das materialidades que integram o *corpus* de pesquisa, constatamos a produção de sentidos relacionados à origem. Como divisão administrativa, o nome oficializa a existência de cidadãos, instaurando o pertencimento de sujeitos – ou não. Essa relação de pertencimento pode ser mediada, também, pela própria origem do nome, provocando o enfrentamento de culturas e povos diferentes. Nem todos estão autorizados a nomear, assim como dentro do quadro das relações sociais, nem todos possuem o prestígio para receber homenagens. Essas relações constituem as cenas enunciativas de nomeação e produzem sentidos. O nome passa a ser, então, motivo de disputa.

Pelo estudo dos enunciados que dizem nomes de cidades e de suas narrativas – veiculadas por órgãos como, as prefeituras municipais, as câmaras de vereadores, o IBGE, entre outras instituições governamentais, reprodutoras do discurso oficial – compreendemos que os sentidos mobilizados pelos nomes

enunciam histórias, que foram constituindo a identidade dessas cidades paranaenses ao longo do processo histórico de reocupação da região.

Os gestos de análise encontram-se por todo o trabalho, mas se concentram, principalmente, nos capítulos 3, 4 e 5 respeitando dois fatores primordiais: o funcionamento semântico-enunciativo e o memorável no acontecimento de nomeação. Nesse ponto de vista, quando examinamos o processo de renomeação de Londrina (capítulo 3) e os enunciados que nomearam as cidades das regiões paranaenses do Norte Velho ou Pioneiro, Norte Novo e Norte Novíssimo, como também suas narrativas de nomeação (capítulo 4), constatamos que esses nomes se constituíram por relações enunciativas, ou seja, relações do sujeito com a língua na história. Ao longo das análises, verificamos como o nome se constitui, como permanece e, ainda, como pode se tornar outro.

A articulação entre mapa e os nomes das cidades – abordada no capítulo 5 – ampliou o caráter referencial do mapa, assumindo que, como linguagem, ele é um texto que significa e conta uma história que deve ser interpretada. O estudo do memorável mostrou-se essencial, haja vista que, a cada enunciação, um passado é recortado, retomando as narrativas desse processo histórico, histórias que se enunciam e enunciam a/na própria história da formação desses municípios norte-paranaenses.

A pesquisa contribuiu para compreendermos nossa própria história como cidadãos, como sujeitos significados historicamente e, também, pela língua. Promovemos um debate produtivo que colocou em suspenso certezas, trazendo questões ainda não pensadas e conduzindo o interrogar e o ressignificar da própria história. Nossa colaboração encontra-se justamente nisto: ampliar as reflexões a partir da língua, levando à interpretação da sociedade que estamos inseridos e dos espaços que circulamos.

Orlandi (2003, p.14) ressalta a importância de se “desautomatizar a forma de ler a cidade para poder compreendê-la em seus modos de significação específicos”. Na ocasião, a analista de discurso se refere a como o urbano e suas divisões significam os sujeitos que vivem nesse espaço, como constroem representações e configuram as relações sociais. Inspirados nisso, propusemos ampliar essa desautomatização à forma de se ler o nome próprio, especialmente, o

nome de cidade, que tem o urbano como fator constitutivo, mas que não se limita aos sentidos movimentados apenas por essa esfera.

Na tese que desenvolvemos, verificamos que há diferentes maneiras de recortar a história das cidades que integram o norte do Paraná. Examinamos, assim, como as relações sociais se organizaram, reforçando as desigualdades, promovendo silenciamentos de várias ordens. Entre esses silenciamentos, destacaram-se: o extermínio indígena, a negação do pioneirismo negro, a reprodução de preconceitos na representação do feminino, a exploração nas relações de trabalho. E com base nisso, cogitamos uma leitura diferente daquela já apresentada pela historiografia. Para tanto, nosso ponto de partida foi a linguagem e nosso caminho foi o enunciativo de base materialista.

Esses apagamentos, identificados ao longo das análises, devem-se, sobretudo, a um deslocamento que produz a generalização do discurso da historiografia, o qual passa a fazer parte do senso comum. Esse movimento é atravessado ideologicamente, produzindo o efeito que homogeneíza as formas de significar a própria história da região norte-paranaense.

Ressaltamos que nosso intuito, em nenhum momento, foi o de esgotar as possibilidades sobre o *corpus* de pesquisa. Mesmo dentro dos estudos enunciativos, várias análises poderiam ser realizadas, com enfoques e propósitos diferentes. Por isso, apesar de apresentarmos o desfecho do que propusemos ao longo deste estudo científico, entendemos que ele não marca, necessariamente, um fim sobre as possibilidades do *corpus*, pois o sentido é movente e sempre pode se tornar outro.

É, nessa perspectiva, que nossa tese empreendeu “um percurso semântico-enunciativo”, um caminho entre tantos outros, a nossa trilha.

## REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. **Imagens do Progresso: Civilização e barbárie em Londrina (1930-1960)**. 1991. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1991.

ALEGRO, Regina Célia. Após 40 anos, café ainda move a economia de Londrina. **Revista Cafeicultura**, 14/07/2015. Disponível em: <<https://revistacafeicultura.com.br/?mat=58475>>. Acesso em: 24 out. 2020.

ALMEIDA, Ana Maria Chiarotti de; et. al. **Os Caminhos do Café no Paraná. Heimtal: o passado e o presente no vale dos alemães**. Cadernos do Patrimônio Cultural, Série Estudos n. 2. UEL/MEC/SESU. Londrina: GRAFMAN, 1993.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.

AMÁDIO, José. O ouro é a própria terra. **Revista do Globo**. Porto Alegre: 25/09/48, p. 39 -41.

AQUINO, Olga Ribeiro de. **A língua na escola**. 1991. 208f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: [http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250753/1/Aquino\\_OlgaRibeirode\\_M.pdf](http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/250753/1/Aquino_OlgaRibeirode_M.pdf). Acesso em: 29 ago. 2020.

ARIAS NETO, José Miguel. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. **História e Ensino**, Londrina, v. 1, p. 69-82, 1995. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12809>>. Acesso em: 12 out. 2020.

ATHAIDES, Rafael. A instalação da província paranaense da AIB: do “início esquecido” à fundação oficial (1932-1934). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH. 2011. São Paulo. **Anais...São Paulo**, p. 1-17, 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312814552\\_ARQUIVO\\_RafaelAthaidess-textocompleto.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312814552_ARQUIVO_RafaelAthaidess-textocompleto.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2020.

AVENI, Alessandro. Experiências internacionais em faixas de fronteira. In: PÊGO, Bolívar et al (Orgs.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública**. Volume 1. Rio de Janeiro: Ipea, MI, 2018. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=34441&catid=410&Itemid=433](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34441&catid=410&Itemid=433)>. Acesso em: 28 out. 2020.

BALDINI, Lauro. Cidade e sujeito na rede. In: ORLANDI, Eni. **Discurso, espaço, memória: caminhos da identidade no sul de Minas**. Campinas: RG, 2011.

BARROSO, Vicente. **O famoso norte do Paraná**: terra onde se anda sobre dinheiro. Caxias do Sul: São Miguel, 1956.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: boemia e prostituição na “capital mundial do café” (Londrina:1930-1970). 1996. Dissertação (Mestrado em História), Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/58975/D%20-%20ANTONIO%20PAULO%20BENATTI.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 18 out. 2020.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral I**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 5. ed. Campinas: Pontes, 2006.

BRÉAL, Michel. **Ensaio de Semântica**: ciência das significações. 2. ed. Coordenação e revisão técnica da tradução de Eduardo Guimarães. Campinas: RG, 2008.

CAMPOS, Jorge. **Os enigmas do nome**: na interface lógica, semântica e pragmática. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CANCIAN, Nadir Aparecida. **Cafeicultura paranaense (1900-1970)**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CAPELO, Maria Regina Clivati. **Educação, escola e diversidade cultural no meio de Londrina**: quando o presente reconta o passado. 2000. 288 p. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253383>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. Patrimônio e colecionismo: algumas considerações. **Magistro**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas – UNIGRANRIO, Duque de Caxias, v. 1, n. 1, p. 16-24, 2010. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1056>>. Acesso em: 17 out. 2020.

CARMO, Anderson Braga do. De Domingos Jorge Velho a Zumbi dos Palmares: uma análise semântico-enunciativa da renomeação de uma rua. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 65-77, jan.- jun., 2016. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/21735>>. Acesso em 15 out. 2020.

CASTRO, Vinícius Massad. **A nomeação lúdica**: um estudo enunciativo da apelidação e dos apelidos de pessoa. 2013. 157 p. Dissertação (Mestrado em

Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/268870>>. Acesso em: 19 out. 2020.

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. Norte novo: a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco Moraes (Org.) **Cenários de economia e política**: Paraná. Curitiba: Prephacio, 1991.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. **Quebrando preconceitos**: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

COBRA, Amador Nogueira. **Em um recanto do sertão paulista**. São Paulo: Typ. Hermes Irmãos, 1923.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SILVA, Carlos Aldemir Farias da. Preconceito, discriminação e sociabilidades na escola. **Educere et educare**, dossiê étnico-raciais e educação, Cascavel, v. 10, n. 20, p. 687-705, jul./dez., 2015. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/12606>>. Acesso em: 11 out. 2020.

COSTA, Fabiana Claudia Viana. **Designação e referência**: Uma análise enunciativa no Censo demográfico 2000. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de Concentração: Semântica) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270570>>. Acesso em: 11 out. 2020.

COSTA, Marisa Vorraber. Mídia, magistério e política cultural. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.) **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema... Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

COSTA, Samuel Guimarães da. Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado. **Panorama**. Curitiba, n.15, jan.1965.

COUTO, Mia. **Raiz de orvalho e outros poemas**. Lisboa: Caminho, 1999.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. 3. ed. São Paulo: CMNP, 2013. Disponível em <<http://www.cmnp.com.br/>>. Acesso em 2 jan. 2020.

CRUZ, Beatriz Arruda Acosta Ferreira da; KARIM, Taisir Mahmudo. Marcas de nomeação: entre o selvagem e o urbano nomes que contam histórias de Poconé. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di Renzo, Ana Maria; BRESSANIN, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I). Campinas, SP: Pontes, 2016.

DIAS, Luiz Francisco; LACERDA, Priscila Brasil Gonçalves. A referência nos estudos semânticos. **Cadernos de Letras da UFF**, Instituto de Letras: Niterói, v. 23, n. 47, p. 357-371, jul./dez., 2013. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/329>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DIAS, Luiz Francisco. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di Renzo, Ana Maria; BRESSANIN, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)**. Campinas: Pontes, 2016.

DIAS, Luiz Francisco. Referente. **Glossário CEALE**: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores. Disponível: <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/referente>. Acesso em: 20 fev. 2020.

DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. **Cidadania**: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes, RG, 2006.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Sobre o funcionamento do político na linguagem. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 34, p. 41-53, jul./dez., 2014. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao34/edicao34.html>>. Acesso em: 29 nov. 2020.

ELIAS DE OLIVEIRA, Sheila. Ants: um gesto de nomeação. **Estudos da Língua(gem)** (On-line), Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 213-227, jun./dez., 2015. Disponível em: <<https://periodicos2.uesb.br/index.php/estudosdalinguagem/issue/view/100>>. Acesso em: 10 out. 2020.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Morte e memória: a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 889-909, jul./dez., 2012. Disponível em: <<http://www.variahistoria.org/issues>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

FEDATTO, Carolina Padilha. Língua da rua. Língua na margem. In: II SEAD – SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO. 2005. Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, p. 1-18, 2005. Disponível em: <[http://anaisdosead.com.br/sead2\\_simposios.html](http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html)>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FEDATTO, Carolina Padilha. Os sentidos da língua na cidade: ideias e nomes. **Revista da ANPOLL**, n. 1, São Paulo, v. 1, n. 26, p. 17-48, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/128/136>>. Acesso em: 24 out. 2020.

FERNANDES, Priscila Martins. **Identidades e memória de imigrantes japoneses e descendentes em Londrina: 1930-1970**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000162>>. Acesso em: 15 nov. 2020.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2000.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. [S. l.]: Memória Brasileira, 1996.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura/ PR, 2006.

FREGE, Gottlob (1892). Sobre o sentido e a referência. In: FREGE, Gottlob. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. Tradução de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix / EDUSP, 1978.

FOLHA DE LONDRINA. **Cidade dos passarinhos**. Publicado em 9 de outubro de 2010. Disponível em: <https://www.folhadelondrina.com.br/cadernos-especiais/cidade-dos-passarinhos-727345.html>. Acesso em: 17 out. 2020.

GALDINO, Claudio Francisco. **A população negra em Londrina: as interfaces entre violência e educação**. 2017. 121f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000216044>>. Acesso em: 23 out. 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. São Paulo: L&PM, 2010.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. La modalisation du nom propre. **Langue française**. Syntax et sémantique des noms propres, n. 92, p. 46-66, 1991. Disponível em: <[https://www.persee.fr/issue/lfr\\_0023-8368\\_1991\\_num\\_92\\_1](https://www.persee.fr/issue/lfr_0023-8368_1991_num_92_1)>. Acesso em: 17 set. 2020.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. Le nom propre constitue-t-il une catégorie linguistique. ? . **Langue française**. Syntax et sémantique des noms propres, n. 92, p. 4-25, 1991. Disponível em: <[https://www.persee.fr/issue/lfr\\_0023-8368\\_1991\\_num\\_92\\_1](https://www.persee.fr/issue/lfr_0023-8368_1991_num_92_1)>. Acesso em: 17 set. 2020.

GARY-PRIEUR, Marie-Noëlle. **Grammaire du nom propre**. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.

GOMES, Adriano Marino. **Album do município de Londrina**. Londrina: PML, 1938.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções no português. Campinas: Pontes, 1987.

GUIMARÃES, Eduardo (1992). Terra de Vera Cruz, Brasil. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di Renzo, Ana Maria; Bressanin, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I). Campinas, SP: Pontes, 2016, p. 51-62.

GUIMARÃES, Eduardo. Independência e morte. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). **Discurso fundador**: a formação do país e construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 1993.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995a.

GUIMARÃES, Eduardo. Texto e Enunciação. **Organon**, UFRS, Instituto de Letras. Porto Alegre, RS, v. 09, n. 23, p. 65-69, 1995b. Disponível em <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29360/18050>>. Acesso em 20 mar. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. A marca do nome. **Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – NUDECRI**. Campinas, n. 9, 2003a. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640746/8287>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Revista Letras (UFSM)**, Língua e literatura: limites e fronteiras, Santa Maria, n. 26, p. 53-62, jun./2003, 2003b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880/7307>>. Acesso em: 10 out. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação e política de línguas no Brasil. **Letras (UFSM)**. Espaços de circulação da Linguagem. N. 27, dez/2003, p. 47-53, Santa Maria, RS, Brasil, 2003c. Disponível em <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo (2002). **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

GUIMARÃES, Eduardo. A língua portuguesa no Brasil. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 57, n.2, p. 24-28, 2005b. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. Apresentação. Brasil: país multilíngüe. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 57, n. 2, p. 22-23, 2005c. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br>>. Acesso em: 23 out. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Quando “eu” se diz ele**: análise enunciativa de um texto de publicidade. *Revista da Anpoll*, v.1, n. 9, p. 15-40, 2010. Disponível em:

<<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/172>>. Acesso em: 11 nov. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Domínio Semântico de Determinação**. In: GUIMARÃES, Eduardo; MOLLICA, Maria Cecilia (Orgs.). A Palavra: forma e sentido. Campinas: RG/Pontes, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. Aposto e nome próprio. **Entremeios**, Pouso Alegre-MG, n. 5, p. 1-8, jul./2012. Disponível em: <<http://www.entremeios.inf.br/index.php?entremeios=contact>>. Acesso em: 17 ago. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. Espaço de enunciação, cena enunciativa, designação. **Fragmentum**, Enunciação, política e história: um olhar obre a língua e a linguagem. Homenagem a Eduardo Guimarães. Organização de Sheila Elias de Oliveira e Mônica Zoppi-Fontana, Santa Maria, n. 40, p. 49 – 68, jan./mar., 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/issue/view/882/showToc>>. Acesso em: 24 out. 2020.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas: Pontes, 2018.

GUIMARÃES, Genecy. Entrevista concedida a José Miguel Arias Neto. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. **História e Ensino**, Londrina, v. 1, p. 69-82, 1995. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12809>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

HOFFMANN, Maria Luísa; PIVETA, Patrícia. O nascimento de Londrina deu início ao processo de colonização do Norte do Paraná. In: BONI, Paulo César (Org.) **Certidões de nascimento da história**: o surgimento de municípios no eixo Londrina – Maringá. Londrina: Planográfica, 2009.

ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Edição Comemorativa do Centenário do Paraná. Ano XLIV, n. 224. Rio de Janeiro: Edição da S. A., dez/1953.

INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LONDRINA. 1934. Londrina. *Ata...* Londrina: s/n, 1934, s/p. Disponível em: <[www.cml.pr.gov.br/cml/site/historia.html](http://www.cml.pr.gov.br/cml/site/historia.html)>. Acesso em: 11 nov. 2020.

JOANILHO, André Luiz. O historiador e a metáfora. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 33, jan./jun., p. 231-247, 2014. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao33/edicao33.html>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. **As metáforas da língua nacional**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270299>>. Acesso em 11 out. 2020.

JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. Das relações de sentido na linguagem ou sobre como a metáfora produz acontecimento. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, n. 33, jan./jun., p. 249-267, 2014. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao33/edicao33.html>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KARIM, Taisir Mahmudo. Em se falando em igrejas... **Revista de Estudos Acadêmicos**. Cáceres-MT: Departamento de Letras/UNEMAT, n.005, 2001.

KARIM, Taisir Mahmudo. **Dos nomes à história**. O processo constitutivo de um estado: Mato Grosso. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270579>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

KARIM, Taisir Mahmudo. Mato Grosso: histórias de enunciações o percurso do nomes de um estado. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di Renzo, Ana Maria; BRESSANIN, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)**. Campinas, SP: Pontes, 2016.

LARANJEIRA, José Luís Pires. Contracapa. In: SILVA, Maria Nilza da; PANTA, Mariana. **O Doutor Preto Justiniano Clímaco da Silva: a presença negra pioneira em Londrina**. 2. ed. Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20\(atualizacao%20do%20site\)/Justiniano%20Climaco%201%20ed.pdf](http://www.uel.br/neab/pages/arquivos/Livros%20(atualizacao%20do%20site)/Justiniano%20Climaco%201%20ed.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2020.

LEITE, Cláudia Aparecida de Oliveira. O nome próprio e a sua relação com o inconsciente. **Sínteses**, Campinas, v. 11, p. 295-304, 2006. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/ojs-234/index.php/sinteses/article/view/190/163>>. Acesso em 13 nov. 2020.

LEME, Edson José Holtz. **O teatro da memória: o museu histórico de Londrina (1959-2000)**. 2013. 276f. Tese (Doutorado em História. Área de Concentração: História e Sociedade) – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Campus de Assis. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103147>>. Acesso em: 18 jan. 2020.

LOPES, Ana Yara Dana Paulino. **Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná**. 1982. 261f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Departamento de Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2002.

LUZ, Marcelo Giovannetti Ferreira. **A nomeação como procedimento de constituição da identidade negra nos discursos sociais e nos documentos oficiais do Estado: um silenciamento da miscigenação**. 2011. 233 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/5734?show=full>>. Acesso em: 19 out. 2020.

MACDONALD, Hector. **Verdade**: 13 motivos para duvidar de tudo que te dizem. Tradução de Flavio Chamis. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

MARIANI, Bethania. Silêncio e metáfora, algo para se pensar. In: II SEAD – SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO. 2005. Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, p. 1-16, 2005. Disponível em: [http://anaisdosead.com.br/sead2\\_simposios.html](http://anaisdosead.com.br/sead2_simposios.html). Acesso em: 04 maio 2020.

MARINGÁ ILUSTRADA. Edição comemorativa do Jubileu de Prata da cidade. Editor Ludovico del Guercio. [S.l.]: Brasilgráfica, maio/1972. Disponível em: <<https://issuu.com/maringahistorica/docs/maringailustrada1972?viewMode=doublePage>>. Acesso em: 25 nov. 2020.

MENDONÇA, Cláudio. História da cartografia: como surgiram os primeiros mapas. 2020. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/santa-catarina-estado.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

MENOLLI, Antônio. Entrevista concedida a José Miguel Arias Neto. Pioneirismo: discurso político e identidade regional. **História e Ensino**, Londrina, v. 1, p. 69-82, 1995. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/12809>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

MILL, John Stuart. (1843). Sistema de lógica dedutiva e indutiva e outros textos. Traduções de João Marcos Coelho e Pablo Rubén Mariconda. In: MILL, Stuart; Bentham, Jeremy. **Stuart Mill, Bentham**. Coleção Os Pensadores. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MORALIS, Edileusa Gimenes; PRIA, Albano Dalla. O ato de nomear e o dizer histórico de um lugar. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di Renzo, Ana Maria; Bressanin, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I). Campinas, SP: Pontes, 2016.

MOTTA, Ana Luísa Artiaga Rodrigues da. **O ambiente no discurso jurídico da política pública urbana no Estado de Mato Grosso**. 2009. 168 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudo da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://taurus.unicamp.br/handle/REPOSIP/270724>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

MOYA, Virgilio. Nombres propios: su traducción. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, Santa Cruz de Tenerife, n. 12, 1993, p. 233-248. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=91799>>. Acesso em: 17 set. 2020.

MOYA, Virgilio. **La traducción de los nombres propios**. Madrid: Cátedra, 2000.

OLIVEIRA, Adriane Silva de. **Apelos que falam ao coração**: o discurso publicitário revelador de aspectos da cultura brasileira evidenciados no discurso publicitário e sua aplicabilidade em Português como segunda língua para estrangeiros. 2006. 214

p. Dissertação (Mestrado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=9013@1>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização do Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli (1984). **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. N/O limiar da cidade. **Rua**: Revista no Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da Unicamp – Nudecri. Campinas, número especial, v. 5, julho/1999a. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Do sujeito na história e no simbólico. In: **Escritos**. Contextos epistemológicos da Análise de Discurso. V. 4. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, 1999b. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>>. Acesso em 12 out. 2020.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.) **Para uma enciclopédia da cidade**. Campinas: Pontes, Labeurb/Unicamp, 2003, p. 7-20.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Dispositivos da interpretação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 2004b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A casa e a rua: uma relação político-social. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 3, p. 693-703, set./dez., 2011a. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/18491/14348>>. Acesso em: 27 out. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A fundação de um estado: São Salvador, Brasil. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 53, n. 2, p. 101-112, jul./dez., 2011b. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636980>>. Acesso em: 18 out. 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PACE, Richard. Abuso científico do termo 'caboclo'? Dúvidas de representação e autoridade. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 3, p. 79-92, dez. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-81222006000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222006000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 15 ago. 2020.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PANICHI, Edina. Linguagem verbal e linguagem visual: o embate entre palavras e imagens na construção do texto. In: III CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. 2007, Maringá. **Anais...** Maringá, 2009, p. 1292-1298. Disponível em: <[http://www.ple.uem.br/3celli\\_anais/estudos\\_linguisticos.htm](http://www.ple.uem.br/3celli_anais/estudos_linguisticos.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2020.

PANOBIANCO, Daniel. Especial - 35 anos da Geada Negra de 1975 – Entenda o que foi a Geada Negra que dizimou todas as plantações de café do Paraná. **Revista Cafeicultura**. 17 jul. 2010. Disponível em <<http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?mat=34022>>. Acesso em 18 out. 2020.

PANTA, Mariana Aparecida dos Santos et al. O pioneirismo negro no norte do Paraná: Justiniano Clímaco da Silva, o doutor preto. **Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas** – SEPECH. Londrina: Eduel, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/anaisviiiasepech.htm>>. Acesso em: 17 out. 2020.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas-SP, v. 19, p. 7-24, jul./dez, 1990. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636823/4544>>. Acesso em: 27 out. 2020.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel (1975). **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. 4 ed. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 2015, p. 43-51.

PELLEGRINI, Domingos. **Revista 50 Anos de Arte**. Londrina: Associação Médica de Londrina, 1991.

PEREIRA, Wolber Sebastião. Alta Floresta: nome de cidade de Mato Grosso. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di Renzo, Ana Maria; Bressanin, Joelma Aparecida;

KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras**: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I). Campinas, SP: Pontes, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatthy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan./jun., 2007.

PLATÃO. **Crátilo**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Belém: Universidade Federal do Pará, 1980.

POZZOBON, Irineu. **A epopeia do café no Paraná**. Londrina: Grafmarke, 2006.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da Geografia Urbana de Londrina. **Anais da ABG**, 6(1), p. 61, 1952.

PRIORI, Angelo. Legislação e política fundiária no Estado do Paraná (1889-1945). **SÆCULUM**, dossiê História e Questão Agrária, João Pessoa-PB, n. 26, p.133-147, jan./jun. 2012. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/15040>>. Acesso em 28 out. 2020.

RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**: um ensaio da poética do saber. Tradução de Eduardo Guimarães, Eni Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

RASSI, Amanda Pontes. Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise da “Marcha das vadias”. **Revista de História da UEG**, Morrinhos-GO, v. 1, n. 1, p. 43-63, jan./jun, 2012. Disponível em: <<https://www.revista.ueg.br/index.php/revistahistoria/article/view/599>>. Acesso em: 11 out. 2020.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, Carolina. Discurso e cidade: a linguagem e a construção da “evidência do mundo”. In: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (Orgs.). **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas: Editora RG, 2011.

RUSSELL, Bertrand (1903). **The Principles of Mathematics**. New York/London: W.W. Norton & Company, 1996. Disponível em: <<https://archive.org/details/principlesofmath005807mbp/page/n578/mode/1up>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

RUSSELL, Bertrand (1905). On Denoting. **Mind**, vol. 114, nº 456, p. 873-887, Oct. 2005.

RUSSELL, Bertrand (1918). A Filosofia do Atomismo Lógico. **Lógica e conhecimento**: ensaios escolhidos. Coleção Os Pensadores. Tradução de Pablo Rubén Mariconda. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SAMPAIO, João Domingues. **Fundação de Londrina**. Disponível em <<http://www.uel.br/museu/biblioteca.html>>. Acesso em 08 abr. 2019.

SARAMAGO, José. **O caderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand de (1916). **Curso de Linguística Geral**. 28. ed. Tradução de Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHWARTZ, Widson. Distrito preserva memória do pioneiro. **Jornal de Londrina**. Londrina, 28 de fevereiro de 2000.

SEARLE, John. Proper names. **Mind**, v. 67, n. 266, p. 166-173, abril, 1958. Disponível em: <<http://michaeljohnsonphilosophy.com/wp-content/uploads/2015/08/John-Searle-Proper-Names.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

SEARLE, John Rogers. **Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/333552786\\_John\\_R\\_Searle\\_Speech\\_Acts\\_An\\_Essay\\_in\\_the\\_Philosophy\\_of\\_Language\\_Cambridge\\_University\\_Press\\_Cambridge\\_1969\\_203\\_S\\_dt\\_Sprechakte\\_Ein\\_sprachphilosophischer\\_Essay\\_Frankfurt\\_1983\\_305\\_S](https://www.researchgate.net/publication/333552786_John_R_Searle_Speech_Acts_An_Essay_in_the_Philosophy_of_Language_Cambridge_University_Press_Cambridge_1969_203_S_dt_Sprechakte_Ein_sprachphilosophischer_Essay_Frankfurt_1983_305_S)>. Acesso em: 17 out. 2020.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. 1991. 361 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1991.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SILVA, Clodoaldo Oliveira. Sedução e seus lugares: espaços de ocorrência dos crimes de sedução em Londrina (1940-1970). III ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DA IMAGEM. 2011. Londrina. **Anais...** Londrina, p. 675-682. 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2011>>. Acesso em 21 nov. 2014.

SILVA, Giseli Veronêz da; KARIM, Taisir Mahmudo. Um nome e seus sentidos: Figueirópolis D'Oeste-MT. In: KARIM, Taisir Mahmudo; Di RENZO, Ana Maria; BRESSANIN, Joelma Aparecida; KARIM, Jocineide Macedo (Orgs.). **Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (Fase I)**. Campinas: Pontes, 2016.

SILVA, Lucimara Andrade da; NERY, Maria Luiza Favoreto. Explorando a história de Londrina pela alimentação. III JORNADA PARANAENSE PIBID/ PET HISTÓRIA. 2016. Londrina. **Anais...** Londrina, p. 183-196, 2016. Disponível em: <[http://www.uel.br/grupo-pesquisa/intercontemp/pages/arquivos/05\\_Eventos/III\\_Jornada\\_Paranaense\\_PIBID-PET/Anais\\_PIBID.pdf](http://www.uel.br/grupo-pesquisa/intercontemp/pages/arquivos/05_Eventos/III_Jornada_Paranaense_PIBID-PET/Anais_PIBID.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2020.

SILVA, Maria Nilza da. Uma década das ações afirmativas na UEL (2004-2014). **Tomó**, Revista do Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Sociologia,

Universidade Federal do Sergipe, São Cristóvão n. 24, p. 217-236, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/viewFile/3190/2792>>. Acesso em: 11 out. 2020.

SOUZA, Jocyare Cristina Pereira de. **Nas Letras de São Thomé**: uma análise histórico-enunciativa dos nomes de estabelecimentos comerciais de São Thomé das Letras. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <<http://taurus.unicamp.br/handle/REPOSIP/270311>>. Acesso em 10 out. 2020.

SOUZA, Jocyare. Topônimos mineiros – São João Del Rey: uma análise semântico-enunciativa do processo de ocupação, exploração e formação do estado nacional. **Web Revista Discursividade**, edição de homenagem ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães, Campo Grande, n. 9, p. 1- 29, jan./maio, 2012. Disponível em: <<http://www.discursividade.cepad.net.br>>. Acesso 12 out. 2020.

SOUZA, Luciano Ferreira de. **Platão Crátilo**: estudo e tradução. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8143/tde-14062011-133520/pt-br.php>>. Acesso em: 13 out. 2020.

STAHLHAEUR, André Stefferson M.; SCHREIBER DA SILVA, Soeli Maria. A geografia, a identidade das línguas e as divisões de *langues* e *dialectes* no site de relações estrangeiras da suíça: reflexões sobre o sentido da designação no texto. **Rua**, Campinas, n. 22, v. 2, p. 573-591, nov. 2016. Disponível em: <[https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao\\_id=123](https://www.labeurb.unicamp.br/rua/artigo/verpdf?publicacao_id=123)>. Acesso em: 26 out. 2020.

STEIGENBERGER, Fabiana Fernanda; MACHADO, Julio Cesar; SCHREIBER DA SILVA, Soeli. Fronteira entre análise de discurso e semântica histórica da enunciação: abordagens teórica. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 51-79, 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2563>>. Acesso em: 30 out. 2020.

THORON, Enrique Onffroy de. **Viagem dos Navios de Salomão ao Rio das Amazonas**. Manaus: Câmara de Manaus, Annaes da Bibliotheca e Archivo Público, 1876.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Norte do Paraná**: história e fantasmagorias. Curitiba. 1997a. 342 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/31883/T%20-%20NELSON%20DACIO%20TOMAZI.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 out. 2020.

TOMAZI, Nelson Dacio. George Craig Smith nunca foi lendário. **Folha de Londrina**, Londrina, s/p, 12 abr. 1997b. Disponível em: <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/george-craig-smith-nunca-foi-lendario-17201.html>>. Acesso em: 13 out. 2020.

TOMAZI, Nelson Dacio. Construções e silêncios sobre a (re)ocupação da região norte do Estado do Paraná. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o norte do Paraná**. Maringá: EDUEM, 1999, p. 51-87.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4 ed. Tradução de Mary Del Priori. Brasília: Editora da UnB, 1998.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 9 ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WANDERLEY, João. **Discurso de posse do primeiro presidente da câmara de vereadores de Londrina**. 1936. Londrina: s/n, 1936, s/p. Disponível em: <[www.cml.gov.br/cml/site/historia.html](http://www.cml.gov.br/cml/site/historia.html)>. Acesso em: 11 out. 2020.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim do departamento de história da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba-PR, n. 7, p. 1-62, 1968.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1921). **Tractatus logico-philosophicus**. 2 ed. Tradução de Luiz Henrique L. Santos. São Paulo: Edusp, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig (1953). **Investigações filosóficas**. 4 ed. Tradução de Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2005.

YAMAKI, Humberto. **Labirinto da memória: paisagens de Londrina**. Londrina: Humanidades, 2006.

ZATTAR, Neuza. Cáceres: nome luso de cidade mato-grossense. **RUA**, Campinas, v. 21 (1), n. 1, p. 155-170, jun., 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8637528>>. Acesso em: 21 out. 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. Lugares de enunciação e discurso. **Leitura: Análise do discurso**, Revista do Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, Maceió, n. 23, p. 15-24, jan./jun., 1999. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/download/7592/5314>>. Acesso em: 18 out. 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mônica Graciela. A Arte do Detalhe. **Web Revista Discursividade**, edição de homenagem ao Prof. Dr. Eduardo Guimarães. Campo Grande, ed. 9, p. 1-27, jan./maio, 2012. Disponível em <<http://www.discursividade.cepad.net.br>>. Acesso em: 10 out. 2020.